



Universidades Lusíada

Silva, Flávio Bastos da

A visão chinesa das relações internacionais e a política externa de Xi Jinping : a faixa e rota como instrumento de redefinição da ordem internacional

<http://hdl.handle.net/11067/7493>

Metadados

Data de Publicação

2023

Resumo

Este trabalho tem como objeto de estudo a política externa da China durante a governação de Xi Jinping (2013-2023), dando especial ênfase à iniciativa Faixa e Rota e ao impacto desta na Ordem Internacional. Dotada de uma política externa mais assertiva e pragmática, a China de Xi tem procurado afirmar-se internacionalmente, numa estratégia onde a Faixa e Rota se assume como um instrumento preponderante. Desta forma, procuraremos, com esta investigação, compreender o rumo da política externa de X...

This work has as its object of study the foreign policy of China during the administration of Xi Jinping (2013-2023), with special emphasis on the Belt and Road Initiative and its impact on the International Order. Endowed with a more assertive and pragmatic foreign policy, Xi's China has sought to assert itself internationally, in a strategy where the Belt and Road is assumed as a preponderant instrument. In this way, we will seek, with this investigation, to understand the direction of Xi's fo...

Palavras Chave

Relações Internacionais, Política externa - Evolução histórica - XI Jinping - República Popular da China

Tipo

masterThesis

Revisão de Pares

Não

Coleções

[ULP-FD] Dissertações

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-07-23T04:24:18Z com informação proveniente do Repositório



UNIVERSIDADE LUSÍADA (PORTO)

**A visão chinesa das relações internacionais e a política externa
de Xi Jinping: a Faixa e Rota como instrumento de redefinição
da Ordem Internacional**

Flávio Bastos da Silva

Orientador: Professor Doutor Paulo Jorge de Azevedo Amorim

Dissertação para a obtenção do Grau de Mestre em Relações Internacionais

PORTO

2023

AGRADECIMENTOS

Ao longo do desenvolvimento da presente investigação tive o privilégio e a oportunidade de contar com o auxílio e ensinamento de diversos especialistas, assim como de algumas instituições, sem as quais não me teria sido possível realizar uma dissertação de forma tão capaz e desenvolvida, pelo que importa, neste curto espaço, deixar o meu mais forte agradecimento.

Em primeiro lugar gostaria de agradecer ao meu orientador, o Professor Doutor Paulo Amorim, por ter aceitado me guiar ao longo deste projeto, por todos os seus conselhos, pela suas opiniões e críticas, e pela disponibilidade sempre demonstrada, e que me permitiu, sem vias de dúvida, dar o melhor de mim nesta investigação. Por outro lado, gostaria, também, de agradecer ao Professor Doutor Paulo Duarte que, apesar de alguns obstáculos técnicos, sempre me apoiou ao longo deste projeto, concedendo-me o privilégio de contar com o seu conhecimento e experiência, enquanto um dos maiores especialistas nacionais na temática abordada nesta dissertação. Na verdade, foi o Professor Doutor Paulo Duarte que incutiu em mim o interesse em estudar a China nas relações internacionais, pelo que sem ele nada disto teria sido possível. Ainda no campo académico, quero deixar o meu agradecimento a todos os demais docentes que, ao longo da licenciatura e do mestrado, despertaram em mim o interesse pelas Relações Internacionais e me incentivaram a ser mais exigente comigo mesmo. Em especial pretendo deixar um agradecimento à Professora Doutora Célia Taborda por sempre ter exigido de mim o espírito crítico necessário para a realização desta dissertação, assim como pelas suas opiniões.

Do mesmo modo, deixo também aqui um agradecimento a todos os especialistas que contactei em busca de esclarecimentos e que se demonstraram disponíveis em me auxiliar, e que passo a nomear: o Professor Doutor Daniel Cardoso; o Professor Doutor Luís Tomé; a Professora Doutora Fernanda Ilhéu; a Professora Doutora Cátia Miriam Costa; o Professor Doutor Tiago André Lopes; a Professora Doutora Carmen Amado Mendes; e o Professor Doutor Pedro Emanuel Mendes.

Quero também agradecer à Embaixada da República Popular da China em Portugal que, através da figura do Senhor Embaixador Zhao Bentang, se disponibilizou, de imediato, a auxiliar-me na minha investigação através do envio de vários importantes documentos oficiais do Governo da RPC. Neste sentido, gostaria também de agradecer à Conselheira

Económica e Comercial da Embaixada da República Popular da China em Portugal, a Senhora Xia Xiaoling, pelas informações disponibilizadas.

Por outro lado, gostaria, também, de deixar o meu agradecimento à Fundação Oriente.

Por fim, mas não menos importante, pretendo agradecer aos meus colegas e amigos, com os quais por diversas vezes discuti importantes questões acerca da minha investigação; e, acima de tudo, aos meus pais e à minha restante família, sem o apoio dos quais, nada disto teria sido possível.

ÍNDICE

ÍNDICE DE QUADROS E FIGURAS	VII
RESUMO.....	VIII
ABSTRACT	IX
PALAVRAS-CHAVE.....	X
ABREVIATURAS	XI
INTRODUÇÃO	12
ESTADO DA ARTE.....	22
CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO-CONCEPTUAL	29
1. ASPETOS TEÓRICOS DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....	30
1.1. O estudo da política externa e a APE	34
1.2. Role Theory	39
2. ORDEM INTERNACIONAL: CONCEPTUALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO.....	45
2.1. Criação e evolução da Ordem Internacional.....	49
2.2. A Ordem Internacional Liberal e os seus desafios.....	52
3. CONCEPTUALIZANDO O PODER: HARD, SOFT E SHARP POWER	56
CONCLUSÃO PARCIAL.....	61
CAPÍTULO II – A VISÃO CHINESA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....	64
1. PENSAMENTO POLÍTICO E FILOSÓFICO CHINÊS	65
1.1. O pensamento político chinês: <i>Tianxia</i> , Sistema Tributário e propostas contemporâneas.....	71
2. O AVANÇO TEÓRICO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS NA CHINA .	76
3. A CONSTRUÇÃO DE UMA ‘TEORIA CHINESA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS’: A ‘ESCOLA CHINESA’ E A ‘ESCOLA DE TSINGHUA’	86
CONCLUSÃO PARCIAL.....	93

CAPÍTULO III – A POLÍTICA EXTERNA DA CHINA DE XI JINPING (2013-2023): ASSERTIVIDADE, PRAGMATISMO E NOSTALGIA	97
1. LINHAS DE ORIENTAÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA CHINESA: DE MAO ATÉ HU JINTAO	98
2. A DECISÃO EM POLÍTICA EXTERNA NA CHINA: XI JINPING NO CENTRO DA AGÊNCIA.....	105
3. A POLÍTICA EXTERNA CHINESA NA ERA XI JINPING (2013-2023). 109	
3.1. O rumo da política externa de Xi Jinping: ‘striving for achievement’ e ‘dare to fight’	115
3.2. As relações da China de Xi Jinping com as grandes potências: EUA, Rússia e a guerra na Ucrânia	119
3.3. Imagens de <i>Hard</i>, <i>Soft</i> e <i>Sharp Power</i> na política externa de Xi.....	124
CONCLUSÃO PARCIAL.....	127
CAPÍTULO IV – A FAIXA E ROTA E A CONSTRUÇÃO DE UMA ORDEM INTERNACIONAL SINOCÊNTRICA.....	129
1. A INICIATIVA FAIXA E ROTA: ENQUADRAMENTO E OBJETIVOS	130
2. GEOPOLÍTICA E GEOECONOMIA DA FAIXA E ROTA: CORREDORES TERRESTRE, MARÍTIMO E DIGITAL	137
3. O CARÁTER REVISIONISTA DA FAIXA E ROTA: A CONSTRUÇÃO DE UMA ‘COMUNIDADE DE DESTINO COMUM DA HUMANIDADE’	152
CONCLUSÃO PARCIAL.....	159
CONCLUSÃO.....	161
BIBLIOGRAFIA	167
ANEXOS	188
ANEXO I.....	189
ANEXO II.....	190
ANEXO III.....	191
ANEXO IV	192
ANEXO V.....	193

ANEXO VI 194

ÍNDICE DE QUADROS E FIGURAS

Tabela 1 – Tabela de artigos indexados nas plataformas digitais.....	19
Figura 1 – Modelo de análise da política externa chinesa	21
Figura 2 – A Role Theory aplicada ao estudo da política externa: variáveis de análise	42
Tabela 2 – Papéis nacionais no Sistema Internacional.....	43
Tabela 3 – As National Role Conceptions segundo Holsti	44

RESUMO

Este trabalho tem como objeto de estudo a política externa da China durante a governação de Xi Jinping (2013-2023), dando especial ênfase à iniciativa Faixa e Rota e ao impacto desta na Ordem Internacional. Dotada de uma política externa mais assertiva e pragmática, a China de Xi tem procurado afirmar-se internacionalmente, numa estratégia onde a Faixa e Rota se assume como um instrumento preponderante. Desta forma, procuraremos, com esta investigação, compreender o rumo da política externa de Xi e as pretensões e consequências da Faixa e Rota à luz daquela que é a visão chinesa do mundo e das relações internacionais. Assim, no final desta dissertação seremos capazes de responder à nossa questão de partida: “Tem a China, através da sua política externa, sobretudo da Iniciativa Faixa e Rota, procurado moldar a Ordem Internacional à luz da sua visão das relações internacionais?”.

Partindo de um modelo de análise baseado na Análise de Política Externa (APE) e na *Role Theory*, procuraremos, deste modo, confirmar ou infirmar as hipóteses apresentadas: “A Iniciativa Faixa e Rota é um projeto de natureza económica que procura suprir algumas necessidades da economia chinesa, mas que, pela sua dimensão e natureza, acaba por provocar alterações na Ordem Internacional”; “A Iniciativa Faixa e Rota, apesar de ser um projeto de natureza económica, foi definido, à luz da visão chinesa das relações internacionais, como um instrumento da política externa chinesa que catalise a revisão da Ordem Internacional anfitriã de uma China em ascensão”.

ABSTRACT

This work has as its object of study the foreign policy of China during the administration of Xi Jinping (2013-2023), with special emphasis on the Belt and Road Initiative and its impact on the International Order. Endowed with a more assertive and pragmatic foreign policy, Xi's China has sought to assert itself internationally, in a strategy where the Belt and Road is assumed as a preponderant instrument. In this way, we will seek, with this investigation, to understand the direction of Xi's foreign policy and the pretensions and consequences of the Belt and Road in the light of what is the Chinese vision of the world and international relations. Thus, at the end of this dissertation we will be able to answer our starting question: "Has China, through its foreign policy, especially the Belt and Road Initiative, sought to shape the International Order in the light of its vision of international relations?"

Starting from a model of analysis based on Foreign Policy Analysis (EPA) and *Role Theory*, we will seek, in this way, to confirm or invalidate the hypotheses presented: "The Belt and Road Initiative is a project of an economic nature that seeks to meet some needs of the Chinese economy, but that, by its size and nature, ends up causing changes in the International Order"; "The Belt and Road Initiative, despite being a project of an economic nature, has been defined, in light of the Chinese vision of international relations, as an instrument of Chinese foreign policy that catalyzes the revision of the host International Order of a rising China."

PALAVRAS-CHAVE

China

Faixa e Rota

Política Externa

Ordem Internacional

Visão chinesa das relações internacionais

ABREVIATURAS

AIIB – Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura

APE – Análise de Política Externa

BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul

EUA – Estados Unidos da América

FMI – Fundo Monetário Internacional

NATO – Organização do Tratado do Atlântico Norte

OCX – Organização de Cooperação de Xangai

OMC – Organização Mundial do Comércio

ONU – Organização das Nações Unidas

PCC – Partido Comunista Chinês

RI – Relações Internacionais

RPC – República Popular da China

TTIP – Acordo de Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento

UE – União Europeia

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

NAFTA – Tratado Norte-Americano de Livre-Comércio

INTRODUÇÃO

A presente dissertação, subordinada ao tema *A visão chinesa das relações internacionais e a política externa de Xi Jinping: a Faixa e Rota como instrumento de redefinição da Ordem Internacional*, é o resultado final da investigação elaborada no âmbito do Mestrado em Relações Internacionais, da Faculdade de Direito da Universidade Lusíada (Porto). Este trabalho procura, assim, constituir um contributo para o estudo da posição da China na Ordem Internacional atual, através da análise da política externa chinesa durante o período da liderança de Xi Jinping, especificamente da iniciativa Faixa e Rota enquanto mecanismo do revisionismo chinês da Ordem Internacional, partindo da própria visão chinesa do mundo e das relações internacionais.

A China é uma das maiores potências do século XXI, equiparando-se, em termos militares e económicos, somente aos Estados Unidos da América. Mas, mais do que uma potência, a China é uma das mais antigas civilizações do mundo. Ainda não havia cidades-Estado na Grécia e a civilização chinesa já existia. O surgimento desta civilização não é claro, não existindo sequer um mito fundador, em contraste com o mito da fundação de Roma, por exemplo. O mais parecido é o ‘conto do Imperador Amarelo’, tido como um lendário fundador da China, mas que, quando surge, já a civilização chinesa existia. Este Imperador veio trazer, novamente, a paz e estabilidade a uma China caída no caos. Esta retórica de reinvenção e ressurgimento, também visível nos ensinamentos de Confúcio, é uma constante nas narrativas chinesas (Kissinger, 2011; C. Mendes, 2020).

A história da China começa a ser contada a partir da governação da dinastia Xia (séc. XXI-XVI a.C.), tida como a primeira das dinastias chinesas. Nesta época, a China era um vasto território, habitado por diversas tribos que guerreavam constantemente entre si pelo poder. Esta dinâmica alterou-se com a dinastia Zhou (1122-256 a.C.), que procurou unir todo o *all under heaven* em torno da figura do Imperador. Apesar do sucesso deste sistema, só a partir da dinastia Qin (221-206 a.C.) é que surge a China enquanto Império, mediante a unificação de todas as tribos. É também durante esta dinastia que passa a vigorar o Sistema Tributário nas relações da China com os países vizinhos, sobretudo com a Coreia e o Japão. Este sistema marca uma verdadeira abertura da China ao resto do mundo. Nesta época, a China era uma das civilizações mais avançadas, sendo tida pelos demais povos asiáticos como um exemplo a seguir. É também por volta deste período que surge a Rota da Seda, permitindo não só a chegada dos produtos orientais à Europa, como o intercâmbio cultural e

a troca de tecnologias e conhecimentos. A célebre viagem de Marco Polo, ocorrida já na fase final da Rota, no século XIII, traduz essa imensidão e importância cultural e comercial da Rota, que contribuiu para o reforço do poder e da centralidade da civilização chinesa. No final da Idade Média a Rota da Seda começa a entrar em declínio por força da desintegração do Império Mongol, do qual a China fazia parte, o que seria confirmado em 1498, quando os portugueses conseguem chegar à Índia por mar, inaugurando a Rota do Cabo. Por outro lado, o século XV também ficou marcado pelas fantásticas viagens de Zheng He, que não só demonstraram a curiosidade do povo chinês em superar os limites do conhecido como a superioridade tecnológica da China, que conseguiu, várias décadas antes dos portugueses e espanhóis, explorar o mundo – o seu mundo, confinado ao Sudoeste Asiático e ao Oceano Índico. Apesar do sucesso, estas viagens terminaram de forma abrupta. As décadas e séculos seguintes seriam marcadas por um crescente autoisolamento da China. Entre meados do século XIX e meados do século XX a China seria aterrorizada por aquilo que ficou conhecido como o ‘Século da Humilhação’, durante o qual perdeu diversas batalhas contra o Japão e saiu derrotada das Guerras do Ópio, contra Inglaterra. A abertura forçada que lhe foi imposta por esta potência europeia intensificou o autoisolamento do Império do Meio que, daí em diante, passou a encarar com desconfiança qualquer ação ocidental.

A partir de 1949 inicia-se um novo período na história da China, agora sob a designação de República Popular da China, sendo necessário esperar mais alguns anos até que se demonstrasse novamente preparada para se relacionar com o resto do mundo. Com Mao Tsé Tung, a China dá início a um processo de abertura, porém muito limitado aos países ideologicamente a si semelhantes. Só nas décadas de 1970 e 1980, no decurso das reformas de Deng Xiaoping e da Diplomacia Triangular de Henry Kissinger, é que a China regressa à política internacional como um ator em ascensão.

Hoje, em pleno século XXI, e decorrido mais de meio século desde a consolidação da (re)abertura da China ao mundo, os decisores políticos chineses têm promovido uma narrativa assente na revitalização do passado glorioso da civilização chinesa, tendo como objetivo torná-la, novamente, num dos principais centros económicos, políticos e culturais do mundo. Esta retórica tem sido demonstrada não só pelas novas opções de política interna, como de política externa chinesa. Desde 2012, quando Xi Jinping se torna líder do Partido Comunista Chinês, e, posteriormente, em 2013, da República Popular da China, que a política externa chinesa tem sido movida por uma maior assertividade e pragmatismo. Neste sentido, a China, nos últimos anos, tem procurado afirmar-se como uma verdadeira potência

que pretende ocupar o seu lugar na Ordem Internacional, o que justifica a sua postura mais firme quanto a alguns assuntos mais sensíveis, e que resultou, inclusive, na guerra comercial com os Estados Unidos da América, assim como em disputas territoriais com países vizinhos. Por outro lado, a China também lançou uma iniciativa que pretende ligar todo o globo através do livre-comércio, conhecida como Faixa e Rota, ou simplesmente como Nova Rota da Seda, e que tem motivado não só um intenso debate político como também académico, em torno do que pretende a China com este megaprojeto.

Esta dissertação tem, assim, como objeto de estudo as problemáticas levantadas pela ascensão do poder da China na Ordem Internacional, potenciadas pela iniciativa Faixa e Rota, que se inspira na tradicional Rota da Seda, responsável por, nos tempos antigos, ligar o Oriente ao Ocidente. É composta pela *Silk Road Economic Belt* e pela *21st Century Maritime Silk Road* – componentes terrestre e marítima, respetivamente –, as quais interligam inúmeros países nas regiões da Eurásia e de África, através de acordos bilaterais com a China – a qual tem vindo a investir, principalmente, em projetos de infraestruturas, com o intuito de melhorar a eficiência das rotas comerciais.

Esta iniciativa, comportando desafios, mas também oportunidades, em especial para os países menos desenvolvidos, tem conseguido, com sucesso, espalhar-se pelos quatro cantos do mundo, mas sem que nós, no Ocidente, tenhamos, ainda, decifrado as verdadeiras motivações por detrás desta postura do Governo Chinês. Se, de um lado, existe quem defenda a tese da ‘ascensão pacífica’ e as oportunidades trazidas pelo investimento que a Nova Rota da Seda representa, por outro, muitos advogam as ameaças geopolíticas que esta iniciativa pode representar, não só por colocar sob a alçada chinesa importantes pontos estratégicos globais (como o Ártico ou a Ásia-Pacífico), como por se traduzir num crescente poderio deste país à escala internacional, o que poderá pôr em causa certos princípios normativos da Ordem Internacional.

Sendo o objeto de estudo desta dissertação a China e a Nova Rota da Seda, temos como principais objetivos de investigação a análise da política externa da China durante a Era Xi Jinping – isto é, desde que Xi Jinping se tornou presidente, em 2013, até à atualidade – e da iniciativa Faixa e Rota, incluindo as suas bases e o intuito político desta, assim como os desafios levantados por esta na Ordem Internacional e as ferramentas utilizadas pelo Estado chinês para atingir os seus objetivos na arena internacional. Em simultâneo, outro

objetivo da presente investigação foca-se na análise da visão chinesa das relações internacionais.

De um modo alargado, o objetivo geral desta dissertação consiste, assim, na análise do impacto que a política externa chinesa – através da Faixa e Rota e à luz da visão chinesa do mundo e das relações internacionais – tem na Ordem Internacional atual. Desta forma, iremos estudar as principais potencialidades e vulnerabilidades da Faixa e Rota, bem como identificar as principais ameaças que ela também pode representar. Isso implicou a compreensão das temáticas-base que concorrem para a consecução do objetivo final, e permitem uma investigação completa sobre o tema, nomeadamente: uma breve exposição da Faixa e Rota - em que contexto foi criada, no que consiste, as suas motivações, os objetivos, as suas prioridades e os seus obstáculos.

A escolha desta temática prende-se tanto com a sua pertinência como oportunidade, num período de grande instabilidade política e económica e que, aparentemente, antecede uma redefinição da Ordem Internacional, por força da emergência da China como grande potência. Aliás, a China tem sido considerada como um ator mais assertivo na conquista de poder nos anos recentes, pelo que se pressupõe que a sua ascensão no cenário internacional, principalmente a sua expansão económica global, materializada pelo crescente volume de investimento e comércio internacional, se traduza numa contestação à hierarquia tradicional do Poder. Assim, a escolha deste tema surge no seguimento da crescente relevância pelas novas problemáticas levantadas pela ascensão da China na Ordem Internacional desde a chegada de Xi Jinping ao poder. Em virtude da crescente relevância académica desta temática, esta investigação procura contribuir para uma melhor compreensão do posicionamento internacional da China contemporânea, bem como das suas recentes opções de política externa. Esperamos, assim, e através desta análise, investigar de que forma tem a China procurado afirmar-se dentro da Ordem Internacional, e de que modo a visão chinesa do mundo e das relações internacionais e, em particular, a Faixa e Rota, constituem instrumentos revisionistas da Ordem Internacional.

Estudar a China, sobretudo através a sua política externa e a sua visão de e para o mundo, tem sido um tema recorrente na Academia, sobretudo em áreas como a Ciência Política e as Relações Internacionais. Não só o rápido desenvolvimento e afirmação internacional desta potência global, como a singularidade da sua civilização e do seu modelo político e económico (*Socialismo de Mercado* ou *Capitalismo de Estado*), têm motivado o

interesse de diversos académicos, que cada vez mais se têm dedicado ao seu estudo. Os estudos das Relações Internacionais, em específico, têm sido exceccionalmente prolíferos, procurando interpretar e explicar as opções de política externa chinesa e a sua posição internacional, concedendo, simultaneamente, grande atenção às suas especificidades culturais e políticas, tão distintas daquelas a que estamos habituados a observar no Ocidente. Estudar a China é, assim, uma tendência cada vez mais consolidada dentro das Relações Internacionais, motivada quer pelo interesse que a ascensão chinesa gerou no meio dos académicos, quer pela crescente necessidade de nós, cientistas políticos, percebermos quais são as pretensões daquela que hoje é a única potência capaz de igualar os Estados Unidos da América.

Estando, assim, apresentado o objeto de estudo da presente investigação, assim como os objetivos, impõe-se, agora, a definição da questão de partida. Deste modo, ao longo desta dissertação procuraremos responder à seguinte questão de partida: “Tem a China, através da sua política externa, sobretudo da Iniciativa Faixa e Rota, procurado moldar a Ordem Internacional à luz da sua visão das relações internacionais?”.

Com base nesta questão de investigação, fomos confrontados com várias questões prévias que se afirmam como fundamentais para compreensão do objeto de estudo, nomeadamente:

- Como é caracterizada a atual Ordem Internacional?
- Qual é a visão chinesa das relações internacionais?
- Quais são as principais linhas de orientação da política externa chinesa na atualidade?
- Quais as características do processo de decisão em política externa chinês?
- De que se trata, quais são os objetivos, e como se tem procurado materializar a Iniciativa Faixa e Rota?
- Que impacto tem a visão chinesa das relações internacionais na política externa da China e na Faixa e Rota?
- A Faixa e Rota é um instrumento ao serviço do revisionismo chinês?

Partindo destas questões, iniciamos esta investigação com duas hipóteses predefinidas, que procuraremos na conclusão confirmar ou infirmar.

Hipótese 1 – A Iniciativa Faixa e Rota é um projeto de natureza económica que procura suprir algumas necessidades da economia chinesa, mas que, pela sua dimensão e natureza, acaba por provocar alterações na Ordem Internacional.

Hipótese 2 – A Iniciativa Faixa e Rota, apesar de ser um projeto de natureza económica, foi definido, à luz da visão chinesa das relações internacionais, como um instrumento da política externa chinesa que catalise a revisão da Ordem Internacional anfitriã de uma China em ascensão.

Encontrando-se identificado o objeto de estudo, assim como os objetivos da presente investigação e respetivas questões, importa, agora, apresentarmos a metodologia que seguiremos durante o processo de investigação e para a análise crítica essencial à resolução da questão de partida apresentada. Neste domínio, importa salientar que as Relações Internacionais têm, desde a sua génese, utilizando ferramentas de investigação de várias outras Ciências Sociais, como a História, a Geografia, a Economia, a Sociologia, e, obviamente, a Ciência Política. Apesar da existência de metodologias quantitativas dentro das Relações Internacionais, adaptadas principalmente da Economia por impulso da revolução behaviorista, o estudo em Relações Internacionais, tal como em outras Ciências Sociais, tem sido feito, em grande medida, através de métodos de investigação qualitativa, aplicando-os à resolução dos problemas em causa. Tal significa que, nas Relações Internacionais, a análise dos fenómenos encontra-se sujeita à interpretação qualitativa dos factos pelo autor. Neste sentido, o tratamento dos dados na presente investigação seguiu esta tendência, inserindo-se numa abordagem interdisciplinar entre as Relações Internacionais, a Geopolítica, a Geoeconomia, a Ciência Política, a História e a Geografia. No quadro das próprias Relações Internacionais, esta investigação abarca diversas áreas de estudo, nomeadamente a política internacional e a política externa, o que nos possibilitou a utilização de diversas ferramentas analíticas, tais como a Análise de Política Externa (APE) e a *Role Theory*.

Relativamente à recolha de dados, a opção metodológica passou pelo recurso a diversas fontes primárias, como documentos oficiais, nomeadamente os *White Papers*, e discursos políticos, disponibilizados pelo Governo da República Popular da China e por outras instituições chinesas, e ainda relatórios estatísticos elaborados por instituições financeiras nacionais e internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco de Compensações Internacionais e o Comité Nacional de Estatística Chinês. Dados

A China Foreign Policy: A Comparison of the Views of Chinese Strategists in the Past	Zhou, P.	2011	Journal of Asian Studies
A History of Chinese Foreign Policy in the Past	Zhou, P.	2010	Asia
Developing China's Soft Power: A Conceptual Framework	Zhou, P.	2010	Journal of Asia Studies
The Role of Soft Power in China's Rise in the World	Zhou, P.	2010	Journal of Asia Studies
China's Soft Power Strategy	Zhou, P.	2010	Journal of Asia Studies
"Rethinking the Role of Soft Power: How do Soft Power Strategies Contribute to International Cooperation?"	Wang, Yan.	2011	Asia Asia
Rethinking Chinese Soft and Hard Power	Li, Zhongxin	2011	Asia Asia
Disseminating the Soft power of China's Soft and Hard Power through a Economic analysis in Europe	Zhou, P.	2011	Journal of Asia Studies
The Soft Power of China and the Economic Growth in the Context of the Soft and Hard Power and the Soft Power	Chang, H. et al.	2011	Journal of International Strategic Studies
Soft power as evidence of a concept	Van, Suyen	2010	Journal of International Studies
The role of soft power in the context of the soft power	Wang, Yan	2011	Journal of International Studies
The a number of soft power relations in a world context and international relations	Chang, H. et al.	2011	Journal of International Strategic Studies
Conceptual Framework of Theory of Foreign Policy	Wang, Yan	2011	Journal of International Studies
Conceptual Framework of Theory of Foreign Policy	Wang, Yan	2011	Journal of International Studies
China's Foreign Policy and the Role of Soft Power in the 21st Century	Wang, Yan	2011	Journal of International Studies
The Structure of China's Foreign Policy in the 21st Century	Wang, Yan	2011	Journal of International Studies
The Role of Soft Power in China's Foreign Policy in the 21st Century	Wang, Yan	2011	Journal of International Studies
The Role of Soft Power in China's Foreign Policy in the 21st Century	Wang, Yan	2011	Journal of International Studies
The Role of Soft Power in China's Foreign Policy in the 21st Century	Wang, Yan	2011	Journal of International Studies
The Role of Soft Power in China's Foreign Policy in the 21st Century	Wang, Yan	2011	Journal of International Studies
The Role of Soft Power in China's Foreign Policy in the 21st Century	Wang, Yan	2011	Journal of International Studies
The Role of Soft Power in China's Foreign Policy in the 21st Century	Wang, Yan	2011	Journal of International Studies
The Role of Soft Power in China's Foreign Policy in the 21st Century	Wang, Yan	2011	Journal of International Studies
The Role of Soft Power in China's Foreign Policy in the 21st Century	Wang, Yan	2011	Journal of International Studies
The Role of Soft Power in China's Foreign Policy in the 21st Century	Wang, Yan	2011	Journal of International Studies
The Role of Soft Power in China's Foreign Policy in the 21st Century	Wang, Yan	2011	Journal of International Studies

Tabela 1 - Tabela de artigos indexados nas plataformas digitais.

Esta investigação, tendo em conta a questão de partida, foi estruturada em quatro partes – além da Introdução, Estado da Arte e Conclusão – que correspondem a 4 capítulos em que, de forma dedutiva, se passa de um plano mais geral para um plano mais específico. Desta forma, e seguindo a ordem lógica das questões prévias apresentadas, e tendo sempre em atenção a questão de partida, esta dissertação irá apresentar, além de um enquadramento teórico-conceitual, uma análise da visão chinesa das relações internacionais, à qual se segue o estudo da política externa chinesa, finalizando com o estudo do impacto da Faixa e Rota na Ordem Internacional.

No primeiro capítulo, que se subdivide em três subcapítulos, trataremos do enquadramento teórico-conceitual necessário para a compreensão dos fenómenos a serem analisados posteriormente. O primeiro destes subcapítulos será dedicado ao estudo da evolução e do objeto de estudo das Relações Internacionais, assim como à exposição da ferramentas teóricas que utilizaremos na nossa investigação – a Análise de Política Externa (APE); e a *Role Theory*, a lente que optamos por seguir na interpretação dos fenómenos a serem estudados. O segundo subcapítulo, por sua vez, aborda a Ordem Internacional de uma perspectiva ontológica e epistemológica, apresentando o seu conceito e também a sua caracterização e desafios. O terceiro subcapítulo trata da apresentação do Poder enquanto conceito fundamental para a compreensão do objeto de estudo desta dissertação, ao qual se encontram associados os conceitos de *hard power*, *soft power* e *sharp power*.

No segundo capítulo, que se subdivide em três subcapítulos, descrevemos a visão chinesa das relações internacionais, assim como a evolução do estudo das Relações Internacionais na China. O primeiro subcapítulo caracteriza o pensamento político e

filosófico chinês, que será essencial para compreendermos a visão chinesa do mundo e das relações internacionais. O segundo subcapítulo, por sua vez, é dedicado à análise da evolução do estudo das Relações Internacionais na China, culminando na proposta de uma ‘teoria chinesa das relações internacionais’, assente em duas abordagens teóricas chinesas das relações internacionais, inseridas nos projetos da ‘Escola Chinesa das Relações Internacionais’ e ‘Escola de Tsinghua’, que serão descritas no terceiro subcapítulo.

No terceiro capítulo, que se subdivide em três subcapítulos, apresentamos as linhas gerais de orientação da política externa chinesa, assim como a política externa chinesa contemporânea. O primeiro subcapítulo é, por isso, dedicado à evolução da política externa da República Popular da China desde Mao Tsé-Tung até Hu Jintao, o que nos permite deduzir um conjunto de princípios basilares da orientação da política externa chinesa. O segundo subcapítulo, por sua vez, centrar-se-á na caracterização do processo de decisão em política externa na China, bem como na importância do atual líder, Xi Jinping, na Agência. Por fim, o terceiro subcapítulo investiga a política externa chinesa durante a Era Xi Jinping (2013-2023).

Finalmente, no quarto capítulo, que se subdivide em três subcapítulos, analisamos a Faixa e Rota chinesa como um instrumento ao serviço da política externa de Pequim para alcançar os seus objetivos no quadro internacional. O primeiro subcapítulo é dedicado a uma apresentação desta iniciativa, assim como dos seus objetivos, princípios e prioridades. O segundo subcapítulo, por sua vez, expõe os projetos de materialização desta iniciativa, configurados através dos três corredores (terrestre, marítimo e digital), inseridos numa análise geopolítica e geoeconómica. Por fim, o terceiro subcapítulo apresenta uma análise do revisionismo chinês da Ordem Internacional presente na Faixa e Rota.

Desta forma, e recorrendo às ferramentas metodológicas da APE e à *Role Theory*, construímos um modelo de análise do estudo da política externa chinesa, onde a Agência é composta por Xi Jinping que, por sua vez, é influenciada pelas suas motivações, perceções e pela sua conceção acerca do national role da China, mas também pela Estrutura externa, e que se traduz na Ordem Internacional, que, em certa medida, influencia, também, a perceção e a conceção do decisor. Por fim, as decisões e ações de política externa da China, consubstanciadas na nova postura desta potência e na Faixa e Rota, implicam também a

Ordem Internacional. Esta proposta de modelo de análise encontra-se sintetizada no seguinte esquema gráfico:

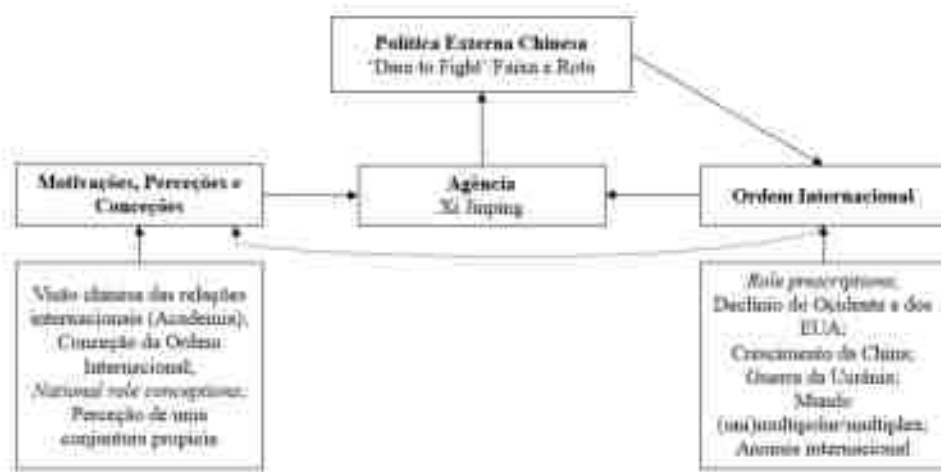


Figura 1 - Modelo de análise da política externa chinesa.

ESTADO DA ARTE

No que concerne ao *estado da arte* da temática abordada na presente dissertação – a política externa chinesa e o seu impacto na Ordem Internacional – constatamos que esta tem sido sobretudo pertinente para os académicos de Relações Internacionais, mas também de outras Ciências Sociais como a História ou a Sociologia.

Aliás, durante um longo período de tempo, os fenómenos internacionais foram estudados por diversas disciplinas, passando a depender de um campo de estudo próprio somente em meados do século XX. Comparativamente a outras Ciências Sociais, as Ciências Políticas necessitaram de um maior tempo de amadurecimento. E se a Ciência Política já era estudada desde a Idade Média, tornando-se numa disciplina autónoma no final do século XIX, as Relações Internacionais, por sua vez, só após a I Guerra Mundial começaram a dar os primeiros passos no sentido de se autonomizarem, o que só seria conseguido depois de terminar a II Guerra Mundial. Até então o estudo destes fenómenos dependia da História Diplomática, e, posteriormente, da Ciência Política. O final da década de 1940 marcou, por fim, uma separação entre o estudo da política interna e o estudo da política internacional, separando a Ciência Política das Relações Internacionais. No caso português, tanto a Ciência Política com as Relações Internacionais tiveram de esperar até à década de 1970 para se emanciparem. Ainda que os primeiros passos nesta direção começassem a ser dados na década de 1970 com a criação da Escola Colonial – posteriormente designada por Instituto Superior de Estudos Ultramarinos, ao qual se seguiu a designação de Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, atual Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP-UL) – o estudo dos fenómenos políticos (nacionais e internacionais) desenvolveu-se muito ligado a outras disciplinas como o Direito, sobretudo no caso da Ciência Política através das cadeiras de Direito Constitucional, mas também a História e a Sociologia, que ainda hoje têm grande impacto no seu estudo (Fernandes, 2010; Malamud, Camerlo & Vaz-Pinto, 2020).

Hoje, o estudo das Relações Internacionais já se encontra substancialmente consolidado e desenvolvido, inclusive em Portugal, cenário retratado pela diversa oferta letiva tanto em instituições de ensino superior públicas como privadas, e nos diversos graus académicos (Licenciatura, Mestrado e Doutoramento). Em termos de investigação, destaca-se, no quadro nacional, uma diversificada produção científica fruto dos diversos centros de investigação e das diversas revistas científicas existentes, abarcando várias temáticas. A

evolução das Relações Internacionais em Portugal tem-se feito de mãos dadas com a Ciência Política, pelo que muitos dos académicos nacionais têm optado por abordar simultaneamente as duas disciplinas. Neste cenário, importa-nos destacar as contribuições de grandes pioneiros. Desde logo, o Professor Doutor Adriano Moreira (1922-2022), doutor pelo ISCSP-UL, instituição na qual foi docente durante várias décadas, e o primeiro grande académico dentro das Ciências Políticas em Portugal, cujo contributo permitiu o aprofundamento do estudo de ambas as disciplinas e a sua emancipação. Adriano Moreira foi autor de diversas obras sendo de salientar *Ciência Política* (1979), *A Comunidade Internacional em Mudança* (1982), *Teoria das Relações Internacionais* (1996), e *A Circunstância do Estado Exíguo* (2009). Por outro lado, também importa referir o legado do Professor Doutor José Adelino Maltez (1951-), doutor pelo ISCSP-UL, onde também foi docente, e autor de obras de referência como *Sobre a Ciência Política* (1994), *Princípios de Ciência Política* (1996) e *Curso de Relações Internacionais* (2002). Por último, mas não menos importante, também importa salientar o contributo do Professor Doutor António José Fernandes (1942-2023), doutor pelo ISCSP-UL, e antigo docente da Universidade do Minho e da Universidade Lusófona do Porto, e cujos contributos originaram várias obras das quais se destaca *Introdução à Política: a Problemática da Comunidade Internacional* (1977), *Relações Internacionais: Factos, Teorias e Organizações* (1991), *Introdução à Ciência Política* (1995), e *Relações Internacionais: Evolução, Protagonistas e Teorias* (2015).

Quanto à temática em questão, é de destacar o contributo de diversos académicos, tanto estrangeiros como nacionais, que se têm dedicado a investigar e compreender a política externa da China contemporânea, assim como temas adjacentes, nomeadamente a Faixa e Rota, a visão chinesa das relações internacionais, a Ordem Internacional, as questões de poder, a política interna, entre outros. Até à data a produção científica orientada para o estudo da China nas Relações Internacionais tem sido um campo prolífero, interrelacionando-se constantemente com a História, a Geografia, a Geopolítica, a Geoeconomia e outros saberes.

Neste sentido, é, desde logo, imprescindível referir o contributo de Henry Kissinger, antigo Secretário de Estado norte-americano durante as presidências de Richard Nixon e de Gerald Ford e vencedor do Prémio Nobel da Paz em 1973. Henry Kissinger é reconhecido como um dos grandes responsáveis pela abertura internacional da China e pela aproximação dos Estados Unidos da América a este Estado. O sucesso das viagens de Kissinger à China durante o ano de 1971 permitiu romper com o isolamento chinês e restabelecer as relações entre estes dois países. Além disto, o sucesso da Diplomacia Triangular por si encabeçada

gerou um cenário internacional mais estável e propício aos interesses norte-americanos. Por estas razões, é natural que Kissinger nutra de um especial interesse pela política e cultura chinesa, sendo um dos primeiros ocidentais a dedicar-se a compreender a postura internacional chinesa de acordo com a sua visão do mundo. Os seus trabalhos abordam não só a China propriamente dita, como o seu crescente papel dentro da Ordem Internacional, sendo, assim, de referir duas importantes obras: *A Ordem Mundial* (2014) e *Da China* (2015). Na primeira, Kissinger apresenta uma análise da “questão da ordem mundial”, debatendo aquilo que entende por ordem e quais são os seus elementos. Para tal, Kissinger procede a uma análise da evolução histórica da sociedade e da política internacional, apresentando e estudando as diversas que foram geradas ao longo dos séculos, até chegar à atual, e que caracteriza tendo em consideração diversos fatores e desafios tais como o fim da Guerra Fria e a hegemonia norte-americana, a instabilidade do Médio Oriente e do Norte de África, a ascensão da Ásia e os perigos do poder nuclear e da cibertecnologia. Já no segundo, Kissinger apresenta-nos a sua perspetiva acerca da ascensão da China. Nesta análise, Kissinger recorre à sua experiência política e diplomática, sobretudo aquando contactou com esta civilização na década de 1970. Kissinger inicia esta obra através de uma contextualização histórica, política e filosófica daquilo que é a civilização chinesa e de como esta se formou e evoluiu ao longo da história. Consciente das diferenças e da “singularidade” da civilização chinesa, Kissinger trata temas como o Confucionismo ou a estratégia de Sun Tzu, apresentando-nos o lado da China. Nos capítulos que se seguem, Kissinger desloca a sua atenção para o Século da Humilhação e de que forma isso impactou toda esta civilização, seguindo até ao novo período que se inicia com Mao Tsé-Tung, em 1949, com a fundação da RPC, e analisando a configuração de um novo modelo político e de um novo modelo de inserção internacional ao longo de diversas lideranças até chegar a Jiang Zemin. Por fim, Kissinger avalia o impacto da ascensão chinesa na Ordem Internacional e se tal pode resultar numa nova guerra fria ou até num novo conflito mundial. Kissinger dúvida de tal cenário, mas afirma convictamente de que a política internacional, no século XXI, irá se centrar na Ásia-Pacífico.

Além de Kissinger, é de destacar também o contributo de outros académicos estrangeiros, nomeadamente Evan Medeiros e Yan Xuetong. Evan Medeiros é um académico norte-americano, antigo membro do *National Security Council*, e Conselheiro de assuntos asiáticos na administração Barack Obama, durante a sua presidência, sendo responsável pela coordenação das políticas norte-americanas em relação à Ásia, e, em

especial, à China. Atualmente, é professor na *Georgetown University*, responsável pela cadeira de Estudos Asiáticos na *School of Foreign Service*. A sua principal obra é *China's International Behavior: Activism, Opportunism, and Diversification*, onde este analisa a importância crescente da China no Sistema Internacional, assim como as suas opções de política externa. Medeiros (2009) considera a China, ainda sob a liderança de Hu Jintao, como uma potência ativista, que pretende alterar as dinâmicas do Sistema Internacional, mas sem alterar a sua estrutura. Por outro lado, Yan Xuetong, é um dos principais académicos chineses das Relações Internacionais, sendo considerado um dos maiores especialistas, senão o maior, no pensamento político-internacional da China, ou, por outras palavras, nas teorizações chinesas acerca das relações internacionais. Destacam-se algumas obras de Xuetong, nomeadamente *Ancient Chinese Thought, Modern Chinese Power* (2011) e *Moral Realism and Strategy for China's Rise* (2018). Xuetong faz parte de uma geração de académicos que, pela primeira vez desde a implantação da República Popular da China, teve a possibilidade de ir estudar para o Ocidente, nomeadamente para os Estados Unidos da América, onde contactou com as Relações Internacionais ocidentais. Depois de se formar em Política Internacional no Instituto de Relações Internacionais, Xuetong partiu para a Califórnia, onde tirou um PhD em Ciência Política na UC Berkeley. Atualmente Xuetong é diretor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Tsinghua, sendo um dos principais impulsionadores da criação de uma teoria chinesa das relações internacionais, sendo o fundador do movimento da Escola de Tsinghua, que se tem oposto à Escola Chinesa de Relações Internacionais.

Na Academia portuguesa, destacam-se, também, importantes nomes no estudo da China e da Faixa e Rota chinesa, nomeadamente Paulo Duarte, Carmen Amado Mendes, Jorge Tavares da Silva e Luís Tomé. Paulo Duarte é doutor em Sciences Politiques et Sociales pela Université Catholique de Louvain, na Bélgica, como a tese “*The securitisation of Chinese interests: the New Silk Road within the Central Asian New Great Game*”, sendo considerado como um dos maiores especialistas nacionais na Faixa e Rota chinesa. Atualmente é professor na Universidade do Minho e na Universidade Lusófona – Centro Universitário do Porto, investigador no *Research Center in Political Science (CICP)* da Universidade do Minho, e autor de diversos artigos científicos e de diversas obras acerca da Faixa e Rota, tais como *Metamorfoses no Poder: Rumo à Hegemonia do Dragão* (2014), *Pax Sinicia* (2017), *A Faixa e Rota chinesa: A convergência entre Terra e Mar* (2017), *The Belt and Road Initiative: An Old Archetype of a New Development Model* (2020), e *The*

Palgrave Handbook of Globalization with Chinese Characteristics: The Case of the Belt and Road Initiative (2023). A investigação de Paulo Duarte tem abordado diversos aspetos da política externa chinesa e da Faixa e Rota, dando especial atenção a fatores como o *soft power* e o *sharp power* chinês. Paulo Duarte caracteriza a China como uma potência “nostálgica, pragmática e assertiva” e que pretende recuperar o seu lugar no Sistema Internacional. Deste modo, Duarte fala-nos do interesses da China no Oceano Índico, nas estratégias de securitização logísticas, energéticas e militares ao longo da Faixa e Rota, na posição da China face à Rússia e em relação à União Europeia, até de um eventual alargamento da Faixa e Rota ao Ártico e à Antártida. A análise de Paulo Duarte encontra-se, assim, centrada nas possibilidades abertas pela Faixa e Rota, mas também na reemergência chinesa e nos desafios que esta tem trazido para a Ordem Internacional.

Carmen Amado Mendes, por sua vez, é doutora em Political Studies pela SOAS University of London, com a tese “*Portugal and the Settlement of the Macau Question, 1984-1999: Pragmatism in International Negotiations*”, sendo considerada como uma das maiores especialistas portuguesas em Macau e na Faixa e Rota. Atualmente é professora na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, presidente do Centro Científico e Cultural de Macau, e autora de diversas obras como *China Contemporânea* (2020), *Cultura Chinesa: Uma Perspetiva Ocidental* (2022) e *China's New Silk Road: An Emerging World Order* (2019). A investigação de Mendes tem versado principalmente sobre o papel de Macau como ponte entre a China e os países de Língua Portuguesa, e, por conseguinte, como fator na Faixa e Rota. Em acréscimo, também tem dedicado a sua investigação à ascensão da China e às implicações que tal poderá trazer para a Ordem Internacional.

Jorge Tavares da Silva, é doutor em Relações Internacionais: Política Internacional e Resolução de Conflitos pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, com a tese “Os Canais de Intermediação não Governamental na Transformação do Conflito Sino-Formosino: O Caso da Comunidade Empresarial Taiwanesa”. Atualmente é professor no Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território da Universidade de Aveiro e na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade da Beira Interior, assim como investigador na unidade de investigação GOVCOPP da UA, sendo considerado com um dos maiores especialistas nacionais na política chinesa, e na figura de Xi Jinping. A sua principal obra é *Xi Jinping: A Ascensão do Novo Timoneiro da China* (2021).

Luís Tomé, por fim, é doutor em Relações Internacionais, com especialização em História e Teoria pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, com a tese “*Geopolitics and Security Complex in East Asia: Theoretical and Conceptual Issues*”. Atualmente é professor no Departamento de Relações Internacionais da Universidade Autónoma de Lisboa e investigador no Observare e no IPRI-UNL, sendo considerado com um dos maiores especialistas nacionais no estudo da China nas Relações Internacionais, sobretudo em termos geopolíticos. Tomé tem dedicado grande parte da sua investigação ao estudo da Grande Estratégia da China de Xi Jinping e à ascensão internacional da China por meio da Faixa e Rota. Na sua análise, Luís Tomé tem privilegiado a análise geopolítica, assim como as interações entre a China e outras potências e o revisionismo chinês da Ordem Internacional.

Além destes especialistas, muitos outros investigadores portugueses têm-se dedicado à estudar a China a partir da perspectiva da Ciência Política e das Relações Internacionais, podendo, ainda, serem alvo de destaque Fernanda Ilhéu, José Pedro Teixeira Fernandes, Carlos Gaspar, Raquel Vaz-Pinto, Carla Fernandes, Vasco Rato, Tiago André Lopes, Cátia Miriam Costa, e muitos outros que poderiam ser aqui mencionados. De uma forma geral, podemos afirmar que esta temática tem atraído, cada vez mais, o interesse de vários académicos e exemplo disso são as diversas investigações de mestrado e de doutoramento que têm surgido todos os anos apresentando novas visões e perspectivas acerca da posição internacional da China contemporânea.

Através de uma pesquisa no *Repositórios Científicos de Acesso Aberto de Portugal* (RCAAP) verificamos a existência de mais de mil de produções científicas (dissertações e teses) que abordam este tema, independentemente de se focarem na Faixa e Rota ou nouro aspeto. Se reduzirmos este espectro para as que abordam esta temática partindo de um posto de vista político, isto é, da Ciência Política e das Relações Internacionais, sobram-nos ainda algumas centenas de resultados. De um modo geral, estas produções académicas (dissertações e teses) têm abordado, sobretudo, o relacionamento entre a China e as grandes potências (EUA, Rússia, Índia ou União Europeia) ou entre a China e os países de língua portuguesa, nomeadamente em África. Muitas delas tratam especificamente a Faixa e Rota, enquanto outras simplesmente abordam-na como parte de uma estratégia maior ou optam por nem a mencionar, limitando-se a trabalhar a política externa como um todo. Algumas mencionam questões de carácter interno, tais como o sistema político chinês e a preponderância do Partido Comunista Chinês, relacionando-os com a Faixa e Rota e/ou com

as ambições internacionais da China. Grande parte das produções centra a sua análise em áreas geopolíticas específicas, como África, a Europa do Leste, o Indo-Pacífico, o Sudoeste Asiático, ou até o Ártico e a Antártida, privilegiando, muitas vezes, uma leitura geopolítica e geoeconómica, e ainda utilizando ferramentas como o *soft power* e o *hard power*. Quanto ao carácter revisionista da China e da própria Faixa e Rota, só um pequeno número de produções aborda estas questões, e, as que o fazem, fazem-no sobretudo de uma forma muito limitada, partindo, por exemplo, da decadência do poder norte-americano, ou referindo simplesmente a nova configuração do Sistema Internacional e não tanto da Ordem em si. No que respeita à produção académica dentro desta casa, destaca-se a existência de algumas produções que abordam esta temática. Existem, à data, um total de três dissertações de mestrado defendidas na Universidade Lusíada (Porto e Lisboa) acerca da posição internacional da China, porém nenhuma aborda questões como a visão chinesa das relações internacionais, nem temas mais inovadores como o *sharp power* chinês. Por outro lado, e ainda que refiram a Faixa e Rota e até a caracterizem, nenhuma o faz de uma perspetiva geopolítica e geoeconómica, e tão pouco discute o revisionismo presente na política externa chinesa e os impactos que isso tem e poderá ter na Ordem Internacional.

CAPÍTULO I

ENQUADRAMENTO TEÓRICO-CONCEPTUAL

O presente capítulo tem como objetivo apresentar um enquadramento teórico-conceitual que possibilite uma apropriada interpretação das temáticas abordadas nos seguintes capítulos e que são o objeto de investigação da presente dissertação.

Serão, assim, alvo de análise neste capítulo, os aspetos teóricos do estudo das Relações Internacionais (RI), abordando tanto os seus debates como as suas lentes conceptuais, assim como as ferramentas dedicadas ao estudo da Política Externa, nomeadamente a Análise de Política Externa (APE), que se traduz num *subfield* desta disciplina mas também numa ferramenta que nos permite uma mais profunda compreensão das decisões em política externa, assim como a *Role Theory* enquanto abordagem teórica que seguiremos na nossa posterior análise interpretativa dos fenómenos a serem investigados. Este capítulo também abordará a Ordem Internacional, não só em termos conceptuais, como normativos e empíricos, destacando a sua evolução, assim como a sua atual caracterização e os desafios que enfrenta, explanando, deste modo, o contexto internacional sob o qual decorre o fenómeno que iremos investigar. Por fim, será também alvo de análise no presente capítulo o conceito de Poder, assim como os conceitos de *hard*, *soft* e *sharp power*.

1. ASPETOS TEÓRICOS DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

As Relações Internacionais são uma disciplina recente, cuja origem remonta ao período entre guerras e que tem como objeto de estudo os fenómenos internacionais, isto é, as relações internacionais propriamente ditas. Verifica-se, assim, uma relação autológica entre a disciplina e o seu objeto de estudo, fazendo-se a diferenciação mediante o uso de iniciais maiúsculas, no primeiro caso, e minúsculas, no segundo caso. Neste sentido, para compreendermos as Relações Internacionais enquanto disciplina, importa entendermos de que se trata, em específico, o seu objeto de estudo.

Falamos de relações internacionais impõe com que também falemos de Estados, no sentido em que estes foram os primeiros atores internacionais a surgir e continuam, ainda hoje, a ser os atores principais do Sistema Internacional. Partindo deste ponto, e revisitando Philippe Braillard (1990, as cited in Sousa, 2005) podemos caracterizar as relações internacionais como “um conjunto de ligações, de relações e de contactos que se estabelecem entre os Estados, muito particularmente no âmbito da sua política externa” (p.159). Apesar

da utilidade desta conceção, ela reflete um carácter estatocêntrico, ignorando outras importantes dimensões, pelo que é insuficiente para interpretar as atuais dinâmicas das relações internacionais. Tal como salienta Fernandes (2015), a crescente complexificação da realidade internacional alargou “o domínio das relações internacionais” a novas áreas, deixando “de compreender apenas a afirmação externa do poder dos Estados, os conflitos internacionais e as relações diplomáticas e estratégicas” (p.23). Assim, as relações internacionais passaram a ser caracterizadas como “o reflexo, o espelho, das interações desenvolvidas pelos principais actores internacionais” (Fernandes, 2015, p.23), abrangendo múltiplos domínios tais como a política, a economia, a cultura, entre outros. Verificamos, deste modo, uma evolução do conceito das relações internacionais, e, por conseguinte, do próprio campo de estudos das Relações Internacionais, o que nos permite, neste momento, descrever o seu objeto de estudo como todo o tipo de relações desenvolvidas tendo por base o palco internacional, englobando, assim relações do tipo político, económico, social e até cultural, e protagonizadas por um largo espectro de atores internacionais.

O estudo das relações internacionais, apesar de só se autonomizar dentro de uma disciplina muito recentemente, já preocupava diversos filósofos desde a Antiguidade Clássica, tais como Tucídides, ou, mais tarde, Kant. Apesar disto, e ainda que o termo ‘relações internacionais’ já existisse desde o século XVIII, poucos eram os que se dedicavam ao seu estudo. O primeiro esforço académico de estudar as relações internacionais surgiu através da *Chichele Chair of International Law and Diplomacy* criada na Universidade de Oxford, em 1859, porém só depois da I Guerra Mundial é que surgiu real motivação política e académica para compreender a realidade internacional. O principal impulso nesta direção foi dado pelo presidente dos Estados Unidos da América (EUA), Woodrow Wilson, e pelos seus *Catorze Pontos*. A proposta de Wilson traduzir-se-ia num amplo movimento de aprofundamento e difusão do estudo das relações internacionais, resultando na criação da primeira cátedra inteiramente dedicada ao estudo da Política Internacional, apelidada de *Woodrow Wilson Chair of International Politics*, e sendo criada em 1919 na Universidade de Aberystwyth (Mendes, 2013; Lagar & Porcelli, 2022).

A partir de 1919 o estudo das relações internacionais floresceu, porém, à época, encontrava-se muito dependente da corrente idealista liberal, preconizada pelas propostas de Wilson. Esta perspetiva partia da convicção de que existiam interesses comuns universais, como a paz, pelo que os Estados teriam a necessidade de cooperar entre si para satisfazer estes mesmos. Assim, o foco de análise recai sobre a cooperação, privilegiando, na sua

análise, o papel do Direito Internacional e “*the potential role of institutions in improving the human condition and mitigating conflict between states*” (Lake, 2013, p.569). O idealismo liberal não só influenciou o estudo académico das relações internacionais, como a própria realidade internacional da época e cujo expoente foi a criação da Sociedade das Nações. Como reacção surgiu, no final da década de 1920 e inícios da década de 1930, uma outra corrente apelidada de realismo, que ganhou força sobretudo após a crise de 1929 e com os avanços da Alemanha Nazi na Europa ao longo da década de 1930.

Um dos primeiros autores a propor esta nova perspetiva foi Reinhold Niebuhr, que através da obra *Moral Men and Immoral Society* (1932), dirigiu uma crítica ao pensamento idealista, apontando uma visão alternativa da política internacional, definindo-a como “o palco onde os vários Estados procuram egoisticamente promover os seus interesses à custa dos interesses de outros” (Cravinho, 2010, p.127). Niebuhr foi um dos primeiros autores a apresentar a perspetiva realista, sendo seguido por outros como Edward Carr e Hans Morgenthau. Este último foi, por sua vez, o responsável por criar a primeira teoria das relações internacionais, a Teoria Realista (Clássica). Na sua obra *Politics Among Nations: The Struggle for Power and Peace* (1948), Morgenthau sintetizou e sistematizou a tradição do realismo numa teoria capaz de interpretar e explicar os fenómenos internacionais, partindo de pressupostos tais como, a primazia dos Estados; a luta pelo poder enquanto motor da Política Internacional; o interesse nacional; e a amoralidade da política.

Com a publicação da obra de Morgenthau, institucionaliza-se o primeiro debate teórico das Relações Internacionais, apelidado de Debate Fundador. O resultado foi, não só a criação da primeira teoria das relações internacionais, como, para alguns, a fundação da própria disciplina¹ (Fernandes, 2011). A partir daqui surgem novos debates, contrapondo diferentes perspetivas e diferentes teorias². O segundo debate foi o Debate Metodológico, que, na década de 1950, opôs não duas abordagens teóricas das Relações Internacionais, mas

¹ O momento de fundação da disciplina das Relações Internacionais não é consensual entre os académicos. Enquanto alguns apontam a criação da primeira cadeira inteiramente destinada ao estudo da política internacional (*Woodrow Wilson Chair*), outros, sobretudo os académicos norte-americanos, preferem considerar como momento fundador a publicação da obra de Morgenthau, por este consistir na criação da primeira teoria das relações internacionais (Fernandes, 2011).

² As Teorias das Relações Internacionais são, assim, abordagens teóricas da disciplina das Relações Internacionais que nos apresentam um conjunto sistematizado e sintetizado de princípios e pressupostos, permitindo uma melhor compreensão dos fenómenos internacionais. Na conceção de Braillard (1990), as teorias são “uma expressão, que se pretende coerente e sistemática, do nosso conhecimento acerca do que designamos por realidade”, e cujo principal objetivo é a explicação dessa mesma realidade, i.e., a demonstração de “porque é que o objecto de que ela se ocupa é tal como é e não de outra maneira”, ao mesmo tempo que procura “dar um sentido aos diversos elementos constituintes deste objecto, estabelecendo um certo número de relações entre esses elementos, nomeadamente, relações de causalidade” (p.11).

antes duas abordagens metodológicas, a abordagem tradicional, típica das Ciências Sociais, e assente numa análise qualitativa e interpretativa dos factos, e a abordagem behaviorista, que se propunha a adaptar os métodos das Ciências Exatas às RI (Fernandes, 2011).

A este debate seguiu-se o Debate Interparadigmático, que eclodiu no final da década de 1970 e início da década de 1980, opondo as abordagens realistas, liberais e estruturalistas entre si. Como refere Fernandes (2011), este novo debate teve por base as novas propostas de Thomas Kuhn de que a Ciência evolui através de debates entre diferentes paradigmas³. No caso das Relações Internacionais, o termo ‘paradigma’ só começa a ser aplicado no final da década de 1970 e no início da década de 1980, face ao surgimento de novas abordagens teóricas que tinham, entretanto, surgido dentro da disciplina. Ao Realismo Clássico da década de 1940, juntaram-se, assim, novas propostas, tais como o Funcionalismo de David Mitrany e o Neofuncionalismo de Ernst Haas, na década de 1950, a Teoria Dependente, na década de 1960, e, já na década de 1970, as teorias de matriz idealista liberal, nomeadamente o Transnacionalismo, a Interdependência Complexa e a Paz Democrática. À época reconheciam-se, portanto, a existência de três grandes paradigmas: o Paradigma Realista, o Paradigma Pluralista ou Liberal, e o Paradigma Estruturalista ou Marxista. O Debate Interparadigmático resultou em novas propostas realistas, através de Kenneth Waltz, que publicara em 1979 a obra *Theory of International Politics*, e de Robert Gilpin, que em 1981 publica *War and Change in World Politics*. Ambas as obras constituíram “an attempt to relaunch more ‘scientific’ versions of realism” (Wæver, 1996, p.162). Na sequência destes avanços, surge, também, uma nova proposta liberal através dos trabalhos de Robert Keohane e Joseph Nye em torno da ideia de ‘interdependência complexa’.

Na década de 1990, as abordagens racionalistas (Neorealismo e Neoliberalismo) unem-se contra as novas propostas que Keohane designou por ‘reflectivists’ e das quais fazem parte as abordagens pós-positivistas, mas também o Construtivismo. Inicia-se, assim, um novo debate, o Debate Pós-Positivista.

A par deste debate, vários académicos procuraram interpretar a disciplina e o seu objeto de estudo de outras formas. A crescente complexificação da Política Internacional e da própria disciplina trouxeram novos problemas que as teorias das relações internacionais

³ Na perspectiva de Kuhn, a Ciência é composta por diferentes paradigmas, que se traduzem num conjunto de ideias e pressupostos partilhados por um grupo de indivíduos. Quando surge um novo paradigma, forma-se um debate entre este e o anterior, saindo daí um ‘vencedor’, contribuindo, desta forma, para o aprofundamento teórico e metodológico de cada disciplina (Fernandes, 2011).

não eram capazes de resolver. Com isto, surgiram intensas críticas à lógica subjacente aos Grandes Debates, nomeadamente por ignorarem certas questões de extrema importância. Hoje, o consenso dentro das RI é de que os Grandes Debates tiveram e continuam a ter grande importância, contribuindo para o desenvolvimento da disciplina, porém a existência de diversas questões que escapam a estes confrontos e o surgimento de novas teorias que tornam impossível um novo debate que as confronte todas, tem levado os académicos a optarem por uma via alternativa, a das *middle-range theories* (Schmidt, 2013; Lake, 2013). Tal como refere Lake (2013), estas abordagens existem nas Relações Internacionais desde a Guerra do Vietname – resultado da qual os académicos perceberam que o interesse nacional não pode ser diretamente observado – e têm florescido a par dos Grandes Debates. A novidade destas teorias reside no seu ecletismo e pluralismo, “*sharing a positivist and intentionalist approach to politics*” (Lake, 2013, p.571) e agrupando elementos realistas, liberais e construtivistas em perspetivas singulares. Vários autores como Allison, Holsti ou Rosenau contribuíram para o desenvolvimento destas abordagens localizadas à margem dos paradigmas dominantes, e concedendo especial atenção a certas particularidades dentro dos fenómenos e nem sempre ao seu todo. Com estes avanços tornou-se possível desenvolver teorias “*with varying assumptions that apply to specific issues and even limited historical periods*”, e cujo sucesso nos permite afirmar que as *middle-range theories* “*represents the future of International Relations*” (Lake, 2013, p.572).

1.1. O estudo da política externa e a APE

O estudo da política externa é dos temas mais recorrentes dentro das Relações Internacionais. Tal como o estudo das relações internacionais, o estudo da política externa esteve, por muito tempo, dependente de outros saberes, como a História Diplomática, pelo que só com a emancipação das Relações Internacionais é que o seu estudo foi inserido num campo de estudos próprio (as RI). Após a formação da disciplina, o estudo da política externa evoluiu, a ponto de, hoje, serem vastos os estudos inseridos dentro desta área, que rapidamente se assumiu como um subcampo de estudo dentro da disciplina.

Apresentar um conceito inequívoco e consensual daquilo que é a política externa é praticamente impossível. Ao longo da história foram vários os autores e teóricos a propor diferentes noções, baseando-se em diferentes tipologias. Porém, a própria natureza mutável

das relações internacionais, tornou algumas destas concepções incapazes de interpretar as atuais dinâmicas da política externa dos Estados. Calvet de Magalhães (1996), célebre diplomata português, definiu a política externa como o “conjunto de decisões e acções de um Estado em relação ao domínio externo” (p.23). Esta noção concebe a política externa de um modo tradicional, isto é, como uma política do Estado para o exterior. Ainda neste sentido, o *Dicionário de Relações Internacionais* define política externa como “a actividade pela qual os Estados agem, reagem e interagem (...) uma actividade de fronteira cruzando dois ambientes – o interno e o externo” (Sousa, 2005, p.144). Petric (2013), continuando esta lógica, define, por sua vez, a política externa como “*an activity of the State with which it fulfils its aims and interest within the international arena*”, apontando como elemento caracterizador o facto de ser uma atividade exclusiva do Estado, ou seja, “*an activity of its functionaries in taking and implementing foreign policy decisions*” (pp.1-3). Já noutro sentido, Hill (2015) apresenta-nos uma concepção mais alargada, definindo a política externa como “*what one state does to, or with, other states, involving a mix of conflict and cooperation*”, mas também como “*the sum of official external relations conducted by and independent actor (usually but not exclusively a state) in international relations*” (pp.1-4). Rosenau, reconhecido teórico de política externa, caracteriza-a, por fim, como o “esforço de uma sociedade nacional para controlar o seu ambiente externo pela preservação das situações favoráveis e a modificação das situações desfavoráveis” (Rosenau, 1980, as cited in Mendes, 2017, p.12).

O estudo da política externa tem desempenhado um papel crucial dentro das Relações Internacionais, até porque estudar as relações internacionais é, em grande medida, estudar o relacionamento entre os Estados. Porém, enquanto o período entre guerras motivou um enorme avanço no estudo das relações internacionais, o estudo da política externa só se desenvolveu e afirmou a partir das décadas de 1950 e 1960. Tradicionalmente o realismo considerava a decisão em política externa em termos racionais e do interesse nacional (*Escolha Racional*). A partir destas décadas surgiram novos estudos, preocupados com diferentes focos e originando novas abordagens tais como a *Escolha Pública*, que, apesar de ligada à Ciência Política, tornou-se num marco, procurando novas formas de compreender a decisão em política externa, indo além do interesse nacional; ou como a Política Externa Comparada cujo objetivo era identificar “*correlations between the factors involved in foreign policy over as wide a range as possible, and eschewed contextual detail*” (Hill, 2015, p.13). Estas novas propostas, opondo-se à abordagem tradicional, permitiram o avanço do estudo

da política externa, criando novos quadros teóricos e metodológicos, e, em longa medida, resultando na criação da Análise de Política Externa (APE), uma nova forma de entender e analisar a política externa dos Estados (Mendes, 2020; Hill, 2015).

A evolução no estudo da política externa encontra-se estreitamente relacionada com o debate Agência/Estrutura. Este debate não é exclusivo das Relações Internacionais, sendo transversal a todas as Ciências Sociais. O principal objetivo deste debate é “saber qual é o factor determinante do nosso mundo social: a ‘agência’ (as acções dos actores ou a sua capacidade de atuar) ou a ‘estrutura’ (as vastas restrições no âmbito das quais os actores agem, tais como a anarquia ou a sociedade internacional, o capitalismo global ou o direito internacional)” (Brown & Ainley, 2012, p.117). Este debate tem-se desenvolvido em torno dos próprios debates teóricos das Relações Internacionais e encontra-se associado aos níveis de análise considerados no estudo dos fenómenos internacionais. Uma das principais contribuições para este debate veio através do Realismo Estrutural de Kenneth Waltz que considerava a Agência dependente da Estrutura, isto é, que a política externa dos Estados seria uma resposta face ao Sistema. Após a contribuição de Waltz, em 1979, aparecem novas abordagens, baseando-se em diferentes níveis de análise e procurando explicar a decisão em política externa de uma forma mais alargada e abrangente. É neste contexto que surge uma nova abordagem designada por Análise de Política Externa, graças aos contributos pioneiros de diversas obras, de onde são de destacar: *Foreign Policy Decision-Making* (1954) de Richard Snyder, Henry Bruck e Burton Sapin; *Man-Milieu Relationship Hypothesis in the Context of International Politics* (1956) de Harold e Margaret Sprout; e *Pre-theories and Theories of Foreign Policy* (1966) de James Rosenau.

A Análise de Política Externa pode ser descrita como “*a theoretical enterprise informed by empirical investigation*” (Hudson & Vore, 1995, p.212), consistindo numa abordagem que procura explicar a política externa partindo do processo de tomada de decisão e das motivações que levaram a com que uma decisão fosse adotada (Hill, 2015). O surgimento da Análise de Política Externa significou uma reinvenção da forma de estudar e compreender a política externa dos Estados, contrapondo-se ao pressuposto realista partilhado pela abordagem tradicional de que a decisão em política externa era o resultado da ação do Estado enquanto “*a single, coherent actor pursuing clear interest in a more or less rational manner*” (Hill, 2015, p.8). Enquanto a abordagem tradicional centrava a sua análise no papel Estado, propondo-se a explicar a política externa “a partir das condições geográficas, históricas, económicas e políticas que caracterizam o ambiente externo às

fronteiras dos estados” (Mendes, 2007, p.131), a APE focou o seu estudo no processo de decisão e no decisor político, concebendo esta como resultado, não do interesse nacional propriamente dito, mas antes dos “*interest of various players*” (Hudson & Vore, 1995, p.210). Deste modo, e de forma inovadora, a Análise de Política Externa rompe com as concepções tradicionais, deixando de encarar o Estado como um ator unânime, unitário e monolítico, cuja política externa seria definida de forma racional e em resultado do interesse nacional, ao mesmo tempo em que também veio romper com a ideia de uma “dicotomia entre a política externa e a política interna” (Mendes, 2007, p.130), passando a considerar que ambas se interrelacionam e influenciam.

No estudo da decisão em política externa, a APE leva em consideração diferentes níveis de análise, desde a Estrutura, às ideias e motivações do próprio decisor político. Desta forma, podemos afirmar que o grande objetivo desta nova abordagem é partir a *caixa negra* da decisão, chegando aos reais decisores políticos e descobrindo as verdadeiras razões por detrás da decisão. Na linha de Hudson & Vore (1995), “*unpacking the black box of foreign policy decision making adds much detail to the analysis of IR*” dado permitir “*explain in a more specific fashion what nations are likely to do in particular circumstances*” (p.211). Neste sentido, a APE “*employs ‘middle-range theories’ to examine particular areas of human activity such as perception or geopolitics*” (Hill, 2015, p.13). Isto significa que estudar em APE pode gerar diferentes resultados, dependendo quais os modelos ou ‘*middle-range theories*’ que adotemos, isto é, dos fatores que tenhamos em consideração ou a que concedamos maior relevância. Neste sentido, deparamo-nos com diversos contributos de vários autores para compreender a decisão em política externa e que resultaram na criação de modelos específicos, e de onde podemos destacar Snyder, Bruck e Sapin e o seu modelo decisional; Harold e Margaret Sprout e a conceção do *man-millieu*; Rosenau e a *linkage theory*; e Graham Allison e seus modelos do Processo Burocrático e Organizacional.

O trabalho de Snyder, Bruck e Sapin significou o primeiro grande passo no surgimento da Análise de Política Externa, ao proporem centrar o estudo da política externa “nas decisões, ou seja, no processo de formulação da decisão e, portanto, na análise do comportamento dos decisores políticos” (Mendes, 2007, p.131). Para Snyder, Bruck e Sapin (2002) a decisão em política externa deveria ser estudada através da análise do processo de decisão e dos atores nele envolvidos, considerando “*the nation-state as the fundamental level of analysis*” (p.75) e investigando as pressões externas, mas sobretudo internas, que influenciaram na sua decisão. Desta forma, Snyder, Bruck e Sapin (2002) passaram a

conceber a decisão em termos do *comportamento organizacional*, i.e., considerando que esta deveria ser encarada a partir do contexto ou estrutura organizacional em que é desenvolvida. Assim, mais do que saber “*how choices are made*”, importa saber “*the conditions under which choices are made*” (Snyder et al, 2002, p.76). O trabalho de Snyder, Bruck e Sapin é sintetizado por Mendes (2007) em “quatro pressupostos fundamentais”, são eles: “a assunção de que a política externa consiste em decisões tomadas por decisores políticos identificáveis e que, portanto, é esta actividade comportamental que requer explicação”; “importância da percepção dos decisores relativamente à definição da situação”; “a ênfase dada às origens domésticas e societárias da política externa”; e “assunção de que o próprio processo de decisão pode ser uma fonte importante e independente de decisões” (pp.132-3).

Harold e Margaret Sprout, por sua vez, desenvolveram o seu estudo da política externa em torno da distinção entre o *ambiente operacional* e o *ambiente psicológico*, sendo que enquanto o primeiro diz respeito à “situação com os seus constrangimentos, internos e externos, puramente objetivos”, o segundo “engloba o conjunto de ideias e imagens acerca do mundo retidas pelos decisores e representa a forma como os decisores interpretam a situação” (Mendes, 2017, p.26). Partindo destes pressupostos, Harold e Margaret Sprout concebem a ideia de *psycho-millieu*, isto é, “*the international context as perceived and interpreted by decision makers*” (Hudson & Vore, 1995, p.213). O conceito de *millieu*, como definido por Harold e Margaret Sprout (1957), “*include all phenomena (...) to which the envired unit’s activities may be related*” (p.311) e que é interpretado pelo indivíduo, mas nem sempre da mesma forma, pelo que diferentes indivíduos poderão ter diferentes percepções acerca do meio, residindo aí a relevância deste quadro teórico. Neste sentido, Harold e Margaret Sprout apresentam como nível de análise a percepção do decisor relativamente ao meio que o rodeia, dado que esta nem sempre é congruente com a realidade, “*leading to less than satisfactory choices in foreign policy*” (Hudson & Vore, 1995, pp.213-214). Além de Harold e Margaret Sprout, também Kenneth Boulding teorizou acerca do impacto que a percepção do decisor tem na tomada de decisão. Desta forma, segundo Boulding, “*it is what we think the world is like, not what is really like, that determines our behavior*” (Boulding, 1969, p.423). Assim, e na linha de Harold e Margaret Sprout, também Boulding considera que “é a imagem que os decisores têm do mundo – correcta ou incorrecta, verde ou vermelha – que determina o comportamento dos decisores” (Mendes, 2007, p.138).

Já James Rosenau procurou estudar a política externa dos Estados a partir das pressões do meio interno e do meio externo. Na sua perspectiva “*foreign policy is shaped by internal as well as external factors*” (Rosenau, 1966, p.31), pelo que se focou em desenvolver uma forma suficientemente aprofundada de explicar a decisão em política externa, recorrendo à análise de “*several levels of analysis – from individual leaders to the international system*” (Hudson & Vore, 1995, p.213), o que resultou na formulação de um modelo teórico designado por *Linkage Theory*. Através desta teoria, Rosenau propôs a possibilidade de existir uma interação entre o meio interno e o meio externo que condiciona o decisor. Rosenau introduz, assim, a ideia de *linkage politics*, definindo o processo de *linkage* como “*any recurrent sequence of behavior that originates in one system and is reacted to in another*” (Rosenau, 1969, p.45). Com a sua *Linkage Theory*, Rosenau apresenta-nos um modelo de análise de política externa baseado em *inputs* e *outputs*, e que reconhece “mútua interpenetração e interdependência entre o meio interno e o meio internacional” (Mendes, 2017, p.19).

Desta forma, percebemos que a APE trouxe contribuições de elevada relevância para as Relações Internacionais, ao propor que o estudo da política externa seja efetuado através de uma nova abordagem que tenha em consideração diversos fatores para além do simples interesse nacional.

1.2. Role Theory

Em 1970, Kalevi J. Holsti publicou um artigo na *International Studies Quarterly* intitulado “*National Role Conceptions in the Study of Foreign Policy*”, e que consistiu na “*first attempt to import role theory into the FPA literature, despite the fact that role theory had been in development for nearly four decades in other disciplines*” (Thies & Breuning, 2012, p.1). Neste artigo, Holsti propôs adaptar a *role theory*⁴ – à época já utilizada noutras Ciências Sociais como a Sociologia, a Antropologia e a Psicologia Social – às Relações Internacionais, mais precisamente ao estudo da política externa.

⁴ *Role theory* pode ser traduzido para o português como ‘Teoria dos Papéis’ ou ‘Teoria dos Papéis Organizacionais’, porém, ao longo da presente dissertação, optamos pela utilização do termo inglês de forma a evitar possíveis equívocos.

Na linha de Wahlke, Eulau & Buchanan (1962), *role* ou ‘papel’ pode ser caracterizado como “*a coherent set of ‘norms’ of behavior which are thought by those involved in the interactions being viewed, to apply to all persons who occupy [the same] position*” (pp.8-9). Ralph Turner, por sua vez, considera que o “*role is made up of all those norms which are thought to apply to a person occupying a given position*” (Turner, 1956, as cited in Holsti, 1970, p.238). Já Harnish (2011) define *roles* como “*social positions (as well as a socially recognized category of actors) that are constituted by ego and alter expectations regarding the purpose of an actor in an organized group*” (p.8). Partindo destas definições apercebemo-nos de que cada *role* comporta não uma, mas diversas concepções, ou, noutras palavras, o *role* é composto pela concepção do *ego* e do *alter*. Por outro lado, Turner (1956) e Holsti (1970), ao conceito de *role*, acrescentam os conceitos de *role performance* e de *role prescriptions*. Enquanto a primeira refere-se “*to behavior (decisions and actions)*” (Holsti, 1970, p.239), isto é, ao comportamento do ator em função do seu papel (ou melhor, da concepção do decisor acerca deste papel); *role prescriptions* “*refers to expected or appropriate behavior*” (Turner, 1956, p.316), ou seja, à ideia daquilo que deve ser o comportamento ideal de acordo com o papel desempenhado – as expectativas dos outros. Heinz Eulau acrescenta, a estes conceitos o de *role conception*, e que se traduz na concepção do ator “*of his position and functions, and the behavior appropriate to them*” (Holsti, 1970, p.239), tornando-se, assim, a percepção do(s) ator(es) a variável independente da análise. Em complemento, Harnish (2011), caracteriza as *role conceptions* como “*an actor’s perception of his or her position vis-à-vis others (the ego part of a role) and the perception of the role expectations of others (the alter part of a role)*” (p.8). Além destes conceitos, a *role theory* depende, na sua análise, de um outro, o de ‘posição’, que se encontra associado “*a behavioral ‘setting’ with more or less well-defined functions, duties, rights, and privileges*” (Holsti, 1970, p.241). Apesar disto, Holsti (1970) considera que a noção de ‘posição’ pode causar alguns equívocos dentro das Relações Internacionais, dado que, embora por vezes os Estados pareçam ocupar posições – às quais incumbem direitos e deveres –, sobretudo quando falamos de Organizações Internacionais, identificá-las no âmbito da sua política externa não é tão simples como possa parecer. Assim, Holsti (1970) sugere aplicar-se, neste caso, um outro conceito, o de *status*, que é definido em termos da

estrutura do próprio Sistema Internacional, ocupando, cada Estado, um lugar em função das suas capacidades de poder⁵. Linton (1936) define o *status* da seguinte forma:

A role represents the dynamic aspect of a status. The individual is socially assigned a status and occupies it with relation to other statuses. When he puts the rights and duties which constitute the status into effect, he is performing a role. (p.114)

Partindo deste plano teórico, Holsti (1970) procurou aplicar a *role theory* ao estudo da política externa, na tentativa de desenvolver uma análise mais aprofundada, em contraste com o *mainstream* à época, que era, salvo a inovação da APE, estudar em termos do interesse nacional. Assim, Holsti (1970) considerou que, se cada Estado ocupa um lugar dentro do Sistema Internacional, e estando os decisores políticos conscientes desse lugar, tal irá influenciar o rumo das decisões em política externa.

(...) it seems reasonable to assume that those responsible for making decisions and taking actions for the state are aware of international status distinctions and that their policies reflect this awareness. (Holsti, 1970, p.242)

Segundo a proposta de Holsti (1970), o comportamento do ator, ou seja, as suas decisões e ações em política externa (*role performance*) traduzem-se no “*general foreign policy behavior of governments*”, que é composto pelas “*attitudes, decisions, responses, functions and commitments toward other state*” (p.245), e que se consubstanciam no *national role* do Estado. Este comportamento tem por base o *status*, isto é, a posição que o Estado ocupa dentro do Sistema Internacional, e que, por sua vez, é influenciado pelas *national role conceptions*, onde se encontram incluídas “*the policymakers’ own definitions of the general kinds of decisions, commitments, rules and actions suitable to their state, and of the functions, if any, their state should perform on a continuing basis in the international system or in subordinate regional systems*” (Holsti, 1970, pp. 245-246), e que resultam de fatores como a localização do Estado, as suas características geográficas, os seus recursos, as suas necessidades socioeconómicas, os valores, as ideologias, a opinião pública, os grupos de pressão e movimentos sociais, e a personalidade e necessidades dos decisores políticos;

⁵ Desta forma, e em função da capacidade de poder de cada Estado e da hierarquia do Sistema Internacional, podemos propor uma tipologia de status assente, por exemplo, nas noções de ‘grande potência’, ‘potência média’ e ‘pequena potência’.

assim como pelas *role prescriptions*, que representam o fator externo, sendo o resultado da Estrutura do Sistema Internacional, dos valores e normas internacionais, das expectativas dos outros Estados (sobretudo dentro de alianças ou organizações regionais), da opinião pública internacional, dos tratados e dos acordos informais entre Estados (Holsti, 1970).

Na imagem abaixo é possível observarmos um esquema gráfico representativo da proposta de Holsti, retratando a forma como, segundo a *Role Theory*, as *role conceptions* e as *role prescriptions* influenciam a política externa dos Estados.

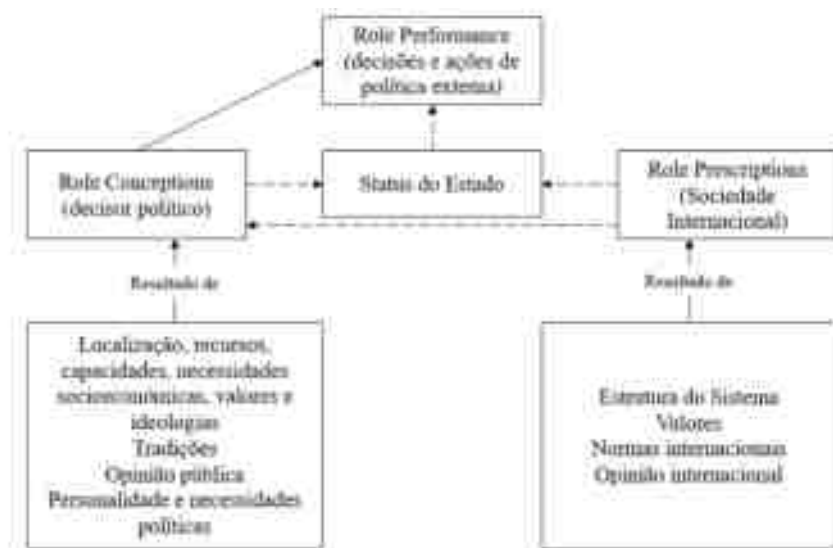


Figura 2 - A *Role Theory* aplicada ao estudo da política externa: variáveis de análise. [Esquema adaptado da Figura 2 de Holsti (1970, p.245)]

A *role theory* parte da premissa de que os Estados mantêm um padrão de comportamento internacional, ou seja, uma direção constante na sua política externa, ocupando papéis específicos em função das suas capacidades de poder (*status*), pelo que a sua atuação internacional é sempre influenciada por esses papéis, ou melhor, pela concepção do decisor acerca do papel do seu Estado e pela concepção da Sociedade Internacional do papel que esse Estado desempenha. Desta forma, é possível reconhecer, mediante diversos critérios, a existência de vários papéis dentro do Sistema Internacional. Deste modo, Holsti (1970) realiza uma síntese da literatura em Relações Internacionais apresentando-nos uma tipificação dos papéis dos Estados na arena internacional, e que pode ser observada na tabela abaixo, onde os primeiros papéis listados são os que “*imply the greatest degree of international activity or involvement*” (p.255).

Papel	Funções	Fontes do papel
<i>Revolutionary leader-imperialist</i>	Transformação do Sistema Internacional; alteração da distribuição do poder	Ideologia
<i>Bloc leader</i>	Coesão do bloco; proteção do bloco e dos seus membros; oposição a outros blocos	Ameaças externas; ideologia; Estrutura do Sistema Internacional
<i>Balancer</i>	Equilíbrio entre os blocos; integração internacional	Distribuição do poder no Sistema Internacional; localização
<i>Bloc member (ally)</i>	Potenciar as capacidades do bloco; apoio ao líder do bloco	Percepção de perigo; localização; afinidade ideológica; estrutura do Sistema Internacional; insuficiência de capacidades
<i>Mediator</i>	Intervenção nos conflitos entre blocos; integração	Localização; políticas tradicionais
<i>Non-aligned</i>	Possível mediação de conflitos	Localização; percepção de perigo; necessidades socioeconômicas; nacionalismo; insuficiência de capacidades
<i>Buffer</i>	Líder de um bloco separado (não dominante) ou grande potência	Localização; insuficiência de capacidades
<i>Isolate</i>	Função latente em neutralizar potenciais áreas de conflito	Localização; percepção de perigo; insuficiência de capacidades
<i>Protectee</i>	Servir as necessidades econômicas e os interesses securitários das grandes potências	Insuficiência de capacidades

Tabela 2 - Papéis nacionais no Sistema Internacional [adaptado da Table 1 - National Role in International Relations Literature, from Holsti (1970, p.255)]

Por outro lado, Holsti (1970), em função de análise de um caso concreto define uma tipificação não dos *national role*, mas sim das *national role conceptions*, ou seja, das concepções o do decisor acerca do papel que o seu Estado desempenha dentro do Sistema Internacional, e que pode ser observada na seguinte tabela.

National Role Conceptions	Características	Exemplo
Bastion of revolution-liberator	Liderança dos movimentos revolucionários além-fronteiras; libertação de outros povos	Apoio da China aos movimentos comunistas em África
Regional leader	Liderança dos Estados de uma região	Preponderância do Egito na união dos Estados árabes
Regional protector	Liderança, apoio e proteção dos Estados de uma região	Estados Unidos da América no Atlântico Norte e dentro do continente americano
Active independent	Não-alinhamento e política externa independente das grandes potências	Posição da Jugoslávia durante a Guerra Fria, rejeitando e opondo-se à política de blocos
Liberation supporter	Apoio aos movimentos revolucionários além-fronteiras	Apoio da China às forças comunistas no Vietname
Anti-imperialist agent	Oposição ao imperialismo	União Soviética durante a Guerra Fria

Defender of the faith	Defesa de certos valores e ideais	Estados Unidos da América desde o final da II Guerra Mundial
Mediator-integrator	Resolução de conflitos	Suécia durante a Guerra Fria, que procurou através da sua neutralidade, servir de ponte
Regional-subsystem collaborator	Procura da cooperação de forma a criar autênticas comunidades	Bélgica durante a Guerra Fria
Developer	Apoio aos países menos desenvolvidos	Apoio do Kuwait aos demais Estados árabes na década de 1960
Bridge	Servir de ponte, facilitando o diálogo e a cooperação	Paquistão enquanto elo entre o Médio Oriente e o Oriente Extremo
Faithful ally	Compromisso de apoio às políticas de outro Estado	Compromisso do Luxemburgo face à NATO
Independent	Política externa independente	Posição neutral do Afeganistão desde a década de 1960
Example	Utilização do prestígio interno de forma a influenciar outros Estados	Filipinas na década de 1960, procurando servir de exemplo de democracia na Ásia
Internal Development	Estado concentra-se nos seus problemas internos	Brasil durante a presidência de Costa e Silva
Isolate	Isolacionismo; corte de praticamente todos os laços com o resto do Sistema Internacional	Camboja quando, na década de 1960, manteve laços somente com a China
Protectee	Estado que considera que os demais o devem proteger	Checoslováquia durante a Guerra Fria (face à URSS)

Tabela 3 - *As National Role Conceptions segundo Holsti [informação adaptada de Holsti, 1970, pp.260-271]*

A *role theory* assume-se, assim, como uma abordagem inovadora na compreensão da política externa e da política internacional, realizando uma análise assente na posição/*status* de cada Estado no Sistema Internacional, e traduzindo-se em mais um avanço no Debate Agência-Estrutura. Como afirma Breuning (2011), “*role theory centrally concerns itself with this interaction between agent and structure*” (p.16), pelo que, num primeiro momento, encontrava-se bastante próxima das teorias estruturalistas, evoluindo, posteriormente, para uma análise mais focada nas perceções do decisor do que nas condições materiais do poder de cada Estado. Por outro lado, é aqui que se traça a fronteira entre a escola americana e a escola europeia, enquanto os *role theorists* norte-americanos concedem, no seu estudo, maior relevância a estas variáveis materiais, os *role theorists* europeus preferem focar-se mais nos aspetos sociológicos e psicológicos relacionados com o decisor e com a decisão (Breuning, 2011). Assim, enquanto para os norte-americanos a *role theory* está associada ao Realismo Estrutural, para os europeus encontra-se inserida na abordagem construtivista.

2. ORDEM INTERNACIONAL: CONCEPTUALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO

No estudo das Relações Internacionais é comum utilizarmos diversos conceitos para nos referirmos ao conjunto de Estados e as relações entre eles estabelecidas. Desta forma, é usual ouvirmos expressões como ‘Sistema Internacional’, ‘Sociedade Internacional’, ‘Comunidade Internacional’ e ‘Ordem Internacional’. De uma forma cabal, estes quatro conceitos identificam-se com o mundo supraestadual, porém comportam diferentes concepções acerca do mesmo. A título de exemplo, o Sistema Internacional é definido por Raymond Aron (2002) como “o conjunto constituído pelas unidades políticas que mantêm relações regulares entre si e que são suscetíveis de entrar numa guerra geral” (p. 153). Tendo por base a Teoria Geral dos Sistemas, este conceito implica atendermos à estrutura de poder internacional e aos processos, ou seja, “ao padrão de relacionamento e tipos de interações entre as unidades” (Sousa & Ferreira, 2022, p.574). Já a Sociedade Internacional, “diz respeito à institucionalização partilhada de ideias, interesses e convicções e é constituída através de regras e instituições comuns que vão mediar o relacionamento entre os Estados” (Mendes, 2022a, p.582). Comunidade Internacional, em contrapartida, encontra-se bastante próxima do conceito de Sociedade Internacional, porém supondo a existência de autênticos vínculos entre os Estados, que permitem relações mais próximas e espontâneas.

A Ordem Internacional, em concreto, é uma conceção mais complexa, podendo ser descrita como “o resultado da estrutura – material e ideacional –, processos e agentes que num determinado tempo e espaço constituem e definem as relações internacionais”, mas também como o “conjunto de estruturas e ideias que arquitetam e legitimam as regras do jogo internacional”, comportando “duas perspetivas: a empírica e a normativa” (Mendes, 2022c, p.441). Enquanto em termos empíricos identificamos “a distribuição do poder que num determinado tempo e espaço compõem a estrutura do sistema internacional”, o que se traduz na “hierarquia de poder das diferentes potências”, em termos normativos destacam-se as “normas internacionais que constituem e constroem práticas e princípios políticos, jurídicos e económicos sobre o comportamento adequado dos atores da sociedade internacional” (Mendes, 2022c, p.441). Assim, a Ordem Internacional traduz-se na distribuição e hierarquia de poder, à semelhança do Sistema Internacional, mas também nas regras e instituições que guiam as relações entre os Estados. Acharya (2018), citando Weston & Falk define Ordem Internacional como “*the aggregation of norms, procedures and institutions that give shape and structure to international society at any given time*” (p. 5).

Na perspectiva de Acharya (2018), a Ordem Internacional “*imply an existing distribution of power or an institutional arrangement, irrespective of its consequences for peace or conflict*” (p.5). Neste sentido, tanto Acharya (2018) como Falk (1975) ressaltam que a Ordem Internacional não inviabiliza, por si só, o conflito, na medida em que, mesmo que um dos seus objetivos sejam evitar a violência e promover a paz, o conflito pode sempre ocorrer. Na linha de Bull (2002), a Ordem Internacional é “*a pattern of activity that sustains the elementary or primary goals of the society of states, or international society*” (p.8). Assim, para Bull (2002), a Ordem Internacional existe para assegurar certos objetivos, tais como a preservação do sistema de Estados; a manutenção da independência dos Estados; a paz; a limitação da violência; o cumprimento dos acordos; e a estabilidade das possessões. Ikenberry (2014), por sua vez, define a Ordem Internacional como “*the settled arrangements that define and guide relations between states*”, criando um cenário onde os “*States operate according to a set of organizational principles that define roles and the terms of their interaction*” (p.85). Na lógica deste autor, falar de Ordem Internacional implica incidir sobre a organização das relações internacionais, centrando-se esta em três principais aspetos: o carácter dos Estados; a natureza das relações entre os Estados; e as normas e instituições internacionais (Ikenberry, 2014). Para Mearsheimer (2019), a ordem é “*an organized group of international institutions that help govern the interactions among the member states*” (p. 9), sendo que esta pode ou não incluir todos os Estados do mundo. Para este autor, qualquer ordem é criada pelas grandes potências e sustenta-se em instituições e normas internacionais, que podem ter um âmbito regional ou global, tendo como função “*manage interstate relations in a highly interdependent world*” e “*help the great powers manage the behavior of the weaker states in ways that suit the great powers’ interests*” (Mearsheimer, 2019, pp. 10-11).

A natureza da Ordem Internacional reside no próprio conceito de ‘ordem’, transposto da esfera interna para a esfera internacional, em contraste com a imagem de anarquia hobbesiana, e que Bull (2002) caracteriza como “*an arrangement of social life such that it promotes certain goals or values*” (pp. 3-4). Desta forma, ordem não significa simplesmente a ausência do caos, nem a partilha de normas pela sociedade, mas antes a existência de objetivos comuns que permitam ultrapassar a situação de anarquia.

Como constata Tomé (2021b), falar de ‘Ordem Internacional’ pode parecer algo estranho, sobretudo se adotarmos uma visão anárquica da realidade internacional, porém este conceito vem sido, cada vez mais, trabalhado por diversos académicos, mas não sem que

sejam levantadas algumas questões. A principal é a confusão entre ‘Ordem Internacional’ e ‘Ordem Mundial’ (ou ‘Global’). Henry Kissinger, na sua obra intitulada *A Ordem Mundial*, reconhece que, apesar do nome, uma Ordem verdadeiramente mundial – isto é, que englobe todos os atores internacionais, na medida em que estes partilhem, de forma inequívoca, dos seus objetivos e valores – nunca existiu e provavelmente nunca existirá. Bull (2002), por sua vez, identifica a Ordem Mundial como um estágio superior à Ordem Internacional, caracterizando-a como “*those patterns or dispositions of human activity that sustain the elementary or primary goals of social life among mankind as a whole*” (p. 19). Desta forma, e em linha com Bull (2002), a Ordem Internacional é organizada entre e pelos Estados, enquanto a Ordem Mundial ultrapassa esta fronteira, chegando a outros grupos, como os municípios ou até os indivíduos, e partilhando objetivos mais profundos. Em acréscimo, Tomé (2021b) aponta uma complementaridade entre Ordem Internacional e Ordem Mundial, classificando a primeira como um “padrão proeminente de ideias, valores, interesses, regras, instituições, comportamentos e interações entre actores, estatais e não-estatais, podendo existir tanto numa escala regional como mundial, e incluir apenas uma parte dos actores ou a sua generalidade”, e a última como uma realidade que “pode incluir várias e distintas ordens internacionais, mas (...) [que] só é mundial ou global se e quando alargada à escala planetária” (p.96).

Mearsheimer (2019), por outro lado, reconhece a existência de três tipificações da Ordem. Quanto ao alcance geográfico distingue dois tipos: a ‘Ordem Internacional’, que “*include all of the great powers*”, tendo como objetivo “*facilitating cooperation between states*” (Mearsheimer, 2019, pp. 11-12); e a ‘Ordem Limitada’⁶, que “*consist of a set of institutions that have limited membership*” e que “*are designed mainly to allow rival great powers to wage security competition with each other*” (Mearsheimer, 2019, pp. 11-12). Por sua vez, dentro da Ordem Internacional, Mearsheimer (2019) apresenta outra tipificação em função da distribuição de poder: se a Ordem Internacional foi bipolar ou multipolar estaremos perante uma ‘Ordem Realista’, caracterizada pela competição entre as grandes potências pela conquista de segurança, e onde as instituições e normas internacionais buscam o equilíbrio de poder; se a Ordem Internacional for unipolar, poderá, por sua vez, ser uma ‘Ordem Ideológica’ se a potência hegemónica considerar ser detentora de “*a universalistic ideology, one that assumes that its core values and its political system should be exported to*

⁶ Mearsheimer (2019), identifica a existência de dois tipos de Ordem em função do seu alcance, e que designa por ‘*International Order*’ e ‘*Bounded Order*’ e que optamos por traduzir para ‘Ordem Internacional’ e ‘Ordem Limitada’, respetivamente.

other countries” (Mearsheimer, 2019, p.14), ou uma ‘Ordem Agnóstica’, se, ainda que exista uma potência hegemónica que procure moldar as instituições e normas internacionais ao seu interesse, não existir um propósito ideológico. Por fim, Mearsheimer (2019) apresenta uma terceira tipificação tendo por base a amplitude e profundidade da Ordem, podendo, desta forma, ser classificada como *thick or robust*, quando as instituições internacionais têm “*a substantial effect on state behavior in both the economic and military realms*” (p. 16), ou *thin*, que pode assumir três configurações: as instituições internacionais intervêm só num destes dois domínios (económico e militar); as instituições internacionais intervêm em ambos os domínios, mas os seus instrumentos são fracos; as instituições internacionais intervêm em ambos os domínios e os seus instrumentos são capazes (o que é raro).

Ainda nesta linha, Ikenberry (2014) identifica a existência de quatro tipificações da Ordem Internacional. Em termos de alcance geográfico (*geographic scope*), a Ordem Internacional pode ser global ou regional, levando o autor a considerar, por exemplo, a União Europeia (UE) como uma Ordem Internacional deste segundo tipo. Quanto à finalidade (*functional scope*), “*they can be organized simply around security protection (...) or they can be more elaborated orders in which economic, social, political, and other aspects of life are organized and coordinated among states*” (Ikenberry, 2014, p. 87). Em termos hierárquicos, pode haver Ordens que assentam numa estrutura onde a hierarquia tem maior peso ou menor. Por fim, quanto à distribuição do poder, podemos ter uma Ordem Internacional centralizada ou descentralizada, consoante os polos de poder existentes (Ordem multipolar, bipolar ou unipolar). Noutro sentido, Ikenberry (2014) também reconhece que a estabilidade da Ordem Internacional pode basear-se em três fontes: a balança do poder, sendo que, neste caso, “*the problem of order is security, and the solution is establishing countervailing power to check or neutralize the power or threats of other states*” (p. 87); a liderança, quando a estrutura de poder permite a um Estado assumir uma posição de hegemonia sobre os outros; e o consentimento, quando a base da Ordem são, antes de qualquer outra coisa, as “*rules and institutions that allocate rights and limits on the exercise of power*” (p. 88).

2.1. Criação e evolução da Ordem Internacional

De acordo com Gilpin (1981), a guerra é a responsável pelo terminar de uma Ordem Internacional – ou de uma configuração desta –, permitindo o estabelecimento de novas distribuições de poder, novas normas e novas instituições e, com isto, criando uma nova Ordem Internacional, sob a égide do(s) vencedor(es). A transição inicia-se “*when the settled rules and arrangements are thrown into dispute or when the forces that perpetuate order no longer operate*”, estando concluída “*when stable rules and arrangements are established by agreement, imposition, or other means*” (Ikenberry, 2014, p.85). Desta forma, e tal como refere Mendes (2022c), encarar a realidade internacional do ponto de vista da Ordem Internacional significa pensar as relações internacionais “de forma histórico-sociológica dinâmica, nomeadamente através de uma análise reflexiva sobre as possibilidades de progressão” (p.442). Assim, e dado a Ordem Internacional assentar num carácter evolutivo, sendo constantemente modificada por novas distribuições do poder e por novas normas e princípios internacionais, para compreendermos a Ordem atual temos de analisar a evolução desta ao longo da história. Neste sentido, e seguindo a lógica de Gilpin (1981) e Ikenberry (2014), a Política Internacional pode ser encarada como uma sucessão de eras marcadas pelo conflito, que, de forma quase cíclica, reinventam a Ordem Internacional. Partindo daqui podemos eleger alguns marcos fundadores da Ordem.

A maioria dos académicos concorda que a Paz de Vestefália foi o marco fundador da Ordem Internacional. Esta é a posição defendida, entre outros, por Kissinger (2022) e Ikenberry (2014), que consideram que esta série de acordos que puseram fim à Guerra dos Trinta Anos (1618-1648), permitiram estabelecer um conjunto de princípios políticos que ainda hoje vigoram, tais como a primazia dos Estados a nível internacional, a soberania, a integridade territorial e a não-ingerência nos assuntos internos de outros Estados. Até então não existia nenhuma Ordem, pois não havia uma estrutura de poder bem definida nem reconhecida, nem quaisquer tipo de normas ou princípios que guiassem o relacionamento entre os Estados. A partir de 1648, surge, então, uma Ordem Internacional assente no Sistema de Vestefália, fundado em torno do Estado Moderno e do Direito Internacional, e que evoluiu ao longo dos tempos, passando a abarcar novos princípios como a autodeterminação e a não-discriminação, e criando um ambiente internacional onde “*the great-powers compete, cooperate, and balance each other within a wider framework of rules and norms*” (Ikenberry, 2014, p.91).

Com as Guerras Napoleónicas, no início do século XIX, a Ordem de Vestefália foi desafiada, criando a necessidade de uma redefinição da Ordem Internacional, que teve lugar com o Congresso de Viena, em 1815. A nova Ordem de Viena trouxe, por sua vez, também novos princípios para a cena internacional, assumindo um pendor menos realista e instaurando uma Ordem convicta de que as “evoluções pacíficas eram preferíveis a qualquer alternativa; que a preservação do sistema era mais importante do que qualquer conflito (...) e que as divergências deveriam ser resolvidas mediante conversações” (Kissinger, 2022, p.77). A Ordem Internacional após Viena foi, assim, marcada pela ideia de conservação do equilíbrio de poderes, e para o qual foram criados novos instrumentos, como a Quadrupla Aliança e a Santa Aliança. O Congresso de Viena deu, ainda, origem ao que ficou conhecido como ‘Concerto Europeu’ ou ‘Europa dos Congressos’, dado que, a partir daí, os Estados procuraram resolver as suas disputas através de conversações internacionais (Kissinger, 2022).

A Ordem de Viena foi, em larga medida, bem sucedida dado basear-se “*on great-power restraint and accommodation*” (Ikenberry, 2014, p.92), seguindo a lógica de Vestefália, porém os seus mecanismos não foram suficientes para evitar a eclosão da I Guerra Mundial (1914-1918). Fruto de uma diplomacia insuficiente, que não foi capaz de resolver os problemas entre os Estados europeus, resultando num clima de crescente tensão, a Ordem Internacional de Viena colapsou, obrigando os Estados a reformarem, mais uma vez, a estrutura das relações internacionais, o que se materializou na nova Ordem instaurada pelo Tratado de Versalhes, em 1919. A grande alteração trazida por Versalhes foi a instauração de um sistema de segurança coletiva, mediante a criação de uma Organização Internacional destinada a promover a segurança e a resolução pacífica dos conflitos – a Sociedade das Nações. Forjada a partir dos *Catorze Pontos* de Woodrow Wilson, esta nova Ordem era um reflexo do idealismo liberal, cuja maior preocupação foi promover a paz através da cooperação internacional (Kissinger, 2022).

Em 1939, o deflagrar da II Guerra Mundial rompeu com a Ordem de Versalhes. Já no último ano do conflito, os Aliados encetaram esforços no sentido de desenvolver uma nova Ordem que fosse mais capaz e mais sólida do que as anteriores, garantindo, de uma vez por todas, a paz e a segurança internacional. Com base nos princípios acordados nas conferências de Ialta e Potsdam, em 1945, surgiu uma nova Ordem Internacional onde os elementos de equilíbrio, pela primeira vez, não se encontravam na Europa, e que perdura até aos dias de hoje (Kissinger, 2022). Esta nova Ordem, herdeira da Ordem de Versalhes,

também se encontra assente num sistema de segurança coletiva, materializado, agora, na Organização das Nações Unidas (ONU), assim como no respeito pelo Direito Internacional. Com a nova Ordem pós-II Guerra Mundial, os Estados “*rebuilt their relations in innovative ways, engaging in restraint through institutional and economic binding*” (Ikenberry, 2014, p.92). Esta nova Ordem Internacional, herdou alguns dos princípios de Vestefália e Viena, denotando-se uma evolução do equilíbrio de poder no sentido de incorporar as noções de *restrain* e *accommodation*, e baseando-se num modelo assente em “*open markets, international institutions, cooperative security, democratic community, progressive change, collective problem solving, shared sovereignty, the rule of law*” (Ikenberry, 2014, p.93).

Em conclusão, a Ordem Internacional evoluiu ao longo da história no sentido de uma maior institucionalização e normatização, desenvolvendo-se em torno da limitação da soberania dos Estados e da cooperação entre estes, sendo possível afirmar que “*the Westphalian and liberal internationalist projects have unfolded over the centuries and given shape to the modern international order*” (Ikenberry, 2014, p.94).

Por outro lado, Mearsheimer (2019), na sequência da sua tipologia da Ordem Internacional, encara a sua evolução de forma distinta. Neste sentido, na ótica de Mearsheimer (2019), no caso das Ordens Realistas, é a alteração da distribuição de poder que provoca o seu colapso, quando uma Ordem Bipolar passa a Multipolar ou vice-versa; no caso das Ordens Agnósticas, o colapso ocorre quando a Ordem deixa de ser Unipolar, ou se a potência hegemónica passa a comportar uma ‘*universalistic ideology*’; por fim, as Ordens Ideológicas colapsam, também, quando a Ordem deixa de ser Unipolar, ou quando a potência hegemónica deixar de comportar uma ‘*universalistic ideology*’. Desta forma, na ótica de Mearsheimer (2019), desde 1945 existiram duas Ordens Internacionais. A primeira foi uma Ordem Realista Bipolar que, por sua vez, comportava três outras ordens: uma ‘Ordem Internacional’ responsável por facilitar a “*cooperation between them [United States and Soviet Union] when they had common interest*” (Mearsheimer, 2019, p.18); e duas ‘Ordens Limitadas’, classificadas também como ‘*thick*’, uma sobre a égide da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e outra dos Estados Unidos, cada uma comportando diferentes normas e instituições internacionais que se destinavam à cooperação interna em cada bloco. Assim, para Mearsheimer (2019), a Ordem Internacional criada após a II Guerra Mundial não pode ser apelidada de liberal. Só posteriormente, aquando da Queda do Muro de Berlim e do colapso da União Soviética, é que surge uma Ordem Internacional Liberal criada com

base na unipolaridade norte-americana que permitiu a expansão das normas e instituições de cariz liberal que existiam dentro da ‘Ordem Limitada’ ocidental.

2.2. A Ordem Internacional Liberal e os seus desafios

Na perspetiva de Ikenberry (2014), a Ordem Internacional atual foi inaugurada no período imediatamente posterior à II Guerra Mundial, tendo por base as instituições e normas internacionais criadas com Ialta e Potsdam, mas também outras criadas mais tarde com Bretton Woods ou através da Declaração Universal dos Direitos do Homem. Por outro lado, Mearsheimer (2019) considera que a Ordem atual só surgiu em 1989, com o fim da Guerra Fria, dado que só aí as instituições e normas liberais se afirmaram verdadeiramente⁷. Apesar da falta de consenso relativamente a este aspeto, é consensual que a atual Ordem é uma Ordem Internacional Liberal, na medida em que esta assenta, em maior ou menor grau, em princípios de índole liberal tais como a Paz, a Liberdade e a Democracia. Neste sentido, Mearsheimer (2019) entende que a Ordem Internacional Liberal assenta em três grandes pilares: a democracia liberal; as instituições internacionais; e o livre-comércio (ou uma economia internacional livre e aberta). Acharya (2017), por outro lado, defende um quarto pilar, os ‘valores liberais’ – o qual alia a ‘comércio-livre’, às ‘instituições multilaterais do pós-guerra’, e à ‘expansão da Democracia’.

Seguindo a lógica de Mearsheimer (2019) observamos que a Ordem Internacional Liberal é criada (ou afirma-se, se optarmos por seguir a perspetiva de Ikenberry e outros) só quando surge uma potência hegemónica dotada de uma ideologia de cariz universalista, os Estados Unidos da América. Desta forma, a Ordem Internacional beneficiou, a partir daí, de ‘novas’ normas e instituições assentes no legado liberal preconizado pelos EUA. Assim, a partir da década de 1990, os Estados Unidos, a par da sua nova posição enquanto única superpotência, afirmam-se como os ‘Paladinos da Democracia Liberal’ e como os ‘Polícias do Mundo’. Com as administrações de George H. W. Bush e de Bill Clinton os EUA, agora sem os problemas da Guerra Fria, redirecionam os seus esforços para a promoção dos valores liberais e democráticos, aliando-os aos seus interesses geopolíticos e geoeconómicos. Em 1990, na sequência da invasão do Kuwait, os Estados Unidos invadem o Iraque, e a partir de

⁷ Mearsheimer (2019) considera que após 1989 a ‘Ordem Restrita’ encabeçada pelos EUA se espalhou, tornando-se numa ‘Ordem Internacional’.

1994, participaram nas guerras da ex-Jugoslávia. Além disto, sob a égide de Clinton iniciam uma campanha contra os ‘*rogue states*’ e apostaram no desenvolvimento de uma economia internacional cada vez mais conectada, o que ficou patente na assinatura do Tratado Norte-Americano de Livre-Comércio (NAFTA). Por outro lado, nesta época foi, tal como aponta Mearsheimer (2019), possível “*integrate China and Russia into the order’s key economic institutions*” (p. 26), resultando numa Ordem Internacional onde todas as grandes potências se encontravam inseridas. Em 2001, já sob a presidência de George W. Bush, os Estados Unidos da América viram o seu poder, pela primeira vez desde o final da Guerra Fria, ameaçado aquando do ataque terrorista de 11 de setembro. Em resultado, a administração Bush lançou a ‘Guerra Global ao Terror’, que permitiu revitalizar a NATO, que, à época, vivia um período de alargamento para os países da antiga URSS (Kissinger, 2022).

Assim, os atentados terroristas de 2001 fizeram os EUA aperceber-se de que os princípios da Ordem Internacional não eram partilhados por todos os povos. A tese do *Fim da História*, desenvolvida por Francis Fukuyama anos antes, fora posta à prova, e o período que se seguiu foi propício ao surgimento de novos problemas e desafios à hegemonia norte-americana e à Ordem em si. Mearsheimer (2019), neste sentido, divide a Ordem Internacional Liberal em duas épocas: uma primeira que se inicia em 1990, após o fim da Guerra Fria, e que termina em 2004, ano seguinte à queda de Saddam Hussein; e uma segunda que se inicia em 2005, ano em que se torna “*evident that the Iraq War was becoming a disaster*” (p.28), e que dura até à atualidade. Os anos seguintes foram marcados por sucessivos fracassos na democratização do Médio Oriente e Norte de África. Em 2014, a Primavera Árabe trouxe maior instabilidade para esta região, originando, inclusive, o Estado Islâmico, uma das maiores ameaças ao poder norte-americano. Desta forma, e como salienta Mearsheimer (2019), falhou a tentativa de alargar a Ordem Internacional Liberal para a região MONA. Por outro lado, novos golpes surgiram na unidade ocidental, com a saída do Reino Unido da União Europeia e com o crescimento de ideologias populistas e extremistas na Europa e nos EUA.

Noutro sentido, o período posterior a 2005 também fica marcado pelo desrespeito consecutivo de algumas normas e instituições internacionais. Em 2014, a Rússia invade e anexa a Crimeia, e, em 2022, invade a Ucrânia, ignorando por completo todas as normas do Direito Internacional, num conflito que, até à data, ainda não foi possível resolver. Nem os EUA, nem qualquer instituição internacional foram capazes de agir de forma suficiente para evitar ou travar o conflito. Por outro lado, em 2016, Trump chega à presidência norte-

americana, num mandato marcado pela saída do Acordo de Paris, pelo fim da proposta do Acordo de Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (TTIP), e por um crescente isolacionismo que, desde aí, tem caracterizado a política externa dos EUA. Por agravante, a China tem seguido uma política externa cada vez mais assertiva, e que resultou em diversos diferendos com os Estados Unidos e com alguns países da Ásia – importa aqui referir a questão do Conflito do Mar do Sul da China e a Questão de Taiwan.

A Ordem Internacional tem enfrentado, assim, diversos desafios, sobretudo pelas novas ameaças aos valores liberais e à hegemonia norte-americana consubstanciadas no terrorismo islâmico, mas também no revisionismo de certas potências como a Rússia e a China. Apesar disso, nem todos os problemas da Ordem Internacional são novos. O desrespeito pelas normas e instituições tem sido observável há vários anos, inclusive da parte dos Estados Unidos – veja-se quando Bush decidiu invadir o Afeganistão sem obter a autorização do Conselho de Segurança da ONU. Desta forma, nos últimos anos temos evidenciado uma alteração da Ordem Internacional, tanto em termos empíricos, fruto do isolamento dos EUA e da afirmação da China, como em termos normativos – se bem que, neste aspeto, podemos antes falar, não de uma alteração, mas antes do desrespeito arbitrário às normas e regimes internacionais.

Por outro lado, a Ordem Internacional enfrenta outros desafios que têm ameaçado não só o normal funcionamento das relações internacionais como a própria soberania dos Estados, colocando em causa alguns princípios basilares que se mantêm em vigor desde Vestefália. Os principais desafios foram trazidos pelo processo de Globalização, que provocou uma erosão das fronteiras nacionais e da própria soberania dos Estados, a passo que aprofundou as desigualdades internacionais, nomeadamente entre o Norte e o Sul. A Ordem Internacional entrou, assim, num período de redefinição tanto pelas novas dinâmicas de poder, como pelos desafios que enfrenta e que exigem, cada vez mais, uma concertação internacional. Desigualdades, terrorismo e alterações climáticas são simplesmente alguns exemplos. Neste sentido, alguns autores têm relacionado alguns destes desafios à condição de anomia internacional. A ideia de anomia foi introduzida por Durkheim face à sociedade do século XIX, onde, por força do capitalismo e da distribuição forçada do trabalho, originou-se uma rutura ou um despegamento com os valores tradicionais, nomeadamente com a solidariedade, criando um certo vazio social. No caso da anomia internacional, pode ser descrita como a ausência de regulação de muitos aspetos internacionais, mas também como a falta de solidariedade internacional. Este conceito tem sido trabalhado por diversos

autores como Bertrand Badie ou Nikos Passas, que defendem que o que Durkheim identificou na sociedade inglesa do século XIX é, em certa medida, observável na atual Ordem Internacional, onde, desde o final do século XX, a Globalização e a imposição do neoliberalismo originaram uma nova distribuição do trabalho e do poder, contribuindo para uma falta de solidariedade, e motivando comportamentos desviantes (Lebow, 2019).

Apesar da evolução sofrida desde a década de 1940, e independentemente de considerarmos a Ordem Internacional atual como tendo surgido em 1945 ou em 1989, podemos assumir a Ordem Internacional atual como uma Ordem Internacional Liberal, assente nos pilares acima mencionados, e, sobretudo, nos princípios de matriz liberal que a compõe, e que ainda hoje são a base das relações entre os Estados. Podemos, assim, falar de uma Ordem Internacional Liberal assente “na promoção da Democracia Liberal; na economia de mercado aberta e no comércio livre; numa certa limitação das soberanias dos Estados e na partilha de responsabilidades (...); na segurança colectiva (...)” (Tomé, 2021b, p.97), assim como no respeito pelos Direitos Humanos e pelo Direito Internacional. Empiricamente, esta Ordem evoluiu de uma Ordem Bipolar, característica da Guerra Fria, para uma Ordem Unipolar, sob a égide de uma superpotência, os Estados Unidos da América. Mais recentemente a estrutura de poder internacional sofreu novas alterações, pelo que os aspetos empíricos da Ordem Internacional também se têm alterado. Neste sentido, Mearsheimer (2019) considera que foram várias as falhas da Ordem criada em 1989, porém a maior terá sido a afirmação de potências com agendas revisionistas como a China e a Rússia. Ainda que inicialmente integradas na Ordem Internacional Liberal, estas rapidamente demonstraram o seu descontentamento, o que levou ao fim da unipolaridade norte-americana, como também a sérias ameaças às normas e instituições internacionais vigentes. Com isto, Mearsheimer (2019) considera que, neste momento, existe uma ‘Ordem Internacional’ que também classifica como ‘*thin*’, essencialmente centrada no comércio internacional, e duas ‘Ordens Limitadas’ que também classifica como ‘*thick*’, uma liderada pelos EUA e outra pela China, sendo que ambas “*will be concerned principally with waging security competition*” (p.44). Acharya (2017), por outro lado, e em contraste com a multipolaridade (ou unimultipolaridade) defendida por outros especialistas, advoga que a Ordem Internacional atual é antes caracterizada pela ‘multiplexidade’, e aponta um conjunto de razões. Assim, o autor traça um paralelo com a Ordem vigente antes da II Guerra Mundial, uma ordem multipolar dado que a sua estrutura assentava em diversas grandes potências que partilhavam o poder. A Ordem atual, por sua vez, diz Acharya (2017), é diferente e mais

complexa, dado ser composta, para além dos Estados, “*by a multiplicity of actors that matter*” (p.276) – tais como as Organizações Internacionais, as empresas transnacionais ou os movimentos sociais; dado que, em contraste com a anterior, é marcada pela interdependência gerada pelo comércio e pelas cadeias de valor globais, o que alterou os moldes do relacionamento internacional; dado basear-se em instituições e normas mais desenvolvidas e duráveis que a Ordem anterior; e dado comportar desafios e problemas muito mais complexos do que a anterior Ordem multipolar. Deste modo, Acharya (2017) concebe a atual Ordem como “*a world of multiple modernities, where Western liberal modernity is only a part of what is on offer (...) a world of interconnectedness and interdependence*”, destacando que “*a multiplex world is not defined by the hegemony of any single nation or idea*” (p.277), mas antes pela coexistência e competitividade entre diferentes potências e diferentes valores, resultando em diversas Ordens.

3. CONCEPTUALIZANDO O PODER: HARD, SOFT E SHARP POWER

O Poder tem sido o foco de estudo de diversos autores desde há séculos, sendo, desde sempre, um elemento fundamental da política, pelo que a sua compreensão é essencial para interpretarmos muitas das ações dos Estados, tanto em termos de política interna como de política externa. No caso das Relações Internacionais, o Poder assume-se como uma variável fundamental para interpretarmos o funcionamento do Sistema Internacional e a própria atuação dos Estados dentro deste. O Poder está presente em praticamente todas as atividades do Estado, desde a guerra até à economia, o que nos leva, muitas vezes, a falar em poder militar ou em poder económico. Porém, existem vários tipos de poder, pelo que o podemos caracterizar de diferentes formas, atendendo a diferentes tipologias.

Na sua aceção tradicional, o poder pode ser entendido como a capacidade de submeter os outros à nossa vontade, porém o Poder é, cada vez mais, um conceito de difícil definição. Tal como afirma Cabral Couto (2020), o poder é definido por muitos autores como “a capacidade para afectar, num sentido favorável, a atitude ou o comportamento de outrem” (p.52). Robert Dahl (1957) apresenta, por sua vez, o Poder a partir de uma *conceção relacional*, i.e., enquanto “*a relation among people*”, mais especificamente como “[*an*] activity by A between A’s base and B’s response” (p.203). Desta forma, para Dahl, o poder é caracterizado como “a capacidade de [um ator] conseguir que outro actor faça aquilo que

de outro modo não faria ou não faça aquilo que de outro modo poderia fazer” (Brown & Ainley, 2012, p.162). Gramsci, por sua vez, fala de *poder estrutural*, ou seja, a capacidade de “uma sociedade ou um sistema” em provocar “certos tipos de resultados, independentemente da vontade de qualquer das suas partes componentes” (Brown & Ainley, 2012, p.173). Para Raymond Aron (2002), o poder é definido como “a capacidade que tem uma unidade política de impor sua vontade às demais” (p.99). Joseph Nye (2021), por outro lado, reconhece poder como “*the ability to make or resist change*”, ou, na linha de Boulding, “*the ability to get what we want*” (p.1).

Neste sentido, Nye (2009), apresenta-nos três formas de exercer o poder: “coagi-los com ameaças, induzi-los com remunerações ou atraí-los e cooptá-los” (p.47). Apesar disso, Nye (2009) ressalva que o poder vai muito para além de persuadirmos ou obrigarmos alguém a fazer o que queremos, ou até mesmo da “posse de recursos que podem influenciar resultados” (p.48). Tradicionalmente, tendemos a caracterizar e contabilizar o Poder em relação à capacidade material de cada Estado, e em função da posse de recursos tais como “população, território, recursos naturais, dimensão económica, forças militares e estabilidade política”, numa definição que concebe o Poder como algo “concreto, mensurável e previsível” (Nye, 2014, p.71), porém esta conceção nem sempre é a mais correta, porque o poder não é algo suficientemente palpável nem quantificável a ponto de sermos capazes de afirmar sem vias de dúvida que Estado é mais poderoso. Com isto, Nye não pretende desvalorizar o papel da posse de recursos (nomeadamente militares) na configuração do poder de um Estado, porque estes obviamente importam – “*country that is well endowed with power resources is more likely to affect a weaker country and have more options in choosing an optimal strategy than vice versa*” (Nye, 2021, p.198) – mas o seu impacto não é tão objetivo e efetivo como pode parecer à primeira vista.

Neste sentido, Nye (2014) aponta para uma “definição comportamental do poder” (p.70), marcando uma evolução da definição tradicional, associada à posse de recursos, para uma nova conceção onde “*effectiveness of a power resource depends upon the context*” (Nye, 2021, p.198).

People often think of power as synonymous with the resources that (may) produce outcomes, but they then encounter the paradox that those best endowed with power do not always get the outcomes they want. The effectiveness of a power resource depends upon the context.
(Nye, 2021, pp.197-198)

Como constata Nye (2005), a concepção de poder sofreu uma evolução ao longo dos tempos. Num primeiro momento era identificado com a capacidade militar dos Estados e com a guerra, mas a evolução da sociedade criou novas formas de exercer o poder, e, mais do que isso, relativizou a importância do militar. Durante a Guerra Fria, e sobretudo após esta, deu-se início a uma vaga de mudanças sociais que, por um lado, levaram as populações a abominar a guerra, e, por outro, reduziram a vontade dos Estados em enveredar por conflitos militares, fruto das novas interdependências económicas e comerciais. Por acréscimo, surgem, também, novos desafios ao poder dos Estados que não se resolvem pela guerra e que vão muito além da capacidade militar de qualquer Estado, tais como as pandemias e das alterações climáticas, o que obriga os Estados a encarar o poder e a sua capacidade de poder de outra perspectiva (Nye, 2021).

Apesar de existirem diversas categorias de Poder, para Nye o poder pode assumir duas formas: *Hard Power*, ou *Poder Duro*, e *Soft Power*, ou *Poder Brando*, e, ainda, o *Smart Power* como combinação de ambos. Estes conceitos foram, pela primeira vez, apresentados na obra de Nye, *Bound to Lead: The Changing Nature of American Power* (1991). Mais recentemente, Christopher Walker e Jessica Ludwig cunharam um novo termo que veio complementar a trilogia de Nye, o *Sharp Power*.

O *hard power* é o mais tradicional tipo de poder, encontrando-se maioritariamente associado à guerra, ou seja, ao uso da violência. Apesar disso, o *hard power* envolve tanto recursos militares como económicos. Na definição proposta por Nye (2005), o *hard power* é “utilizado para induzir outros a alterarem a sua atitude”, assumindo tanto a forma de “estímulos (cenouras) ou ameaças (cacetes)” (pp.28-29). Nye (2009) descreve o *hard power* como “poder de comando”, i.e., “a capacidade de mudar as acções dos outros”, por via da “coerção” e da “indução” (p.51). Este é um poder “tangível”, que pode ser contabilizado, e que serve “para obrigar os outros a mudar de posição” (Nye, 2009, p.49). Segundo o *Dicionário de Ciência Política e Relações Internacionais*, o *hard power* é caracterizado como “o uso de recursos como a população, território, recursos naturais, força económica e militar para influenciar o comportamento de outras entidades, levando-as a alterar esse comportamento através de um método direto ou dominador de exercer o poder” (Leite, 2022, p.332). O *hard power* encontra-se intrinsecamente relacionado à violência e à guerra, estando, assim, ao serviço daquela que é a derradeira ferramenta dos Estados para atingirem os seus objetivos dentro do Sistema Internacional. Apesar disso e da relevância do meio militar – que ainda se verifica na atualidade bastando-nos, para o comprovar, olhar para o

conflito na Ucrânia –, o *hard power* não se circunscreve somente à guerra, podendo também ser aplicado através de meios económicos. Limitar o *hard power* à sua dimensão militar é um erro recorrente, assim como a ideia de que, para se materializar, este tipo de poder necessita que uma ameaça seja efetivada. Neste sentido observamos que tanto um ataque militar, como a deslocação de tropas para junto das fronteiras de um Estado vizinho, ou a imposição de sanções económicas se traduzem em formas de *hard power*.

O *soft power*, por sua vez, é outro tipo de poder que foi pela primeira vez apresentado por Joseph Nye, numa tentativa de explicar a razão por detrás do declínio do poder norte-americano, contrapondo-se à perspetiva de Paul Kennedy de que “*the US was experiencing imperial overstretch and that is power was in decline*” (Nye, 2021, p.199). Neste sentido, Nye (2021) constatou que o poder dos EUA ia para além do poder militar e económico, como tradicionalmente era considerado, percebendo que “*the US was also able to get the outcomes it wanted because of attraction rather than just threats of coercion or payment*” (p.200). Nye (1990) afirma, assim, que o poder material, por si só, já não garante a satisfação de todos os interesses do Estado, que a própria coercividade tão característica do poder tem-se visto diminuída, muito devido aos efeitos nefastos que acarreta também para os Estados que a utilizam, e que o poder tem-se tornado cada vez mais intangível, dependendo cada vez mais de fatores como a coesão nacional, a cultura, ou mesmo a informação. Assim, os Estados passaram a enfrentar novos desafios na política internacional, levando e obrigando a uma ‘transformação do poder’. Neste sentido, uns Estados conseguiram, de forma mais capaz, assegurar esta transição, nomeadamente os EUA que foram capazes de, a par do seu *hard power*, desenvolver novas formas de poder e novas ferramentas baseados na atratividade da sua economia e cultura – o *soft power*. Desta forma, Nye (2009) apresenta o *soft power* como um meio para “alcançar os resultados desejados cativando os outros, em vez de os manipular ou ameaçar” (Nye, 2009, p.49). Desta forma, constatamos que a essência do *soft power* reside “na capacidade de influenciarmos as preferências dos outros de modo que se tornem iguais às nossas” (Nye, 2009, p.49), assim como “na capacidade de determinar a agenda política para influenciar as preferências de outros” (Nye, 2005, p.29). O *soft power* encontra-se, assim, dependente da atratividade da cultura ou da economia de um país, pelo que este “tem, em grande parte, origem nos nossos valores”, que se encontram “expressos na cultura, nas políticas que prosseguimos no interior do país e na forma como nos comportamos internacionalmente” (Nye, 2009, p.29). Neste sentido, quanto mais universal for a cultura de um país maior capacidade de *soft power* terá. Apesar disso, Nye (2005) ressalva que o *soft*

power vai muito para além da atração cultural e económica, encontrando-se, também, relacionado ao “exemplo” dado por um Estado, e que se verifica através do seu “comportamento interno”, do seu comportamento “em instituições internacionais” e da sua “política externa” (p.31). Desta forma, Nye (2004) aponta três fontes do *soft power*: a *cultura*, os *valores políticos* e a *política externa*.

A par dos conceitos de *hard* e *soft power*, cunhados por Joseph Nye no final do século XX, surgiu, mais recentemente, um novo conceito designado por ‘*sharp power*’, e que foi, pela primeira vez apresentado em 2017, por Christopher Walker e Jessica Ludwig através de um relatório do *International Forum for Democratic Studies* do *National Endowment for Democracy*, e através da publicação de um artigo na revista norte-americana *Foreign Affairs*, nesse mesmo ano, intitulado “*The Meaning of Sharp Power: How Authoritarian States Project Influence*”. O *sharp power* foi desenvolvido em torno do próprio conceito de *soft power*, ou mais precisamente, em virtude da crescente utilização deste termo para descrever todas as formas de atuação dos Estados que não se inserissem na conceção tradicional do *hard power*, sobretudo considerado em termos militares. Walker & Ludwig (2017a) constataram, assim, que o uso do termo *soft power* já se encontrava muito para além da capacidade de atração ou sedução, sendo, também, utilizado para designar os poderes de manipulação dos regimes autoritários. Como estes regimes, dada a pouca universalidade dos seus valores e comportamentos, não são capazes de exercer um *soft power* tão capaz como as democracias ocidentais, viram-se motivados a exercer influência através de outros meios. Desta forma, a grande diferença entre o *soft power* e o *sharp power* reside no modo como os Estados procuram influenciar as políticas e ações de outros. Isto é, enquanto o *soft power* procura influenciar através da atração, o *sharp power* fá-lo através da manipulação de instituições nos Estados visados (Walker & Ludwig, 2017a; Walker, 2018).

Walker (2018) define *sharp power* como “uma abordagem das relações internacionais que envolve tipicamente ações de censura ou o uso de manipulação para minar a integridade de instituições independentes”, de forma a “limitar a liberdade de expressão e gerar distorções no ambiente político” (p.49). Desta forma, o grande objetivo do *sharp power* é “*pierce, penetrate, or perforate the political and information environment in the target countries*” (Walker & Ludwig, 2017a), ou seja, minar as instituições democráticas, enfraquecendo-os e, com elas, os próprios Estados e a sociedade civil. Assim, um Estado é capaz de enfraquecer internamente outro a ponto de evitar com que se torne num obstáculo à prossecução dos seus interesses, ou até de garantir que não são discutidos certos assuntos

que podem pôr em causa a sua imagem internacionalmente. Desta forma, evidenciamos que o *sharp power* é sobretudo utilizado pelos regimes autoritários de forma a enfraquecerem os regimes democráticos, ao explorarem os “conflitos existentes nessas sociedades para aumentar a polarização e enfraquecer a civilidade democrática e o consenso” (Walker, 2018, p.50), e de forma a evitarem a discussão de matérias que lhe sejam sensíveis ou que afetem a sua atratividade.

Os métodos por detrás do *sharp power* são vários, mas comportam sempre ações de censura e manipulação, aparecendo, muitas vezes, sob uma aparência de *soft power*, como mediante o financiamento de projetos científicos, de centros de investigação, de investimento em meios de comunicação ou em empresas estratégicas, entre outros. Uma vez garantida a penetração noutras sociedades, é possível um Estado promover os seus próprios discursos e os seus próprios valores. Os setores mais relevantes para o sucesso do *sharp power*, e também aqueles mais suscetíveis são “as esferas da cultura, academia e os setores editorial e de imprensa” (Walker, 2018, p.52), dada a abertura exigida a estas em respeito pelos princípios democráticos. Por outro lado, os regimes autoritários também usam o seu *sharp power* sobre o meio online. Não bastando o controlo interno da vida digital dos seus cidadãos, estes regimes passaram a utilizar as suas ferramentas de controlo também a nível internacional, através de aplicações ou de sítios, mas também pressionando as redes sociais “para que removesses determinados conteúdos” (Walker, 2018, p.57).

CONCLUSÃO PARCIAL

Através do presente capítulo apresentamos e desenvolvemos um quadro teórico e analítico capaz de interpretar os fenómenos a serem estudados nos capítulos seguintes. Assim, compreendemos que as Relações Internacionais são uma disciplina recente e cuja evolução se fez através de debates teóricos, desenvolvidos à luz das Teorias das Relações Internacionais enquanto ferramentas fundamentais para a análise dos acontecimentos internacionais. Neste campos, constatamos, ademais, o campo de estudo específico da Política Externa e as suas ferramentas, nomeadamente a Análise de Política Externa, assim como a perspetiva teórica que optamos por seguir durante a nossa investigação – a *Role Theory*, uma teorização que procura interpretar o comportamento internacional dos Estados através do seu papel no Sistema Internacional, assim como da sua conceção (e da conceção

da própria sociedade) acerca desse mesmo. Desta forma, a *Role Theory* permitir-nos-á interpretar a política externa da China de Xi Jinping de uma forma mais profunda e abrangente do que as teorias clássicas, direcionando o foco da sua análise para a percepção do decisor acerca do papel que a China deve ter dentro do Sistema Internacional, e, para o qual, será fundamental contarmos com a visão chinesa das relações internacionais. Em última análise, a *Role Theory* funcionará como um fator de ligação entre as várias temáticas da presente investigação, permitindo uma análise dinâmica e inovadora.

Por outro lado, neste capítulo também aprofundamos o conceito de Ordem Internacional, enquanto uma interpretação da realidade internacional que comporta duas dimensões, uma normativa, e assente na função das normas e instituições internacionais; e outra empírica, direcionada para a estrutura de poder internacional e para o relacionamento entre os atores internacionais. Deste modo, constatamos quais são os elementos constitutivos da Ordem Internacional, como é que esta se configura e se altera, e quais as suas características. Além disto, estudamos, também, a sua evolução ao longo dos tempos, partindo de Vestefália e terminando na atualidade. Assim, observamos que, apesar das diferentes perspetivas acerca da Ordem Internacional, atualmente os Estados relacionam-se tendo como palco uma Ordem Internacional Liberal, assente em instituições e normas internacionais e em valores de cariz liberal. Por outro lado, esta Ordem herda alguns dos princípios de Vestefália tais como a soberania ou o *pacta sunt servanda*, harmonizando-os com as novas dinâmicas internacionais. É certo que esta posição não é partilhada por todos os académicos, havendo quem afirme que a Ordem Liberal já terminou, em virtude de alguns desafios e problemas tais como o surgimento de novas grandes potências, a afirmação de outros atores internacionais, ou o desrespeito pelas normas e instituições basilares da própria Ordem. Posto isto, constatamos que a Ordem Internacional enfrenta um período de indefinição, ou antes de redefinição, e enquanto alguns autores defendem que a Ordem Liberal se mantém, apesar dos desafios, outros contestam com propostas alternativas. Este é, tal como observado, o caso de Mearsheimer, que considera que a diminuição do poder norte-americano e o crescimento da China traduziram-se numa redução da capacidade de atuação da Ordem Internacional – que agora se centra somente nas dinâmicas do comércio internacional – e na criação de duas Ordens (‘Ordens Restritas’), uma encabeçada pelos EUA e outra pela China.

É neste contexto internacional que vai incidir a nossa posterior análise da política externa chinesa. Partindo dos pressupostos aqui lançados, nomeadamente da conjuntura por detrás

da Ordem Internacional contemporânea, e utilizando as ferramentas mencionadas, iremos ser capazes de, não só melhor entender a estratégia chinesa, como de relacionar a Faixa e Rota com o atual estágio que a Ordem Internacional atravessa. Neste esforço importarão, ademais, os conceitos de *hard*, *soft* e *sharp power* trabalhados ao longo deste capítulo e que permitirão melhor compreendermos a natureza por detrás das ações da política externa chinesa.

CAPÍTULO II

A VISÃO CHINESA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

O presente capítulo tem como propósito investigar e compreender a visão chinesa das relações internacionais, tanto em termos empíricos como teóricos. Para tal necessitaremos, primeiro, de compreender o pensamento e a cultura chinesa, para, posteriormente, sermos capazes de interpretar e assimilar a visão própria da China face à realidade internacional.

Assim, este capítulo encontra-se dividido em três partes. Uma primeira onde o foco de análise será o pensamento político e filosófico chinês, assim como a cultura e as tradições deste país asiático, de modo que nos seja, depois, mais fácil compreender as bases da visão chinesa das relações internacionais. Uma segunda parte cujo foco incidirá sobre a evolução do estudo da disciplina das Relações Internacionais na China, desde a sua origem até aos debates contemporâneos. E, finalmente, uma terceira parte onde será exposta a ideia da criação de uma ‘Escola Chinesa das Relações Internacionais’, assim como as suas abordagens, numa perspetiva complementar e alternativa à ocidental, mas também propostas alternativas a esta.

1. PENSAMENTO POLÍTICO E FILOSÓFICO CHINÊS

A China, antes de ser um Estado, é uma civilização, aliás, é uma das civilizações mais antigas do mundo, mais antiga do que qualquer civilização Ocidental que perdure até à atualidade. Tal como qualquer outra civilização, a China é herdeira de uma tradição e de uma cultura que, ainda hoje, muito influenciam a sua sociedade e o seu comportamento na Política Internacional. Esta influência é também evidente na visão da China acerca do mundo, transferindo-se, por isso, também para o quadro das Teorias das Relações Internacionais. Na realidade, as Relações Internacionais e as suas teorias são invenções ocidentais, sendo influenciadas pelos pressupostos ocidentais, pelo que é natural que, do mesmo modo que Ocidente, a China procure transpor os princípios e valores que caracterizam a sua cultura e a sua visão do mundo para esta disciplina e para as suas abordagens teóricas.

A ‘singularidade’ da China, como apelida Henry Kissinger (2011), reside, em grande medida, na longevidade da sua civilização e no facto de ser uma das mais antigas civilizações. Na realidade, nem os próprios chineses sabem com exatidão quais são as suas origens. Como afirma Kissinger (2011), “no conto do Imperador Amarelo, venerado por

muitos chineses como o lendário governante fundador, a China parece já existir” (p.21). Neste conto, o Imperador Amarelo surge como uma espécie de salvador, que vem restaurar a ordem numa China em que o caos reinava. Assim, a China “entra na consciência histórica como um Estado estabelecido que apenas precisa de restauração e não de criação” (Kissinger, 2011, p.21), postura que se mantém até aos dias de hoje e que transmite uma ideia de eternidade e perpetuidade sempre presente no pensamento chinês.

A par da ideia de eternidade da civilização chinesa, também se destaca, no pensamento chinês, uma “ideia de centralidade”, que se traduz numa visão de “supremacia”, onde a China julga “ter o direito histórico de ser uma grande potência” (C. Mendes, 2020, p.15). Neste sentido, o próprio termo que a China utiliza para se referir a si própria, ‘Império do Meio’ (*zhongguó*), reflete bem esta sua convicção, destacando a centralidade chinesa como a “ordem natural do Universo” (Kissinger, 2011, p.27).

No pensamento chinês destaca-se, por outro lado, uma visão acerca do mundo e da sociedade bastante distinta da ocidental. Como afirmam Alves & Mendes (2022), enquanto o Ocidente possui “um modo de vida individualista e uma lógica de aproximação à vida”, a perspectiva chinesa parte de “uma conceção do mundo relacional e holística, privilegiando a harmonia e uma mundividência complementar” (p.21). Da mesma forma, na sociedade chinesa, até ao final do Império, “a relação dos cidadãos com a lei era muito diferente daquela estabelecida no Ocidente” (Alves & Mendes, 2022, p.19). Enquanto no Ocidente a Lei aparece à parte da ordem social e dos costumes sociais, sendo o seu desrespeito alvo de punição, na tradição chinesa a Lei reproduz os ritos e tradições, sendo a punição substituída pela virtude e pela redenção. Por fim, e diferentemente do Ocidente, a civilização chinesa concede uma larga importância à honra, de onde se destaca a ideia de ‘perder a face’. A ‘face’, tal como realçam Alves & Mendes (2022), traduz-se na ideia de “prestígio e reputação, implica integridade moral e sucesso (...) conferindo uma imagem positiva ao indivíduo, grupo, organização ou país” (pp.19-20). Deste modo, quando se ‘perde a face’, perde-se o prestígio e a integridade, se bem que esta poderá ser recuperada. Na prática “quanto mais face se tiver, mais facilmente se consegue aumentar a influência sobre os outros” (C. Mendes, 2020, p.20), pelo que ‘perder a face’ significa ficar numa posição menos privilegiada. Aliado a este conceito encontra-se a ideia de *guanxi*, que se traduzi na partilha de certos fatores que aproximam os indivíduos, permitindo uma relação mais próxima, possibilitando, por exemplo, a troca de favores, mas que “têm de ser retribuídos” (C. Mendes, 2020, p.19), sob pena de se ‘perder a face’.

A ‘singularidade’ da civilização chinesa e da sua cultura remonta, também, aos pressupostos desenvolvidos por vários filósofos ao longo dos séculos. Tal como a sociedade e o Estado ocidental dependem muito dos ensinamentos de Aristóteles, Santo Agostinho ou Kant, a sociedade chinesa tem as suas bases nos preceitos proclamados por Confúcio, Laozi e tantos outros.

Confúcio é um dos grandes mestres chineses, estando os seus ensinamentos na base da tradição conhecida como Confucionismo, ainda que este afirmasse que não criara nada, e “que estava simplesmente a tentar pôr de novo em vigor os princípios de harmonia que outrora tinham existido na idade do ouro” (Kissinger, 2011, p.22). O grande objetivo do Confucionismo é, portanto, atingir a harmonia, pelo que alguns dos seus principais temas versam sobre as ideias de um “governo justo do mundo e a construção de uma sociedade harmoniosa, da família ao Estado, evitando conflitos através das virtudes” (C. Mendes, 2020, p.17). Além da harmonia, o Confucionismo aborda, também, a questão da hierarquia, considerando que esta desempenha um papel preponderante no relacionamento, sobretudo como garante da ordem. Assim, para Confúcio a organização social encontra-se assente em cinco tipos de relações sociais, quatro delas do tipo hierárquico e onde o mais novo ou inferior deveria respeito ao mais velho ou superior – o súbdito ao soberano, o filho ao pai, o irmão mais novo ao mais velho, a mulher ao marido – e uma como entre iguais – a de amigo para amigo. Por outro lado, a tradição confucionista baseia-se no alinhamento do indivíduo com as *cinco virtudes* – a benevolência, a justiça, os ritos, a sabedoria e a confiança – assim como no correto comportamento do indivíduo, i.e., “que os indivíduos se comportem de acordo com o lugar que ocupam na família e na sociedade” (C. Mendes, 2020, p.19). Em conclusão, para Confúcio, cada indivíduo ocupa um lugar na sociedade, tendo como dever respeitar as obrigações desse lugar, assim como os ritos e tradições, que, na filosofia confucionista se assumem como fundamentais. Mais do que isso, o indivíduo não é encarado de forma isolada, como no Ocidente, mas antes como parte de algo maior, nomeadamente, de uma família, a base de toda a organização social e política.

Além de Confúcio, outros nomes contribuíram para o desenvolvimento da tradição confucionista, nomeadamente Mêncio, defensor da ‘bondade humana’. Tal como Rousseau viria mais tarde a defender, no século XVIII, Mêncio, ainda no século IV a.C., considerava que “as pessoas são naturalmente boas, embora um meio ambiente adverso e o desleixo com as suas próprias características naturais possam torná-las más” (Alves & Mendes, 2022, p.26). Na conceção de Mêncio, a condição natural do Homem encontra-se relacionada à

moralidade, sendo esta definida como a característica fundamental da natureza humana. Em termos políticos, Mêncio advogava que o Estado não deveria asfixiar os indivíduos, mas que era essencial existir um governo forte e capaz, de modo a garantir a ordem e ultrapassar quaisquer constrangimentos da vida em sociedade, assim como de forma a satisfazer as necessidades dos indivíduos. Neste sentido, Mêncio faz a apologia a um governo dotado de moral e que se preocupe com o povo e com as suas necessidades, mas onde o poder deve ser entregue aos sábios, ou seja, àqueles que aperfeiçoaram as suas virtudes, sendo, por isso, os únicos capazes de assegurar que o Estado cumpra as suas funções sem qualquer tipo de interferência. Desta forma, Mêncio, à semelhança de Confúcio, e contrariamente a Aristóteles, defende a aristocracia como a melhor forma de governo (Kim, 2018).

De uma forma geral, observamos, dentro do confucionismo, um pensamento político bastante característico e que surge em contraste com a visão militarista do poder que existia na China da época, onde cada dinastia procurava manter a ordem através da força e da coerção (Kim, 2018). Confúcio sugeriu, assim, uma alternativa baseada nos ritos, i.e., nos costumes, assonciando-lhes um valor político. Assim, Confúcio idealizou uma sociedade onde os ritos “*provides (...) a common code of manners and social forms appropriate for public behavior, which in turn facilitates social intercourse*” (Kim, 2018). Kissinger (2011) compara a obra de Confúcio à de Maquiavel, por ambas abordarem a temática da governação política, porém destacando que a doutrina de Confúcio tinha como prioridade atingir uma governação misericordiosa, não pretendendo alcançar a riqueza ou o poder. Assim, era objetivo de Confúcio encaminhar a civilização chinesa na direção de uma “sociedade justa e harmoniosa” replicando o que fora alcançado na “distante era dourada chinesa” (Kissinger, 2011, p.31).

Outra grande corrente da filosofia chinesa é o Taoísmo, cujo maior nome é Laozi. Contrariamente ao Confucionismo, o Taoísmo não se interessa tanto pela organização política e social, mas antes pelo comportamento do indivíduo. Assim, o Taoísmo pode ser interpretado como uma “filosofia de cariz existencialista, própria para orientar a vida de cada um” (Alves & Mendes, 2022, p.36). A filosofia de Laozi centra-se na figura de *Tao*, que é assumido enquanto algo “misteriosamente formado,/ nascido antes do Céu e da Terra” (Laozi, 2021, p.77). Apesar disso, o significado do *Tao* não é totalmente linear, podendo traduzir-se no *caminho*, ou num ideal a atingir, assim como em algo responsável pela “origem do Céu e da Terra”, como “a raiz das dez mil coisas”, e como um “bem supremo” que “dá vida”, a “energia vital” (Laozi, 2021, pp.39-47). Assim, o *Tao* aparece “como o

princípio originário de tudo o que existe, um caminho ético e instruções guiadas para a humildade” (C. Mendes, 2020, p.18). Como denota C. Mendes (2020), o objetivo do Taoísmo é que o indivíduo atinja a harmonia com o *Tao*, numa jornada onde a “compaixão, frugalidade/simplicidade e humildade” (pp.18-19) são essenciais. Apesar dos ensinamentos morais, o Taoísmo também tem uma missão política, apresentando o caminho para alcançar uma boa governação. Neste sentido, para o Taoísmo, o caminho em direção ao *Tao*, assim como a própria política, devem ser guiados pela inação, daí esta filosofia advogar que o governo deva ser entregue aos sábios, àqueles que realmente compreendem o *Tao*.

A tradição política de Laozi surge em contraste com a defesa dos ritos por parte do Confucionismo. A filosofia de Laozi é, assim, uma crítica à própria civilização, que na sua perspetiva, surge através dos ritos, que são considerados como uma complexificação desnecessária à vida humana, encontrando-se na origem das instituições políticas. Assim, Laozi idealiza um regresso a um período anterior, mais simples e onde as necessidades dos indivíduos seriam mais facilmente satisfeitas. Neste sentido, e consciente de que voltar a um período anterior não é possível, deixa nas mãos dos governantes a possibilidade de permitirem aos indivíduos agirem naturalmente, isto é, em alinhamento com o *Tao*. Laozi apelida este governo de *wuwei* (inação). Desta forma, a filosofia política em Laozi aparece estreitamente ligada à não-participação política dos indivíduos, na medida em que todos devem agir o mais naturalmente e menos conscientemente possível, onde só o governante deve tomar ação consciente ao conceder aos seus súbditos a liberdade de não agirem (Kim, 2018).

A par do Confucionismo e do Taoísmo, também o Moísmo é uma importante tradição filosófica chinesa que, ainda hoje, se repercute na sociedade sínica. Uma das principais contribuições desta filosofia fundada por Mozi é a “ideia de amor universal” (Alves & Mendes, 2022, p.30), que aparece em contraposição à benevolência de Confúcio. A grande divergência reside no facto do amor universal de Mozi ser mais imediato e pretender a criação de verdadeiros laços entre os indivíduos, enquanto a benevolência de Confúcio opta antes pela compaixão, entendimento mútuo e tolerância. O objetivo deste amor universal é “reconstruir a sociedade chinesa com menos clivagens sociais e mais harmonia” (Alves & Mendes, 2022, p.30), princípio partilhado com o Confucionismo. A filosofia política de Mozi parte, tal como em Thomas Hobbes, do conceito de estado de natureza, enquanto um estágio anterior à vida em sociedade e marcado pela ausência de Lei. Porém, em contraste com Hobbes, o estado de natureza de Mozi alberga a ideia de consciência moral, porém,

como esta não é entendida de igual forma por todos os indivíduos, surge o Estado como garante da uniformização da moral, através do *cuidado imparcial (jianai)*, ou seja, uma espécie de providência imparcial, onde o Estado deve garantir “*the equitable distribution of material goods, but not equal political rights*” (Kim, 2018). A tradição política de Mozi prevê, ainda, que o poder seja entregue àqueles que são dignos, não estando disponível para a totalidade dos cidadãos, tornando-se a *jianai* num laço entre súbditos e governantes. Mais uma vez, a forma perfeita de governo é aquela onde o poder se encontra nas mãos de alguns (Kim, 2018).

Junto das tradições filosóficas, dois outros aspetos merecem destaque. Por um lado, o conceito de *yin* e *yang*, associado à filosofia taoista, e, por outro lado, a filosofia estratégica de Sun Tzu. Tal como aponta Kissinger (2011), “os chineses nunca geraram um mito de criação cósmica” (p.30), nem apontaram a sua existência a qualquer tipo de divindade. Este é um traço civilizacional muito importante que se mantém até à atualidade. O mais semelhante a uma religião são os ensinamentos de Laozi, mas onde não existe um deus, mas sim uma entidade superior da qual pouco se sabe. Todas, ou pelo menos grande parte das tradições chinesas configuram-se nesta lógica, destacando-se a existência de algo superior, de uma entidade celestial – o Céu. É associado a esta lógica que surge o *yin* e o *yang* como duas forças opostas, mas complementares, que compõe tudo o que existe. O *yin* é uma força “feminina e negativa” e que representa a Terra, enquanto o *yang* uma força “positiva e masculina”, representando o Céu (Alves & Mendes, 2022, p.159). Esta perspetiva de complementaridade é recorrente no pensamento chinês, realçando a ideia de que é da soma e do equilíbrio destas forças que tudo surge.

Por fim, relativamente aos ensinamentos de Sun Tzu e da sua obra *A Arte da Guerra*, os chineses compreenderam que nem tudo se vence através da guerra, sendo, por vezes, preferível a inação. A raiz deste pensamento reside na própria dinâmica do Império Chinês, que tinha demasiados inimigos para ser capaz de resolver os diferendos através do conflito. Em vez disso, apostou na “subtileza, [n]a via indireta e [n]a acumulação paciente da vantagem relativa” (Kissinger, 2011, p.39). No pensamento estratégico-militar chinês destaca-se, assim, a ideia de ‘ganho relativo’. É dentro desta lógica que Sun Tzu desenvolve a sua obra, apresentando uma estratégia que, de forma distinta à Ocidental, coloca “ênfase nos elementos psicológicos e políticos” (Kissinger, 2011, p.43) da guerra. Nos seus escritos, Sun Tzu apela à prudência e à cautela, preferindo a vitória através de ações indiretas e de manipulação do que pela confrontação no campo de batalha. Como realça Kissinger (2011),

Sun Tzu “aconselha o comandante a fazer com que os seus objetivos sejam concretizados pelo adversário ou a empurrá-lo para uma posição tão insustentável que opte pela rendição” (p.46).

1.1. O pensamento político chinês: *Tianxia*, Sistema Tributário e propostas contemporâneas

O pensamento político chinês na atualidade é o resultado da confluência dos ensinamentos de mestres como Confúcio, Mêncio, Laozi e Mozi, assim como de dois sistemas que, durante décadas, caracterizaram a organização política interna chinesa e a relação do Império do Meio com os seus vizinhos – a *Tianxia* (*tiānxià*) e o Sistema Tributário. Por outro lado, desde 1949, ano que marca a fundação da República Popular da China (RPC), que o socialismo também ocupa um lugar cimeiro tanto no pensamento político chinês como na ideologia do Estado, fazendo, hoje, parte da Constituição o ‘socialismo com características chinesas’ de Deng Xiaoping e o ‘socialismo com características chinesas para uma Nova Era’ de Xi Jinping.

A tradição político-filosófica chinesa remonta, tal como a ocidental, à concepção do Estado e do poder. Neste sentido, é interessante denotar que, enquanto no Ocidente a política inicia-se através da *pólis* grega, na China verificou-se uma evolução bastante diferente e assente num outro tipo de modelo de governação originário, o *kindredom*. Tal como repara Ming (2012), enquanto a *pólis* baseia-se “*on a contractual agreement*”, o *kindredom* é concebido em torno da “*blood lineage*” (p.111), refletindo para a política a importância concedida pela tradição chinesa à família, enquanto unidade basilar de todo o sistema. A partir daqui a China desenvolveu-se em torno da existência de diversos clãs, modelo de distribuição territorial e de poder que está na origem da *tianxia*.

Por outro lado, não deixa, de igual modo, de ser interessante compreender a formação do Estado chinês, que, aliás, surge muito antes de qualquer Estado Moderno europeu. Olhando para a Europa, observamos que, antes de Vestefália não existiam Estados propriamente ditos. O Estado Moderno surge, assim, só no século XVII, após décadas de centralização de poder na figura do Rei. Até então, na Europa, vigorava um sistema feudal, onde existiam Senhores com largo poder, alguns mais poderosos do que o próprio monarca. Por esta descentralização, não podemos falar de Estado antes de 1648, pelo menos não na

Europa. No caso da China, até à dinastia Qin, a China era um território composto por mil tribos que disputavam constantemente o poder entre si. O estado natural era o de conflito, onde cada tribo assegurava a hegemonia sobre as demais através da guerra. Porém, com esta dinastia verifica-se uma centralização de poder na figura do Imperador, algo completamente inédito, pelo que, já aí, podemos falar da configuração de um Estado chinês. Na base desta centralização encontramos o sistema da *tianxia* que permitiu, pela primeira vez, unificar todo o território chinês de uma forma não violenta.

A *tianxia* remonta ao século X a.C., quando a tribo dos Zhou derrotou a tribo Shang, que até então governava toda a China. Porém, a inferioridade numérica da tribo Zhou ameaçava tornar-se num desafio, pelo que, de forma a evitar qualquer contestação à sua governação, os Zhou criaram o sistema da *tianxia*, um modelo de governação assente em algumas ideias basilares da cultura chinesa, tais como o Céu e as noções de ‘vontade celestial’ e de um ‘Imperador do Alto’. Tal como aponta Tingyang (2009), a suplantação dos Shang traduziu-se numa autêntica revolução, “*establishing Chinese politics in a very different way*”, pelo que é possível afirmar que, “*in much the same way as in Europe prior to the Greek polis, politics (literally ‘justified order’ in Chinese) didn’t exist in China before the Zhou*” (p.7).

O estabelecimento deste modelo de governação e de administração territorial pelos Zhou funda, assim, a política na China, que, ao contrário do que aconteceu na Europa com a pólis, parte imediatamente de uma perspetiva global (Tiangyang, 2012). Neste sentido, este modelo parte de três principais pressupostos: “*successful solutions to the problems of world politics should resort to a universally accepted system and not force*”; “*a universal system is politically justified if it consists of a political institution which benefits the people of all nations, and produces the greatest common wellbeing in the world*”; e “*a universal system works if it creates harmony between all nations and cultures*” (Tiangyang, 2009, p.8).

A *tianxia* é, assim, um sistema monárquico, aberto a todos e assente na inclusão e na não-discriminação, sendo constituído por “*a general world government and sub-states*” (Tingyang, 2009, p.8). Ao *world government* cabe a governação das ‘instituições universais’, a legitimação dos *sub-states* e a manutenção da ordem. Os *sub-states*, por sua vez, e apesar de independentes, têm obrigações para com o *world government*, devendo-lhe respeito, obediência e o pagamento de um tributo. Este é um sistema de legitimação mútua, dado que a legitimidade do *world government* e do seu poder reside nos seus súbditos, podendo este,

inclusive, vê-la retirada “*if it betrays justice or abuses its responsibilities, and revolution is then justified*” (Tiangyang, 2009, p.8). Este *world government* fica, ademais, encarregue da governação direta de um território (*King-land*) e possui um exército. Apesar da superioridade, “*there are limits to the advantages of the world government over the sub-states*” (Tiangyang, 2009, p.9), tanto em termos territoriais como militares, aparecendo a revolução, mais uma vez, como um mecanismo contra o despotismo. O objetivo deste sistema seria, portanto, a governação pacífica de todo o *all under heaven*, o que ficaria encarregue ao *tianzi* (‘filho do céu’), enquanto governante das ‘instituições universais’. Este modelo foi bem-sucedido e conseguiu garantir a harmonia e manter a paz entre as diversas tribos chinesas. Porém, acabaria por desaparecer após o fim da dinastia Zhou, à qual sucedeu a dinastia Qing, responsável por unificar a China em torno da figura do Imperador. Se até aos Zhou a China era uma civilização composta por cerca de mil tribos, representando cada uma um diferente ‘estado’, com os Qing todas estas tribos passaram a fazer parte do grande Império Chinês, criando “*a new system of imperial centralization of authority, thereby distorting the concept of all under heaven*” (Tiangyang, 2012, p.59).

O modelo político da *tianxia* surge, assim, como um modelo de vocação global e universalista, que segue a lógica confucionista de harmonia e paz. É um modelo inclusivo, e que se foca na governação do *all under heaven*, isto é, de tudo aquilo que está sob o céu, e que reporta um largo pendore filosófico e até mitológico. Na conceção da *tianxia*, a governação é entregue ao *tianzi* (o *filho do céu*) por meio de um mandato celestial (*tianming*). A lógica da *tianxia* reflete o espírito confucionista, apelando-se a uma governação moral e justa, tendo como objetivo a harmonia (*datong*), pelo que o *tianzi* deveria governar em respeito pelas virtudes e ritos (Tiangyang, 2009).

Apesar da queda dos Zhou e do colapso do sistema da *tianxia*, este inspirou o desenvolvimento de um novo modo de relacionamento entre a nova China e os estados seus vizinhos, através do Sistema Tributário. Este sistema começou a ser desenvolvido ainda com a dinastia Zhou, mas só viria a ganhar real forma com a dinastia Han (Kim, 2018). De certa forma podemos, inclusive, encarar o Sistema Tributário como uma transposição da *tianxia* “para as relações com outros países” (Barbosa, 2021, p.7).

O Sistema Tributário chinês é essencialmente caracterizado pela ideia de hierarquia, motivada pela influência confucionista, ao contrário da anarquia que no Ocidente se assumiria como ponto central na definição da Ordem Internacional (Danner, 2018). No

centro desta configuração hierárquica encontrava-se a China, o Império do Meio, estando à sua volta os demais povos, considerados como bárbaros (Kim, 2018; Danner, 2018). Segundo a perspectiva chinesa, o Sistema Tributário era garantido pela sua superioridade política, social, económica e cultural, pelo que era, para os estados vizinhos, um privilégio poderem relacionar-se com a China. Esta admiração pela cultura chinesa motivava a replicação destes princípios por cada estado, o que, aliás, servia de elemento caracterizador da ordem hierárquica estabelecida. Neste sentido, a hierarquia dos povos ao redor da China era definida em termos da capacidade de cada povo em seguir e imitar “*the Chinese model with Chinese culture, especially its Confucian state ideology*” (Danner, 2018, p.13).

Em respeito pela superioridade chinesa e como condição para o estabelecimento de laços, principalmente comerciais, os demais povos deviam ao Imperador o pagamento de um tributo (*chaogong*), mas também tinham a obrigação de “*perform rites in recognition of the Chinese empire’s dominance and geopolitical influence*” (Danner, 2018, p.14), nomeadamente o *kowtow*, o ato de prostração para com o Imperador. O Sistema Tributário chinês demonstra a importância concedida pela China Imperial às relações internacionais, servindo este como um meio de legitimação interna através da imposição do seu modelo aos países vizinhos, enquanto concedia “*status, prestige, reputation, and recognition to the tributaries*” (Danner, 2018, p.14). Este sistema marcado pela ideia de superioridade chinesa permitiu com que “a China não sentisse necessidade de se expandir, evitando guerras” (C. Mendes, 2020, p.15).

O Sistema Tributário colapsou no século XIX, quando as forças inglesas chegaram à China, impondo as suas próprias condições para o estabelecimento de comércio. A partir daí, a China isolou-se, adotando uma postura mais reticente quanto ao Ocidente. A longo prazo, o Século da Humilhação, infligido à China pelos ingleses e japoneses, resultou numa diminuição da autoridade do Imperador e no fim do próprio Império (Agnew, 2010). A partir daí, a China adotou, progressivamente, os princípios vestefalianos, pelo que os princípios tradicionais chineses acabaram por ser suplantados. Até 1912, ano que marca a queda da dinastia Qing no decurso da Revolução de Xinhai que inicia a República, o Confucionismo ocupava um lugar central dentro da política de Estado. A partir daí viu-se secundarizado, sendo, inclusive, perseguido durante a Revolução Cultural (1966-76), mas as marcas que deixara no comportamento individual e coletivo mantiveram-se. Neste sentido, nas últimas décadas surgiram diversos movimentos de reinterpretação dos autores clássicos,

nomeadamente de Confúcio, procurando, inclusive, associá-lo ao socialismo, adotado como ideologia de Estado a partir da Revolução Comunista de 1949.

Na década de 1980, a tradição confucionista foi reinventada através de um programa de investigação intitulado *Xiandai Xin Ruxue* e que se destinava a compreender o *Novo Confucionismo Contemporâneo*⁸, através do estudo da obra de diversos autores. Os trabalhos do *Novo Confucionismo Contemporâneo* culminaram na publicação de um documento intitulado ‘*A Manifesto for a Reappraisal of Sinology and Reconstruction of Chinese Culture*’ (1958), “*the most important document issued by this group of scholars and [that] has been regarded as a landmark for the Contemporary New Confucian Movement*” (Shuxian, 2012, p.104). O objetivo deste documento foi, mais do que expor o *Novo Confucionismo Contemporâneo*, apresentá-lo ao Ocidente. Aliás, este documento foi “*addressed to Sinologists in the West who had failed to take the proper approach in studying Chinese culture*” (Shuxian, 2012, p.104). De uma forma sumária, o *Novo Confucionismo Contemporâneo* procura recuperar os ideias de moral e boa governação do Confucionismo, apagadas pela Revolução Cultural, mas revendo algumas das noções tradicionais, e defendendo “*a government not only for the people but also of the people and by the people*” (Shuxian, 2012, p.105), o que significa uma rutura com a tradição de Confúcio, que preferia um líder sábio a governar autoritariamente a uma democracia.

Um destes ‘novos confucionistas contemporâneos’ é Jiang Qing, que tem procurado reinterpretar o confucionismo tradicional, em reação ao que apelida de ocidentalização da China. Tal como aponta Ming (2012), “*his [Jiang Qing] political philosophy can be summarized in several aspects, including his critique of Western culture and his belief in the importance of the preservation of Confucian tradition and the reconstruction of Confucian politics*” (p.114). Assim, Qing propõe a eliminação do modelo socialista que a China adaptou do Ocidente, e a construção de um governo assente nos princípios confucionistas de um “*kingly government*” (*wangdao*), i.e., um governo em que “*its political legitimacy derives from its compliance with rules and laws in three dimensions: the will of heaven, the will of the earth, and the will of the people*” (Ming, 2012, p.116). Um outra proposta veio através de Chen Ming, que procurou adaptar o Confucionismo à atual realidade política chinesa, apontando um caminho para a criação de um “*kingly government*” através da “*inner sanctity*”

⁸ É de salientar que a designação de *Novo Confucionismo Contemporâneo* parte do facto de já ter existido um movimento filosófico intitulado de *Novo Confucionismo* durante as dinastias Song e Ming (Dallmeyr, 2012; Shuxian, 2012).

(Ming, 2012, p.120). Na sua perspectiva, na sociedade contemporânea existe “*more competition and less cooperation, and social relationships are less stable*”, o que “*require new methods of political governance*” (Ming, 2012, p.120). Ao contrário de Jiang Qing, Ming considera que ideias ocidentais como os Direitos Humanos e a liberdade individual devem ser absorvidas pelo Confucionismo e pela sociedade chinesa. Por último, Kang Xiaoguang procura no Confucionismo uma forma “*to improve China’s economic efficiency, social justice, and international competitiveness*” (Ming, 2012, p.125). Neste sentido, Xiaoguang defende a rejeição da democracia e do liberalismo ocidental, a favor da criação de um “*benevolent government on the basis of Confucianism in order to maintain long-term social stability*” (Ming, 2012, p.126).

2. O AVANÇO TEÓRICO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS NA CHINA

O estudo das relações internacionais é um fenómeno recente no Ocidente, e ainda mais recente no Oriente. Foi após a I Guerra Mundial que os académicos deram maior relevância ao estudo dos fenómenos internacionais, resultando, após a II Guerra Mundial, na institucionalização das Relações Internacionais enquanto disciplina autónoma. O Oriente não acompanhou de imediato este processo. No caso chinês, as Relações Internacionais foram ignoradas durante muito tempo, sobretudo em virtude do isolamento da China face ao Sistema Internacional, circunstância que foi reforçada pela adoção do socialismo em 1949, resultando na rutura dos laços com o Ocidente e com qualquer disciplina ocidental. Só algum tempo depois é que se despertou na China o interesse pelo estudo das relações internacionais, motivando a criação de instituições dedicadas ao estudo desta disciplina. Nas últimas décadas, esta tendência possibilitou o surgimento um movimento de desenvolvimento de uma teoria ou de uma ‘Escola Chinesa das Relações Internacionais’, numa tentativa de propor uma alternativa ao atual *mainstream* teórico da disciplina essencialmente influenciado pelos princípios e valores ocidentais. Mais do que uma abordagem teórica assente na visão chinesa das relações internacionais, é objetivo desta Escola apresentar novas soluções para alguns dos debates mais sensíveis das Relações Internacionais, surgindo como reação ao que considera como um falhanço das visões ocidentais em interpretar e resolver certos fenómenos e problemáticas internacionais.

Conforme já mencionado, inicialmente a China não procurou acompanhar o Ocidente no estudo das relações internacionais. O processo revolucionário que decorreu entre 1911 e 1949 não foi propício a um ambiente académico fértil, pelo que as Relações Internacionais não se puderam emancipar tal como no Ocidente. Ademais, vale lembrar que a China nunca foi propriamente um país recetivo às influências do exterior. Habitado a uma ideia de superioridade, o Império do Meio seguiu, desde o início, um caminho próprio, pelo que é compreensível que não tenha demonstrado, numa fase inicial, qualquer interesse em absorver a Ciência ocidental. Além disto, o Século da Humilhação fizera a China retrain-se de qualquer contacto com o exterior, pelo que não acompanhou o desenvolvimento académico e científico do Ocidente. Só a partir da década de 1950, mais precisamente de 1952-53, quando o Partido Comunista Chinês (PCC) concluiu a reestruturação do ensino superior, é que foi demonstrado, pela primeira vez, interesse, sobretudo por parte do governo, em compreender os fenómenos internacionais e a estrutura de poder internacional. A partir daí iniciam-se os primeiros passos na criação do estudo das relações internacionais e da emancipação da disciplina de RI na China.

O início do estudo das relações internacionais na China não se deu, porém, de forma linear. Aliás, este campo foi obrigado a constituir-se do zero, à semelhança do que havia acontecido no Ocidente nas décadas de 1920 e 1930. Talvez, no caso chinês, este processo tenha sido ainda mais desafiante. No Ocidente, ainda antes do século XX, alguns fenómenos internacionais, nomeadamente a guerra, já eram alvo de estudo da História, ainda que de forma limitada, e, posteriormente, no século XIX, a Sociologia e a Ciência Política também se dedicaram, ainda que timidamente, a estudar a realidade internacional. Na China, porém, esta evolução não se verificou. Qin (2007), reputado académico chinês do campo das Relações Internacionais, divide o estudo desta disciplina na China em três fases. A primeira destas fase desenvolveu-se entre 1953 e 1963, poucos anos depois do surgimento da República Popular da China e imediatamente a seguir à reestruturação do ensino superior chinês segundo os padrões soviéticos. É nesta fase que o ensino das relações internacionais se começa a desenvolver em território chinês, porém em vez de Relações Internacionais, esta área de estudo era apelidada de Estudos Internacionais, “[that] was largely synonymous with policy analysis, in the form of annotated policy reports or advice” (Feng, 2012a, p.69). Assim, o principal objetivo dos Estudos Internacionais era fornecer informações estratégicas ao governo. Durante este período foi criado o primeiro departamento dedicado ao estudo dos fenómenos internacionais numa universidade chinesa, o *Department of Foreign Affairs* da

Universidade Renmin da China, que, posteriormente, deu origem ao *Foreign Affairs College*, destinado a “*to train China’s diplomats and do research in IR*” (Qin, 2007, p.315), e que teve na sua origem o impulso dado por Zhou Enlai, Primeiro-Ministro chinês à época. Mais tarde, foram ainda criados o Instituto de Relações Internacionais e o Instituto de Estudos Internacionais sob a alçada do Ministério dos Negócios Estrangeiros chinês e cujos objetivos eram a formação de especialistas e “*provide intelligence analysis*” (Shambaugh, 2011, p.341). Tal como destaca Qin (2007), nesta fase “*disciplinary development was not the priority of their work*” (Qin, 2007, p.315).

A segunda fase iniciou-se em 1964 e durou até 1979, sendo marcada por episódios como a Revolução Cultural, ou a Ruptura Sino-Soviética, que criou um problema de segurança motivando o reforço “[*of*] *China’s international research and teaching*” (Feng, 2012a, p.70). Logo em 1964, na sequência de uma diretiva do Partido Comunista Chinês que propunha “*to establish a network of institutions to train young diplomats and researchers*” (Shambaugh, 2011, p.341) foram criados três departamentos de política internacional em três grandes instituições de ensino superior chinesas: na Universidade de Pequim, “*for the study of the national liberation movements in the Third World*”; na Universidade Renmin dedicado ao estudo dos movimentos comunistas; e na Universidade de Fudan, com o objetivo de estudar as “*IR in the Western world*” (Qin, 2007, p.315). Ademais, também foram criadas um conjunto de instituições, sob a tutela do Ministério dos Negócios Estrangeiros e da agência estatal de notícias Nova China (*Xinhua*), cujos principais objetivos eram a “*publication of several textbooks and journals and the translation of works of foreigners*” (Xinning, 2001, p.62). Apesar destes avanços, “*the start of the Cultural Revolution in 1966 put an end to IR teaching and research throughout the country*” (Xinning, 2001, p.62). De uma forma geral, podemos constatar que o desenvolvimento das Relações Internacionais na China, nesta fase, é marcado por uma visão terceiro-mundista e assente numa leitura marxista e maoísta dos fenómenos internacionais. Como sustenta Kim (2016), “*pre-1976 IR was mainly Marxist-Leninist-Maoist theory of international relations, and included such concepts as imperialism, colonialism, peasant revolution, and Mao’s Three Worlds Theory*” (p.69). Por outro lado, nesta fase, os académicos chineses procuravam seguir o seu próprio percurso, importando pouco ou nada do Ocidente, que, aliás, era estudado praticamente só de forma a “*understand the enemy or as a target of criticism*” (Qin, 2007, p.315). Tal como afirma Shambaugh (2011) “*the first 30 years of IR studies in the People’s Republic of China must be considered poorly developed at best*” (p.342).

Finalmente, a terceira fase iniciou-se em 1980 e dura até aos dias de hoje. Esta fase fica desde logo marcada pelas reformas políticas de Deng Xiaoping e pela abertura da China ao mundo, mas também por eventos como a Queda do Muro de Berlim e o Massacre da Praça da Paz Celestial, em 1989. Podemos considerar esta como a fase de maior desenvolvimento e aprofundamento do estudo das relações internacionais na China, destacando-se, neste período, o surgimento da Associação Nacional para a História e as Relações Internacionais, renomeada em 1999 para Associação Nacional para os Estudos Internacionais, e da qual atualmente fazem parte 68 instituições. O fim da Revolução Cultural (1981) e a conseguinte abertura política trouxeram novas possibilidades a este campo na China. As instituições de ensino e investigação, até então suspensas, foram reativadas e verifica-se o início de um movimento de intercâmbio científico e académico entre a China e o Ocidente, marcado pela chegada de diversos académicos ocidentais para ensinar Relações Internacionais na China, assim como pelo incentivo de “*Chinese students to study IR in Western countries and to return to China to teach and do research*” (Qin, 2018, p.424). Estes avanços levaram os académicos chineses a dedicar-se mais ao estudo teórico das Relações Internacionais, motivando a ideia de que “*China needed to develop its own sorts of IR theories*” (Feng, 2012a, p.70). Nesta fase destaca-se, também, os auxílios concedidos aos académicos chineses por parte de instituições privadas norte-americanas como a Fundação Ford e a Fundação Rockefeller, estimulando os chineses a estudar os fenómenos internacionais, e, sobretudo, a entender a perspetiva ocidental. Também é nesta fase que se iniciam as traduções das grandes obras ocidentais, tais como *Politics Among Nations* de Hans Morgenthau, traduzida para o chinês em 1990.

Se inicialmente o estudo das relações internacionais na China estava associado a um discurso marxista, na década de 1990 este passa a encontrar-se dependente do Realismo, denotando-se “[a] *misperception that Realism was the IRT*” (Qin, 2007, p.317). Apesar dos avanços que ocorreram neste período, existiram também alguns desafios. O ano de 1989 trouxe sérias dificuldades para a China, sobretudo pelo fim da Guerra Fria e pelo Massacre de Tiananmen, resultando, por um lado, numa postura crítica do Ocidente face a este país asiático, e, por outro, numa postura de desconfiança da China face ao Ocidente, o que, inevitavelmente, teve impactos negativos no estudo das relações internacionais na China. Apesar disso, e como destaca Xinning (2001), ainda que o incidente de Tiananmen tenha levado o governo chinês a iniciar uma ação de censura a diversas Ciências Sociais pelas ideias que defendiam, as Relações Internacionais foram uma exceção, continuando a

desenvolver-se. O diferendo entre a China e o Ocidente acabaria por ser ultrapassado em 1992, permitindo com que fosse retomada a totalidade da cooperação acadêmica e científica. Nos anos seguintes conduziram-se novos esforços no sentido de diversificar o estudo teórico das Relações Internacionais, traduzindo-se novas obras, o que permitiu a introdução de novas teorias tais como o Liberalismo, o Construtivismo ou a Escola Inglesa. Nas palavras de Qin (2007), “*it is translation that gave Chinese IR scholars a push for establishing an independent academic discipline*” (p.317).

Na perspectiva de Qin (2007), encontrando-se bem encaminhado o desenvolvimento do estudo das Relações Internacionais na China, e estando consolidado o conhecimento das bases teóricas ocidentais, tornou-se possível apostar no desenvolvimento teórico desta disciplina segundo a visão chinesa do mundo. Neste sentido, Qin (2007) recorre às três fases do desenvolvimento de uma teoria – “*pre-theory phase, theory-learning phase, and theory-building phase*” (Qin, 2007, p.317) – para explicar a evolução das tentativas de desenvolver uma teoria das relações internacionais chinesa. Na primeira fase, apesar dos esforços no sentido da pesquisa e estudo das Relações Internacionais, o objetivo é aprender esta disciplina e não a aplicação prática ou o desenvolvimento de qualquer tipo de explicações teóricas. No caso chinês, a *pre-theory phase* coincide, na ótica de Qin (2007), com o intervalo 1953-1989, desde a criação do Departamento de Estudos Diplomáticos na Universidade Renmin, até meados da terceira fase do estudo das Relações Internacionais na China, antes da tradução massiva das obras ocidentais. Nesta fase, o objetivo dos acadêmicos chineses era perceber o objeto de estudo da disciplina, utilizando-a para fornecer informações ao governo, num meio onde “*theory has been understood as guidelines for practice and action*” (Qin, 2007, p.318). Já na segunda fase, denota-se maior preocupação no sentido de uma “*critical analysis of major theories*”, surgindo “*research products that test major theories with the purpose of verification or falsification*” (Qin, 2007, p.318). A segunda fase do desenvolvimento teórico, no caso chinês, inicia-se em 1990, sendo marcada pelo reforço da investigação acadêmica, pelo reforço das publicações científicas, pela tradução de obras internacionais, mas também pelo aumento da diversidade dos estudos, passando a dedicar-se a novas áreas e novos aspetos, assim como pela consciencialização acerca da multiplicidade teórica das Relações Internacionais. No período correspondente a esta fase, os acadêmicos chineses compreenderam a importância das teorias das relações internacionais “*not only [as] guidelines for policy-making, but also [as] perspectives from which people observe the IR world*” (Qin, 2007, p.319). A crescente consciência da

relevância das abordagens teóricas das Relações Internacionais levou a um “*feeling that there should be a Chinese School of IRT*” (Qin, 2007, p.321). A terceira fase, por sua vez, é caracterizada pela tentativa dos académicos em desenvolverem as suas próprias explicações e abordagens teóricas. No caso chinês, Qin (2007), considerava, à época, e apesar da vontade e do esforço em construir uma ‘Escola Chinesa das Relações Internacionais’, que “*there is no such theory that can be called Chinese IRT*” (p.322).

Durante este largo período iniciado aquando dos primeiros estudos das relações internacionais na China e que dura até à atualidade, os conhecimentos e predisposições chinesas face aos aspetos teóricos das Relações Internacionais desenvolveram-se bastante e evoluíram para novas áreas. Num primeiro momento, como analisado, não existia qualquer expressão das teorias das relações internacionais na China, quando muito assistíamos a uma narrativa assente numa visão marxista e maoísta dos fenómenos internacionais, sendo que as matérias lecionadas nas universidades “*were just to explain Marxist theories of imperialism, colonialism, national liberation movements, and war and peace*” (Xinning, 2001, p.63). A partir de meados da década de 1980 os académicos chineses passaram a contactar com as teorias das relações internacionais ocidentais, período que coincide com as primeiras iniciativas de desenvolver uma teoria adaptada ao pensamento chinês. Nos últimos anos tem-se denotado uma tendência dos académicos chineses em acompanhar a evolução do estudo das Relações Internacionais, passando a atender às diversas teorias ocidentais, e abarcando uma série de temáticas como o poder, a economia internacional, os estudos de área, os regimes internacionais, os direitos humanos, a globalização e governança global, e a interdependência, ao mesmo tempo em que têm se desenvolvido os esforços em torno da criação da uma ‘teoria chinesa das relações internacionais’ (Kim, 2016).

Na perspetiva de Feng (2012a), falar de ‘teoria chinesa das relações internacionais’ não é equivalente a falar de ‘teoria das relações internacionais com características chinesas’, nem de ‘Escola Chinesa das Relações Internacionais’, dado que estes três conceitos não são sinónimos. Os avanços no campo teórico das Relações Internacionais, na China, resultaram, num certo momento, e como já observamos, numa tentativa dos académicos chineses em desenvolver as suas próprias abordagens. Esta ideia resultou em várias tentativas de desenvolver uma ‘teoria chinesa das relações internacionais’ (*Zhongguo Guoji Guanxi Lilun*). A primeira destas surgiu através do projeto de uma ‘teoria das relações internacionais com características chinesas’, na década de 1980, e, mais recentemente, um novo projeto surgiu, intitulado de ‘Escola Chinesa das Relações Internacionais’ (*Zhongguo Xuepai*).

Desta forma, Feng (2012a) considera a ‘teoria chinesa das relações internacionais’ como “*a generic term that has been used to describe a variety of perspectives calling for the infusion of some vaguely specified Chinese elements into Western-centric IR theories*” (pp.72-73).

The “Chinese theory of IR” is therefore best seen as an ongoing intellectual and discursive project without a precise meaning or clear boundaries, containing within itself subprojects such as an “IR theory with Chinese characteristics” and the “Chinese School” that compete to shape the larger project of developing Chinese IR theories. (Feng, 2012a, p.73)

Foi na década de 1980, marcada pelas reformas de Deng Xiaoping e pela reintrodução dos Estudos Internacionais nas instituições académicas chinesas após o fim da Revolução Cultural, que surgiu o primeiro apelo à criação de uma teoria que sistematizasse a visão chinesa do mundo e das relações internacionais. Na realidade, já na década de 1950 haviam sido dados os primeiros passos nestes sentido, quando Zhou Enlai apelou à sinização da Diplomacia, repto que foi recuperado em 1984 por Liu Chun, antigo presidente do *Foreign Affairs College*, quando o mesmo apelou à introdução de ‘características chinesas’ na História das Relações Internacionais (Xinning, 2001). Foi dentro desta retórica que, em 1986, foi lançado um novo apelo, “*when Wang Jianwei and others published the paper, ‘Make efforts to build Chinese IR theory’*” (Jiangli & Buzan, 2014, p.6). No ano seguinte, 1987, surge o projeto de criar uma ‘teoria das relações internacionais com características chinesas’, ainda que o seu objetivo não tenha ficado suficientemente clarificado. Para Zhang Mingqian, este projeto encontrava-se à margem das teorizações ocidentais e soviéticas, representando as “*Chinese opinions of international affairs and the culmination of Chinese understanding of the laws of the international community development*” (Mingqian, as cited in Xinning, 2001, p.67). Por outro lado, para Liang Shoude, um dos principais académicos de Relações Internacionais na China à época e um dos pioneiros da ‘teoria das relações internacionais com características chinesas’, este projeto encontrava-se associado às teorizações marxistas, e procurava conciliar “*both China’s cultural tradition and Western IR theory*” (Feng, 2012a, p.74). O defensor mais recente desta abordagem é Zhu Feng, que considera que “*Chinese rise and its growing influence in the world have created a need to develop IR and Foreign policy theories with Chinese characteristics, in order to provide theoretical support for China’s foreign policy*” (Feng, 2012a, p.74).

Além de Liang Shoude e Zhu Feng, outros académicos também procuraram contribuir para o desenvolvimento de uma ‘teoria das relações internacionais com características chinesas’, porém uma verdadeira teoria das relações internacionais nunca surgiu, tanto pela falta de conteúdo teórico, como pela própria indefinição do projeto e discórdia entre os seus teóricos. Neste sentido, foram apontadas diversas críticas a este projeto, sobretudo em função da conotação ideológica e política lhe atribuída – dada a associação semântica ao ‘socialismo com características chinesas’ de Deng Xiaoping –, mas também à falta de clareza acerca do que seriam as ‘características chinesas’ (Feng, 2012a). Aliás, este sempre foi um dos principais temas em debate entre os teóricos desta proposta. Para Liang Shoude, as ‘características chinesas’ traduziam-se na inclusão de três elementos na teoria: o interesse nacional chinês; a visão marxista da sociedade e dos meios de produção; a reforma e o desenvolvimento, em linha com o modelo de desenvolvimento chinês (Xinning, 2001). Outras críticas, por sua vez, questionavam a cientificidade deste projeto (Feng, 2012a).

No final da década de 1990, o projeto da ‘teoria das relações internacionais com características chinesas’ perdeu relevância. Para a maioria dos académicos, esta primeira tentativa de desenvolver uma teoria das relações internacionais adaptada ao pensamento sínico não foi bem-sucedida, pelo que muitos acabaram por a abandonar, sobretudo devido à sua designação, que poderia ser associada ao Partido Comunista Chinês, e que, por outro lado, poderia mais resultar num maior isolamento do estudo das Relações Internacionais na China do que na sua integração a nível mundial. Neste sentido, são também diversos os académicos que consideram que a ‘teoria das relações internacionais com características chinesas’ foi um meio de propaganda política e ideológica do PCC, tendo como objetivo o desenvolvimento de políticas públicas e a inserção internacional da China, em vez do desenvolvimento de uma teoria geral alicerçada no método científico (Xinning, 2001).

Foi neste cenário de indefinição teórica que “*Zhang Minqian suggested building the Chinese School of IR, in 1991*” (Jiangli & Buzan, 2014, p.7). Este repto marcou o início desta nova tentativa de criar uma ‘teoria chinesa das relações internacionais’, que só recebeu verdadeiro impulso no virar do século, graças às contribuições de Ren Xiao, Wang Yiwei, e, sobretudo, Qin Yaqing. A ‘Escola Chinesa das Relações Internacionais’ pode ser, assim, descrita como um projeto iniciado em 2000 e que tem por detrás a figura de Qin Yaqing, sendo considerado como “*one of most notable and widely recognized theoretical projects in Chinese IR today*” (Feng, 2012, p.76). Feng (2012a) realça, à luz do próprio Qin, que a

‘Escola Chinesa das Relações Internacionais’ ainda não existe como uma escola de pensamento propriamente dita, mas que se trata mais de um “*discourse about the future*” (p.76), e que procura promover uma simbiose entre a tradição chinesa e as perspectivas ocidentais, resultando numa abordagem universal. Apesar do sucesso, este projeto não se encontra livre de críticas. Uma das principais críticas não é propriamente dirigida ao projeto em si, estando mais relacionada com o atraso da China dentro da disciplina das Relações Internacionais face ao Ocidente. Neste sentido, estes críticos consideram que, antes da China procurar entrar no desenvolvimento teórico, tem de se equiparar plenamente ao estado da disciplina no Ocidente. Uma segunda crítica aponta no sentido das tradições e da herança que deve ser inserida dentro destas novas abordagens teóricas, sobretudo porque a China é culturalmente bastante rica e diversificada. Yan Xuetong é um dos principais críticos do movimento da ‘Escola Chinesa das Relações Internacionais’, cujas principais críticas dirigem-se em torno da designação, dado que as abordagens teóricas tendem a ser cunhadas em função dos termos que utilizam e não da sua origem geográfica, mas também em torno do objetivo, ao considerar que o objetivo não deve ser “*displace existing IR theories, but to enrich them with traditional Chinese thought based on modern methodology*” (Feng, 2012a, p.80). Apesar de Qin (2007) considerar o Realismo Moral de Xuetong como uma das fontes da ‘Escola Chinesa das Relações Internacionais’, Xuetong está associado a um outro projeto de desenvolver uma ‘teoria chinesa das relações internacionais’, a ‘Escola de Tsinghua’, que, à semelhança da ‘Escola Chinesa das Relações Internacionais’ foca-se na “*importance of rediscovering traditional Chinese thought with the final goal of developing a new research program with a distinctive hardcore*” (Feng, 2012a, p.79).

Hoje, existem três projetos que procuram criar uma ‘teoria chinesa das relações internacionais’. O primeiro destes é a ‘teoria das relações internacionais com características chinesas’, que ainda não desapareceu por completo, existindo diversas tentativas de a revitalizar através de uma nova perspectiva, preterindo a conotação ideológica original, a favor da sistematização do pensamento político tradicional chinês. Outro projeto é a ‘Escola Chinesa das Relações Internacionais’ que, apesar do sucesso académico de que tem beneficiado, também não se vê livre de críticas, sobretudo pelos teóricos do terceiro projeto, a ‘Escola de Tsinghua’ que pretende desenvolver uma abordagem mais universal e menos subordinada a ideologias e a termos como ‘características chinesas’ ou ‘Escola Chinesa’ que, considera, contrários à natureza universal de uma teoria (Feng, 2012a; Xinning, 2001).

Apesar destes esforços, não podemos afirmar que existe uma ‘teoria chinesa das relações internacionais’, dado que, apesar das tentativas, ainda não existe uma teoria que tenha sistematizado de forma geral e universal a visão chinesa das relações internacionais. Qin (2007) aponta três razões por detrás da inexistência de uma ‘teoria chinesa das relações internacionais’. Por um lado, dentro do pensamento chinês não existe propriamente lugar para o *internacional*. O conceito de *internacional* é profundamente ocidental e encontra-se enraizado na tradição vestefaliana do Estado-Nação como entidade política dominante da realidade sobre-estatal. Internacional significa, assim, entre as nações, entre os Estados, e está associado a um sistema tendencialmente competitivo, o que foge ao pensamento chinês, que prefere a harmonia e a unidade. Dentro do pensamento chinês não existe uma conceção de um mundo composto por entidades políticas com fronteiras bem definidas e que competem entre si, mas antes o *all under heaven*, tudo o que se encontra sob o céu, caracterizado pela harmonia. O Sistema Tributário chinês reflete esta conceção do mundo, com uma ordem garantida através da harmonia e cuja responsabilidade recai sobre a China, o Império do Meio. Esta é a ordem natural do universo, um sistema onde a China ocupa o lugar central e os demais Estados configuram-se ao seu redor, não havendo lugar para egos ou competitividade (Qin, 2007). Por outro lado, a inexistência de uma abordagem teórica das Relações Internacionais configurada com base no pensamento chinês também se deve ao excesso de ocidentalismo dentro da própria disciplina. As Relações Internacionais começaram a ser desenvolvidas no Ocidente tendo por base os princípios vestefalianos, num cenário onde a China estava há décadas isolada do mundo e começava a abraçar os valores ocidentais. Assim, as Relações Internacionais tornaram-se numa disciplina ocidental, e só no final do século XX é que os académicos chineses se começaram a preocupar em desenvolver a disciplina na China. Qin (2007), por último, apresenta-nos uma terceira razão por detrás da inexistência de uma ‘teoria chinesa das relações internacionais’, a falta de um núcleo duro que permita afirmar a existência de uma teoria com características chinesas. Na opinião de Qin (2007), “*once a new hard core is formed, a new theory is born*”, pelo que “*what is missing in China’ IR community is just this element*” (p.326). Na prática este núcleo duro é algo que torna a teoria única e diferente, sendo composto por um elemento físico, como um fenómeno ou uma realidade a estudar, e um elemento ideacional, que se traduz numa interpretação. No caso chinês, a deriva ideológica motivada pelo Século da Humilhação e pela ocidentalização, fizeram com a China perde-se a sua identidade, encontrando-se, agora, num momento de redefinição.

3. A CONSTRUÇÃO DE UMA ‘TEORIA CHINESA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS’: A ‘ESCOLA CHINESA’ E A ‘ESCOLA DE TSINGHUA’

Qin (2018) entende que, tanto no caso do Ocidente como do Oriente, as abordagens teóricas das Relações Internacionais são sempre influenciados pelos aspetos culturais, porém no caso chinês é muito mais evidente. Assim, e em virtude do papel desempenhado pela cultura e pela filosofia na China, os teóricos chineses têm procurado basear as suas perspectivas teóricas “*explicitly on their culture and philosophy*”, sobretudo pois “*they realize that it may provide something both valuable and distinctive*” (Qin, 2018, p.424). Neste sentido, Agnew (2010) salienta que a visão chinesa do mundo pode assumir duas formas, uma marcadamente influenciada por questões históricas, nomeadamente pelo posicionamento chinês no Sistema Internacional ao longo dos séculos e pelo Século da Humilhação; e uma outra marcada pela visão de Mao Tsé Tung “*that ‘struggle’ has replaced ‘harmony’, ‘equality’ has substituted for ‘status’ and ‘hierarchy’, and national sovereignty and independence have replaced traditional tributary relations*” (p.573).

Conforme analisado anteriormente, a China, historicamente, sempre se considerou como o centro do mundo, o Império do Meio, “*and the emperor had the de jure right to rule over all human affairs*” (Agnew, 2010, p.573). Neste sistema assente na ordem confucionista, o Imperador ocupava um lugar central, tendo como função governar através das virtudes “*in order to preserve harmony*” (Agnew, 2010, p.573). Após o Século de Humilhação e o colapso da dinastia Qing, a China passou a adotar alguns dos pressupostos ocidentais. Com a fundação da República, instaurou-se um regime autoritário, rejeitando os pressupostos tradicionais confucionistas (Agnew, 2010). Só após a morte de Mao é que se verificou uma tendência no sentido de recuperar o sinocêntrismo tipicamente chinês, recuperando os conceitos confucionistas da harmonia, mas adaptada à modernidade.

Desta forma, observamos que o desenvolvimento do estudo das Relações Internacionais na China tem sido acompanhado por uma tentativa de desenvolver uma teoria das relações internacionais adaptada ao pensamento e às tradições culturais chinesas. Na perspectiva de Zhu Feng, “*China’s rise and its growing influence in the world have created a need to develop IR and foreign policy theories with Chinese characteristics, in order to provide theoretical support for China’s foreign policy*” (Feng, 2012a, p.74). Uma dessas propostas, talvez a principal, é a ‘Escola Chinesa das Relações Internacionais’.

São diversos os objetivos por detrás da criação de uma ‘teoria chinesa das relações internacionais’ ou de uma ‘Escola Chinesa das Relações Internacionais’. Jiangli & Buzan (2014), neste sentido, apontam três principais objetivos, entre eles, “*the need to radically redevelop the study of IR in China*”; “*the need to recover China’s history and political theory as they relate to the study of IR*”; “*and the need to think about the rapidly changing position of China in the international system/society*” (p.23). Num primeiro momento, como já analisado, o estudo das Relações Internacionais na China esteve bastante ligado ao governo, servindo de ferramenta na definição da sua política externa. Do mesmo modo, um dos objetivos por detrás do desenvolvimento de uma teoria ou de uma ‘Escola Chinesa das Relações Internacionais’ é “*help the country to cope with the challenges of our times*” (Qin, 2018, p.429). Como salienta Kim (2016), o desenvolvimento de qualquer teoria acarreta sempre algum propósito e no caso chinês existe conhecimento “*that there is a close link between the country’s academia and its policy circles*” (p.66). O admirável crescimento chinês das últimas décadas aliado à ascensão da China ao estágio de superpotência, implicaram com que a China se deslocasse para o centro da política internacional, motivando o desenvolvimento não só dos estudos da própria política internacional como de abordagens teóricas capazes de explicar a visão chinesa do mundo. Na perspetiva de He (2011), a ascensão da China motivou os seus académicos a considerarem que “*instead of being the object of social science study, China should become a producer of social science knowledge*” (p.259).

Além destes fatores, Jiangli & Buzan (2014) reconhecem que outras motivações podem existir, tais como a necessidade de apresentar uma interpretação dos fenómenos internacionais diferente da ocidental, e que seja mais abrangente, ou pelo menos mais capaz de interpretar outras realidades como a chinesa. O estudo das Relações Internacionais na China, conforme já analisado, desde cedo partiu de uma perspetiva crítica às tendências ocidentais e ao excesso de ocidentalismo dentro da própria disciplina. Assim, é natural que um dos objetivos do desenvolvimento de uma teorização própria das relações internacionais por parte da China esteja, em parte, relacionado com propor uma alternativa à visão ocidental. Porém, isto não significa que a China pretenda rejeitar ou substituir as abordagens ocidentais. Como afirma Qin (2018), “*its purpose is to enrich the treasure house of global IR knowledge*” (Qin, 2018, p.430).

Por outro lado, o desenvolvimento de uma ‘Escola Chinesa das Relações Internacionais’ também se encontra intrinsecamente relacionado com um crescente

sentimento de “*dissatisfaction and self-reflection in the IR discipline*” (Kim, 2016, p.64). Isto quer dizer que, especialmente no Oriente, as atuais tendências dentro das Relações Internacionais, de origem ocidental, são tidas, muitas vezes, como insuficientes para interpretar as suas próprias realidades. A perspectiva chinesa, aqui, é de que uma nova teoria, mais abrangente e universal, beneficiaria a disciplina. Em linha com esta questão, o desenvolvimento de uma nova abordagem teórica também se encontra relacionado com a necessidade de apresentar novas soluções para os problemas que as teorias ocidentais não têm sido capazes de resolver, especialmente os ligados à Globalização.

Apesar de Qin (2007) considerar que não existe uma ‘teoria chinesa das relações internacionais’ nem sequer uma ‘Escola Chinesa das Relações Internacionais’ propriamente formada, reconhece que existem diversos esforços teóricos que poderão permitir o desenvolvimento de uma autêntica ‘Escola Chinesa das Relações Internacionais’. Neste sentido, aponta três fontes teóricas das Relações Internacionais chinesas: o Realismo Moral de Yan Xuetong; a *Tianxia* de Zhao Tingyang; e a Teoria Relacional desenvolvida pelo próprio. Acharya (2019), por sua vez, e seguindo a lógica de Qin, divide as abordagens teóricas chinesas das relações internacionais em dois paradigmas, o Idealismo Cultural e o Realismo Moral. O Idealismo Cultural reúne a Teoria Relacional de Qin e a *Tianxia* de Tingyang, dado que ambas possuem “*a relatively benign view of human nature and believes in the possibility of mutual understanding and cooperation among countries*” (Acharya, 2019, p.471). Este paradigma encontra-se associado ao Confucionismo e às ideias de paz e governança global. Já o paradigma do Realismo Moral, é composto pela teoria homónima de Yan Xuetong, que parte das conceções realistas ocidentais da anarquia e das *power politics*, adaptando-as ao pensamento chinês.

O Realismo Moral de Xuetong vai beber a alguns dos pressupostos do realismo ocidental. Desde logo, considera o poder como o elemento central da política internacional, seguindo a lógica de Morgenthau e Waltz. Tal como estes autores, Xuetong também configura o Sistema Internacional como um sistema anárquico e de luta pelo poder, onde cada Estado tenta satisfazer o seu interesse nacional. Desta forma, podemos assumir que Xuetong “*accepts the basic assumptions of realism*”, porém, em rutura com os realistas ocidentais, “*argues that morality plays an important role in both constituting and exercising power*” (Qin, 2018, p.425). Na sua busca pelo desenvolvimento de uma nova abordagem teórica das Relações Internacionais, Xuetong recorreu ao pensamento de teóricos como Guanzi, Confúcio, Laozi, Mêncio, Mozi e outros. O seu objetivo foi desenvolver uma teoria

“that centers around world leadership” (Qin, 2018, p.425). Na concepção do Realismo Moral, o sistema internacional é encarado como um sistema hierárquico, onde *“major powers naturally struggle for world leadership”* (Qin, 2018, p.426). O poder é, aqui, um conceito central, sendo encarado não só do ponto de vista material (económico e militar), como também ideacional, onde a moralidade desempenha um papel fundamental. Assim, para o Realismo Moral *“ideal power is both material and moral, and the ideal leadership is Wangdao or humane authority, which combines power and morality”* (Qin, 2018, p.426). O principal propósito do Realismo Moral de Xuetong é descobrir *“why some rising states can achieve their goal of becoming the hegemon, while others cannot, and why hegemony may sustain or decline”* (Acharya, 2019, p.476). As preocupações desta abordagem teórica aproximam-na aos pressupostos do realismo ocidental, mas Xuetong introduz a moralidade como uma variável, até então ignorada por realistas como Morgenthau, e sobretudo pelos neorrealistas como Mersheimer. Na perspectiva de Xuetong cabe à potência hegemónica garantir a ordem e a satisfação dos interesses das demais. Apesar da visão anárquica e hierárquica do sistema internacional, a potência hegemónica deve guiar-se pela moralidade, tal como os antigos governantes do estado Zhou (Acharya, 2019). Como afirma Acharya (2019), o Realismo Moral *“sticks to the basic tenet of realism that the international system remains anarchic, that power matters, and that the creation of international stability and provision of public goods rest on the shoulders of leading power/s”* (p.477). Na concepção de Xuetong, *“world politics is still characterized by the struggle between states for power, prestige, and wealth amid global anarchy”* (Acharya, 2019, p.477). Apesar disso, a anarquia é controlada e a ordem garantida através do papel desempenhado pela potência hegemónica (*‘leading power’* ou *‘leading state’* na concepção de Xuetong). Neste sentido, é da responsabilidade da potência hegemónica guiar os demais Estados, e se não o fizer, a ordem não conseguirá ser garantida. Esta ideia encontra-se associada à tese de governança global. Neste sentido, os Estados devem distribuir entre si *“[the] international responsibility to reduce common threats to every country”* (Acharya, 2019, p.477). Neste processo de governança global, as potências hegemónicas devem adquirir maiores responsabilidades, de modo que *“lesser states will have more confidence in achieving the goal”* (Acharya, 2019, p.478).

Por outro lado, Zhao Tingyang procurou desenvolver uma teoria partindo unicamente do pensamento político chinês, recuperando as ideias confucionistas de harmonia e ordem, e reinterpretando os princípios que caracterizam o sistema da *tianxia* e o Sistema Tributário

chinês. Assim, a conceção de Tingyang é de um sistema para o mundo baseado no *all under heaven*, um sistema inclusivo cujo objetivo é a paz através da harmonia. Tingyang argumenta que o mundo de hoje é um não-mundo, ou um mundo falhado, ou seja, “*it is a World without a ‘worldview’ and without institutions that are of and for all nations and peoples*” (Qin, 2018, p.427). Para Tingyang (2009), a inexistência de uma instituição internacional capaz de governar o mundo, e a manutenção da anarquia tornam impossível com que este mundo em que vivemos seja um mundo *in stricto sensu*, pelo que “*no country could possibly be successful*” (Tingyang, 2009, p.5) Este verdadeiro mundo só será possível através de “*a worldwide institution, itself based upon a global political philosophy*” (Tiangyang, 2009, p.5). Assim, Tingyang (2009) apela a com que o individualismo e o imperialismo sejam substituídos por um governo harmonioso do mundo, através da criação de um “*political system of universal ‘harmony’*”, capaz de garantir “*universal cooperation between all peoples*” (p.6).

A proposta de Tingyang (2009) em adaptar o sistema da *tianxia* à Política Internacional parte de um conjunto de pressupostos partilhados com o modelo implementado pelos Zhou. Primeiramente, importa referir a ideia de não-exclusão, ou antes, a inclusão de todos os povos. Isto traduz-se, também, na não-discriminação seja em base da cultura ou da religião, e, em última análise, significa que “*nobody is considered as being ‘foreign’ or ‘pagan’*”, permitindo-se, assim, a criação de “*a worldwide political system in which all are included and protected, and in which nobody is treated as an outsider*” (Tingyang, 2009, pp.10-11), evitando a desordem e a anarquia, e garantindo a segurança do mundo, que significa a segurança do Estado. Associado à não-exclusão salienta-se, também, a necessidade de se criar uma ‘instituição internacional’ (ou antes mundial) que garanta a ordem e a harmonia. Em linha com a ideia de inclusão, este pressuposto também assenta no facto de que é do interesse geral dos Estados evitar o caos e a insegurança. Num sistema onde o Estado confunde-se com o mundo e a política interna com a política internacional, “*a world institution ensuring world order is therefore considered to be a top priority*” (Tingyang, 2009, p.11). Com isto, o autor não se refere a uma Organização Internacional, nem mesmo às Nações Unidas, na medida em que estas são construções dos Estados para satisfazer os seus interesses. Deste modo, e em oposição ao ‘internacional’ e ao internacionalismo ocidental influenciado por Vestefália, a perspetiva chinesa encabeçada por Tingyang (2009) opta pelo conceito de “*worldness*”, uma perspetiva que tem em consideração “*the real problems of world politics*” e que se encontra “*above national*

interest” (p.12). Um outro pressuposto da *tianxia* relaciona-se com a transposição política e ética dentro do sistema. Nesta perspectiva, Tingyang (2009) considera que “*a political institution is irrefutable if it can be applied universally*” (p.12), ou, por outras palavras, a validade e legitimidade de uma instituição política mundial só é alcançada quando esta consegue replicar o seu modelo para as suas unidades. Assim, “*an institution is good if and only it can be applied on all political levels*”, pelo que “*political governance must be effectively transposable from the highest to the lowest levels*” (Tingyang, 2009, p.13), ou seja, da instituição mundial ao Estado e deste à família, a unidade-base dentro da lógica confuciana. Por outro lado, a par da transposição política, o sucesso do sistema depende de uma transposição de ética das unidades mais baixas (família) às superiores (Estado e instituição mundial). Por fim, outro pressuposto da *tianxia*, talvez o mais relevante, é a harmonia, que pode ser interpretada como “*the necessary ontological condition for different things to exist and develop, usually defined as reciprocal dependence, reciprocal improvement or the perfect fitting for different things*” (Tingyang, 2009, p.14). Porém a conceção de harmonia diverge de autor para autor, podendo estar associada à cooperação e coexistência, mas indo, ao mesmo tempo, muito para além disso, e traduzindo-se numa espécie de equilíbrio onde todos os envolvidos perdem ou ganham. Na ótica de Tingyang (2009), “*the physical world was created, but a humanized world still remains to be made*”, sendo que na atualidade, em virtude dos diversos desafios que o mundo enfrenta, nomeadamente relacionados com a Globalização, “*a world institution will be a key issue for the future*” (p.17), como um garante da ordem, paz e harmonia.

Por fim, a Teoria Relacional de Qin Yaqing, recorre, mais uma vez, ao ensinamentos de Confúcio e às ideias de relacionalidade e complementaridade (*yin-yang*). A Teoria Relacional interpreta o mundo através das relações desenvolvidas entre os seus atores, rejeitando a ideia de individualidade. Neste sentido, o mundo é caracterizado como “*a world of relations (...) where dynamic relations define the identities and activities of actors and where actors relate and are related as they practice (...) [and] where politics is more about relations than power and wherein governance of relations is its most skilful art*” (Qin, 2018, p.427). Nesta conceção, o estado de natureza é não a anarquia e a luta pelo poder, mas antes a harmonia, a complementaridade e a inclusão. Para a Teoria Relacional, os atores cooperam naturalmente e, antes de mais, “*base their actions on relations*” (Qin, 2018, p.428). Qin (2018) sustenta que a defesa da relacionalidade não implica a rejeição da racionalidade defendida pelos realistas, “*but argues that rationality is defined in terms of relationality*”,

no sentido em que “*without considering the nature of a relationship, it would be impossible to define a rational action*” (p.428). Qin (2018) exemplifica esta perspetiva com o comportamento dos Estados Unidos da América face ao Reino Unido e à Coreia do Norte, quanto a um mesmo assunto, a posse de armas nucleares. Enquanto, face ao primeiro, um aliado norte-americano, os EUA não se opõem à posse de armamento nuclear, e até incentivam, no caso da Coreia do Norte os EUA demonstram constantemente o seu desagrado e procuram reagir sempre que possível. Em última análise, tal como defende a Teoria Relacional, os EUA agem tendo em primeira consideração o seu relacionamento com cada um dos atores.

A par da ‘Escola Chinesa das Relações Internacionais’ destaca-se um outro projeto que procura desenvolver uma ‘teoria chinesa das relações internacionais’ – a ‘Escola de Tsinghua’. Esta proposta é encabeçada por Yan Xuetong, um dos maiores críticos da abordagem de Qin. Através desta abordagem alternativa, Xuetong tem como objetivo desenvolver uma nova teoria das relações internacionais baseada no pensamento político antigo chinês, interpretando-o de através do ‘método científico’. Esta proposta parte, assim, da visão positivista das Ciências Sociais, pelo que opta reiteradamente pelo uso de métodos quantitativos em complemento com os métodos qualitativos. Feng (2012b) reconhece três elementos característicos da ‘Escola de Tsinghua’: o “*desire to enrich modern IR theory and, no less importantly, to draw policy lessons for China’s rise today*” (p.75); a recuperação de temas antigos da filosofia política chinesa; e uma metodologia inovadora desenvolvida por Yan Xuetong e que recorre, por exemplo, à categorização do pensamento chinês através dos ‘níveis de análise’ tipicamente utilizados nas Relações Internacionais. Este projeto não se encontra, apesar de tudo, livre de críticas, dirigidas sobretudo à interpretação literal dos textos antigos por Xuetong, os quais são interpretados à luz das perspetivas contemporâneas, e utilizando-os na interpretação de problemas atuais. Um dos exemplos mencionados por Feng (2012b) é a utilização das noções modernas de poder militar, poder político e poder económico na interpretação de textos anteriores à dinastia Qin. Apesar das críticas, Xuetong admite que é nesta simbiose que reside a inovação e o contributo do seu projeto, que já conta com diversas propostas teóricas e que incidem, sobretudo, em questões como a estrutura de poder, as normas internacionais e o poder, e cujo maior contributo reside no Realismo Moral (Feng, 2012b; Xuetong, 2011).

De uma forma geral, as últimas décadas têm sido marcadas por um movimento de desenvolvimento e afirmação das perspetivas chinesas das Relações Internacionais. Ainda

que o Ocidente continue a dominar o quadro teórico desta disciplina, os acadêmicos e teóricos chineses têm procurado apresentar abordagens teóricas alternativas, não só em contestação com as perspectivas ocidentais, como criticando o excesso de ocidentalismo dentro da disciplina. Recorrendo à sua herança cultural, sobretudo à tradição confucionista, estes teóricos têm apresentado novas visões acerca das relações internacionais, partindo de uma perspectiva mais humanista, típica do pensamento chinês e incorporando certos elementos-chave “*such as morality (daode), nonexclusivity (wuwai), and relationality (guanxi)*” (Qin, 2018, p.429).

Apesar dos esforços, Qin (2018) salienta que existem diversos obstáculos ao desenvolvimento e afirmação de uma teoria das relações internacionais que não seja ocidental. Por um lado, o Ocidente desde cedo que se afirmou no desenvolvimento das teorias das relações internacionais, pelo que as suas perspectivas teóricas estão muito mais desenvolvidas e beneficiam de uma maior aceitação. Por outro lado, Qin (2018) também aponta na direção da existência de uma certa superioridade cultural do Ocidente como um obstáculo, no sentido em que mesmo os acadêmicos doutras regiões acabam por adotar as perspectivas ocidentais pois consideram-nas como mais válidas, mas também no sentido em que se formou um mainstream teórico que automaticamente rejeita as abordagens teóricas que proponham uma visão alternativa à ocidental. Por fim, um terceiro obstáculo apontado por Qin (2018), associa-se ao fenómeno de “*pan-politicization*”, que ocorre quando se acusa um trabalho académico “*of serving political or ideological purposes*” (p.432), o que acontece frequentemente face aos trabalhos chineses, acusando-os de se tratarem de instrumentos de propaganda ou de soft power de Pequim.

CONCLUSÃO PARCIAL

Todos os povos têm uma visão do mundo que é resultado de um conjunto de princípios e pressupostos desenvolvidos ao longo dos tempos. No caso chinês, esta visão do mundo tem por base preceitos elaborados por filósofos como Laozi, Confúcio, Mêncio, ou Mozi, mas também princípios basilares mais gerais, como a ideia de que a China, enquanto Império do Meio, é o centro do mundo.

Revisitando os preceitos filosóficos, observamos uma constante referência à harmonia e à moral. Assim, o grande objetivo da filosofia chinesa é construir uma sociedade

baseada em relações harmoniosas e onde exista um governo forte e capaz dotado de uma consciência moral, por oposição à amoralidade política advogada por Maquiavel no Ocidente. A par destes dois elementos, um terceiro se destaca, sobretudo dentro da lógica confucionista – a hierarquia. Para o confucionismo as relações entre os indivíduos decorrem dentro de um ambiente hierárquico que é fundamental para se atingir a harmonia. Assim, não só a hierarquia é a ordem natural das coisas, como uma necessidade. No pensamento chinês fica, assim, patente uma visão da sociedade (interna e internacional) caracterizada pela existência de relações do tipo hierárquico, e onde cada indivíduo (ou Estado) deve-se comportar de acordo com a sua posição, ficando a governação encarregue de uma elite sábia que governe de forma a promover o bem-comum e a manutenção da ordem e da harmonia.

A par destes preceitos, a visão chinesa do mundo também é fruto de dois modelos de relacionamento que, durante muito tempo, regeram a política interna da China e as suas relações com o meio externo. Assim, por um lado destaca-se a *Tianxia*, um sistema que remete para a centralidade do Imperador que, como ‘filho do céu’, tem o direito divino de governar o ‘*all under heaven*’. Dentro da *Tianxia* sobressai a ideia da centralidade da civilização chinesa, assim como uma ideia de hierarquia. Este sistema foi, mais tarde, expandido para as relações da China com o mundo, originando o Sistema Tributário, um modelo de relacionamento no qual ressaltam estas mesmas ideias, com o Império do Meio a exigir o pagamento de um tributo aos países vizinhos que desejassem consigo se relacionar. Através da *tianxia* e do sistema tributário fica patente a visão da China acerca daquela que considera ser a sua posição no mundo e perante os outros Estados. Desta forma, a China considera-se como a responsável por garantir a harmonia e a ordem, sendo que a ordem natural do universo coloca-a no centro do mundo, ficando os demais Estados à sua volta.

Estes dois modelos já não existem, mas são reflexo daquela que é a visão da China para o mundo. De um modo semelhante, também alguns preceitos filosóficos, nomeadamente confucionistas, por força da Revolução Cultural, foram perseguidos, acabando por serem pouco transmitidos. Apesar disso, hoje são diversas as tentativas de recuperar estas tradições políticas e filosóficas, adaptando-as às novas circunstâncias e aos problemas atuais. O confucionismo, em concreto, apesar dos ataques sofridos, continua bem presente na mentalidade chinesa, e a sua influência é claramente visível naquela que é, hoje, a visão chinesa de e para o mundo, e que se consubstancia na sua visão das relações internacionais.

Deste modo, e ainda que o estudo das relações internacionais tenha levado algum tempo para chegar à China e para aí se desenvolver, os acadêmicos chineses foram capazes de, rapidamente, acompanhar os acadêmicos ocidentais, levando com que, hoje, as Relações Internacionais sejam um campo de estudo de extrema importância para o governo chinês. Desta forma, não é de estranhar o empenho recente no desenvolvimento de uma ‘teoria chinesa das relações internacionais’ com o objetivo, não só de criar uma teoria oriental que rivalize com as ocidentais, como de apresentar soluções alternativas para os problemas que os teóricos ocidentais ainda não conseguiram resolver. Um outro importante objetivo tem sido, também, contribuir para a afirmação internacional da China.

Hoje, dois projetos se destacam a este nível, o da ‘Escola Chinesa das Relações Internacionais’ e o da ‘Escola de Tsinghua’. Ambos são duas propostas destinadas a criar uma ‘teoria chinesa das relações internacionais’, mas que, apesar do trabalho desenvolvido, ainda não resultaram em nenhuma teoria suficientemente elaborada. Em vez disso, têm contribuído através de pressupostos e visões, procurando sintetizar e sistematizar toda a tradição chinesa numa real teoria explicativa da realidade internacional. Até ao momento destacam-se destes projetos três propostas: a Teoria Relacional; a Tianxia; e o Realismo Moral. Segundo a primeira proposta, o mundo deve ser interpretado através das relações desenvolvidas entre os Estados, dado que estes agem de acordo com o tipo de relacionamento que têm com cada outro ator internacional. Deste modo, a Teoria Relacional também advoga que a ordem natural do Sistema Internacional é a cooperação e não a luta pelo poder, relacionando-se com a harmonia e a inclusão confucionistas. A Tianxia, por sua vez, procura recuperar o modelo homónimo, adaptando-o aos problemas internacionais contemporâneos. Na sua conceção, estes problemas só serão ultrapassados mediante a criação de uma ‘instituição universal’ que garanta a paz e a harmonia, permitindo, assim, a todos os povos desenvolverem-se. Esta proposta recorre, mais uma vez, à tradição confucionista sendo nela também visíveis a preocupação pela inclusão e pela não-discriminação. Desta forma, é seu objetivo a criação de um novo sistema político de cariz universal e do qual todos os povos possam fazer parte, saindo mutuamente beneficiados. O Realismo Moral, por fim, é uma proposta alternativa que procura interligar os pressupostos filosóficos chineses a alguns conceitos ocidentais, nomeadamente a anarquia e o poder. Porém, em contraste com o realismo ocidental, o Realismo Moral considera que a moral desempenha um papel preponderante dentro da política internacional, servindo como legitimadora do poder dos Estados. Estas três propostas têm por base algumas das ideias filosóficas apresentadas

anteriormente, tais como a harmonia, a hierarquia ou a moralidade e refletem a visão que a civilização chinesa tem acerca do mundo e das relações (sociais, económicas e políticas).

Desta forma, ao longo deste capítulo observamos qual é a visão chinesa do mundo e das relações internacionais e como esta se tem desenvolvido ao longo dos tempos. Além disto, constatamos a vontade e necessidade em transpô-la para o quadro das Teorias das Relações Internacionais através de um conjunto de iniciativas académicas e científicas que são apoiadas pelo poder político. Os dados aqui analisados serem utilizados, mais à frente, para tentarmos compreender e justificar as opções de política externa de Pequim, nomeadamente a Faixa e Rota, assim como os objetivos desta face à Ordem Internacional.

CAPÍTULO III

A POLÍTICA EXTERNA DA CHINA DE XI JINPING (2013-2023): ASSERTIVIDADE, PRAGMATISMO E NOSTALGIA

O presente capítulo tem como propósito investigar e compreender a política externa chinesa contemporânea. Assim, o foco de estudo encontrar-se-á centrado sobretudo nas opções de política externa do atual líder chinês, Xi Jinping, com uma breve menção às linhas gerais da política externa chinesa desde Mao até Xi.

Deste modo, este capítulo encontra-se dividido em três partes. Uma primeira onde o foco de análise recairá sobre a evolução da política externa chinesa desde a fundação da República Popular da China com Mao Tsé Tung (1949) até às vésperas da subida de Xi Jinping ao poder, isto é, até ao final do mandato de Hu Jintao (2012). Uma segunda parte cujo foco incidirá sobre o processo de tomada de decisão em política externa na China, assim como sobre a figura de Xi Jinping, enquanto parte da Agência. E, finalmente, uma terceira parte, que será o cerne deste capítulo, e, portanto, a parte mais elaborada, onde trabalharemos a política externa chinesa desde que Xi Jinping chegou ao poder.

1. LINHAS DE ORIENTAÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA CHINESA: DE MAO ATÉ HU JINTAO

A República Popular da China surgiu em 1949, na sequência do processo revolucionário encabeçado por Mao Tsé Tung e que resultou na instauração de um regime assente na ideologia comunista. Com este momento, houve uma completa reestruturação de toda a política chinesa, e a política externa não foi exceção. A partir daí, a política externa da China tem evoluído, tornando-se sucessivamente mais elaborada e mais aberta ao relacionamento externo. Apesar das mudanças, podemos traçar um conjunto de linhas de orientação gerais da política externa chinesa desde Mao até Hu Jintao, ainda que, ao longo deste tempo, o rumo da política externa da China seja caracterizado por diferentes períodos. Cai (2022) divide a evolução da política externa chinesa entre 1949 até à atualidade em três fases. Na sua perspetiva, o ano de 1949 marca o início de um período onde a principal prioridade da política externa chinesa eram as questões de segurança. Esta fase manteve-se até 1979, iniciando-se, neste ano, a segunda fase em que a prioridade centrou-se no desenvolvimento e afirmação económica da China. Em 2009, por sua vez, inicia-se a terceira fase caracterizada pela ambição da China em se tornar numa superpotência.

A política externa da China logo após a revolução fica marcada pela famosa frase de Mao Tsé Tung: “o povo chinês ergueu-se”. Nos primeiros anos da RPC, logo depois de 1949,

a sua política externa foi bastante influenciada pelas circunstâncias internas – a necessidade de assegurar a viabilidade e continuidade do projeto comunista, enfrentando obstáculos internos e externos – e pela Estrutura internacional – marcada pela eclosão da Guerra Fria e pelo auge da confrontação entre o Bloco Ocidental e o Bloco Soviético. Deste modo, a principal preocupação da política externa da China de Mao Tsé-Tung era garantir a sua segurança e a manutenção do comunismo. Neste período marcado pela bipolarização da política internacional, “*Beijing’s foreign policy has been primarily defined by its relationship with two superpowers*” (Cai, 2022, p.60), sendo que tanto os Estados Unidos como a União Soviética eram tidos como uma ameaça à sua segurança. Assim, a postura adotada pela China de Mao foi a de confrontação com ambas as potências. Num primeiro momento, a China alinou-se com a União Soviética – motivada sobretudo por questões ideológicas, mas também pelo apoio norte-americano a Taiwan – levando à assinatura, em 1950, do Tratado de Paz, Amizade e Assistência Mútua. Com a Guerra da Coreia a China reforçou a sua posição, apoiando a facção comunista. Quando os Estados Unidos decidem proteger militarmente Taiwan, ficava claro que era impossível um entendimento entre esta superpotência e a China de Mao. Conforme menciona Kissinger (2012), “a União Soviética era um aliado ideológico e inicialmente foi necessária como parceiro estratégico para estabelecer o equilíbrio com os Estados Unidos” (p.118), impedindo, assim, os EUA de obterem maior influência na Ásia. Apesar disso, a partir de meados da década de 1950, surgem os primeiros desentendimentos, motivados pela discordância relativamente à política a adotar face aos Estados Unidos, mas também por questões relativas ao armamento nuclear, à sucessão de Estaline, entre outros.

A rutura Sino-Soviética é, por outro lado, justificada por Cai (2022) pela “*competition between Beijing and Moscow for the leadership of the communist bloc*” (p.63). Kissinger (2012) acrescenta que a visão sinocêntrica de Mao Tsé Tung era incompatível com a China manter-se sob a alçada da União Soviética. Este reposicionamento face à URSS, traduziu-se no abandono da política de ‘*lean to one side*’ a favor da política de ‘*self-reliance*’. Com isto, a China adota, a partir da década de 1960, uma postura de isolamento face a ambos os blocos e vira-se para o Terceiro Mundo, com o objetivo de exportar “*the Chinese model of socialism*” (Cai, 2022, p.63). A tensão entre a China e a URSS aumenta de tal modo com que esta se torna na principal ameaça aos olhos de Mao, o que motiva os Estados Unidos a alterarem a sua postura, terminando com a sua estratégia de contenção da China comunista, e substituindo-a pela Doutrina Nixon. Pequim e Washington foram-se aproximando,

formando “*an implicit alliance (...) through the Ping Pong diplomacy of 1969*” (Cai, 2022, p.63). A aproximação culminou na visita de Nixon à China, em 1972, e com a abertura desta ao mundo. Na sequência desta abertura, a China estabeleceu relações diplomáticas com diversos aliados norte-americanos, incluindo com o Japão, pondo fim à inimizade que durava desde o século XIX. Por outro lado, e ainda em 1971, a China substituiu Taiwan dentro das Nações Unidas. Deste modo, a partir dos finais da década de 1960, a política externa chinesa “*was more motivated by pragmatic power politics, although the ideological rhetoric remained*” (Cai, 2022, p.64). A década de 1970 ficou, assim, marcada por uma mudança radical na política externa de Pequim, culminando na abertura da China às relações internacionais.

(...) Beijing's perception of external threats had evolved throughout this period, from the perceived threat initially from the US in the 1950s, to the perceived threats both the US and the Soviet Union in 1960s, and then to the perceived threat solely from the Soviet Union in the 1970s. (Cai, 2022, p.62)

Em 1978, Deng Xiaoping assume a liderança do PCC e da China comunista. A sua governação fica marcada pelas reformas económicas que iniciou e que permitiram à China crescer, desenvolver-se e afirmar-se na economia e no Sistema Internacional. Esta época fica marcada pelo enfraquecimento da União Soviética, levando a uma redução da perceção da ameaça que este país representava para Pequim. Com Deng Xiaoping o foco da política externa da China é desviado da questão ideológica, resultando numa política externa mais pragmática e apelidada de ‘*low-profile*’, onde o objetivo era o desenvolvimento económico, assim como a criação de um “*peaceful and favorable international environment for its economic development*” (Cai, 2022, p.69). Neste sentido, no início da década de 1990, a China deu início a uma espécie de liberalização, criando o ‘capitalismo com características chinesas’, e, em 1997 adotou o ‘Novo Conceito de Segurança’ com foco “na participação ativa, na contenção de comportamentos beligerantes, na oferta de garantias, na defesa de um mercado livre, na interdependência, na criação de interesses comuns e na resolução de conflitos” (Carriço, 2013, p.25). O objetivo era o desenvolvimento e a afirmação internacional da China através da criação de um ‘mundo harmonioso’ (*hexie shijie*) que garantisse a ‘paz e desenvolvimento’ (*heping hu fanzhan*). Como admite Carriço (2013), esta estratégia de afirmação da China parte da convicção de que um mundo estável e pacífico, “ao nível do sistema internacional, ao nível do Estado chinês, e na interação deste com os

outros atores” (p.25), era propício à inserção internacional da China a longo prazo. Esta estratégia de ‘desenvolvimento pacífico’ seria desenvolvida em três fases: a ‘fase preparatória’, cujo objetivo passaria por assegurar a paz e a estabilidade na sua periferia; a ‘fase de modelação’, procedendo à recuperação dos ‘territórios perdidos’; e a ‘fase económica estratégica’, pressupondo a aceitação da nova ordem internacional.

A era de Deng Xiaoping também fica marcada pela normalização das relações diplomáticas entre a China e os Estados Unidos em 1979. Os anos que se seguiram foram marcados pela visita de Deng Xiaoping aos EUA e pela visita de Reagan à China em 1984. A proximidade com os EUA, permitiu à China desenvolver-se e estabelecer relações económicas com grande parte do mundo capitalista. O Massacre da Praça da Paz Celestial em 1989 veio prejudicar a relação com os Estados Unidos, mas não prejudicando as relações económicas. Por outro lado, a diminuição da perceção da ameaça representada pela União Soviética, permitiu com a China se reaproximasse deste antigo aliado. Apesar da estratégia de não-alinhamento e de balanceamento entre Washington e Moscovo, que ficou conhecida como ‘política externa independente’, a China manteve relações bastante próximas com os Estados Unidos. Em 1989, no decurso das reformas de Gorbatchev e da Queda do Muro de Berlim, o Conflito Sino-Soviético terminou com a visita do líder da URSS a Pequim. Esta aproximação a ambas as superpotências pode ser interpretada pela crescente necessidade e interesse da China em criar um ambiente internacional favorável ao seu desenvolvimento económico. Na década de 1990, a China passou a estabelecer relações com diversos países e passou a investir no multilateralismo (Kissinger, 2012; Cai, 2022).

Jiang Zemin tornou-se líder da China em 1997, continuando a política de ‘*low profile*’. Esta postura encontra-se corroborada na forma como a China lidou com alguns incidentes ao longo da década de 1990, tais como o incidente com o navio *Yinhe*, em 1993; a humilhação sofrida quando os EUA deslocaram forças militares para junto de Taiwan durante a Crise do Estreito de Taiwan de 1995-96; e o bombardeamento norte-americano da embaixada da China em Belgrado em 1999. Em todos estes episódios, os líderes chineses, Deng Xiaoping quanto aos primeiros dois, e Jiang Zemin, quanto ao último, reagiram sem ameaças ou demonstrações de força. Jiang Zemin chegou, inclusive, a afirmar a necessidade de ‘suportar o fardo, suportar a humilhação’ (*wo xin chang dan, ren ru fu zhong*). A política de ‘*low profile*’ traduziu-se numa política externa mais pragmática e menos dependente da ideológica, resultando, inclusive, em com que a China deixasse de apoiar os partidos comunistas noutros países. Esta política também se traduziu na aproximação da China aos

países seus vizinhos, melhorando as suas relações com a Indonésia, Singapura e até a Coreia do Sul. Ademais, a China adotou uma estratégia de cooperação, estabelecendo protocolos com diversos Estados de forma a promover “*the establishment of a new international political and economic order*” (Cai, 2022, p.72).

Com Hu Jintao, a China manteve, mais uma vez, a política de ‘*low profile*’, à qual acrescentou uma nova vertente. Em 2004, Hu Jintao aprovou uma estratégia de política externa intitulada ‘O Caminho de Desenvolvimento da Ascensão Pacífica da China’ (*Zhongguo Heping Jueqi de Fazhan Daolu*), procurando possibilitar a afirmação da China no Sistema Internacional através da configuração de um ‘mundo harmonioso’ (*hexie shijie*), tendo como pilares a “democracia, a amizade, a justiça e a tolerância” (Carriço, 2013, p.26). Surge, assim, em complemento e na esteira da política de ‘*low profile*’ uma nova estratégia de afirmação internacionais apelidada de ‘ascensão pacífica’. A par disto, Hu Jintao adotou uma nova ferramenta para a política externa da China, o *soft power*, que se materializou, por exemplo, através dos Instituto Confúcio, destinados ao ensino da língua chinesa ao redor do mundo, assim como pela organização dos Jogos Olímpicos de 2008 e até pela iniciativa de receber estudantes ocidentais para estudar nas universidades chinesas. Hu Jintao percebeu o *soft power* como uma ferramenta capaz de auxiliar a China na conquista dos seus objetivos, adotando uma postura mais ambiciosa. A adoção deste novo tipo de poder parte de duas premissas. Por um lado, Hu Jintao pensou “*that culture is a growing source of social cohesion and creativity, as well as a factor of increasing importance in the strengthening of comprehensive national power*” (Hu, 2007, as cited in Becard & Filho, 2019, p.1). Por outro, percebeu, também, que o *soft power* norte-americano se encontrava em declínio sobretudo fora do Ocidente devido a episódios como a invasão do Iraque. Assim, a China de Hu Jintao decidiu adotar o *soft power* “*as part of the country’s external strategy at the 17th National Congress of the CCP*” (Duarte & Ferreira-Pereira, 2022, p.597).

De uma forma geral, a política de ‘*low profile*’ foi capaz de assegurar um ambiente internacional pacífico e estável, permitindo o desenvolvimento económico da China e o seu relacionamento com diversos países, integrando-a na economia regional e global. Apesar da relevância concedida por esta política externa ao desenvolvimento, existiram outras prioridades, tais como a segurança nacional, a manutenção do regime e do poder do PCC, a integridade territorial e a unificação com Taiwan, de tal modo com que, durante este tempo, a China procurou desenvolver e modernizar o seu exército.

In brief, keeping a peaceful and favorable external environment for the nation's economy development through a low-profile foreign policy was going hand in hand with maintaining the nation's other major foreign policy objectives (...). (Cai, 2022, p.73)

A estratégia de *'keeping a low profile'* foi iniciada na década de 1990 por Deng Xiaoping de forma a possibilitar a manutenção de um ambiente externo favorável ao desenvolvimento económico chinês. Durante muito tempo esta estratégia foi mantida pelo governo e alvo de diversos elogios, porém a partir de 2002 começou a ser alvo de diversas críticas, mas sem que isso se refletisse numa alteração da postura chinesa. Os decisores políticos chineses estavam convictos da necessidade de manter esta postura até a China atingir um grau suficiente de desenvolvimento para tentar afirmar-se internacionalmente. Dentro do ambiente académico, esta estratégia também era alvo de diversos elogios, considerando-se que esta deveria ser mantida, sobretudo porque a *"China is weaker than the United States and therefore China should avoid confrontation with the United States by continuing with the KLP strategy"* (Xuetong, 2014, p.157). Apesar disto, a partir de 2008 a estratégia foi sendo sucessivamente alvo de mais críticas, o que se deveu a três grandes fatores. Por um lado, houve uma crescente pressão externa para a China assumir as suas responsabilidades internacionais. Por outro lado, em 2009, intensificaram-se as tensões motivadas pelas disputas territoriais no Mar da China Oriental e no Mar do Sul da China. Por fim, em 2010, os EUA de Obama iniciaram uma estratégia para controlar a ascensão da China na Ásia-Pacífico. Por força destas circunstâncias, a China foi obrigada a adotar uma postura mais participativa e assertiva na política internacional.

De uma forma geral, sempre foi evidente que a política de *'low profile'* não podia ser uma política permanente, mas sim uma política a manter *"until a time when there was a shift of international balance of power in China's favor"* (Cai, 2022, p.76). A oportunidade chegou após a crise económica de 2008. Antes de 2008, a China tinha sido capaz de se desenvolver e de modernizar o seu exército, reforçando o seu poder dentro da Ásia, e passando a ser tida como uma ameaça pelos Estados vizinhos. A China, por outro lado, percebeu que os seus vizinhos estavam a aproveitar-se da passividade da sua política para satisfazerem os seus interesses, o que motivou uma reação. Face a estes acontecimentos, ficou evidente para Pequim que tinha de alterar a sua estratégia de política externa. Assim, a partir de 2009 a China adotou *"a more balanced policy of promoting modernization and*

defending national interests” (Cai, 2002, p.77), mantendo certos traços da política de ‘*low profile*’, o que ficou apelidado por ‘Diplomacia Chinesa 3.0’. Na 11ª Conferência de Embaixadores Chineses, Hu Jintao “*emphasized ji ji you suo zuo wei (actively accomplish something) in foreign policy without explicitly mentioning tao guang yang hui*” (Cai, 2022, p.78), marcando uma rutura com a política de ‘*low profile*’ que durava desde Deng Xiaoping. Hu Jintao alterou, assim, o seu discurso e também certos temas de política externa, priorizando as disputas marítimas com os Estados vizinhos, a modernização naval chinesa, as relações económicas e a governança global.

Desta forma, a China adotou uma política mais assertiva e até agressiva sobretudo face às disputas territoriais marítimas no Mar da China Oriental e no Mar do Sul da China, afirmando a sua soberania e a defesa nacional. Um desses casos foi a disputa pelas ilhas Diaoyu/Senkaku com o Japão, que resultou, em 2009, num incidente quando um barco de pesca chinês colidiu com barcos de patrulha japoneses, resultando no aprisionamento do capitão chinês pelo Japão, e em 2012, quando o Japão decidiu comprar as ilhas, motivando a China a deslocar navios militares para as águas disputadas. Por outro lado, a China de Hu Jintao também procurou desenvolver e modernizar a sua marinha (Marinha do Exército de Libertação Popular), assumindo a vontade em se tornar numa potência marítima, de forma a “*be capable of safeguarding the nation’s maritime rights and interest*” (Cai, 2022, p.79). Neste sentido, em 2008, teve lugar a primeira participação chinesa num exercício militar naval conjunto. Ademais, foi também objetivo da China de Hu Jintao apelar a uma reforma das instituições internacionais, nomeadamente do FMI e do Banco Mundial, motivada pela influência do Ocidente nestas instituições.

(...) what Hu Jintao tried to do was to maintain a balance of continuing some kind of low-profile foreign policy on the one hand and taking a more active approach to the defense and promotion of Chinese interests on the other in the context of rising Chinese power, although from time to time such a balance could hardly be maintained. (Cai, 2022, p.80)

2. A DECISÃO EM POLÍTICA EXTERNA NA CHINA: XI JINPING NO CENTRO DA AGÊNCIA

Antes de compreendermos a política externa chinesa convém percebermos como é tomada a decisão em política externa. Tal como ressalta Cai (2022), “*the process of Chinese foreign policy making since 1949 is in general far from transparent*” (p.28), porém destaca-se a predominância desempenhada pelo Partido Comunista Chinês, dado a China ser um regime autoritário onde Estado e partido confundem-se. Deste modo, e como constata Cai (2022), “*foreign policy decisions (...) rest with the party, while the government is primarily responsible for implementation of these policy decisions*” (p.28). Neste processo de definição da política externa, a decisão cabe aos líderes do Partido Comunista Chinês, sendo eles a Agência da política externa chinesa. Apesar disso, denota-se uma diferença entre a decisão em política externa de Mao e a dos seus sucessores. Enquanto na era de Mao “*foreign policy making was individual leader-base*”, com Deng Xiaoping e com os seguintes líderes, apesar da manutenção da preponderância do líder, a política externa “*was then becoming growingly institutionalized and professionalized*” (Cai, 2022, p.29). A nova era iniciada com Deng Xiaoping traduziu-se em reformas e numa abertura ao Ocidente, mas também numa política externa mais pragmática. Os sucessores de Xiaoping reforçaram a tendência de institucionalização da decisão da política externa chinesa, procurando decidir em consenso. Assim, as decisões passaram a ser tomadas de forma coletiva, mas mantendo o líder a decisão final. A partir da década de 1990, a crescente complexidade da política externa chinesa, ditou a com que, apesar das linhas de orientação estratégicas continuarem a ser decididas pelo líder, “*the specific process of policy making was increasingly based on an institutionalized scientific procedure*” (Cai, 2022, p.30).

Since then [retirada de Deng Xiaoping], the process of foreign policy making and implementation has become growingly institutionalized, bureaucratic, professionalized and consensus-based. On the other hand, however, as in other major policy areas, the foreign policy making structure continues to remain highly centralized and hierarchical under the party-state structure, within which the government is subordinated to the party in policy making in general and foreign policy making in particular. (Cai, 2022, p.31)

De uma forma geral, constatamos que as linhas gerais da política externa chinesa, apesar das mudanças, são, desde Mao, definidas dentro do Partido Comunista Chinês, de onde se destaca a preponderância do seu secretário-geral, e que é, em simultâneo, Presidente da República Popular da China, e dos membros seniores do partido. Em termos institucionais, a decisão em política externa na China cabe, assim, ao Comité Permanente do Politburo do PCC, composto pelo secretário-geral do partido e pelos sete membros seniores mais importantes, e que são eleitos pelo Politburo do partido, que é, por sua vez, eleito a partir do Congresso Nacional do PCC. Por outro lado, a decisão em política externa também conta com a participação da Comissão de Assuntos Externos, subordinada ao Comité Permanente do Politburo, e da qual fazem parte os membros mais importantes dos principais órgãos do PCC. O objetivo desta comissão é fornecer “*essential information, perspectives and proposals to the PSC [Politburo Standing Committee] for final decisions*” (Cai, 2022, p.33), mas também transmitir a decisão aos órgãos responsáveis pela sua implementação, assim como supervisionar e coordenar esta mesma implementação. Ademais, também a Comissão de Segurança Nacional do PCC intervém na decisão em política externa. Este órgão encontra-se subordinado ao Politburo e à sua Comissão Permanente, sendo liderado pelo secretário-geral do PCC. O objeto da Comissão de Segurança Nacional é “*coordinate domestic policy and foreign policy so as to more effectively achieve communist China’s most important policy objective of maintaining the stability and peace of the country and the CCP’s political power*” (Cai, 2022, p.34).

Assim, sendo o líder do PCC e Presidente da RPC a Agência por detrás da decisão, podemos afirmar que o grande decisor político chinês é Xi Jinping. Xi nasceu em 1953, filho de um alto funcionário do Partido Comunista Chinês, o que lhe permitiu crescer “num ambiente privilegiado em Pequim” (Silva, 2019, p.64). Porém, no decurso da Revolução Cultural, o seu pai foi condenado por atividades contra o Partido, sendo afastado da elite chinesa e proscrito para a província. Apesar das circunstâncias, Xi Jinping destacou-se dentro da sua povoação, levando-o a ser nomeado para o Partido Comunista Chinês. Mais tarde, viria a estudar Engenharia Química na Universidade de Pequim Tsinghua. Nos anos seguintes, conseguiu ascender a novas posições dentro do PCC, passando a ocupar cargos de relevo dentro das estruturas partidárias, o que lhe permitiu acesso a funções na administração territorial, até que chega a secretário do Partido em Ningde, passando a secretário do PCC na província de Fuzhou, e, mais tarde, na província de Fujian. Os bons resultados mereceram a atenção de Jiang Zemin, que potenciou a sua ascensão. Após se

tornar governador de Fujian e, posteriormente, de Zhejiang, Xi Jinping ganha acesso à cúpula do Partido Comunista Chinês, garantindo, mais tarde, a posição de Secretário-Geral do PCC (Silva, 2019; Brown, 2022). Como Silva (2019) reitera, “torna-se interessante verificar que o processo de ascensão desta figura política segue o modelo meritocrático chinês, progredindo desde o nível da aldeia para o de município, depois o nível de cidade, câmara, até chegar ao patamar provincial” (p.64).

Após o XIX Congresso do Partido Comunista Chinês, de 2017, verificou-se um reforço do poder de Xi Jinping, sendo que em 2018 foram introduzidas várias alterações à Constituição chinesa. Por um lado, terminou-se com a limitação do número de mandatos, que havia sido introduzida por Deng Xiaoping, permitindo, agora, a Xi governar pelo tempo que entender. Por outro lado, houve um reforço do poder do Comité Central do PCC face ao Conselho de Estado. Em acréscimo, foi introduzida na Constituição, a par do pensamento de Mao, o pensamento de Xi através do ‘socialismo com características chinesas para uma nova era’ (*Zhongguo tese shehuizhuyi*).

Esta sacralização torna a figura do líder isenta de crítica, servindo o conteúdo das ideias como guia. A limitação de mandatos rompe com uma tradição estável de sucessão do poder, subtilmente acautelada por Deng Xiaoping, o líder responsável pelo programa de reformas económicas na China, em 1982. Em causa estava o trágico período da era de Mao, marcado por uma enorme instabilidade, particularmente na fase da Revolução Cultural (1966-1976), gerido pelo poder centralizado num homem só. (Silva, 2019, p.65)

Neste momento, Xi Jinping reúne em si mais poder do que os seus antecessores, equiparando-se a Mao. Assim, além de secretário-geral do PCC e de presidente da China, Xi assume o cargo de presidente da Comissão Militar Central e da Comissão Central de Segurança Nacional, de comandante-chefe do Exército de Libertação Popular. Mais recentemente, foi criado o ‘sistema de créditos sociais’ destinado a recompensar ou sancionar os cidadãos de acordo com o seu comportamento. Desta forma, Xi tem procurado “consolidar o controlo e a vigilância do regime sobre as empresas, os cidadãos e as novas tecnologias” (Tomé, 2021a, p.120). Em acréscimo, Xi também tem levado a cabo uma intensa luta contra a corrupção, que, aliás, tem sido um dos maiores desafios da China nas

últimas décadas, mas que “é entendida por muitos analistas como uma forma para Xi afirmar poder”, colocando aqueles em quem tem maior confiança nos “níveis superiores do partido e [n]as empresas estatais” (Silva, 2019, p.65). Como afirma Tomé (2021a), “Xi concentrou poder e expressa uma ortodoxia ideológica sem paralelo desde Mao, mostra-se impaciente com o *statu quo*, possui uma elevada tolerância ao risco, motiva o ‘culto da personalidade’ e tem pressa na afirmação internacional da China” (p.109).

Apesar da preponderância e da autoridade de Xi Jinping dentro do Partido Comunista Chinês e enquanto líder da RPC serem inegáveis, vários autores ocidentais têm apontado a existência de um ideólogo por detrás da sua figura. Esse ideólogo seria Wang Huning, um académico da Universidade de Fudan, especialista em Política Internacional. Huning partilha de algumas semelhanças com Xi Jinping, aquilo que os chineses poderiam apelidar de *guanxi*. Tal como o pai de Xi Jinping, o pai de Wang Huning foi perseguido durante a Revolução Cultural, porém ambos ultrapassaram as adversidades impostas e conseguiram ascender socialmente. Após concluir o seu mestrado em Política Internacional pela Universidade de Fudan, Wang Huning foi contratado pela mesma instituição, destacando-se através da publicação de inúmeros artigos e tornando-se no “*youngest ever professor at Fudan*” (Patapan & Wang, 2018, p.49). O seu rápido sucesso académico mereceu a atenção de altos funcionários em Pequim, levando com que, ainda no final do século XX, Wang Huning, se tornasse “*the head of the politics group in the Central Policy Research Office*”, um órgão subordinado ao Comité Central do PCC, e “*responsible for providing policy recommendations, developing Party ideology, and drafting Party documents and leader’s speeches*” (Patapan & Wang, 2018, p.50). Por outro lado, Huning foi o responsável pela introdução do conceito de *soft power* na China, apresentando-o a Hu Jintao e caracterizando-o como “*the culture that represents a country’s power*” (Becard et al, 2019, p.2).

Wang Huning manteve-se próximo ao poder durante três gerações de líderes, Jiang Zemin, Hu Jintao e, agora, Xi Jinping, ao mesmo tempo em que foi ascendendo dentro do próprio partido. As obras publicadas por Wang Huning apontam ideias como a defesa de um governo forte, a criação de novas formas de governação através de mecanismos de controlo, e até o combate à corrupção, todas ideias-chave no discurso político de Xi. Neste momento vários autores consideram que, tanto pelas suas ideias como pela sua permanência junto do poder durante tanto tempo, este é uma figura central por detrás de Xi Jinping. Patapan & Wang (2018) defendem “*that his influence has been much more significant than a mere advisor*” (p.59), pelo que o apelidam como um “*hidden leader*” (p.60).

3. A POLÍTICA EXTERNA CHINESA NA ERA XI JINPING (2013-2023)

Em 2012, Xi Jinping foi o eleito pelo Congresso Nacional Popular do Partido Comunista Chinês para suceder a Hu Jintao como Secretário-geral do PCC, tornando-se, no ano seguinte, no novo presidente da RPC, adotando de imediato um discurso político mais assertivo e pragmático. Enquanto as orientações de política externa dos seus antecessores seguiam a estratégia de *'keeping a low profile'*, iniciada por Deng Xiaoping e reestruturada por Hu Jintao através da *'ascensão pacífica'* (*'peaceful rise'*), Xi Jinping orquestrou uma reorientação da política externa chinesa em direção a uma postura mais ativa na política internacional. Logo em 2013, Xi Jinping, numa demonstração das suas novas prioridades políticas, realizou um périplo a vários países na Europa, Ásia, América e África, evidenciando as suas pretensões face ao lugar da China na Ordem Internacional. Nas primeiras visitas, realizadas dentro do continente asiático, Xi Jinping anunciou um projeto ambicioso e inovador apelidado de *'One Belt, One Road'* e posteriormente redesignado como *'Belt and Road Initiative'* ou *'Faixa e Rota'*, com o intuito de ligar comercialmente a China ao resto do mundo.

Nesse mesmo ano, Xi Jinping, anunciou também uma nova estratégia denominada de *'Sonho Chinês'*⁹ (*Zhōngguó mèng*). Tal como Deng Xiaoping havia afirmado, a afirmação da China só poderia ocorrer após o seu desenvolvimento interno e quando a conjuntura internacional a isso fosse favorável, o que se deu após a crise económica e financeira de 2008, responsável pelo enfraquecimento das economias ocidentais. Por agravante, os Estados Unidos da América estavam, aquando Xi Jinping toma posse, fragilizados pelos fracassos da Guerra do Iraque e da Guerra do Afeganistão, assim como pelos esforços financeiros a que estas obrigaram. Em contrapartida, a China encontrava-se com uma economia pujante, levando à convicção de que o Império do Meio agora gozava de uma "posição mais benéfica para consolidar o seu desenvolvimento pacífico num mundo multipolar" (Carriço, 2013, p.27). Neste sentido, Xi Jinping considerou que a China deveria "abandonar a sua *'mentalidade de vítima'* (*shouhaizhe xintai*) e exponenciar a *'cultura do dragão'* (*long wenhua*)" (Carriço, 2013, p.27). O *'Sonho Chinês'* consubstancia-se, assim,

⁹ A ideia do *'Sonho Chinês'* aparece ainda antes de Xi Jinping chegar ao poder, sendo já visível na segunda metade da governação de Hu Jintao. Este conceito começa por ser desenvolvido por Li Junru, membro do PCC, como forma de advogar o desenvolvimento e modernização da China. Nos anos seguintes é desenvolvido por diversos teóricos tanto em torno do desenvolvimento económico e do soft power chinês, como através de uma retórica mais realista, defendendo a hegemonia internacional da China. Apesar disso, esta ideia foi somente lançada quando Xi Jinping assumiu a liderança do PCC.

numa “*vision of collective prosperity for the Chinese people and great rejuvenation of the Chinese nation, involving both the domestic and external dimensions*” (Cai, 2022, p.87). Para a sua concretização, Xi Jinping tem enfatizado o ‘*Chinese Way*’, tendo como prioridades “a continuação do modelo específico de desenvolvimento chinês; a consolidação do espírito patriótico chinês; e a concentração e cristalização do poder da China” (Global Times, 2013, as cited in Carriço, 2013, p.27).

O ‘Sonho Chinês’, no entendimento de Silva (2019), comporta três principais objetivos: “recuperação da grandeza perdida, motivar o orgulho nacional e fazer renascer a grande civilização e cultura do país” (p.64). De forma a alcançar o ‘Sonho Chinês’, foi definida a ‘Grande Estratégia’ (*da zhanlue*), tendo como prioridades o “reforço do poder do partido” e da “posição da China no mundo”, através da conjugação dos esforços em três principais áreas, “a economia, a política interna e a política externa” (Silva, 2019, p.64). Na perspectiva de Tomé (2021a), a ‘grande estratégia’ da China de Xi é uma “estratégia de longo prazo” destinada a permitir a afirmação gradual do Império do Meio na Ordem Internacional, e que se desenrola em torno de “duas noções centrais”: a de ‘poder nacional abrangente’, que se encontra relacionada ao “desenvolvimento das capacidades chinesas em todos os domínios”; e a de ‘configuração estratégica de poder’, que se traduz na existência de uma conjuntura favorável, de um ‘período de oportunidades’, bastando à China “tirar habilmente partido da ‘propensão das coisas’ e das oportunidades que se lhe oferecem para, com naturalidade e gradualmente, o seu poder nacional abrangente aumentar e, assim, subir na hierarquia do poder global” (p.108).

O ‘Sonho Chinês’ internamente consubstancia-se num reforço do poder e da hegemonia do PCC, acompanhado com um reforço da autoridade e centralidade do líder, enquanto, externamente, numa postura mais assertiva e pragmática a nível internacional, procurando tornar a China “*a global power again*”, através do “*peaceful development and global cooperation*” (Cai, 2022, p.87). Deste modo, a política externa de Xi Jinping tem sido marcada pela procura de uma (re)afirmação internacional, através do desenvolvimento económico, da modernização e desenvolvimento do exército, e da adoção de uma postura mais interventiva (Ferdinand, 2016; Chang-Liao, 2016).

Como aponta Cai (2022), a estratégia chinesa tem sido movida, em grande parte, pela humilhação sofrida desde meados do século XIX até à II Guerra Mundial, o que criou uma “*victim mentality*”, que o ‘Sonho Chinês’ procura ultrapassar, de forma a “*to move the*

nation out of the century-long experience of humiliation and regain the great-power status for China” (p.87). A partir daqui a China de Xi deixou de se subjugar aos interesses de outros Estados e passou a reafirmar o seu interesse nacional. Como afirma Cai (2022), a China “can no longer accept what was imposed on it in the past and it must defend what it sees as historically belonging to China” (p.87).

Esta redefinição das prioridades políticas chinesas foi corroborada no 19º Congresso Nacional do Partido Comunista Chinês, em 2017, que “*not only served to outline the Chinese Communist Party’s long-term direction for regime management, but also indicated that it would mark the start of a ‘new era’*” (Kawashima, 2020, p.54). Durante o seu discurso, Xi Jinping evitou utilizar o termo *tao guang yang hui* (‘keeping a low profile’), demonstrando que abandonara o rumo de política externa que perdurava desde Deng Xiaoping. Xi Jinping apresenta-nos, ademais, o seu ‘socialismo com características chinesas para uma nova era’, que, em 2018, foi inserido no preâmbulo da Constituição da RP; e reitera o objetivo do ‘grande rejuvenescimento da nação chinesa’, que, considera ele, só se materializará mediante o reforço do poder do PCC, o desenvolvimento social e económico da China, e através da afirmação da China na Ordem Internacional. Xi Jinping apresenta como data-limite para a concretização deste seu ‘Sonho Chinês’ o ano de 2049, altura em que o Partido Comunista Chinês celebrará o seu centenário. Assim, como objetivos até 2049, Xi aponta a “modernização do sistema e da capacidade de governança do país”, a “construção de um Estado de direito socialista”, o “fortalecimento das Forças Armadas” e a configuração de uma “diplomacia de grande país com características chinesas”¹⁰. Neste sentido, Xi traça um plano em duas fases, uma primeira que decorrerá entre 2020 e 2035, e uma segunda que decorrerá desde 2035 até 2049. Na primeira fase o grande objetivo será a “construção integral de uma sociedade moderadamente abastecida”¹¹, mas também o reforço da posição internacional da China através do desenvolvimento económico, científico e tecnológico, e do *soft power* chinês, equacionando-se que, até então, a cultura chinesa será mais influente no mundo. Na segunda etapa, o objetivo traçado é o da transformação da China “em um poderoso país socialista modernizado próspero, democrático, civilizado, harmonioso e belo”, e dotado de uma larga “influência internacional”¹². No entendimento de Tomé (2021a) este derradeiro objetivo está associado não só ao desenvolvimento

¹⁰ Partido Comunista Chinês. (2017, 4 de novembro). *Relatório do 19º Congresso Nacional do Partido Comunista Chinês*. <http://br.china-embassy.gov.cn/por/ssht/SJD/>

¹¹ *ibidem*

¹² *ibidem*

económico e militar, permitindo à China tornar-se numa grande potência, como à conquista de “uma posição de ‘liderança’ e ‘dominante’ numa ordem mundial reformulada” (p.111).

Por outro lado, durante o 19º Congresso, Xi Jinping salientou, ainda, a necessidade de modernizar e reformar as Forças Armadas chinesas em todos os ramos, de forma a promover a segurança nacional e garantir a defesa dos interesses chineses. Até 2049, Xi espera transformar o Exército de Libertação Popular “em um exército de primeira categoria mundial”¹³. Por fim, Xi define como missão da sua nova diplomacia o desenvolvimento de “um novo tipo de relações internacionais” baseado “no respeito mútuo, equidade, justiça, cooperação e relação ganha-ganha”, e a constituição de uma “comunidade de destino comum da humanidade”¹⁴. O objetivo desta comunidade proposta por Xi é a configuração de um tipo de relações internacionais em linha com os Cinco Princípios da Coexistência Pacífica (respeito mútuo, igualdade, não-agressão, não-ingêrência, e coexistência pacífica), e que seja mais pacífico, estável e próspero, através da cooperação, das relações *win-win*, e do desenvolvimento comum. Apesar da defesa da reciprocidade, Xi alerta que a China não irá mais manter um ‘*low profile*’ face à política internacional, e que não será novamente subjugada aos interesses de outros Estados.

A China, por um lado, não buscará o seu desenvolvimento sacrificando os interesses de outros países, por outro lado, não desistirá, de jeito nenhum, de nossos direitos e interesses legítimos, e nenhuma pessoa deve esperar que a China engula frutos amargos que prejudiquem seus próprios interesses.¹⁵

Mais recentemente, em 2022, ocorreu o 20º Congresso Nacional do Partido Comunista Chinês, num cenário marcado pela pandemia de Covid-19 e pela invasão russa da Ucrânia, que tiveram um duro impacto na imagem externa de Pequim. No seu discurso, Xi reiterou o seu compromisso para com o desenvolvimento e engrandecimento da China. Por outro lado, abordou, também, a questão de Hong Kong e a forma como a China “concretizou uma importante transição do caos para a estabilidade”, assim como o conflito de Taiwan, assumindo-o como “uma importante luta contra o separatismo e a intervenção”

¹³ *ibidem*

¹⁴ *ibidem*

¹⁵ *ibidem*

e realçando a necessidade de garantir a “soberania nacional e a integridade territorial”¹⁶. Tal como no 19º Congresso, Xi reafirmou que a China procurará a prossecução do seu interesse nacional, não a todo o custo, mas sem aceitar que outros lhe empecem de cumprir os seus objetivos. Ademais, Xi reiterou a vontade em criar uma ‘Comunidade de Destino Comum da Humanidade’. Na perspetiva de Xi, “só quando todos os países adotem uma grande visão de mundo, convivam em harmonia e cooperem por benefício mútuo, poderemos alcançar a prosperidade duradoura e a segurança garantida”. À imagem do congresso anterior, Xi exaltou “o estabelecimento de um novo tipo de relações internacionais”, assente na “igualdade, abertura e cooperação”, definindo como caminho a liberalização do comércio e as relações *win-win*. A China reafirmou, também, o seu compromisso para com a “democratização das relações internacionais” e para com a manutenção de uma “ordem internacional baseada no direito internacional” e cujo expoente são as Nações Unidas. Mais uma vez, Xi declarou que a China “respeita a soberania e a integridade territorial de todos os países” e respeita “o caminho de desenvolvimento e o sistema social escolhidos”, porém “opõe-se com firmeza à hegemonia e política de força em todas as formas, à mentalidade da Guerra Fria, à interferência nos assuntos internos alheios”. Por fim, Xi afirmou que a China “jamais buscará a hegemonia nem praticará o expansionismo”.

A par disto, nos últimos anos a China tem proposto diversas iniciativas destinadas a apoiar o desenvolvimento de diversos países, mas também a criação de novos mecanismos de segurança e governação global. Através destes, é objetivo de a China afirmar-se como um participante ativo da Política Internacional, alargando a sua influência a novas regiões e impondo-se no Sistema Internacional como uma superpotência. Além dos BRICS, da Organização para a Cooperação de Xangai (OCX) e do Banco Asiático de Investimento em Infraestruturas (AIIB), são de destacar três novas iniciativas. A Iniciativa de Desenvolvimento Global foi apresentada por Xi Jinping em 2021, através de um discurso intitulado ‘*Bolstering Confidence and Jointly Overcoming Difficulties To Build a Better World*’ e articula-se com a Agenda 2030 das Nações Unidas. É objetivo desta iniciativa a promoção de um “*more robust, greener and more balanced global development*”¹⁷, e para

¹⁶ Partido Comunista Chinês . (2022, 16 de outubro). *Manter Erguida a Grande Bandeira do Socialismo com Características Chinesas e Lutar com União pela Construção Integral de Um País Socialista Moderno: Relatório para o 20º Congresso Nacional do Partido Comunista Chinês* . <http://download.people.com.cn/waiwen/eight16667473801.pdf>

¹⁷ Ministry of Foreign Affairs of the People’s Republic of China. (2021, 21 de setembro). *Bolstering Confidence and Jointly Overcoming Difficulties To Build a Better World*. https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/wjdt_665385/zyjh_665391/202109/t20210922_9580293.html

isso são eleitas seis prioridades: “*staying committed to development as a priority*”; “*staying committed to a people-centered approach*”; “*staying committed to benefits for all*”; “*staying committed to innovation-driven development*”; “*staying committed to harmony between man and nature*”; “*staying committed to results-oriented actions*”¹⁸. Por outro lado, a Iniciativa de Segurança Global foi apresentada em 2022 e tem como objetivo a segurança e o bem-estar coletivo global. Esta iniciativa baseia-se em princípios tais como uma visão global da segurança, o respeito mútuo, a cooperação, o respeito pelo sistema das Nações Unidas, o diálogo, entre outros, e elege como prioridades a criação de uma Nova Agenda para a Paz, a coordenação de esforços entre países, a recusa do uso de armas nucleares, a resolução pacífica de conflitos, a melhoria dos mecanismos de cooperação em matéria de segurança, a aposta no papel da ONU, entre outros¹⁹. Ademais elege como áreas prioritárias a Ásia-Pacífico, África, Médio Oriente e a América Latina e Caraíbas, ao mesmo tempo em que apresenta uma conceção de segurança mais abrangente, englobando temas como a saúde, a energia, a alimentação, e a inteligência artificial²⁰. Por outro lado, aponta como mecanismos desta iniciativa as Nações Unidas, os BRICS, a ASEAN, a Organização para a Cooperação de Xangai, entre outros como o Fórum de Paz e Segurança China-Africa²¹. Por fim, a Iniciativa de Civilização Global é a mais recente, tendo sido apresentada em março de 2023, e tendo como objetivo “*the common development and progress of human society*”²². Xi Jinping aponta a Iniciativa de Segurança Global e a Iniciativa Faixa e Rota como duas ferramentas que têm possibilitado a cooperação e a união dos povos e dá como exemplo o restabelecimento de relações entre o Irão e a Arábia Saudita²³. Assim, apela à convergência de todos os Estados em torno desta nova iniciativa, de forma a permitir o progresso da Humanidade e a construção de uma Ordem Internacional mais inclusiva e pacífica²⁴.

¹⁸ *ibidem*

¹⁹ Ministry of Foreign Affairs of People’s Republic of China. (2023, 21 de fevereiro). *The Global Security Initiative Concept Paper*. https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/wjbxw/202302/t20230221_11028348.html

²⁰ *ibidem*

²¹ *ibidem*

²² The State Council Information Office of the People’s Republic of China. (2023, 19 de março). *Global Civilization Initiative injects fresh energy into human development*. http://english.scio.gov.cn/topnews/2023-03/19/content_85177312.htm

²³ *ibidem*

²⁴ *ibidem*

3.1.O rumo da política externa de Xi Jinping: ‘striving for achievement’ e ‘dare to fight’

Desde que Xi Jinping se tornou presidente da República Popular da China, em 2013, que a política externa chinesa tem sofrido uma notável evolução, o que se traduz numa alteração face à política externa dos seus antecessores. Tal como argumenta Cai (2022), desde 2013 que a política externa chinesa “*has moved further away from the ‘tao guang yang hui’ foreign policy dictated by Deng Xiaoping and adopted an even more assertive approach to defend what are seen to be the nation’s core interests*” (Cai, 2022, p.80), numa postura diversas vezes apelidada de ‘*Wolf Warrior Diplomacy*’. Para Xi Jinping, “*China’s foreign policy must no longer be merely a reaction to the actions of others but instead form part of a broader, long-term global strategy that encapsulates a clear assertion of China’s domestic and external priorities*” (Chang-Liao, 2016, p.83). Neste sentido, logo em 2013, Xi “*proposed four points for the resolution of the Israeli-Palestinian dispute*” (Chang-Liao, 2016, p.83), e adotou uma postura mais firme quanto às disputas territoriais nas zonas marítimas circundantes, ações que claramente demonstram uma crescente assertividade na política externa da China. Um dos melhores exemplos talvez seja o da disputa das ilhas Diaoyu/Senkaku com Japão, que, face à nacionalização das mesmas pelo Estado japonês em 2013, levou a China de Xi Jinping a reagir através do estabelecimento de uma Zona de Defesa Aérea no Mar da China Oriental. Algo semelhante aconteceu face às disputas territoriais com o Vietname e as Filipinas no Mar do Sul da China, em 2014. Em reação às movimentações destes países, Xi respondeu, mais uma vez, de forma assertiva e pragmática, promovendo a realização de exercícios militares nesse espaço marítimo, e iniciando a construção de ilhas artificiais militarizadas. Neste episódio Xi demonstrou que a China não ia mais ser subjugada pela vontade dos outros Estados, pondo termo à política de ‘*low profile*’ em defesa do interesse nacional chinês – “*China would not compromise on the issues relating to China’s state sovereignty and territorial integrity*” (Cai, 2022, p.81).

A nova política de Xi em relação às disputas territoriais encontra-se, também, associada à sua perspetiva acerca do Exército de Libertação Popular. A par do desenvolvimento económico do país, Xi tem como grande objetivo a criação de um exército forte e capaz de fazer frente a qualquer ameaça. Assim, o Exército de Libertação Popular tem sido alvo de grandes reformas tendo em vista a sua modernização e desenvolvimento. Em março de 2013, Xi Jinping declarou que: “*In order to realize the ‘Chinese dream’, the*

entire military should fully understand the significance of national defense and army building and actively shoulder the responsibility of safeguarding national sovereignty and security”²⁵.

Neste cenário, Xi tem conferido especial atenção à Marinha, que ainda em 2012, sob a liderança de Hu Jintao, adquiriu o seu primeiro porta-aviões, encontrando-se, neste momento, a construir o terceiro, que se espera estar operacional em 2024. Tal como afirma Cai (2022), “*since 2014, China has constructed more submarines, warships, principal amphibious ships and auxiliaries than the total number of warships currently in service in the navies of Germany, India, Spain, Taiwan and the UK*” (p.82). O rápido desenvolvimento e modernização do exército chinês possibilitou com que “*China now has the world’s largest navy*” (Cai, 2022, p.82). Esta força militar tem permitido, à China de Xi, ter uma postura mais assertiva sobretudo em relação às disputas no Mar da China Oriental e no Mar do Sul da China. Por outro lado, tem, também, permitido com que a China reforce a sua projeção de poder, tanto em termos regionais, como globais. Neste sentido, a China tem, à imagem dos EUA, procurado garantir a presença da sua marinha por todo o globo, e sobretudo no Pacífico, Índico e até no Mediterrâneo e já conta com bases militares internacionais, como no Djibuti. Por fim, este poderio militar também tem concedido à China maior poder em relação ao conflito com Taiwan.

Desta forma, em função da redefinição do rumo da política externa chinesa, até então caracterizada pelo lema ‘*keeping a low profile*’, Xi Jinping apresentou, gradualmente, numa renovada postura internacional apelidada de ‘*striving for achievement*’. Enquanto o principal objetivo da estratégia de ‘*keeping a low profile*’ era “*maintaining peace in sounding areas for China’s economic development*” (Xuetong, 2014, p.166), o grande propósito do ‘*striving for achievement*’ é o ‘rejuvenescimento da nação chinesa’. Não que esta nova estratégia não procure um ambiente internacional pacífico e estável, mas entende que a política externa chinesa deve, acima de tudo, satisfazer o interesse nacional. Assim, a nova política externa de Xi Jinping procura assegurar a soberania e a segurança da China, tal como o desenvolvimento económico, o estabelecimento de boas relações com os países vizinhos, a interdependência económica, e a cooperação securitária. Se durante a vigência do ‘*keeping a low profile*’, a China manteve uma postura passiva, procurando simplesmente adaptar-se às mudanças internacionais, sem intervir ativamente, evitando qualquer conflito a favor do

²⁵ N.A. (2013, 18 de março). PLA vows firm support for ‘Chinese dream’. *ChinaDaily*. https://www.chinadaily.com.cn/china/2013npc/2013-03/18/content_16316857.htm

seu desenvolvimento económico, com o *‘striving for achievement’*, a China adquire o intuito *‘to strive for a favorable external environment for national reform, development and stability, to protect national sovereignty, security and developing interest’* (Qian, as cited in Xuetong, 2014, p.166). Desta forma, a China de Xi adota uma postura mais ativa e participativa, e que se traduz na seguinte frase: *“being close, credible, benefiting and inclusive”* (Xi, as cited in Xuetong, 2014, p.167). Deste modo, Xi define que a *“China should get closer to surrounding countries than before, build up strategic credibility among neighbors, provide them benefit from China’s economic growth, and develop regional cooperation with an open mind”* (Xuetong, 2014, p.167).

Em termos de resultados, este novo rumo de política externa permitiu, num primeiro momento, uma melhoria nas relações entre a China e os Estados Unidos, tendo Obama concordado com a proposta de Pequim em estabelecer um ‘novo tipo de relação entre grandes potências’. Este novo molde de relacionamento sobreviveu a períodos de grande tensão como a declaração da Zona de Defesa Aérea no Mar da China Oriental em novembro de 2013, ou o incidente militar envolvendo um míssil norte-americano e uma embarcação militar chinesa em dezembro de 2013. Por outro lado, a lógica do *‘striving for achievement’* também assegurou melhores relações com os países europeus, incluindo a Rússia, que tem sido uma das principais aliadas de Pequim. Por fim, também as relações com os países em desenvolvimento conheceram novas dinâmicas, sobretudo através de iniciativas como os BRICS, a OCX e os auxílios financeiros concedidos pela China a estes. Quanto ao Japão, verificou-se uma deterioração das relações, sobretudo devido à disputa das ilhas Diaoyu/Senkaku. Apesar do sucesso inicial, as relações entre a China e o Ocidente rapidamente começaram a deteriorar-se, sobretudo quando Trump chegou à presidência dos EUA e adotou uma postura conflitante com a China, considerando-a como uma ameaça à hegemonia norte-americana. Os anos que se seguem ficam marcados por uma crescente tensão entre ambas as superpotências que se agravou com a pandemia de Covid-19 e, mais recentemente com a Guerra da Ucrânia e as novas ações sobre Taiwan.

Por outro lado, Jiang Zhang (2015) considera que, pelo menos num momento inicial, Xi Jinping optou por seguir uma abordagem não tão assertiva, pelo que apelida a política externa dos primeiros anos do seu mandato como *‘peaceful rise 2.0’*. Zhang (2015) considera que Xi *“made a number of important changes to China’s foreign policy orientation and guiding principles”* (p.7), porém, tal como os seus antecessores, apercebeu-se de que a afirmação da China dependeria, num primeiro momento, do desenvolvimento económico e,

para tal, necessitava de um sistema internacional pacífico e estável, pelo que a sua trajetória política inicial ficou, em certo ponto, marcada por uma certa continuidade do discurso de ‘ascensão pacífica’ ou de ‘desenvolvimento pacífico’ (*‘peaceful development’*). Para Zhang (2015), a estratégia de *‘peaceful rise 2.0’* baseia-se em três aspetos: a proteção do interesse nacional chinês; o compromisso para com o ‘desenvolvimento pacífico’ de forma recíproca; e a criação de um ambiente internacional favorável ao desenvolvimento e afirmação da China. Zhang (2015) acrescenta ainda um outro elemento desta nova estratégia chinesa, apelidado de *‘bottom line thinking’* e que se traduz numa postura pacífica mas onde “*China stand firm to safeguard its core interests by setting a ‘red line’ that other countries could not cross*” (p.12). Na perspetiva de Zhang (2015), a estratégia de *‘peaceful rise 2.0’* assenta em duas principais iniciativas. Por um lado, no estabelecimento de um ‘novo tipo de relação entre grandes potências’ (*‘new type of great power relationship’*) com os Estados Unidos da América, assente no respeito mútuo, na não-confrontação e na cooperação *win-win*. E, por outro lado, na criação de uma ‘Comunidade de Destino Comum da Humanidade’, que é, pela primeira vez, referenciada no 17º Congresso do PCC, em 2007, em relação às relações entre a RPC e Taiwan, e que é, em 2011, alargada para as “*mutually interdependent relationship between countries with different political systems and at different levels of development*” (Jian, 2015, p.14). Cai (2022) partilha, em parte, desta conceção, considerando que, num momento inicial, a política externa de Xi Jinping procurou prosseguir com um ‘desenvolvimento pacífico’, fazendo deste um dos grandes objetivos do ‘Sonho Chinês’. Porém, na ótica de Cai (2022), a alteração das circunstâncias e da conjuntura internacional – que fizeram os líderes políticos chineses se aperceberem de que a janela de tempo da qual podiam beneficiar para se afirmar “*seems to be disappearing by the early 2020s*” (p. 88) – motivaram a China de Xi a adotar uma postura mais reivindicativa.

Mais recentemente, no início de 2023, Xi Jinping lançou uma nova estratégia de *24-caracteres*, à semelhança de Deng Xiaoping. Além do valor simbólico deste novo documento, que marca uma nova reestruturação do rumo da política externa chinesa, Xi evocou um novo termo, *‘dare to fight’*²⁶, que, segundo muitos especialistas, pode tornar-se no novo mote da política externa chinesa²⁷. Estes novos *24-caracteres* sintetizam o rumo da

²⁶ Leahy, J., Hille, K., Lin, A & Pooler, M. (2023, 31 de março). ‘Dare to fight’: Xi Jinping unveils China’s new world order. *Financial Times*. <https://www.ft.com/content/0f0b558b-3ca8-4156-82c8-e1825539ee20>

²⁷ A tradução do original, *gǎnyú dòuzhēng*, não é totalmente clara, sendo que alguns autores, como Todd Hall e Xiaoyu Pu (2023), afirmam que a tradução mais correta seria *‘dare to struggle’*. Na realidade, em português a diferença não é tão sonante como em inglês, dado que tanto *‘to fight’* como *‘to struggle’* podem ser traduzidas

política externa chinesa num conjunto de prerrogativas: “manter a calma, manter a concentração, procurar o progresso através da estabilidade, agir ativamente, manter a unidade e ousar lutar”²⁸.

3.2.As relações da China de Xi Jinping com as grandes potências: EUA, Rússia e a guerra na Ucrânia

Em termos de relacionamento diplomático, Xi Jinping tem procurado promover uma diplomacia forte e capaz de auxiliar a China a atingir os seus objetivos, levando ao desenvolvimento de uma ‘*major country diplomacy with Chinese characteristics*’, cujo principal foco tem sido desenvolver boas relações com o máximo de Estados possível e defender, de forma intransigente, o interesse nacional da China.

Desde a chegada de Xi Jinping ao poder que se tornou uma das suas prioridades o relacionamento com os Estados Unidos da América, pelo que, em termos diplomáticos, a China concedeu uma especial atenção a este Estado, sobretudo por serem o seu principal parceiro económico, mas também o seu principal adversário em termos da Ordem Internacional.

This is not just because the US is China’s most important economic partner, but fundamentally because the US remains the most significant and unavoidable external facto that China has to face when pursuing its major foreign policy objectives. (Cai, 2022, p.83)

Desta forma, a China procurou adotar uma postura de maior proximidade para com os EUA, propondo o estabelecimento de ‘um novo tipo de relação entre grandes potências’, e cujo objetivo seria evitar o escalar da conflitualidade e uma nova guerra fria. Este ‘novo tipo de relação’ baseia-se na coexistência pacífica e no respeito mútuo pelos interesses de ambos, sobretudo dentro da Ásia-Pacífico, e centra-se num acordo implícito em que “*China*

como ‘lutar’, porém, na língua inglesa, o primeiro está mais conotado com conflito, enquanto o segundo com uma disputa no sentido de competitividade e de superar as adversidades.

²⁸ Tradução livre do autor. Do original: “沉着冷静、保持定力，稳中求进、积极作为，团结一致、敢于斗争”。 In Xinhuanet. (2023, 7 de março). 学习快评 | 至关重要的“二十四字诀”. *Xinhua*. http://www.news.cn/politics/2023-03/07/c_1129418928.htm

would not challenge the US's superpower status at both the global level and the regional level in the Asia-Pacific”, e que, por outro lado, “Washington should respect China's core interest in the Asia-Pacific region” (Cai, 2022, p.83). Este ‘novo tipo de relação entre grandes potências’ acabou por nunca resultar, tendo a postura norte-americana evoluído para uma confrontação com a China. Com Obama, os EUA procuraram contrariar a ascensão da China através do reforço do seu poder na Ásia-Pacífico, enquanto, com Trump, a China passou a ser tida como “a threat to the global dominant position of the US” (Cai, 2022, p.83), resultando na confrontação entre ambas as superpotências. Com Trump, os EUA persentiram a ascensão da China como uma ameaça, resultando numa resposta forte e marcada por uma guerra comercial na tentativa de recuperarem do seu défice comercial, e adotando uma postura crítica face a questões como Taiwan, Hong Kong, ou o desrespeito pelos Direitos Humanos. A pandemia do Covid-19 veio deteriorar ainda mais as relações entre a China e os EUA na sequência das insinuações norte-americanas de que a China tinha responsabilidade na propagação do vírus. A partir daí, instaurou-se um clima de crescente tensão, “leading to a most serious crisis in China-US relations since the early 1970s” (Cai, 2022, p.86). Com Biden, a partir de 2021, não houve uma grande alteração às políticas de Trump, permanecendo “an anti-Beijing atmosphere” (Cai, 2022, p.84). Apesar do discurso inicial de Xi Jinping, muitos autores falam hoje de uma nova guerra fria.

It is in this sense that Trump's confrontational China policy has established a new fait accompli, which has set a benchmark for the China policy that Biden has to develop. Hence, the basic tenet of Washington's China policy will stay under the Biden administration. (Cai, 2022, p.84)

Em relação à Rússia, a China tem mantido boas e estáveis relações, numa tentativa de contrabalançar o poder dos EUA. Em fevereiro de 2013, Xi, realizou a sua primeira visita à Rússia, deixando bem claro que pretendia reforçar a parceria com este país. Em junho de 2019, Xi, numa nova visita, anuncia um novo tipo de relação com este país, “comprehensive strategic partnership of coordination for a new era” . Com Xi, tem-se verificado um aprofundamento do relacionamento entre a China e a Rússia, sobretudo “as a counterweight against Washington's Asia pivot/rebalancing policy under Obama administration and the Indo-Pacific strategy under the Trump's administration” (Cai, 2022, p.84). A China e a Rússia têm reforçado a sua cooperação sobretudo em termos políticos, militares, securitários e energéticos, sendo também de destacar uma intensa atividade comercial envolvendo

armamento e tecnologia. Chang-Liao (2023) caracteriza esta nova estratégia de relacionamento entre a China e a Rússia como informal, dado que envolve sobretudo compromissos não vinculativos, não existindo qualquer tipo de aliança formalmente estabelecida; igualitária, pois ambos os Estados se comprometem a tratar-se como iguais, independentemente das suas capacidades; e inclusiva, no sentido em que ambos estão abertos à cooperação com outros atores.

Por outro lado, a China tem procurado estabelecer relações de proximidade com os países em desenvolvimento, sobretudo em África, na América Latina e no Sudoeste Asiático. Apesar de ser uma retórica constante na posição da China desde Mao, a aproximação a estes países, parte, também, de uma tentativa de reduzir a supremacia norte-americana e de promover uma crescente influencia chinesa. Neste sentido, a China de Xi tem concedido empréstimos e ajudas a diversos países em desenvolvimento e tem procurado cooperar com eles através de várias iniciativas regionais e globais, como são exemplo os BRICS, o Fórum da Cooperação China-Africa, ou o Fórum Macau. Em 2015, a Xi declarou, nas Nações Unidas, que a China iria perdoar dívida a diversos países em desenvolvimento para permitir com que estes se desenvolvessem. Em 2018, a China propôs uma ajuda de 60 mil milhões de dólares para os países africanos se desenvolverem. Para este efeito, a China também criou, em 2014, o AIIB, para financiar investimentos em infraestruturas na Ásia, e ainda o *New Development Bank* associado aos BRICS. Em acréscimo, propôs, em 2014, a criação de uma zona de livre-comércio na Ásia-Pacífico. Através destas iniciativas, Xi Jinping propõe uma alternativa ao Consenso de Washington, concedendo auxílios financeiros e estabelecendo protocolos de cooperação sem exigir, como contrapartidas, o respeito pelos Direitos Humanos, a adoção dos valores democráticos ou a instauração do Estado de Direito, como ocorrem com as ajudas norte-americanas. Através do Consenso de Pequim, a China tem conseguido atrair para a sua esfera de influência diversos países, sobretudo países menos desenvolvidos e onde vigoram regimes autoritários. Uma outra grande iniciativa associada ao investimento chinês é a Iniciativa Faixa e Rota, anteriormente designada por Uma Faixa, Uma Rota, cujo objetivo é desenvolver uma vasta rede de infraestruturas, criando “*the Silk Road Economic Belt and the 21st Century Maritime Silk Road in support of the economic development of the countries in a vast region from Southeast Asia to Central Asia and beyond*” (Cai, 2022, p.85). Esta iniciativa é, muitas vezes, apelidada de ‘Plano Marshal chinês’ pela sua dimensão e pelos seus objetivos, essencialmente económicos e comerciais, mas com uma missão de contribuir para o reforço da projeção de poder chinesa.

Obviously, all these initiatives, while helping promote Chinese influence in the region and the world at large, are clearly intended to weaken the dominance of the US in the regional and global economy as well as in such institutions as the IMF, the World Bank and the ADB, which, more significantly for Beijing, would in turn help minimize the effects of Washington's Asia pivot/rebalancing policy or Indo-Pacific strategy on China. (Cai, 2022, p.85)

Mais recentemente, com a invasão russa da Ucrânia, em fevereiro de 2022, as relações entre a China e o Ocidente e entre a China e a Rússia conheceram novas dificuldades. A postura chinesa tem refletido um apoio informal à política de Moscovo, mas apelando à paz e à resolução pacífica do conflito. Xi tem tentado gerir este conflito sem prejudicar os interesses vitais da China. Assim, a China não condena a invasão porque vê nela a legitimação de uma futura anexação de Taiwan. Mas, por outro lado, Xi sabe que a China tem mais a ganhar com um ambiente internacional pacífico e estável, até porque a invasão teve efeitos negativos na iniciativa Faixa e Rota, que passaria pela Ucrânia. Chang-Liao (2023) considera que a informalidade característica da relação entre a China e a Rússia permitiu com que a China não necessitasse de intervir no conflito, e fosse capaz de evitar um apoio inequívoco à Rússia. Apesar disso, a China não ostracizou a Rússia como o Ocidente, mantendo uma normalidade nas relações e servindo para com que a Rússia pudesse escoar o petróleo e gás natural que a Europa deixou de comprar. Ao manter-se como parceira da Rússia, Xi “ensured Russian support for any future Chinese action in the Taiwan Strait or the South China Sea” (Chang-Liao, 2023, p.234). Apesar disto, “Beijing has tried to avoid any parallels being drawn between Ukraine and Taiwan” (Chang-Liao, 2023, p.235), dado sempre ter considerado a Ucrânia como um país soberano e não como parte da Rússia.

Greitens (2022), por sua vez, considera que a resposta chinesa face à invasão russa da Ucrânia assume quatro dimensões: informação; diplomacia; economia; e militar-estratégica. A China tem procurado respeitar e promover o discurso de Moscovo, não chamando invasão ou guerra ao conflito e culpabilizando os EUA e a NATO. Em acréscimo, a China também tem difundido a desinformação russa, acusando os EUA de possuírem laboratórios de armas biológicas na Ucrânia. A par disso, a China tem mantido uma postura que oscila entre um apoio pouco claro à Rússia e uma quase neutralidade nos grandes fora

internacionais, tais como na ONU, onde se tem absterido de qualquer tipo de condenação. Tal como constata Greitens (2022), “China’s behavior in multilateral institutions appears to have been supportive of Russia, but most supportive in settings where visibility and costs are low, and with some free-riding elsewhere to avoid diplomatic isolation” (p.759). Em termos económicos, a China tem demonstrado uma oposição constante à aplicação de sanções, porém tem-nas respeitado em larga medida, salvo certas exceções. Por fim, em termos militares, Pequim tem mantido a cooperação com Moscovo, realizando exercícios militares conjuntos e exportando materiais como microchips essenciais na construção de armamento. De um modo geral, Pequim tem evitado prejudicar a sua relação com Moscovo, mas também tem procurado evitar tensões com o Ocidente. Na prática, o conflito demonstrou que “China’s economic interests in Europe dwarf bilateral economic relations with Russia” (Greitens, 2022, p.761).

Nos últimos meses a diplomacia chinesa tem estado mais ativa do que nunca. Apesar dos desafios criados pela pandemia e pela invasão da Ucrânia, a China de Xi tem conseguido, habilmente, contornar as adversidades. Em março de 2023, a China de Xi foi capaz de servir como mediador, possibilitando o restabelecimento de relações entre o Irão e a Arábia Saudita . Quanto ao conflito na Ucrânia, apesar das ambiguidades de Pequim e da proximidade a Putin, a China tem procurado apresentar-se como uma terceira parte imparcial e interessada na resolução do conflito. Após um período de indefinição e de uma neutralidade favorável a Moscovo, Xi apresentou, em fevereiro de 2023, um plano de doze pontos para alcançar a paz na Ucrânia . Ainda que criticado pelo Ocidente como uma declaração vazia, que simplesmente apontava certos princípios que já deveriam ser respeitados, este plano marca a primeira grande ação da China no sentido de potenciar a paz. Mais recentemente, e após uma visita à Rússia, em abril, Xi contactou com Volodymyr Zelensky pela primeira vez desde o início do conflito e demonstrou vontade em que a China servisse de facilitadora do diálogo entre ambas as partes . Ainda antes da visita à Rússia, Xi Jinping recebeu em Pequim Emmanuel Macron, Presidente de França, e Ursula von der Leyen, Presidente da Comissão Europeia . Durante este encontro foram tema de conversa as relações económicas e comerciais entre a China e a União Europeia e a situação na Ucrânia, mas também novas oportunidades de cooperação entre a China e França . Por fim, no início de maio de 2023, o Vice-Presidente chinês, Han Zheng, realizou uma visita de Estado a Portugal, onde foram abordadas as relações entre ambos os países . Esta recente dinâmica diplomática da China é

uma demonstração das intenções da China na política internacional, nomeadamente de se assumir como um ator com uma grande participação internacional.

3.3. Imagens de *Hard*, *Soft* e *Sharp Power* na política externa de Xi

Na prossecução das suas estratégias e políticas, a China tem, à semelhança de outros Estados, procurado utilizar ferramentas como o *hard*, o *soft* e o *sharp power*. Destes três poderes o *hard power* talvez seja o menos utilizado atualmente, se bem que, como observamos, tem sido uma prioridade de Xi Jinping o desenvolvimento de forças armadas fortes e capazes. Apesar disso, e como veremos mais à frente, a China tem recorrido, na sua abordagem face à Política Internacional, principalmente ao *soft* e ao *sharp power*.

Ainda que inicialmente tenha sido uma preocupação dos líderes chineses o desenvolvimento das capacidades militares de forma a assegurar a integridade territorial da China e o sucesso da revolução, o *hard power* secundarizou-se dentro das opções políticas de Pequim, sobretudo com a subida de Hu Jintao ao poder. Desde aí, podemos afirmar que nunca foi uma ambição concreta da China difundir uma imagem de *hard power*, preferindo apostar na atratividade do *soft power*. Na realidade, Pequim pouco utiliza o *hard power*, que aliás tem sido somente observável nas tentativas da China em desenvolver um exército capaz de ombrear o de qualquer outra potência, procurando desenvolver a sua capacidade de, pela via militar (mas também económica), utilizar a coerção e coação para atingir os seus fins. Na prática, o *hard power* chinês tem-se traduzido no uso de meios militares em reação às disputas territoriais no Mar do Sul da China e no Mar da China Oriental, assim como face à questão de Taiwan. Noutro sentido, a existência de mecanismos financeiros ao seu dispor, e que lhe conferem uma posição de domínio sobre outros países – através das ajudas financeiras ou da aquisição de empresas em setores-chave noutros países –, pode possibilitar a subjugação de outros Estados à sua vontade, porém tal ainda não é observável.

Por outro lado, o *soft power* tem sido um poderoso aliado de Pequim nas últimas décadas. Tal como referem Santos & Balão (2021), desde a publicação da obra de Joseph Nye, *Bound to Lead*, na China, em 1993, que este conceito vem sendo debatido na Academia e na esfera política. É com Hu Jintao que a China adota oficialmente o *soft power*, numa retórica que surge como parte da estratégia de afirmação da China como uma superpotência em todos os níveis, encontrando-se muito ligada ao vetor cultural, surgindo, assim, como

uma ferramenta para a China difundir a sua cultura, tanto em termos de pensamento filosófico, através de autores como Confúcio e Laozi, como de pensamento político, sobretudo do pensamento de Mao e do ‘socialismo com características chinesas’ (Duarte & Ferreira-Pereira, 2022; Becard et al, 2019). Tal como apontam Duarte & Ferreira-Pereira (2021), o *soft power* chinês incide sobretudo sobre os aspetos históricos, culturais e económicos, transcendendo a noção desenvolvida por Joseph Nye.

Instead of focusing unduely on the sources of power, Chinese soft power emphasizes the ability of the state actor to promote China’s attractiveness on the international scene as well as to persuade foreign interlocutors, particularly those representing great powers, of solutions and proposals in China’s interest, thereby influencing the agenda of international relations. (Michalski, 2012, p.68).

Os grandes instrumentos ao serviço do soft power chinês têm sido, portanto, a cultura, mas também a política e a economia. São de destacar, aqui, os auxílios económicos concedidos por Pequim sobretudo aos países menos desenvolvidos, através de iniciativas como os BRICS, a Organização para a Cooperação de Xangai, o Fórum Macau, e até a iniciativa Faixa e Rota. Através destes auxílios, e até de perdões de dívida que a China tem utilizado face a África, Pequim tem conseguido atrair o interesse de vários países. Porém, o grande objetivo da China é a difusão e atração cultural. Para isto, a China deu início a uma gigantesca estratégia de difusão da sua cultura através de um processo de internacionalização das agências noticiosas chinesas, mas também por via dos Institutos Confúcio, destinados a ensinar a língua chinesa no estrangeiro. Após o sucesso limitado do acolhimento dos Jogos Olímpicos em Pequim, em 2008, manchados pelo desrespeito pelos Direitos Humanos e pela questão do Tibete, a China resolveu dar início a um processo de internacionalização dos media. Por outro lado, a China tem, também, procurado difundir a sua cultura através do cinema, promovendo a rodagem de filmes chineses e também a colaboração com empresas cinematográficas norte-americanas, tentando equiparar-se ao fenómeno de Hollywood que tem sido responsável por larga parte do soft power dos EUA. Os Institutos Confúcio, por sua vez, são criados através de um protocolo entre a Hanban, uma entidade chinesa, e uma instituição de ensino superior estrangeira e têm como missão lecionar aulas sobre a cultura e língua chinesa no exterior. Os Institutos Confúcio existem em vários países, sendo que em Portugal são mais de cinco e nos EUA mais de cinco centenas (Becard et al, 2019).

Assim, compreendemos que a estratégia de charme chinesa tem englobando diferentes instrumentos, desde os Institutos Confúcio, aos protocolos e fóruns de cooperação com outros países, e até à Faixa e Rota. Porém, estas iniciativas não se encontram livres de críticas. Se os mecanismos de cooperação económica são criticados pela excessiva (inter)dependência que criam com a China, os media e cinema são criticados por consistirem em mecanismos de difusão dos ideais e narrativas do PCC, e os Institutos Confúcio, apesar de procurarem afirmarem-se como semelhantes à Alliance Française ou ao Instituto Camões, a excessiva dependência face ao governo e partido resultam em críticas quanto às suas reais pretensões (Becard et al, 2019). Neste sentido, alguns especialistas argumentam que estas ações não se tratam de soft power, mas antes de sharp power. Um dos exemplos apresentados por Walker (2018) é o da realização de um acordo entre a ABC australiana e o Shanghai Media Group, uma empresa com relações ao governo chinês. Este acordo, à partida benéfico, acabou por comprometer “gravemente a integridade jornalista da rede de televisão pública australiana” (Walker, 2018, p.45). Em contrapartida pelo investimento, a ABC “concordara em eliminar do respeitável canal da ABC em mandarim, tanto na Austrália como no exterior, todo conteúdo noticioso e de atualidades desagradáveis a Pequim” (Walker, 2018, pp.45-46). A par deste, outro caso polémico é o dos Instituto Confúcio, que, a partida, seriam um instrumento ao serviço do soft power chinês, responsável pela difusão da cultura sínica, mas que na realidade “constituem células do PCC nos campi universitários dos Estados Unidos e de outras democracias” (Walker, 2018, p.52). Outros casos existem, tanto no meio académico como no meio empresarial. A Cambridge University Press e a Springer Nature, duas reconhecidas editoriais internacionais, foram pressionadas por Pequim a remover dos seus sites na China artigos que relatavam assuntos sensíveis como a questão do Tibete ou de Taiwan (Walker, 2018). O sharp power chinês tem-se revelado um grande desafio para as democracias ocidentais. A falta de transparência quer de muitas empresas chinesas, quer de instituições académicas, torna difícil aos Estados ocidentais evitar estas ações. Através do sharp power, a China consegue penetrar em setores-chave das áreas informativas, académicas, económicas e até políticas destes Estados, enfraquecendo a credibilidade e as instituições destes Estados. Os principais objetivos são, por um lado, evitar a discussão de matérias sensíveis, passando a right chinese story, aquilo que a China pretende que seja ouvido, visto e falado no exterior (e interior), e minar as instituições democráticas de forma com que os Estados ocidentais não têm nem capacidade nem credibilidade para criticar a China.

CONCLUSÃO PARCIAL

A política externa chinesa contemporânea é o resultado de um processo de evolução que se iniciou com a fundação da República Popular da China, em 1949, sob a figura de Mao Tsé-Tung e que perdura até à atualidade sob a égide de Xi Jinping. Assim, verifica-se a existência de um conjunto de linhas gerais que têm, desde Mao, guiado as opções da política externa chinesa, com maiores ou menores alterações.

Num momento inicial, a grande preocupação da China de Mao era para com a sua segurança e a manutenção do jovem regime. A política externa chinesa à época fica, não só marcada por estas prioridades, como também pelas circunstâncias, nomeadamente pelo conflito bipolar. Assim, Mao, num primeiro momento, viu tanto nos EUA como na URSS uma ameaça, adotando uma postura de afastamento face a ambos, mas que rapidamente se reverteu a favor de uma aproximação à União Soviética. Apesar disso, a disputa pela liderança do mundo comunista originou uma rutura neste relacionamento, levando Mao a encetar uma aproximação aos países do Terceiro Mundo. Posteriormente, a China acabaria mesmo por se aproximar dos EUA, em virtude das visitas de Kissinger e Nixon, abrindo-se verdadeiramente ao mundo. Com Deng Xiaoping a política externa chinesa ficou marcada por um maior pragmatismo adotando uma estratégia conhecida como *'keeping a low profile'*, e que defendia que a China deveria adotar uma postura pouco ativa a nível internacional, pelo menos até se encontrar numa posição vantajosa o suficiente para se afirmar internacionalmente. Jiang Zemin continua com esta política, e mesmo face a certos eventos que causaram uma maior tensão a China de Zemin reagiu sempre de forma passiva e tolerante. Com Hu Jintao foram inseridos novos preceitos na política externa chinesa, sobretudo através da adoção do *soft power*. Ainda que, inicialmente, Hu Jintao tenha continuado a política dos seus antecessores, a partir de 2009 reestrutura a estratégia geral da política externa chinesa a favor de uma postura mais assertiva. Xi Jinping, por sua vez, segue esta postura. Na transição entre os dois líderes, os decisores políticos chineses consideraram que a China já se encontrava numa posição capaz de tentar a sua afirmação internacional e as circunstâncias da época permitiram isso mesmo. Assim, Xi Jinping apresenta o seu 'Sonho Chinês' tendo como objetivo o 'grande rejuvenescimento da nação chinesa', de forma a transformar a China, até 2049, na mais poderosa superpotência global. Logo no 19º Congresso do PCC, Xi rejeita a política seguida pelos seus antecessores e inaugura uma nova postura denominada de *'striving for achievement'*. A partir daí, Xi Jinping reitera que a

China não irá mais ceder perante os interesses de terceiros e que procurará satisfazer o seu interesse nacional, independentemente do que isso possa implicar. Esta nova postura é corroborada pela reação de Pequim face ao Conflito do Mar do Sul da China e à questão de Taiwan.

Neste sentido tem sido patente, na atuação internacional da China, uma crescente assertividade e que se traduz numa competente utilização de ferramentas como o *hard power*, *soft power* e *sharp power*, garantindo a prossecução dos interesses chineses seja pela coerção ou coação, pelo capacidade de influência, ou pela manipulação.

Por outro lado, a China de Xi tem procurado aproximar-se da Rússia e dos países menos desenvolvidos, tentando fazer frente à hegemonia norte-americana. Ainda que, a princípio, Xi Jinping tenha defendido um novo ‘modelo de relação entre grandes potências’, tentando um relacionamento frutífero entre a China e os EUA, ambas as potências rapidamente se demonstraram como rivais, criando uma tensão cujo apogeu se deu com o início da guerra comercial lançada por Trump. Mais recentemente, face à guerra na Ucrânia, Pequim adotou uma postura ambígua, apelando à paz e ao diálogo, mas sem condenar a invasão e mantendo a aliança com a Rússia.

De um modo geral, a evolução da política externa da China reflete o próprio processo de decisão, marcado pela preponderância do líder do Partido Comunista Chinês que é também o líder político da RPC. Desta forma, todas as decisões da política externa chinesas são, em maior ou menor grau, tomadas ou pelo menos partilhadas por Xi Jinping. Apesar disto, muitos advogam não ser Xi a grande mente por detrás das opções políticas de Pequim. Se é inequívoco que alguns grandes projetos, como a Faixa e Rota, começaram a ser pensados muito antes de Xi Jinping chegar ao poder, por outro lado, não é assim tão incontestável a influência que um ‘*hidden ruler*’, como Wang Huning, possa deter. Independentemente destas circunstâncias, a realidade é que a China, hoje, é uma superpotência que tem retirado partido da sua hábil política externa para, apesar das fragilidades, se afirmar internacionalmente.

CAPÍTULO IV

A FAIXA E ROTA E A CONSTRUÇÃO DE UMA ORDEM INTERNACIONAL SINOCÊNTRICA

O presente capítulo tem como propósito investigar e compreender a iniciativa Faixa e Rota dentro da política externa chinesa e o seu potencial enquanto um instrumento capaz de moldar a Ordem Internacional contemporânea. Assim, o foco de estudo irá incidir, sobretudo, na caracterização da Faixa e Rota, assim como nos seus objetivos e planos.

Deste modo, este capítulo encontra-se dividido em três partes: uma primeira onde será analisada a iniciativa Faixa e Rota, através dos seus objetivos e da sua caracterização geral; uma segunda onde o foco de análise incidirá sobre as questões geopolíticas e geoeconómicas por detrás da Faixa e Rota e dos seus principais corredores; e uma terceira parte onde analisaremos os impactos da Faixa e Rota na Ordem Internacional, assim como o discurso oficial de Pequim acerca dos mesmos.

1. A INICIATIVA FAIXA E ROTA: ENQUADRAMENTO E OBJETIVOS

A Iniciativa Faixa e Rota é uma estratégia lançada por Xi Jinping em 2013, tendo por base a tradicional Rota da Seda que, durante a Idade Média, através de diversos corredores, ligou a “Ásia meridional, oriental e ocidental ao Mediterrâneo e ao continente europeu” (Duarte, 2017a, p.42), permitindo a chegada de produtos como o chá, as porcelanas, as especiarias e, claro, as sedas, à Europa. Além das trocas comerciais, estas rotas possibilitaram a interação entre diversos povos e diversas culturas. Neste período, a Rota da Seda possibilitou com que a Ásia se tornasse no epicentro da economia mundial, beneficiando diversos países, tais como a Índia e a China. Para a China, este período é sinónimo de grandeza e de hegemonia. A Rota da Seda permitiu com que à China chegassem do Ocidente caravanas dispostas a tudo para negociar os seus exóticos produtos, reforçando, assim, a ideia de supremacia e superioridade desta civilização. A chegada dos portugueses à Índia, em 1498, veio, por sua vez, dar início ao declínio das Rotas da Seda. A insegurança destas rotas terrestres, onde as caravanas eram frequentemente alvo de pilhagens, e o benefício que o novo comércio por mar representava, levou ao encerramento progressivo destas rotas (Duarte, 2017a; Pautasso et al, 2021).

A iniciativa chinesa da Nova Rota da Seda, inicialmente designada por ‘Uma Faixa, Uma Rota’ (*‘One Belt, One Road’*), e, posteriormente, renomeada para ‘Iniciativa Faixa e Rota’ (*‘Belt and Road Initiative’*), foi apresentada pelo presidente chinês Xi Jinping entre setembro e outubro de 2013, aquando de um périplo de visitas ao longo da Ásia Central e do

Sudoeste Asiático. Em setembro de 2013, em visita ao Cazaquistão, Xi propôs a criação de uma *'Silk Road Economic Belt'*, e, no mês seguinte, desta vez em visita à Indonésia, propôs a criação de uma *'Maritime Silk Road of the 21st Century'*, ideia reforçada, mais tarde, por Li Keqiang num fórum da ASEAN (Hall & Krolikowski, 2022). Em 2017, seria formalmente lançada a Faixa e Rota, num grandioso evento, onde estiveram presentes representantes de 130 Estados. Nesse mesmo ano, a Faixa e Rota foi incorporada na Constituição da RPC, demonstrando a relevância política e económica do projeto. O lançamento da Faixa e Rota foi acompanhado de outros grandes eventos, como a recepção pela China do encontro da APEC, em 2016, do fórum dos BRICS, e do fórum do G20, demonstrando que a China estava finalmente preparada para se tornar num ator internacional mais participativo (Ahmed & Lambert, 2022).

A Faixa e Rota foi lançada com o objetivo de *"build connectivity with over 60 (and eventually 130) countries and 4.4 billion people across the continents of Asia, Africa and Europe"* (Benvenuti et al, 2022, p.156), conseguindo, assim, *"facilitate trade and investments that could potentially pave the way for economic development in the participating and neighbouring countries"* (Ahmed & Lambert, 2022, p.86).

Apesar dos benefícios que podem resultar para todos os países envolvidos, esta iniciativa tem motivações muito concretas, sendo um projeto fundamental para garantir a segurança energética da China, *"by providing an alternate and secure route to transport oil from Central and West Asian countries to China"* (Ahmed & Lambert, 2022, p.86). A par disto, e segundo Duarte (2018), Pequim procura através da Faixa e Rota *"find new markets, to reduce the imbalance of development between its coastal provinces and the poor interior, and to preserve national stability"* (p.39). Assim, através da Faixa e Rota, Pequim procura ligar o seu interior pobre e subdesenvolvido às suas zonas costeiras, permitindo, desta forma, o fluxo de bens e pessoas de modo a integrar as regiões interiores. Através da construção de infraestruturas destinadas a reforçar a conectividade regional, torna-se, por acréscimo, possível conectar o litoral chinês à Ásia Central, permitindo, deste modo, o acesso destes países ao mar, conseguindo a China, a partir daí, acesso à Europa. Neste contexto, a estabilização do Xinjiang é, sem dúvida, a maior necessidade para a China. Esta região localizada no interior do território chinês é bastante rica em recursos naturais, porém tem sido assolada *"pelos chamados três males (o terrorismo, o separatismo étnico e o extremismo religioso)"* (Duarte, 2020, p.23), que Pequim tenta, agora, dissipar através da criação de infraestruturas que permitam o comércio e o desenvolvimento desta região. À mistura,

Pequim tenta, também, tirar partido dos laços étnicos entre os uigures do Xinjiang e os povos dos países vizinhos (Cazaquistão, Turquemenistão, Uzbequistão, Quirguistão e Tajiquistão), para mitigar as tentações separatistas. Assim, é objetivo de Pequim promover a abertura e integração económica desta região, em cooperação com os demais Estados e regiões da Ásia Central, criando, deste modo, “um importante ponto de conexão para os transportes e comunicações, um centro de comércio, logística, cultura, ciência e educação”²⁹. Mas estas não são as únicas regiões do interior que a China procura impulsionar. Outros casos são a Região Autónoma da Etnia Hui de Ningxia e a província de Qinghai. Mediante a construção de infraestruturas que permitam a ligação destas regiões a outros cantos da Eurásia, a China conseguirá não só retirar proveito da sua localização geoestratégia privilegiada no centro do continente, como permitirá uma mais completa integração destes territórios no Estado chinês, abafando quaisquer ecos separatistas. Por outro lado, a China tenta também retirar vantagens da região Sudoeste, que permite a ligação à ASEAN e que serve de ponto de partida da Nova Rota da Seda Marítima, e também de Hong Kong e Macau, procurando desenvolver uma zona de livre comércio e ainda de forma a potenciar o corredor marítimo da Faixa e Rota³⁰. Deste modo, a China tem apostado na política ‘*Go West*’ e na ‘diplomacia de infraestruturas’ (*‘railway diplomacy’*) como mecanismos de integração destas regiões, criando, assim, um “*corridor of interconnectivity, which aims to turn China’s remote provinces into economic and logistical hubs in the connection between Asia and Europe*” (Duarte, 2018, p.39). Por outro lado, além da estabilidade interna, é também objetivo da China garantir a estabilidade na sua vizinhança, sobretudo em função das disputas territoriais marítimas, da questão de Taiwan e da Rússia enquanto um receio sempre presente. Assim, a criação de infraestruturas que permitissem o comércio e a ligação entre os países desta região poderia servir, também, como um motor à estabilidade regional.

Por fim, a China enfrentava, aquando da apresentação do projeto, um problema de excesso de produção. A grande expansão e eficiência da sua indústria, levou a uma crescente dificuldade de escoar a sua produção, pelo que a Faixa e Rota se assume como fundamental, sobretudo se a China pretende industrializar o interior do seu território. Ademais, “o mercado da construção encontra-se hoje saturado na China” (Duarte, 2020, p.26), não lhe restando,

²⁹ Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma, Ministério dos Negócios Estrangeiros e Ministério do Comércio da República Popular da China. (2015). *Visão e Ações para Promover a Construção Conjunta da Faixa Económica da Rota da Seda e da Rota Marítima da Seda do Século XXI*. <http://pt.china-embassy.gov.cn/chn/zpgx/201605/P020210630304251531434.pdf>

³⁰ *ibidem*

portanto, opção senão apostar em construções no estrangeiro, o que lhe é possibilitado pelo megaprojeto de construção de infraestruturas no âmbito da Faixa e Rota. Por fim, ainda podemos apontar mais uma motivação por detrás da Faixa e Rota, a necessidade da China em importar mais petróleo. Durante os finais do século XX, a China era praticamente autossuficiente em petróleo, sendo um grande exportador até meados da década de 1990. A partir daí, viu-se obrigada a importar de outros países, mas teve de lidar com a competição de outras potências como os Estados Unidos, até porque o ritmo de desenvolvimento da China obrigava ao consumo de grandes quantidades. Os acontecimento na Líbia, aquando da queda de Khadafi, fizeram a China compreender a necessidade de diversificar as suas fontes energéticas, isto é, de atingir a segurança energética de forma a não ficar suscetível de controlo por parte de nenhum Estado. Assim, o projeto da Faixa e Rota vem permitir à China receber petróleo dos diversos cantos do mundo, através de uma rede de infraestruturas conectadas e controladas por si, mitigando eventuais tentativas de um bloqueio energético (Duarte, 2020). Neste sentido, a China tem apostado na política ‘*Go Abroad*’, incentivando as suas empresas “*to acquire the maximum possible participation in consortia, oil exploration rights, equity oil and foreign oil companies*” (Duarte, 2018, p.41). Desta forma podemos observar que a Faixa e Rota, assume-se “*as an instrument for securitization of China’s interest*” em “*four economic areas*”, “*the internationalisation of its construction industry, encouraging exports, reducing risks in the supply chain and attracting investment toward the interior of the country*” (Duarte, 2018, pp.39-40).

Em acréscimo, Duarte (2020) refere uma outra motivação por detrás da Faixa e Rota, relacionada com a necessidade do Partido Comunista Chinês em se reinventar para se manter no poder, evitando o que aconteceu com outros partidos comunista, nomeadamente na União Soviética. São vários os desafios que o PCC enfrenta, nomeadamente a luta pelos direitos humanos e pela liberdade em Hong Kong. Por outro lado, a pandemia e a gestão desta pelo governo chinês levaram muitas pessoas a manifestar-se em diversas cidades, e ainda que tenha conseguido conter a insatisfação, existe um receio generalizado que, se o Partido deixar de conseguir dar resposta às necessidades dos indivíduos e perder de alguma forma o misticismo de providência camuflado de nostalgia, o regime possa cair (Duarte, 2020). Mas mais do que a securitização dos interesses chineses, a Faixa e Rota permite a securitização do regime chinês e a manutenção do Partido Comunista Chinês no poder, através de um discurso de nostalgia que tem sido frequente ao longo das várias gerações de líderes chineses, com exceção de Mao (Duarte, 2018).

Para a materialização deste projeto, é necessário o desenvolvimento de uma larga rede de infraestruturas que permitam a conectividade entre toda a Eurásia, tais como “*expressways, railways, waterways, and airways, and also by building international logistics*” (Ahmed & Lambert, 2022, p.87), mas também de *soft infrastructures*, isto é, da realização de acordos de livre-comércio que eliminem as barreiras comerciais, garantindo, assim, o sucesso da Faixa e Rota. Neste sentido, a China tem movido uma intensa campanha diplomática, através de diversas visitas a outros Estados, na tentativa de angariar novos parceiros comerciais e estabelecer acordos, procurado desenvolver projetos conjuntos. Podemos, assim, falar numa “diplomacia da Nova Rota da Seda”, destinada a “criar um bom ambiente político nos países vizinhos, por meio de um diálogo e relações bilaterais ao mais alto nível” (Duarte, 2016b, p.102). De forma a tornar possível a construção de infraestruturas necessárias para a materialização da Faixa e Rota, Pequim criou o *Silk Road Fund*, dispondo de um capital de 40 mil milhões de dólares para o financiamento da construção de infraestruturas, e criou, posteriormente, o Banco Asiático de Investimento em Infraestruturas, dotado de um capital de 50 mil milhões de dólares para financiar projetos da Faixa e Rota, mas também projetos exteriores (Blanchard & Flint, 2017). Em 2017 e 2019, a China, por sua vez, “*hosted the First and the Second Belt and Road Forum for International Cooperation*” (Tomé, 2023, p.73).

Na prossecução da iniciativa Faixa e Rota a China tem não só recorrido à diplomacia bilateral, como procurado atuar dentro de um quadro multilateral que se consubstancia no recurso a diversos *fora* e organizações internacionais. Assim destaca-se o caso da Organização para a Cooperação de Xangai e do fórum ‘16+1’ (China-CEEC). Na OCX participam diversos Estados da Ásia Central, como o Uzbequistão, o Cazaquistão, o Tadjiquistão e o Quirguistão, e ainda a Rússia, a Índia e o Paquistão, contando, ainda, com a Bielorrússia, a Mongólia, o Irão e o Afeganistão como membros-observadores. Por outro lado, também conta com a Turquia, com o Azerbaijão e a Arménia como parceiros. Destes países, só a Índia não faz, ainda, parte da Faixa e Rota. Inicialmente criada com o objetivo de “*assist one another in resisting separatism, terrorism and religious fundamentalism*”, a OCX tem, hoje, como missão “*encouraging trade, investment and infrastructure development among its member and observer states*” (Benvenuti et al, 2022, p.158). Por outro lado, o fórum ‘16+1’ “*is a Chinese-initiated platform established in 2012 to expand cooperation between Beijing and a group of 11 EU member states (...) and five non-EU Balkan countries*” (Benvenuti et al, 2022, p.159). Englobando, inicialmente, 16 países

européus, o fórum China-CEEC viu-se, em 2019, alargado à Grécia, passando a ser apelidado de ‘17+1’. Porém, hoje, fazem somente parte deste fórum a China e mais 14 países europeus, dadas as saídas da Lituânia, Letónia e Estónia³¹. As principais áreas de cooperação deste fórum são “*infrastructure, advanced technology and green energy*” (Benvenuti et al, 2022, p.159).

Em 2015, a República Popular da China lançou um plano de ação da Iniciativa Faixa e Rota, desenvolvido pela Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma em conjunto com o Ministério dos Negócios Estrangeiros e o Ministério do Comércio. Neste documento, intitulado de ‘Visão e Ações para Promover a Construção Conjunta da Faixa Económica da Rota da Seda e da Rota Marítima da Seda do Século XXI’, Pequim apresentou, formalmente, os objetivos da sua iniciativa, assim como as prioridades e mecanismos de cooperação necessários à materialização da mesma. Quanto aos objetivos, são, desde logo, enunciados por Pequim “a promoção da prosperidade económica e da cooperação económica regional dos países ao longo da Faixa e Rota da Seda”, mas também a criação de “um ponto de apoio estratégico para promover o desenvolvimento das regiões do interior”³². Neste sentido, a Faixa e Rota procurará, em última análise, criar as condições necessárias para o reforço da paz e do desenvolvimento global. Na prossecução desta iniciativa, Pequim reitera o seu compromisso para com os Cinco Princípios da Coexistência Pacífica, e aponta quatro princípios basilares do projeto: “persistir na abertura e cooperação”, isto é, permitir a adesão de qualquer país à Faixa e Rota; “persistir na harmonia e inclusão”, ou seja, garantir o respeito mútuo, reforçando o diálogo, “em prol da coexistência pacífica e crescimento e prosperidade comuns”; “persistir nas operações de mercado”, dado que a Faixa e Rota depende do respeito pelo livre-comércio e das normas económicas internacionais; e “persistir no benefício mútuo e ganhos partilhados”, mediante a “convergência de interesses”³³. Pequim aponta a Faixa e Rota como uma iniciativa assente na “paz e cooperação, abertura e inclusão, aprendizagem mútua, benefício mútuo e ganhos partilhados”, e cujos esforços

³¹ Haas, D. (2023, 24 de abril). After Chinese diplomat’s gaffe, will emerging Europe ever trust Beijing?. *Emerging Europe*. <https://emerging-europe.com/news/a-chinese-diplomat-gives-the-game-away-emerging-europe-cannot-trust-beijing/>

³² Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma, Ministério dos Negócios Estrangeiros e Ministério do Comércio da República Popular da China. (2015). *Visão e Ações para Promover a Construção Conjunta da Faixa Económica da Rota da Seda e da Rota Marítima da Seda do Século XXI*. <http://pt.china-embassy.gov.cn/chn/zpgx/201605/P020210630304251531434.pdf>

³³ *ibidem*

seguem no sentido da criação de uma “comunidade de interesses, destino e responsabilidades compartilhadas”³⁴.

Em termos geográficos, é definido que Faixa e Rota abrange a Europa, a Ásia e África, configurando um vasto mercado com “um enorme potencial para o desenvolvimento económico”³⁵. É assim apresentada a *Silk Road Economic Belt*, cujo objetivo será ligar a China à Europa, através da Ásia Central e Rússia, ao Golfo Pérsico e Mediterrâneo, através da Ásia Central e Oriental, e ao Sudoeste Asiático e Oceano Índico; e a *21st Century Maritime Silk Road*, tendo como prioridade conectar a China à Europa, através do Oceano Índico e do Mar Mediterrâneo, e ao Pacífico Sul, através do Mar do Sul da China. Assim, Pequim, apresenta-nos seis corredores económicos terrestres (Eurasia Land Bridge; corredor China-Mongólia-Rússia; corredor China-Ásia Central-Ásia Oriental; corredor China-Península da Indochina; Corredor Económico China-Paquistão; e Corredor Económico Bangladesh-China-Índia-Mianmar) e dois corredores marítimos³⁶.

Em termos de cooperação, Pequim elege cinco grandes prioridades: “Comunicação e respeito das políticas”, procurando incentivar a comunicação e a cooperação entre os países envolvidos, garantindo a prossecução de todos os interesses; “Interconetividade das infraestruturas”, no sentido em que, para a prossecução da Faixa e Rota, é necessário não só o desenvolvimento de infraestruturas, nomeadamente terrestres, marítimas, aéreas, energéticas e de telecomunicações, como também assegurar que estas se encontram devidamente conectadas entre si, numa ótica de respeito constante pela soberania de cada Estado e procurando garantir a segurança logística e energética; “Livre fluxo de comércio”, promovendo a liberalização do comércio ao longo da Faixa e Rota, eliminando-se qualquer tipo de barreiras recorrendo a acordos (FTAs); “Circulação de capitais”, garantindo a existência de mecanismos de financiamento capazes de acompanhar a evolução dos projetos da Faixa e Rota, assim como a cooperação em matéria financeira; e “Entendimento entre os povos”, de forma a assegurar o “apoio popular” da iniciativa, mas também a transformar a Faixa e Rota numa iniciativa mais humana, através do “intercâmbio cultural e académico” mediante a cooperação entre universidades, partidos políticos, *think tanks*, órgãos de Estado, cidades, ONGs, e ainda através de eventos culturais e do intercâmbio de estudantes³⁷. Desta forma, pretende-se assegurar não só a criação de um vasto espaço comercial, como de

³⁴ *ibidem*

³⁵ *ibidem*

³⁶ *ibidem*

³⁷ *ibidem*

um espaço de cooperação em vários níveis, desde a economia ao meio académico e até em matéria ambiental, construindo uma verdadeira ‘Comunidade de Destino Comum da Humanidade’³⁸.

2. GEOPOLÍTICA E GEOECONOMIA DA FAIXA E ROTA: CORREDORES TERRESTRE, MARÍTIMO E DIGITAL

Conforme já observamos, a Faixa e Rota comporta dois projetos: a *Silk Road Economic Belt*, que conecta a China à Europa, através da Ásia Central e da Rússia; e a *21st Century Maritime Silk Road*, que “connects China’s coast with South-East Asia, South Asia, East Africa and the Mediterranean Sea” (Benvenuti et al, 2022, p.156). Por sua vez, compõe a Faixa e Rota seis corredores económicos: *New Eurasia Land Bridge*, ligando a Ásia Central à Europa, através do Cazaquistão, Rússia, Bielorrússia e Polónia; Corredor Económico China-Mongólia-Rússia; Corredor Económico China-Ásia Central-Ásia Ocidental, atravessando o Cazaquistão, o Quirguistão, o Turquemenistão, o Tadjiquistão, o Uzbequistão, o Irão e a Turquia; Corredor Económico China-Indochina, passando pelo Vietname, Laos, Tailândia, Malásia, Mianmar e Camboja; Corredor Económico Bangladesh-China-India-Mianmar; e Corredor Económico China-Paquistão (Ahmed & Lambert, 2022).

Desta forma, a Faixa e Rota procura a criação de um projeto terrestre que conecte a “China with Mongolia, central Asia, Russia, Iran, Turkey, the Balkans, central and eastern Europe, and ultimately Germany and the Netherlands” e de um projeto marítimo que permita a ligação entre “south-east China with south-east Asia, Bangladesh, India, the Persian Gulf and the Mediterranean, ultimately also ending in Germany and the Netherlands” (Ferdinand, 2016, p.950). A Iniciativa Faixa e Rota é, portanto, apresentada como um projeto envolvendo “uma componente terrestre e uma componente marítima”, e tendo por objetivo o “reforço das relações económicas com a Ásia Central e a Europa” (Duarte, 2017b, p.44). A materialização deste projeto permitiria, assim, a criação de um vasto espaço económico, através daquele que seria “o mais longo e promissor corredor económico do mundo” (Duarte, 2017b, p.44).

³⁸ *ibidem*

O corredor terrestre é a componente da Faixa e Rota mais desenvolvida até ao momento, pretendendo assegurar a ligação entre a China, a Ásia Central e a Europa, apostando na securitização das suas rotas de transporte através de infraestruturas ferroviárias estrategicamente posicionadas, e que permitam às mercadorias chinesas transitar rapidamente até ao território europeu. Esta securitização económica e logística, num momento posterior, procurará ligar a China à América do Norte, através do Estreito de Bering, consistindo, portanto, num projeto global que pretende “*revolutionise the infrastructure of communications across the globe*” (Duarte, 2018, p.41). Podemos afirmar que o grande epicentro da Faixa e Rota terrestre é a Ásia Central, transformando o Xinjiang e outras províncias do interior em *hubs* que permitam a ligação do litoral da China à restante Ásia e, daí, à Europa e África. Neste sentido, Pequim tem investido na construção de vias-férreas que permitam a conectividade entre estas regiões, fazendo chegar os seus produtos até à Europa por uma via alternativa à do transporte marítimo, limitado pela congestão dos portos chineses; e à do transporte aéreo, que nem sempre é capaz de transportar certas mercadorias devido ao peso. Ademais, a via terrestre representa uma mais-valia em termos logísticos, dado o tempo de transito até à Europa não exceder os 16 dias, sendo que os planos de Pequim preveem ligar a China a Londres em 48 horas (Duarte, 2020). Por outro lado, tem sido, também, uma prioridade da ‘Nova Rota da Seda em Aço’ contornar a Rússia. Tal como constata Duarte (2018), a China está consciente do poder e influência que Moscovo poderia ter diante si caso a Faixa e Rota ficasse dependente da travessia do território russo, ainda para mais caso as relações entre a Rússia e a União Europeia piorassem, o que se tornou numa realidade com a invasão da Ucrânia.

A ‘Nova Rota da Seda em Aço’, por outro lado, também permitirá uma securitização militar à China, ao serem “parte da estratégia de defesa e projeção de poder da China na Eurásia, protegendo simultaneamente as linhas de abastecimento” (Duarte, 2017b, p.46). Assim, mais do que a segurança logística e energética da China, estas infraestruturas são parte da sua estratégia de defesa ao disponibilizar, em caso de necessidade, os mecanismos necessários à rápida deslocação de tropas e equipamentos militares para o cenário de batalha. Podemos, assim, falar de uma militarização da Faixa e Rota, que pode ser interpretada, por outros Estados, como uma ameaça.

Uma parte crucial da Nova Rota da Seda terrestre é o Corredor Económico China-Paquistão (CPEC), cujo objetivo é conectar o interior do território chinês, nomeadamente o Xinjiang, ao porto de Gwadar, no Paquistão, permitindo, assim, o acesso das mercadorias

chinesas ao Oceano Índico, tornando-se numa alternativa ao Estreito de Malaca. A possibilidade de um bloqueio marítimo no Estreito de Malaca, que impossibilite o trânsito das mercadorias chinesas, é um receio constante de Pequim, sobretudo porque por aí transitam cerca de 80% do petróleo que chega à China oriundo de África e da Ásia Ocidental (Duarte, 2018). Temendo uma crise energética, a China tem apostado no CPEC como um mecanismo de securitização energética. Deste modo, Duarte (2017b) aponta três objetivos do CECP: “solidificar os seus laços com o Paquistão, diversificar e aumentar a segurança das suas rotas para a importação de petróleo e gás natural, e expandir a sua presença no Oceano Índico” (Duarte, 2017b, p.51). No âmbito do CECP, a China tem apoiado diversas iniciativas como “*the upgrading and expansion of the Peshawar–Karachi Motorway and the Karakoram Highway*” (Tomé, 2023, p.75).

A par do CECP, também o Corredor Económico Bangladesh-China-Índia-Mianmar é um eixo importantíssimo da Nova Rota da Seda, assegurando a conexão da China com a Índia, assim como a sua ligação “*with ports and industrial centres along the Bay of Bengal, primarily linking Kunming with Kolkata via Mandalay and Dhaka*” (Ahmed & Lambert, 2022, p.96). Porém, a desconfiança da Índia com a China, inflamada pelo ‘Colar de Pérolas’, inviabilizou, pelo menos por agora, o desenvolvimento deste corredor. Apesar disso, têm sido realizados importantes investimentos no Bangladesh e no Mianmar, tanto em infraestruturas rodoviárias e ferroviárias, como energéticas. Para Ahmed & Lambert (2022), este corredor “*has the potential to emerge as a catalyst of economic progress in one of the most backward regions in Asia, particularly South Asia*” (p.97). Por outro lado, tal como o CECP, este o interesse da China neste corredor deve-se, também, a uma questão de securitização energética, dado que também lhe permitirá o acesso ao Índico. Desta forma, e como salienta Tomé (2023), “*the China–Pakistan Economic Corridor and Bangladesh–China–India–Myanmar Economic Corridor facilitate China’s energy imports from the Persian Gulf and Africa and reduce its dependence on the Malacca Strait*” (p.76).

Por outro lado, destaca-se também um outro importante corredor, o *New Eurasian Land Bridge*. Como constatam Ahmed & Lambert (2022), a ligação ferroviária entre a China e a Europa já existe, porém demora entre 15 a 19 dias a realizar o transporte. Assim, e em complementaridade com a *Eurasian Land Bridge*, Pequim propõe a construção de uma *New Eurasian Land Bridge*, de modo a encurtar o tempo de transporte de produtos dentro da Eurásia. Deste modo, esta nova infraestrutura seria capaz de “*to connect the Pacific ports in*

the Russian Far East and China with the Atlantic ports in Europe” (Ahmed & Lambert, 2022, p.88), ligando a China à Europa através do Cazaquistão, Rússia e Bielorrússia.

The important projects under this corridor include the following: development of Khorgos Gateway Dry Port in Kazakhstan, harmonisation of transshipment of containers between different gauges of China and Russia, and, a railway link from China to Europe via Russia and Turkey to establish an alternate route to the existing Trans-Siberian Railways. (Ahmed & Lambert, 2022, p.89).

Dentro da Nova Rota da Seda terrestre também o Corredor Económico China-Mongólia-Rússia tem merecido uma grande atenção por parte de Pequim. Este corredor permite reforçar a conectividade entre estes três países, garantindo o acesso da Ásia Central ao litoral. Além de uma aposta na construção de infraestruturas, os países deste corredor também estão envolvidos em diversos níveis de cooperação em áreas tão diversas como a agricultura, a tecnologia, a educação, a cultura, a saúde, o turismo e até o ambiente, o que, aliás, permite à Mongólia desenvolver novos mecanismos de resposta a alguns dos desafios naturais que enfrenta (Ahmed & Lambert, 2022). Este corredor permitirá à China tirar proveito dos recursos naturais presentes na Mongólia, tais como o carvão, e na Rússia Oriental, nomeadamente o gás natural, ao mesmo tempo em que permite a estes dois últimos países novas formas de potenciarem o desenvolvimento das suas regiões mais empobrecidas através da construção de infraestruturas. Neste sentido, é de destacar o projeto *Prairie Road*, que pretende assegurar “*the construction of a 600-mile expressway that links China and Russia, an electrified railway, the extension of the trans-Mongolian railway, and oil and gas pipelines*” (Ahmed & Lambert, 2022, p.91). Além de permitir o acesso da China a recursos energéticos essenciais para assegurar o seu crescente processo de industrialização e de garantir o desenvolvimento dos demais envolvidos, este corredor também permite à Mongólia e ao interior do território russo, acesso ao mar.

Além destes, o corredor económico China-Ásia Central-Ásia Ocidental, tem como objetivo ligar a China ao Mediterrâneo, através da Ásia Central e da Península Arábica. Os grandes interesses da China neste corredor são o desenvolvimento das suas regiões interiores e o acesso a recursos energéticos, servindo “*as an alternative network for hydrocarbon supplies to China*” (Ahmed & Lambert, 2022, p.93). Neste sentido, países como a Turquia e o Irão são considerados como importantes pontos estratégicos na Faixa e Rota. De forma a

assegurar a conectividade nesta região, e sobretudo o acesso aos recursos, Pequim tem realizado importantes investimentos na construção de gasodutos, como o gasoduto China-Ásia Central, e de vias-férreas, de onde são de destacar a ferrovia Baku-Tbilisi-Kars e a ferrovia Teerão-Mashhad. Por sua vez, outros países como a Arábia Saudita ou o Kuwait já manifestaram vontade em fazer parte da Faixa e Rota, o que tem sido muito bem recebido pela China. Ademais, Pequim também tem investido na exploração de petróleo no Cazaquistão, e na construção de novas infraestruturas noutros países da Ásia Central, como a ferrovia Angren-Pap no Uzbequistão (Ahmed & Lambert, 2022).

Por fim, o corredor China- Península da Indochina, este trata-se de “*a link between the Southern Chinese cities and at least six ASEAN countries*” (Ahmed & Lambert, 2022, p.94), permitindo a conexão entre a Nova Rota da Seda terrestre e a Nova Rota da Seda Marítima. A importância deste corredor encontra-se não só relacionada com as vantagens que Pequim tirará do comércio com a ASEAN, com as disputas com o Vietname e outros países no Mar do Sul da China. Assim, a China espera, através deste corredor, conseguir assegurar as suas reivindicações, naquele que é um dos espaços marítimos mais relevantes da Ásia-Pacífico, dado por aí passarem importantes rotas comerciais. Já têm sido desenvolvidos diversos projetos dentro deste corredor, nomeadamente ligações ferroviárias de alta velocidade entre grandes cidades, como Singapura e Hanoi, porém os diferendos entre a China e os países da Península da Indochina têm dificultado novos avanços (Ahmed & Lambert, 2022).

Neste momento, este corredor engloba as duas maiores linhas ferroviárias do mundo, ligando Yiwu a Madrid e Yiwu a Londres³⁹. Apesar da extensão da ‘Nova Rota da Seda em Aço’, a ligação da China a Europa ainda depende da Rússia, pelo que a China tem plano para construir novas ligações ferroviárias que permitam conectar a Ásia Central à Europa, através da Turquia, evitando, assim, ficar nas mãos de Moscovo. Por outro lado, a China também planeia construir um nova ligação ferroviária à Malásia e tem apostado na construção de ferrovias no continente Africano, com o objetivo de as conectar, mais tarde, à Nova Rota da Seda Marítima. Por enquanto, a China encontra-se diretamente ligada por ferrovia à Rússia, à Mongólia, ao Cazaquistão, ao Irão, à Bielorrússia, à Polónia, à Alemanha, à Hungria, a França, a Espanha, entre outros. Em termos energéticos, a China tem, também, procurado construir novas infraestruturas conectadas, existindo, até à data, gasodutos a ligar a China

³⁹ France Press. (2017, 29 de abril). Chega à China o primeiro trem direto de Londres. *GI*. <https://g1.globo.com/mundo/noticia/chega-a-china-o-primeiro-trem-direto-de-londres.ghtml>

ao Mianmar e a China ao Uzbequistão e Turquemenistão. Ao construir estas infraestruturas a China procura, também, garantir que estas têm acesso ao mar, nomeadamente ao Oceano Índico e ao Mar Cáspio, respetivamente. A nível de oleodutos, a China encontra-se conectada, também ao Oceano Índico através do Mianmar, e ao Mar Cáspio através do Cazaquistão, e ainda à Rússia. A China tem, ainda, planeada a construção de novos gasodutos com a Rússia e que permitam a ligação à Europa, através do Azerbaijão e da Turquia⁴⁰.

A par do corredor terrestre, a China tem procurado desenvolver uma Nova Rota da Seda Marítima, inicialmente apelidada de *‘Maritime Silk Road of the 21st Century’*. O principal objetivo deste corredor é a “busca de acessos estratégicos a recursos naturais, mercados e vias de escoamento e transporte” (Duarte, 2017b, p.47). Para isso, a China tem apostado na construção de infraestruturas portuárias que permitam a sua ligação marítima ao resto mundo, conseguindo, assim, *“revolutionize deep-sea trade from Southeast Asia through Africa to Europe”* (Koboevic et al, 2018, p.118). Como salientam Blanchard & Flint (2017), *“the primary end destination of the MSRI is Europe via the Suez Canal and Mediterranean”* (p.226), alcançando, também, os Estados da costa oriental africana.

Apesar do desenvolvimento crescente do corredor terrestre e das vias-férreas, a maior parte do comércio chinês continua a depender do transporte marítimo, reforçando a necessidade de apostar na construção de infraestruturas noutros países. Este corredor inicia-se em Fuzhou e prolonga-se até à Europa, atravessando o Estreito de Malaca (Koboevic et al, 2018). A delicada situação do Estreito de Malaca, que fizera a China apostar na ligação a Gwadar, no Paquistão, tem, também, motivado a criação de alternativas na rota marítima. Neste sentido, a China tem procurado “a construção de um canal através do istmo de Kra”, permitindo, assim, ultrapassar “o congestionamento e insegurança no Estreito de Malaca” (Duarte, 2017b, p.47). Porém, a Tailândia vê com suspeição este projeto, temendo com que se a China ficar com o controlo de um futuro canal, poderá proibir a passagem de outros navios, inclusive tailandeses. Mais uma vez, observamos alguma suspeição dos países asiáticos face às reais pretensões chinesas e se a Nova Rota da Seda tem realmente por base as relações *win-win*.

⁴⁰ MERICS. (2018, 7 de junho). *Mapping the Belt and Road initiative: this is where we stand*. <https://www.merics.org/en/tracker/mapping-belt-and-road-initiative-where-we-stand>

Como parte da estratégia subjacente ao corredor marítimo da Faixa e Rota, a China tem procurado construir e explorar diversos portos por todo o mundo, especialmente ao longo do Norte do Oceano Índico, como são exemplo Gwadar, Hambantota e Colombo, Kyaukpyu, Lamu e Bagamoyo. Isto permite à China, não só o desenvolvimento de um corredor marítimo, como um mecanismo de securitização logística, mas também militar. Assim, e à semelhança do corredor terrestre, também o corredor marítimo comporta um elemento securitário, não só em termos logísticos e energéticos, mas também militares. Do mesmo modo que a ferrovia, a China tem desenvolvido as suas infraestruturas marítimas dotando-as “de uma dimensão militar” e de equipamentos “que lhes permitam servir para *‘operações militares que não sejam de guerra’*” (Duarte, 2017b, p.48). Mais uma vez, a China tem apostado na política de *‘Go Abroad’*, incentivando as suas empresas a adquirir posições de vantagem em diversos portos com localizações privilegiadas, como é o caso do Porto de Pireu na Grécia. Assim, é possível o Estado chinês utilizar essas infraestruturas detidas por empresas chinesas para propósitos militares, mobilizando a Marinha do Exército de Libertação Popular. Como refere Duarte (2017b),

Dado que o Partido Comunista chinês controla entidades como a COSCO, a PLAN (braço armado do partido) tem, por conseguinte, acesso prioritário aos portos onde a COSCO está presente, tornando-se desnecessário para a China possuir bases navais permanentes, uma vez que a PLAN tem acesso a tais portos por outros meios. (p.48)

Neste sentido, Tomé (2023) considera que,

Chinese companies, mostly state-owned/controlled ones, have either acquired the operation rights of several other internationally important ports along the BRI routes, including the Haifa New Port in Israel and the Piraeus Container Port in Greece, and/or have invested in some others such as the Port of Rotterdam and Kumport in Turkey. (pp.76-77)

Dentro da Nova Rota da Seda Marítima podemos afirmar que Pequim elegeu como prioridade a região do Indo-Pacífico, que tem sido disputada por diversas potências desde a Índia, aos Estados Unidos. A política norte-americana para esta região tem sido marcada pela estratégia *‘Free and Open Indo-Pacific’*, porém desde o final da administração Obama

que a posição dos EUA tem ficado debilitada. Ainda com Obama, o *Trans-Pacific Partnership* foi rejeitado pelo Congresso, sendo as negociações interrompidas posteriormente com Trump, cujo principal foco foi a guerra comercial com a China, ignorando as dinâmicas geopolíticas e geoestratégicas desta região – nomeadamente as disputas fronteiriças da China com a Índia e com o Vietname – e permitindo, à China, através da Faixa e Rota e do Consenso de Pequim, atrair novos parceiros comerciais, reforçando a sua posição nesta região (Ahmed & Lambert, 2022).

Desde o século XV que o Oceano Índico tem sido dominado por uma potência através do controlo de ‘chokepoints’, o que faz dele “*a semi-enclosed strategic system*” (Brewster, 2017, p.271). Durante muito tempo este controlo coube a potências externas, como Portugal ou a Inglaterra, porém, agora, tanto a China como a Índia lutam pelo seu controlo. Neste sentido, a China tem adotado uma outra estratégia de “militarização da rede portuária” (Duarte, 2017b, p.49), e exemplo disso é a estratégia do ‘Colar de Pérolas’, que a China utiliza de forma a securitizar os transportes marítimos, mas também de forma a reforçar a sua projeção de poder no Oceano Índico, ao qual não tem, naturalmente, acesso. Esta estratégia de securitização é, no ponto de vista de Duarte (2017b), fundamental para a China manter a sua segurança energética, temendo um eventual “embargo petrolífero por parte dos Estados Unidos” (p.49). Mais uma vez, o receio chinês é que o Estreito de Malaca possa ser manipulado de forma a prejudicar os seus interesses, pelo que tem desenvolvido o CECIP como uma alternativa. Temendo que também esse possa ser alvo de um embargo, desenvolveu a estratégia do ‘Colar de Pérolas’. Este ‘colar’ é composto por uma série de ilhas artificiais que funcionam como “pontos de apoio logísticos ao longo das principais rotas de navegação” (Duarte, 2017b, p.49). Esta estratégia tem permitido à China alargar a sua influência para o Oceano Índico, adquirindo, assim, capacidade de monitorização e controlo, o que tem desagradado a Índia, pelo que o ‘Colar de Pérolas’ originou uma tensão entre Pequim e Nova Deli. Tal como explana Duarte (2017b), “a cada tentativa chinesa de securitizar o acesso a portos-chave do Índico, Nova Deli responde, por sua vez, por meio de uma *contraofensiva* diplomática, de soft power (...) no sentido de conter a *securitização* logística, energética e militar chinesa” (p.49). Por outro lado, a China também tem procurado utilizar o combate a pirataria para reforçar a sua presença no Índico, protegendo as rotas marítimas, mas o que esconde outro interesse, “o domínio dos canais de comunicação”, procurando controlar as “rotas marítimas que vão desde o Estreito de Babel ao Estreito de

Malaca” (Duarte, 2017b, p.49). Neste sentido, a China já construiu a sua primeira base naval em território estrangeiro, mas precisamente no Djibouti, na entrada do Estreito de Babel.

A justificação da China para a estratégia do ‘Colar de Pérolas’ assenta na necessidade de construir bases logísticas e de apoio no Oceano Índico, de forma a criar uma rota comercial marítima (Brewster, 2017). Apesar disso, a possibilidade da China utilizar estas ilhas artificiais para fins militares é real, dado que estas encontram-se preparadas com portos e aeroportos capazes de receber a Marinha do Exército de Libertação Nacional. Ademais, são indubitavelmente instrumentos de securitização não só logística, como militar (Duarte, 2017b).

Outro aspeto relevante na Nova Rota da Seda Marítima são as disputas marítimas ao longo do Mar do Sul da China e do Mar da China Oriental. Como ressaltam Ahmed & Lambert (2022), o Mar do Sul da China “*is a resource-rich region, and it faces challenges related to freedom of navigation, and China’s overlapping claims on the EEZs of Vietnam, the Philippines, and few other ASEAN states*” (p.106). Em torno desta disputa encontram-se as reivindicações chinesas ao redor da ‘*9-dash line*’, nomeadamente quanto às ilhas Spratly e Paracel. A par da China, também Taiwan e o Vietname reivindicam a soberania sobre estas ilhas, mas estes não são os únicos casos de reivindicações marítimas nesta região, com a Malásia e as Filipinas a reivindicarem soberania sobre outras ilhas e com a China a reivindicar a soberania sobre Scarborough Shoal com as Filipinas. Em torno destas disputas encontram-se questões históricas, mas também diferentes interpretações acerca da UNCLOS. Ahmed & Lamber (2022) reconhecem três motivações por detrás do interesse chinês nestas ilhas: a existência de “*significant deposits of hydrocarbons, minerals, and other resources*”; a existência de “*sea lanes of communications [that] are geoeconomically significant and host na estimated US\$ 5 trillion of international trade passing through it*”; e a própria vantagem estratégia “*as it provides sufficient scope for geopolitical realignments and for managing maritime security in the Indo-Pacific*” (p.110).

Por outro lado, Pequim também tem desenvolvido esforços em torno de alargar a Nova Rota da Seda à América Latina. Apesar do interesse, sobretudo motivado pelos “recursos energéticos e minerais” (Duarte, 2016b, p.104) desta região, a China tem revelado alguma hesitação, dado a América Latina tratar-se do *backyard* dos Estados Unidos. Apesar disso, nos últimos anos, temos assistido a uma tendência de aproximação marcada sobretudo pelo afastamento dos EUA, levando a um vazio de poder que a China tenta aproveitar. O

alargamento da Nova Rota da Seda a esta região significaria um reforço da influência chinesa para a América Latina, mas também para o Atlântico Sul, porém, os desafios são vários, sendo de destacar a insuficiência das infraestruturas logísticas, tais como os portos. Assim, tem sido uma prioridade para Pequim, “cooperar ativamente com os países latino-americanos a fim de que a sua rede portuária possa responder com mais eficácia aos desafios promissores da Nova Rota da Seda marítima” (Duarte, 2016b, p.105). Neste sentido, a China tem procurado desenvolver um corredor comercial dentro da América Latina, que permita ligar a costa Atlântica à costa do Pacífico. Para tal, a China necessita de construir novas infraestruturas, tais como portos e ferrovia. Existem três opções para a criação deste corredor: ferrovia entre Brasil, Bolívia e Peru, o primeiro a ser sugerido; ferrovia entre a Argentina, Bolívia, Brasil, Chile e Paraguai; e a construção de um canal na Nicarágua, à semelhança do Canal do Panamá (Carletti, Kotz & Correia, 2019). A proposta do Canal da Nicarágua não é propriamente recente, remontando aos debates iniciais que levaram à construção do Canal do Panamá. Quando a China demonstrou interesse neste projeto, foram várias as críticas lançadas, tanto em termos de operacionalização, como de custos ambientais (Duarte, 2016b). Neste sentido, talvez a opção mais viável seja a ligação ferroviária, que possibilitaria o desenvolvimento dos países latino-americanos através de um reforço da sua capacidade comercial, sobretudo em termos de commodities (Carletti, Kotz & Correia, 2019).

A Nova Rota da Seda chega ao continente africano através da Rota Marítima, mais especificamente, do corredor que chega à Europa através do Estreito de Babel e do Canal do Suez. Assim, a Faixa e Rota contacta diretamente com o Egito, Djibouti, Eritreia, Sudão, Sudão do Sul, Etiópia e Quênia (Montenegro & Kraychete, 2022). O interesse chinês nessa região encontra-se relacionado à existência de recursos naturais e energéticos tais como o petróleo, mas também à agropecuária, pelo que Pequim tem apostado no desenvolvimento de infraestruturas que permitam a conexão destas regiões à Nova Rota da Seda. Neste sentido, podemos destacar investimentos como o porto de Lamu no Quênia, e a via-férrea entre a Etiópia e o Djibouti, permitindo a ligação de Adis-Abeba ao Mar Vermelho (Pautasso, 2017; Montenegro & Kraychete, 2022). Por outro lado, a China tem também procurado reforçar a sua presença militar nesta região. Além de ter no Djibouti a sua primeira base militar em território estrangeiro, a China participou numa missão de combate à pirataria na Somália e tem participado em algumas missões das Nações Unidas no continente africano (Montenegro & Kraychete, 2022). A sua permanência nesta região, garante não só o acesso

a recursos, como o controlo dos ‘chokepoints’ necessários para o controlo do Oceano Índico (Pautasso, 2017). Mas o interesse chinês em Africa não se fica só pelo Norte do continente. Também a Africa Subsariana tem sido alvo do investimento chinês, no quadro da Faixa e Rota, ainda que a Rota Marítima por lá não passe. Neste sentido, o caso da Angola é sem dúvida paradigmático, dada as profundas relações económicas e comerciais entre este país e a China. Neste sentido, Mendes & Xintong (2020) consideram que,

Angola assume-se como uma das prioridades chinesas no continente africano, não só devido ao seu estatuto como um dos principais exportadores de petróleo para a China, mas também devido à sua localização estratégica como local de passagem de capitais e mercadorias chinesas para o resto do mundo. (pp.63-64)

As iniciativas em torno da relação China-África tem sido várias. Em 2015, a União Africana adotou a Agenda 2036, com o objetivo de colmar certas debilidades estruturais, e desde 2021 que vêm sido faladas novas áreas de cooperação, ligadas à saúde, à segurança, entre outras. O investimento da Faixa e Rota em África visa permitir a conexão entre as suas principais cidades e entre os principais portos, permitindo um reforço do comércio nesta região, o que trará grandes vantagens à China, mas também aos países africanos, permitindo-lhes superar certas debilidades em termos de desenvolvimento (Ahmed & Lambert, 2022). África desempenha um papel preponderante dentro da Nova Rota da Seda Marítima. O investimento chinês no continente africano “*includes the development of ports, high-speed railways, oil and gas infrastructure, including pipelines, power plants, roads, highways, and other related projects*” (Ahmed & Lambert, 2022, p.118).

Dentro do continente africano, Angola é um caso paradigmático. A China, através de financiamento e das suas empresas, tem auxiliado o país a desenvolver-se em termos de infraestruturas rodoviárias e ferroviárias. Um dos exemplos é a reconstrução do Caminho de Ferro de Benguela, ligando Lobito a Luau, uma distância de aproximadamente mil quilómetros, alcançando a fronteira com a República Democrática do Congo, garantindo, deste modo, a ligação do centro de África ao Oceano Atlântico⁴¹. Ademais, a China também tem planeada a construção de novas ferrovias a ligar o Oceano Índico à Zâmbia, ao Burundi

⁴¹ Mercator Institute for China Studies. (2018). *Mapping the Belt and Road initiative: this is where we stand*. Mercator Institute for China Studies. <https://www.merics.org/en/tracker/mapping-belt-and-road-initiative-where-we-stand>

e ao Sudão do Sul, e ainda a extensão do gasoduto entre Mtwara Fields e Dar es Salam, na Tanzânia, até Gauteng, na África do Sul, passando por Moçambique⁴². Por outro lado, também tem planos relativamente aos portos da Beira, de Maputo e de Walvis Bay⁴³.

A presença crescente da China na América Latina e em África, encontra-se associada a um crescente interesse de Pequim no Atlântico Sul. Ainda que durante muito tempo, preterido a favor de outras áreas mais relevantes, nomeadamente o Atlântico Norte, os últimos anos têm marcado uma tendência de afirmação da relevância geoestratégia do Atlântico Sul, sobretudo em virtude da “descoberta de importantes jazidas de petróleo e gás natural, assim como de vários minérios fundamentais do ponto de vista económico” (Duarte, 2016b, p.112). Por outro lado, esta é uma área geopolítica e geoestratégia de grande importância, dado nela se situarem as passagens para o Oceano Pacífico, através do Canal do Panamá e do Estreito de Magalhães, e para o Oceano Índico, via o Cabo da Boa Esperança. Por outro lado, é ao redor do Atlântico Sul que se encontram alguns dos principais parceiros energéticos da China, tais como a Argentina e o Brasil, mas sobretudo, Angola, Nigéria, Guiné Equatorial e República do Congo, de onde Pequim importa grande parte do petróleo que necessita para manter o seu desenvolvimento (Duarte, 2016b). Desta forma, Duarte (2016b) considera que “o Atlântico Sul é, para a China, mais uma peça-chave na sua estratégia de securitização do aprovisionamento energético” (p.113).

Como afirma Duarte (2016b), “o Atlântico Sul é, simultaneamente, um mercado e uma rota comercial de extraordinária importância” (p.116), sendo que no caso chinês, esta relevância não se resume somente a questões energéticas e de comércio. Tanto África como a América Latina são importantes mercados de armamento para a indústria chinesa, e, no caso específico da América Central, a aproximação a Pequim traduz-se num isolamento de Taiwan, dado que é aí que o regime da ilha Formosa encontra a maioria dos seus aliados (Duarte, 2016b).

A importância do Atlântico Sul para a China também se reflete, como constata Duarte (2016b), no interesse desta potência na Antártida, onde se descobriu a existência de “vastas quantidades de hidrocarbonetos (gás e bilhões de reservas de barris de petróleo), mas também de urânio, cobre, chumbo, carvão, ferro, manganês, diamantes, e outros minérios” (p.114). A China está convencida de que outros países têm interesse nos recursos da

⁴² *ibidem*

⁴³ *ibidem*

Antártida, pelo que é uma das suas prioridades assegurar que, caso um dia seja possível explorar esses recursos, consegue ter acesso a eles. Associada à Antártida, a China também tem interesse no Ártico, estando ambas estas regiões associadas ao dilema de Malaca, uma constante na política externa chinesa, e que tem levado Pequim a diversificar as suas fontes energéticas, assim como as portas de entrada de recursos energéticos ao seu território. Daí a importância do CECP e do interesse chinês em certas regiões, como o Médio Oriente e Norte de África, ou o Atlântico Sul. Aliás, o intenso ritmo de desenvolvimento da China há muito que esgotou as suas próprias fontes petrolíferas, pelo que é uma necessidade para Pequim encontrar novas fontes energéticas, enquanto garante, por outro lado, novas rotas, alternativas ao constante dilema de Malaca (Ferreira-Pereira, Duarte & Santos, 2023). É nestas circunstâncias que os círculos polares aparecem como uma recente prioridade da política externa chinesa.

A política ‘Going Polar’ foi confirmada em 2018, quando o governo chinês lançou um documento intitulado ‘*China’s Arctic Policy*’, onde a China assume o interesse no Ártico, afirmando-se como um “*Near-Arctic State*”, e expondo como objetivo participar da governação desta região de forma a “*safeguard the common interests of all countries and the international community in the Arctic, and promote sustainable development of the Arctic*”⁴⁴. Por outro lado, a China também afirma que a sua participação na governação do Ártico tem como finalidade “*maintaining a peaceful, secure and stable Arctic order*”⁴⁵. Apesar disso, a China não esconde os seus interesses quanto aos recursos naturais desta região, afirmando querer fazer parte da “*exploitation of oil, gas, mineral and other non-living resources*”⁴⁶.

Tal como apontam Ahmed & Lambert, a China não é a única potência interessada em estabelecer uma rota comercial no Ártico, encontrando-se também a Rússia e a Coreia do Sul como interessadas. Em 2013 a China passou a fazer parte do Conselho do Ártico e em 2018 assumiu a Rota Polar como uma parte integrante da Faixa e Rota. Tal como afirmam Ahmed & Lambert (2022), “*China definitely is engaging with the Arctic in multifarious areas, including oil and gas, minerals, fishing, tourism, scientific research, climate change, and infrastructure development*” (p.125). Alguns avanços já têm sido tomados nesta direção: a China tem procurado desenvolver navios capazes de navegar pelas rotas geladas do Ártico;

⁴⁴ The State Council Information Office of the People's Republic of China. (2018). *China's Arctic Policy*. http://www.xinhuanet.com/english/2018-01/26/c_136926498.htm

⁴⁵ *ibidem*

⁴⁶ *ibidem*

em 2019 inaugurou um gasoduto entre o nordeste do seu território à Sibéria, conhecido como ‘*Power of Siberia*’; e detém estações de investigação na Islândia e na Noruega. A China tem procurado cooperar com a Rússia, e nesse sentido, têm sido diversos os esforços em torno de assegurar não só a conectividade pelo Ártico como o acesso aos seus recursos naturais. Um exemplo desta cooperação é a criação do navio de investigação *Snow Dragon II*, “*the only polar research vessel in the world that can break ice through its forward and backward movements*” (Ahmed & Lambert, 2022, p.127).

Além dos corredores terrestre e marítimo, a Faixa e Rota conta, também, com um corredor mais recente conhecido como Nova Rota da Seda Digital (*Digital Silk Road*, anteriormente designada por *Information Silk Road*), e que é composta sobretudo por “*fibre-optic cables, satellite systems, 5G technology, facilitating e-commerce, and smart city development*” (Ahmed & Lambert, 2022, p.144), permitindo, assim, a ligação tecnológica e digital entre os países da Faixa e Rota.

Nos últimos anos, a China tem procurado equiparar-se ao Ocidente em termos tecnológicos. Graças à abertura permitida por Deng Xiaoping, nas décadas de 1970 e 1980, as empresas tecnológicas ocidentais iniciaram um processo de deslocação para a China, que habilmente foi capaz de replicar a tecnologia ocidental e de adquirir o *know how*. Para impulsionar este movimento, em 2015, a China lançou a iniciativa ‘Made in China 2025’, procurando afirmar-se como líder industrial e tecnológica. Hoje, algumas das maiores empresas tecnológicas do mundo são chinesas, como a Huawei, e, em termos de comércio digital, o Alibaba já é um digno competidor da norte-americana Amazon. Ademais, a China, mais recentemente, desenvolveu o WeChat, uma aplicação capaz não só de substituir o WhatsApp, como de funcionar como uma aplicação financeira e bancária e até de permitir ao Estado chinês um controlo sobre a sua população. Por outro lado, a China também apostou no desenvolvimento de tecnologia aeroespacial, desenvolvendo os seus próprios satélites e até criando um sistema de geolocalização à margem do GPS ocidental, conhecido como BeiDou, tendo possibilidades de uso ligadas não só à navegação, como à meteorologia, ao setor financeiro, à agricultura, à comunicação, ao planeamento urbano, e até à vigilância dos oceanos, das florestas e à prevenção de catástrofes naturais (Ahmed & Lambert, 2022). Através deste sistema, a China é capaz de “*elevate their global monitoring/positioning capabilities*” (Chih, 2021, p.287). Em 2022, a China apresentou um plano de ação da Nova Rota da Seda Digital intitulado ‘*Jointly Build a Community with a Shared Future in Cyberspace*’, propondo a cooperação em matéria digital de forma a ultrapassar, de forma

conjunta, as adversidades e riscos de segurança trazidos pelas novas tecnologias, tirando benefício destas⁴⁷. Dentro da Nova Rota da Seda Digital, várias áreas ganham destaque, tais como a internet, o oceano, e até o espaço (Chih, 2021). Assim, podemos, inclusive, falar de uma Nova Rota da Seda Espacial (*Spatial Silk Road*). Aliás, desde 2013, quando a China “*has become the third country, after the United States and the former Soviet Union, to soft-land on the moon*”, que Pequim assumiu como vontade “*make China a space superpower*” (Duarte, 2016c, p.39).

As oportunidades resultantes destas iniciativas são diversas, possibilitando novas áreas de cooperação entre os países da Faixa e Rota, fomentando uma verdadeira unidade entre estes, e criando uma ‘Comunidade de Destino Comum da Humanidade’. Porém, estas tecnologias também reforçam a capacidade da China monitorizar os outros países, podendo tornar-se em ferramentas de *hard* e *sharp power*, daí a relutância de certos países, como a Índia, em aderir à Faixa e Rota. Um dos casos mais recentes envolveu o 5G chinês. A China foi um dos países que mais apostou no desenvolvimento desta nova tecnologia de comunicação, aprontando-se a disponibilizar a instalação das infraestruturas necessárias em vários países europeus. Em março de 2023, a Alemanha reportou que poderiam existir riscos de segurança na rede 5G instalada pela China, com a comunicação social a relatar que o governo alemão poderia proibir a utilização de componentes das empresas chinesas Huawei e ZTE⁴⁸. Por outro lado, a China também tem desenvolvido uma iniciativa de saúde pública global, conhecida por *Healthy Silk Road*. A preocupação com matérias de saúde já fazia parte do plano de ação da Faixa e Rota em 2015, mas a pandemia de Covid-19 veio dar um novo impulso a esta preocupação (Ahmed & Lambert, 2022).

Por último, vale também uma menção ao impacto da guerra na Ucrânia na Faixa e Rota chinesa. Há muito que a China está consciente do risco que significa ter grande parte da Nova Rota da Seda terrestre a passar em território russo, porém, e ainda que Pequim procure desenvolver novos corredores, a Eurasia Land Bridge continua a ser o único corredor terrestre a ligar o território chinês à Europa. Neste sentido, o início da guerra e as sanções das quais a Rússia foi alvo pelos países Ocidentais vieram prejudicar o transporte de produtos neste corredor económico. Como constata Prebilič & Jereb (2022), “many

⁴⁷ The State Council Information Office of the People’s Republic of China. (2022). *Jointly Build a Community with a Shared Future in Cyberspace*. <https://www.chinadaily.com.cn/a/202211/07/WS63687246a3105ca1f2274748.html>

⁴⁸ Pitel, L., Yuan, Y. & Gross, A. (2023, 7 de março). Germany reviews security risks posed by China’s 5G technology. *Financial Times*. <https://www.ft.com/content/15ec03b7-9b46-4622-93d8-d0bf5ff340b0>

companies such as transport giant Maersk on their own accord preemptively already stopped new rail bookings from Asia to Europe travelling through Russia, effectively suspending transit on the BRI Eurasian land corridor” (p.5). Daí que a China continue empenhada em servir de mediadora na solução deste conflito, evitando novos efeitos prejudiciais para a Faixa e Rota.

3. O CARÁTER REVISIONISTA DA FAIXA E ROTA: A CONSTRUÇÃO DE UMA ‘COMUNIDADE DE DESTINO COMUM DA HUMANIDADE’

A China tem procurado desenvolver a Faixa e Rota como um mecanismo de conectividade entre todo o globo, potenciando, assim, o comércio internacional de modo a beneficiar o seu próprio mercado. Porém, a Faixa e Rota pode também ser interpretada como uma ferramenta ao serviço do revisionismo chinês, permitindo-lhe gerar teias de interdependência a seu favor e exercer *hard, soft e sharp power* sobre os demais Estados. O lançamento da Faixa e Rota surge num momento em que Xi Jinping se encontrava convicto de que se avizinhava uma conjuntura propícia para a afirmação da China na Ordem Internacional. Apercebendo-se do declínio do Ocidente, sobretudo dos Estados Unidos, em virtude das problemáticas que afetaram o início do século XXI, principalmente da crise de 2008, Pequim adotou, gradualmente, uma política externa mais assertiva, pragmática e nostálgica, procurando trazer novamente à China ao centro da governação global. A Faixa e Rota acaba, assim, por se encontrar ao serviço desta visão daquela que deve ser a posição da China na Ordem Internacional. Apesar do discurso *win-win*, Pequim nunca escondeu os benefícios que retirará das possibilidades abertas por esta iniciativa, sobretudo em termos geopolíticos e geoeconómicos. Desta forma, a China de Xi tem declarado publicamente o seu interesse em afirmar-se como uma potência regional no Indo-Pacífico, daí a estratégia do ‘Colar de Pérolas’ e do controlo dos ‘*chokepoints*’, e de recuperar o seu lugar no quadro internacional. Tal como chegou a mencionar Xi Jinping, a China tenciona vingar-se do Século da Humilhação.

Conforme analisado anteriormente, no quadro geopolítico e geoeconómico a Faixa e Rota trouxe importantes mudanças para o mundo. Além de permitir o desenvolvimento dos países envolvidos, tem potenciado a criação de um vasto mercado internacional, que beneficia principalmente a China, a passo que tem movido o centro da geopolítica e

geoeconomia global para novas áreas, sobretudo para o Indo-Pacífico e a Ásia-Pacífico. Assim, a China não só tem assegurado novos mercados para a sua indústria, como tem reforçado o seu poder geoeconómico, geopolítico e geoestratégico, permitindo afirmar-se na Ordem Internacional. Neste sentido, Ahmed & Lambert (2022) falam-nos de um ‘ressurgimento da Ásia’ na política internacional, dado que a Faixa e Rota prioriza a Ásia Central, permitindo o seu desenvolvimento e o reforço do seu valor geopolítico e geoestratégico. Tal como apontam Ahmed & Lambert (2022), “*not only are the geoeconomics maps of the world going to change markedly over the coming decades, but also future world views will look quite different*” (p.42).

Por outro lado, a Faixa e Rota tem servido como um instrumento de *soft power* ao serviço do regime chinês, permitindo com que a China transmita uma imagem de um ator internacional preocupado com a segurança internacional e com o desenvolvimento comum de todos os países. Aliás, a exportação dos sistemas ferroviários chineses e a elaboração de projetos de investimento em colaboração com outros países, permitem-nos, inclusive, falar de uma ‘diplomacia de infraestruturas’. Porém, e tal como apontam Ahmed & Lambert (2022), o *soft power* da Faixa e Rota assenta sobretudo no discurso de criação de laços entre os povos, numa ‘diplomacia cultural’. Conforme já observamos, o plano da Faixa e Rota acrescenta ao projeto uma dimensão cultural, através da promoção das trocas culturais e da interação entre os povos. Um dos exemplos da ‘diplomacia cultural’ chinesa são os Institutos Confúcio, cuja atividade já se iniciara muito antes da criação da Faixa e Rota. Estes institutos de promoção e ensino da língua e cultura chinesa encontram-se espalhados por todos o mundo, contando com mais de mil estabelecimentos (Ahmed & Lambert, 2022). O *soft power* chinês estende-se, por outro lado, também à atuação das empresas chinesas, como a Huawei, que tem procurado apoiar jovens estudantes de todo o mundo através de um “*free of charge, mind-blowing and life-changing exchange program in China*”⁴⁹, apelidado de ‘*Seeds For The Future*’. Ahmed & Lambert (2022), referem, assim, a Faixa e Rota “*as a vehicle of promoting a ‘new model of China’*” (p.169), isto é, como mecanismo que transmita uma imagem da China como um ator internacional preocupado com a segurança internacional e com o desenvolvimento comum de todos os países. Assim, e em contraste com os olhares mais críticos relativamente às políticas chinesas, a Faixa e Rota tem contribuído para reestruturar a imagem que os outros povos têm sobre a China. Por outro lado, a Faixa e Rota pode ser observada mais do que como uma ferramenta de *soft power*,

⁴⁹ Huawei. (N.D.). *Seeds For The Future*. <https://www.huawei.com/minisite/seeds-for-the-future/index.html>

como uma ferramenta de *sharp power*. Ao permitir com que a China adquira o acesso a empresas de setores-chave da economia de outros Estados, consegue não só influenciar como manipular este mesmos setores e a própria sociedade civil e política fora de fronteiras, promovendo, deste modo, um discurso mais convergente com a sua narrativa e minando, uma vez mais, as instituições democráticas e os princípios liberais que se encontram, ainda hoje, na base da Ordem Internacional Liberal.

Duarte (2020) defende que o *soft power* chinês encontra-se associado à visão chinesa do mundo, e que “não pode ser dissociada daquilo que era a concepção da ordem regional e mundial antiga para a China” (p.44), e que se caracterizava pelo sistema da *tianxia* e pelo Sistema Tributário. Neste sentido, “a Faixa e Rota chinesa revisita essa essência antiga de estruturação da ordem mundial, tendo como mínimo denominador comum o comércio, a paz e a conectividade” (Duarte, 2020, p.44). Através do investimento em infraestruturas, a Faixa e Rota permite a ligação do Império do Meio a quase todo o mundo, abrindo a possibilidade de recriar este sistema antigo, permitindo à China manter, em certa medida, a sua visão tradicional acerca de como devem ser as relações entre si e os outros povos. Neste sentido, “o tributo não desapareceu totalmente” traduzindo-se, hoje, “no forjar de uma relação de dependência a médio e longo prazo” (Duarte, 2020, p.45).

Noutro sentido, a China tem, também, e no âmbito da Faixa e Rota promovido a criação de novas instituições internacionais, paralelas às da Ordem Internacional contemporânea. Face à incapacidade das instituições vigentes em se adaptarem às novas dinâmicas do poder internacional, e em função da necessidade de apoiar financeiramente o projeto da Faixa e Rota, Pequim criou uma rede de *fora* e instituições que auxiliem a materializar esta iniciativa.

Tal como salienta Tomé (2023), a visão chinesa da atual Ordem Internacional centra-se exclusivamente no papel do Direito Internacional e das Nações Unidas, rejeitando a liderança e os valores norte-americanos e ocidentais, ao mesmo tempo em que Pequim se propõe a contribuir para a definição de um ‘novo tipo de relações internacionais’ e para a ‘governança global’. A China de Xi tem, no ponto de vista de Tomé (2021b), recorrido ao comércio livre e ao multilateralismo como instrumentos ao serviço do seu revisionismo. O seu largo poder económico tem permitido a Pequim desenvolver novos níveis de cooperação económica e comercial com outros países, nomeadamente através da Faixa e Rota. Nos últimos anos a China assinou diversos acordos de livre-comércio com Estados asiáticos,

africanos e até europeus, alargando as teias do seu *soft power*. Beneficiando da crise económica de 2008, e dos desafios enfrentados pelo Ocidente nos últimos anos, Pequim tem sido capaz de utilizar “o peso da sua economia e a dimensão do seu mercado para exercitar o seu poder de atração e influência” (Tomé, 2021a, p.115). Em associação com a sua capacidade económica, a China tem também procurado rever a atual Ordem Internacional através do desenvolvimento de novas instituições internacionais, permitindo-lhe não só expandir a sua influência como criar novas normas.

Neste sentido, a China tem apostado no desenvolvimento de um quadro de relacionamento multilateral e na criação de novas instituições internacionais, concorrentes às já existentes e baseadas nos pressupostos e moldes ocidentais que configuraram a Ordem Internacional após a II Guerra Mundial. Assim, Pequim tem procurado prosseguir com os seus objetivos da Faixa e Rota através de instituições como os BRICS, o Fórum ‘16+1’, a OCX, entre outras, às quais se juntam novas instituições financeiras destinadas ao financiamento dos projetos da Nova Rota da Seda, como o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura, o *Silk Road Fund*, o *New Development Bank*, o *Export-Import Bank of China*, e o *China Development Bank* (Tomé, 2023; Mendes & Wang, 2023). Neste momento, o AIIB é “*the world’s third-largest multilateral financial institution after the IMF and the World Bank*”, servindo como “*a catalyst for shaping a new global financial order, enabling Beijing to play a greater role in the global financial system*” (Tomé, 2023, p.79). Deste modo, a Faixa e Rota transforma-se num “*additional bilateral and multilateral mechanism to strengthen cooperation with countries and regional multilateral groups*” (Tomé, 2023, p.78). Na ótica de Ahmed & Lambert (2022),

China, in coordination with India and other BRICS countries, did launch new regional and global financial and development institutions, including the Asian Infrastructure Investment Bank (AIIB) or even the New Development Bank (NDB), initiating a process which is likely to turn tables in international affairs and shift the power redistribution in favour of the Global South. (p.41)

Por outro lado, para Zhou & Esteban (2018), e seguindo a lógica de Gilpin, através da Faixa e Rota “*Beijing seeks to reshape global governance and transform the existing international system in a way that reflects its values, interest and status*” (p.498), porém advogam que, ao contrário do que muitos especialistas afirmam, este desafio ou até uma

eventual transição de poder não significará obrigatoriamente a eclosão de um conflito militar dado que o grande objetivo da China é promover uma transição pacífica e assente no multilateralismo. Desta forma, Pequim procura apoios de forma a “*to reshape the global governance system by either joining existing multilateral institutions or initiating new multilateral institutions*” (Zhou & Esteban, 2018, p.499). Face ao declínio do poder norte-americano e ao crescimento chinês, a China procurou obter uma posição mais privilegiada dentro das grandes instituições da Ordem, o que não aconteceu, obrigando-a a iniciar, conjuntamente com outros países, uma campanha com o objetivo de alterar a Ordem Internacional vigente de forma que esta se adaptasse ao seu novo *status*. Xi Jinping, em 2014, chegou, inclusive, a afirmar:

*We should strengthen unity and cooperation with other developing countries and closely integrate our own development with the common development of other developing countries. We should advance multilateral diplomacy, work to reform the international system and global governance, and increase the representation and say of China and other developing countries.*⁵⁰

Apesar disto, e como ressaltam Zhou & Esteban (2018), não podemos definir a China nem como uma potência do *status quo*, nem como uma potência revisionista, dado que, apesar do seu interesse em redefinir a Ordem Internacional, esta tem sido aquela que mais beneficiou das suas regras e instituições. Desta forma, a China pretende “*a revision of the US-established international order through the transformation of the global governance system, achieving its peaceful rise to great power status*” (Zhou & Esteban, 2018, p.500).

Em contraste com esta visão, Xi Jinping tem afirmado o compromisso da sua China para com uma Ordem Internacional assente nas Nações Unidas, mas rejeitando os valores ocidentais. A visão chinesa da Ordem Internacional é assente em princípios como a soberania e a não-ingerência, a passo que Pequim tem respeitado e apostado no multilateralismo, no livre-comércio, mas rejeitando a hegemonia ocidental dentro da Ordem Internacional, assim como valores como os Direitos Humanos, e até as próprias instituições como o FMI, o Banco Mundial ou a OMC, preferindo pela criação de novas instituições

⁵⁰ Xinhua. (2014, 30 de novembro). Xi eyes more enabling int'l environment for China's peaceful development. *Xinhua*. <http://en.people.cn/n/2014/1130/c90883-8815967-3.html>

internacionais (Pokharna, 2022). Xi Jinping, no 19º Congresso do PCC, afirmou que “a China não buscará a hegemonia nem o expansionismo”⁵¹ e tem sido esta a retórica mantida desde aí. Desta forma, Xi Jinping afirma que a China irá respeitar e defender a Ordem Internacional baseada nas Nações Unidas e no Direito Internacional, assegurando o respeito pelos princípios da soberania e da não-ingerência, contra as tentativas de revisionismo dos Estados Unidos da América (Nathan & Zhang, 2022). Na realidade, e como defende Alastair Iain Johnston, existe um mínimo de compromisso da China para com a Ordem Internacional vigente, dado respeitar e até defender alguns dos seus princípios⁵². Porém, a visão chinesa da Ordem Internacional não é convergente com a visão norte-americana. A China considera que os EUA têm, desde o final da Guerra Fria, desrespeitado as bases da Ordem Internacional estabelecida após a II Guerra Mundial, sobretudo ao interferirem nos assuntos internos de outros Estados, pelo que Pequim pretende um regresso à Ordem que existia antes da *Pax Americana* e até antes da criação de organizações económicas como o FMI e o Banco Mundial, que surgem com Bretton Woods, e da Organização Mundial do Comércio, que surge na década de 1990 (Rato, 2020). Numa perspetiva mais radical podemos, inclusive, entender que a China pretende uma Ordem Internacional à semelhança de Vestefália, baseada na soberania e na não-interferência, ignorando as questões relacionadas com os direitos e liberdades⁵³.

Tal como enuncia Carrai (2023), o lançamento da Faixa e Rota chinesa lançou um intenso debate em torno dos interesses chineses no projeto, motivando não só o surgimento de iniciativas concorrentes, como a dúvida e suspeição em torno da própria Faixa e Rota. O discurso oficial de Pequim assenta, porém, na Faixa e Rota enquanto um mecanismo para o desenvolvimento económico e humano de todos os povos, lançando as sementes para a criação de uma ‘Comunidade de Destino Comum da Humanidade’. A primeira referência a esta comunidade aconteceu no 18º Congresso Nacional do Partido Comunista Chinês, sendo proferida por Hu Jintao em relação aos laços especiais entre a China e os países seus vizinhos, porém foi ajustada por Xi Jinping “*to explain his ambitious foreign policy objectives*” e “*to convey its [China] contribution to global governance*” (Carrai, 2023, p.38). No 19º Congresso Nacional do PCC, Xi Jinping enalteceu o compromisso da China para com a paz e o desenvolvimento comum, apelando à “construção de um novo tipo de relações

⁵¹ 19º Congresso

⁵² Walt, S. M. (2021, 31 de março). China Wants a ‘Rules-Based International Order,’ Too. *ForeignPolicy*. <https://foreignpolicy.com/2021/03/31/china-wants-a-rules-based-international-order-too/>

⁵³ *ibidem*

internacionais que se baseia no respeito mútuo, equidade, justiça, cooperação e relação ganha-ganha”. Neste sentido, e face aos desafios da governação global e da Ordem Internacional, agravados pela interdependência, Xi reitera a necessidade de os povos cooperarem de forma a ultrapassarem os “desafios comuns” caminhando em direção à paz, pelo que apela à criação de “uma comunidade de destino comum da humanidade”. Esta comunidade deve assentar nos Cinco Princípios da Coexistência Pacífica e será possível através da cooperação entre todos os povos, sobretudo em termos comerciais e baseados na narrativa *win-win*. Esta comunidade é, assim, descrita como “aberta, inclusiva, universalmente benéfica, equilibrada e de ganho mútuo”⁵⁴.

Desta forma, evidenciamos que a Faixa e Rota tem provocado um intenso debate académico e político acerca das motivações e dos interesses de Pequim na mesma. Se uns defendem que esta iniciativa não passa de um projeto comercial, outros afirmam ser uma estratégia que pretende moldar a Ordem Internacional, tanto em termos normativos como empíricos. A narrativa oficial é de que a China nunca tentará assumir a hegemonia. Porém, têm sido diversas as ambiguidades entre o discurso político de Pequim e as suas ações, o que leva Pokharna (2022) a afirmar que a “*China wishes to establish new international relations based on Chinese characteristics and rejects the western world led Liberal International Order*” (p.45). Assim, apesar do carácter aparentemente inofensivo desta iniciativa chinesa, “*some scholars insist that it refers to China’s aim to recreate a Sino-centric order*” (Carrai, 2023, p.39), o que se encontra alinhado também com a apologia de Pequim ao estabelecimento de um ‘novo tipo de relações internacionais’. Neste sentido, e em articulação com outros autores, Carrai (2023) considera que existe um desejo da China “*to transform the international environment to be compatible with its own governance model, and most importantly, to be making space for its new global role*” (p.39). Também Tomé (2021a) partilha desta convicção, considerando que o objetivo da China de Xi Jinping é a construção de “uma Ásia e de um mundo sinocêntricos” e a “reformulação da ordem internacional” (p.114). Por outro lado, Jones (2020) considera que apesar de não ser esse o objetivo principal da BRI, esta iniciativa “*will inevitably generate challenges to existing global rules*” (p.126).

⁵⁴ Partido Comunista Chinês . (2017, 4 de novembro). *Relatório do 19º Congresso Nacional do Partido Comunista Chinês* . <http://br.china-embassy.gov.cn/por/ssht/SJD/>

CONCLUSÃO PARCIAL

O projeto da Faixa e Rota foi anunciado como uma revitalização da antiga Rota da Seda, com a finalidade de conectar logística e comercialmente a Ásia à Europa, a África, e, mais tarde, à América. Este projeto materializa-se através da *Silk Road Economic Belt*, a componente terrestre, e da *Maritime Silk Road*, a componente marítima, procurando aproximar todo o globo. Apesar das motivações comerciais, esta iniciativa é um mecanismo que permite a Pequim a resolução de diversos problemas internos, tais como a questão do Xinjiang, o escoamento da sua excessiva produção industrial, a sua segurança energética e a renovação do Partido Comunista Chinês. Para a concretização da Faixa e Rota é necessária a criação de uma gigantesca rede de infraestruturas, pelo que a China tem apostado numa ‘*railway diplomacy*’ de forma a atrair o interesse de outros Estados neste seu projeto. A par dos esforços bilaterais, Pequim tem também apostado numa atuação multilateral através de diversas instituições internacionais que permitam uma cooperação mais próxima e bem-sucedida. Por outro lado, a China também se tem disponibilizado a auxiliar financeiramente os parceiros interessados em desenvolver certos projetos, pelo que lançou o AIIB e o *Silk Road Fund*.

Do ponto de vista prático, este projeto tem-se concretizado através de um conjunto de corredores económicos, tais como o Corredor Económico China-Paquistão, que comportam diversas parcerias e diversos projetos de investimento. Assim, a China procura, em termos terrestres, desenvolver uma rede ferroviária que lhe permita colocar rapidamente os seus produtos em território europeu, mas que, a par disso, também lhe permita o acesso a recursos energéticos dentro do continente asiático, sobretudo ao conectá-la ao Médio Oriente. Em termos marítimos, por sua vez, Pequim tem apostado na construção de infraestruturas portuárias, mas também de ilhas artificiais que funcionam como autênticas bases portuárias avançadas. Desta forma, a China tem adquirido uma posição preponderante dentro do Indo-Pacífico, o que tem, por outro lado, significado tensões com países vizinhos. Destacam-se, aqui, as questões do Mar do Sul da China e as problemáticas levantadas com a Índia em resultado da estratégia do ‘Colar de Pérolas’. Do mesmo modo, a China tem também procurado alargar a Rota Marítima a outras regiões, nomeadamente à América Latina, a África, ao Atlântico Sul, à Antártida e ao Ártico. A par destes corredores surgiram, mais recentemente, um corredor digital, um corredor espacial, avizinhandose outros.

Assim, através da Faixa e Rota a China tem reforçado o seu poder internacional e a sua posição dentro do Sistema Internacional, levando a debates políticos e académicos acerca das suas reais pretensões. Apesar do discurso oficial assentar na defesa de um modelo de cooperação *win-win*, do qual todos possam sair beneficiados, são muitas as dúvidas acerca de qual o impacto deste projeto na Ordem Internacional e até que ponto este será intencional. A China tem, no âmbito da Faixa e Rota, criado novas instituições internacionais concorrentes às instituições da Ordem vigente, e tem por várias vezes desafiado a hegemonia norte-americana. Por outro lado, a política ‘*Go Abroad*’ abre a possibilidade da China, através das suas empresas, controlar setores-chave da economia de outros Estados, o que se traduziria numa ação de *sharp power*, uma ferramenta que Pequim já utilizara anteriormente. Aliás, e ainda que a China recorra por diversas vezes ao *soft power*, muitas das suas ações, apesar de confundidas com este ‘poder suave’, são, na realidade *sharp power* habilmente disfarçado. Por outro lado, a criação de mecanismos de securitização logística ao longo da Faixa e Rota, consubstanciados na rede de infraestruturas, poderá esconder outras pretensões. Através destas infraestruturas que ficarão sob o controlo chinês, Pequim poderá, se necessário e se assim o entender, deslocar rapidamente as suas tropas para qualquer região.

Desta forma, é evidente que a Faixa e Rota terá grandes repercussões sobre a governação global e sobre a própria Ordem Internacional. Ao criar novas instituições e ao alterar as dinâmicas de poder, a China ameaça não só a hegemonia dos EUA como a Ordem vigente. Ao defender a constituição de uma ‘Comunidade de Destino Comum da Humanidade’, mesmo tendo por base um discurso político que rejeitava qualquer pretensão hegemónica da China, Pequim demonstra a sua vontade em rever alguns dos princípios da Ordem Internacional, criando um ambiente mais inclusivo e harmonioso, baseando-se em alguns princípios como a soberania e a não-ingerência, numa crítica implícita à atuação norte-americana ao longo da vigência da Ordem Internacional Liberal.

CONCLUSÃO

A investigação realizada no âmbito desta dissertação permitiu-nos estudar a política externa da China de Xi Jinping (2013-2023), dando especial relevância à iniciativa Faixa e Rota e ao impacto que esta pode ter na Ordem Internacional. Ao longo dos quatro capítulos que compõe esta dissertação, trabalhamos diversos conceitos e uma variedade de temáticas de forma a sermos capazes de responder à questão de partida inicialmente apresentada.

No primeiro capítulo tratamos do enquadramento teórico-conceptual necessário para investigar dentro das Relações Internacionais e, mais especificamente, no âmbito da política externa. Aí apresentamos e desenvolvemos duas ferramentas fundamentais que, implícita e explicitamente, fomos utilizando ao longo da nossa investigação, e que nos auxiliaram na interpretação dos factos e fenómenos apresentados – a Análise de Política Externa, cuja preocupação incide sobre os aspetos próprios da decisão política, nomeadamente as motivações e perceções do decisor e as pressões da Estrutura; e a *Role Theory*, cuja análise se foca na conceção do decisor político (e da Sociedade Internacional) acerca do papel que o seu Estado deve desempenhar. No segundo capítulo, por sua vez, abordamos a visão chinesa das relações internacionais, o que nos exigiu uma revisão do pensamento político e filosófico tradicional chinês, mas também do contemporâneo, assim como das propostas apresentadas pelos académicos chineses, na atualidade, no sentido de se criar uma ‘teoria chinesa das relações internacionais’. No terceiro capítulo, estudamos realmente a política externa chinesa, pelo que dedicamos a parte inicial deste à análise da política externa chinesa desde Mao Tsé Tung até Hu Jintao, procurando, desta forma, observar não só a sua evolução como as linhas de orientação geral pelas quais a política externa da China se tem guiado. Mais à frente, desenvolvemos a política externa chinesa durante a Era Xi Jinping, dedicando, também, parte da nossa investigação ao processo de decisão em política externa, que nos permitiu concluir que Xi Jinping é a Agência. Por fim, no quarto capítulo analisamos a Faixa e Rota, tanto em termos do discurso, como dos seus objetivos, motivações e prioridades. Dedicamos um ponto específico ao estudo dos fatores geopolíticos e geoeconómicos desta iniciativa, traduzidos nos corredores que a compõe e nos projetos que a procuram materializar. Na parte final deste último capítulo analisamos o impacto da Faixa e Rota na Ordem Internacional.

Desta forma, constatamos que a política externa chinesa atual é o resultado de um processo de evolução iniciado aquando da fundação da República Popular da China, em

1949, e que perdura até à atualidade. Durante a liderança de Mao Tsé Tung as prioridades da política externa da China estavam relacionadas com a sua segurança e com a manutenção do regime, numa conjuntura marcada pela Guerra Fria que Pequim teve de enfrentar. Até à década de 1970, a política externa chinesa oscilou entre o não-alinhamento, a parceria com a URSS e o relacionamento com os EUA. A partir daí, e já sob a égide de Deng Xiaoping, a China normalizou as relações diplomáticas com os Estados Unidos e iniciou um processo de reforma e de abertura ao mundo. Deng Xiaoping iniciou, com isto, um novo rumo da política externa chinesa, conhecido como *'keeping a low profile'* e que se manteve durante décadas, até Xi Jinping apresentar um discurso alternativo. Na realidade, e como observamos, já Hu Jintao tinha dado início a importantes alterações no rumo da política externa de Pequim. Sob o lema da *'ascensão pacífica'*, a China de Hu Jintao foi, gradualmente, adquirindo uma postura mais ativa dentro do palco internacional, lutando pela satisfação das suas pretensões. Esta perspetiva foi reforçada em 2013, quando Xi Jinping chega ao poder. Num dos seus primeiros discursos, o novo presidente da RPC, rejeita seguir qualquer política de passividade e afirma que a China não só está preparada, como pretende assumir uma posição privilegiada dentro da Ordem Internacional. A política externa de Xi, a partir daí, é caracterizada como mais assertiva e pragmática do que a dos seus antecessores, revelando alguma nostalgia para com o passado glorioso do Império do Meio, que pretende recuperar. Apesar de, num primeiro momento, Xi Jinping ter encetado uma aproximação aos EUA, apelando ao estabelecimento de um *'novo tipo de relação entre grandes potências'*, a conflitualidade dos interesses de ambos resultou numa confrontação crescente que teve o seu apogeu com o início de uma guerra comercial após Trump chegar à presidência norte-americana. Deste aí, a China de Xi tem-se demonstrando mais próxima dos países menos desenvolvidos, sobretudo do Sul Global, e da Rússia, estabelecendo uma *'comprehensive strategic partnership of coordination for a new era'*. A cooperação entre a China e a Rússia tem evoluído bastante nos últimos anos, envolvendo diversas áreas. Com a guerra da Ucrânia a China tem sido dos poucos Estados a manter boas-relações com Moscovo, sendo, aliás, o seu maior parceiro comercial.

As ações e decisões da política externa chinesa tem, nos últimos anos, procurado atingir o *'Sonho Chinês'*, que foi definido por Xi Jinping como o grande objetivo da China nos próximos anos. Assim, até 2049, Pequim quer garantir o *'grande rejuvenescimento da nação chinesa'*, transformando a China numa poderosa superpotência em todos os níveis. O *'Sonho Chinês'* materializa-se tanto em termos internos com externos e estabelece como

principal prioridade a afirmação internacional da China, de modo que nenhum outro Estado a consiga superar.

De modo a concretizar estes objetivos, Xi Jinping apresentou, logo em 2013, a iniciativa Faixa e Rota, um projeto de investimento que procura conectar comercial todo o globo através da construção de infraestruturas. Este é um projeto essencialmente económico através do qual a China procura não só exercer o seu *soft power*, como responder a alguns dos principais desafios que enfrenta, como a questão do Xinjiang ou a saturação do seu mercado interno. Por outro lado, ao garantir o acesso a novos mercados, Pequim conseguirá reforçar a sua posição como uma das maiores economias internacionais, eventualmente até a maior. Dentro desta iniciativa existem dois principais corredores, um terrestre – *Silk Road Economic Belt* – e um marítimo – a *21st Century Maritime Silk Road* –, dos quais fazem parte diversos corredores económicos que conectam a China ao resto do continente asiático, a África, à Europa e até à América Latina. Desta forma, Pequim tem utilizado os mecanismos desenvolvidos em torno da Faixa e Rota de forma a alcançar os seus objetivos geopolíticos e geoeconómicos. Alguns exemplos são o Corredor Económico China-Paquistão, que pretende garantir a segurança energética chinesa ao contornar o Estreito de Malaca; e a estratégia do ‘Colar de Pérolas’ que permite à China reforçar o seu controlo sobre o Indo-Pacífico. Por outro lado, a China tem também procurado alargar a Faixa e Rota a novas regiões, tais como o Atlântico Sul, uma região marcada pelo vazio de poder; assim como o Ártico e a Antártida, duas regiões ricas em recursos naturais. Além disto, Pequim tem, também, desenvolvido novos corredores noutras áreas como o meio digital, mas também o Espaço e a saúde.

De modo a potenciar a concretizar desta iniciativa e dos seus projetos, a China tem recorrido a uma série de *fora* e instituições internacionais, complementando a sua abordagem bilateral e consubstanciada na ‘diplomacia da Nova Rota da Seda’ e na ‘*railway diplomacy*’, com uma abordagem multilateral que visa reforçar a cooperação e o compromisso dos outros Estados para com a Faixa e Rota. Assim, a China tem promovido a cooperação no âmbito do Fórum Macau, do fórum ‘16+1’, da OCX, enquanto disponibiliza uma série de instrumentos financeiros para auxiliar os países interessados em fazer parte da Faixa e Rota a desenvolverem os seus projetos. Alguns exemplos mencionados ao longo desta dissertação fórum o AIIB e o *Silk Road Fund*.

A narrativa oficial reproduzida pelo Estado chinês é de que a Faixa e Rota é uma simples iniciativa comercial que pretende potenciar o comércio mundial. Apesar disso, Pequim não esconde as suas intenções para com a Ordem Internacional. Associada à Faixa e Rota, a China já demonstrou a sua vontade em desenvolver uma ‘Comunidade de Destino Comum da Humanidade’, estabelecendo um ‘novo tipo de relações internacionais’ baseado na harmonia e na cooperação *win-win*.

Por outro lado, a política externa de Pequim tem, também, sido marcada por uma utilização conjunta do *hard*, *soft* e *sharp power*. Sob a liderança de Xi Jinping, a China tem procurado desenvolver as suas forças armadas, aumentando o seu poder militar de forma a equiparar-se aos Estados Unidos da América. Hoje, a China não só exhibe sumptuosamente as suas capacidades militares – veja-se o modo como tem gerido a questão de Taiwan ou o Conflito do Mar do Sul da China – como, à semelhança dos EUA, deu início ao estabelecimento de bases militares noutras regiões – como o Djibuti, que lhe garante o controlo geoestratégico do acesso ao Mar Vermelho e ao Canal do Suez. Noutro sentido, a China de Xi também tem procurado utilizar o *soft power*, sobretudo de uma perspetiva cultural, assim como o *sharp power*, uma ferramenta destinada a manipular e minar outros Estados e que claramente reflete a vontade e necessidade de Pequim transmitir um discurso mais agradável para os seus interesses (*‘right chinese story’*).

De uma forma geral, fomos, ao longo desta investigação, capazes de responder tanto à nossa questão de partida – “Tem a China, através da sua política externa, sobretudo da iniciativa Faixa e Rota, procurado moldar a Ordem Internacional à luz da sua visão das relações internacionais?” – como às questões prévias apresentadas.

Podemos, assim, concluir que a Faixa e Rota, apesar dos benefícios que possa trazer para o comércio internacional e para todos os países envolvidos, traz consigo, também, importantes alterações para a Ordem Internacional. Ao contribuir para o reforço do poder da China e ao criar novas instituições internacionais, a Faixa e Rota desafia as estruturas de poder internacional, assim como as estruturas normativas vigentes. Encontrando-se esta relacionada com o estabelecimento de uma ‘Comunidade de Destino Comum da Humanidade’ e de um ‘novo tipo de relações internacionais’, de onde ressalta não só um pendor revisionista como uma clara referência aos postulados filosóficos e políticos tradicionais da civilização chinesa, assim como a sua visão de e para o mundo. Estando nós conscientes de que existe uma visão chinesa das relações internacionais, de como está se

caracteriza, e de que, nas últimas décadas, esta tem sido desenvolvida pela via académica de forma a potenciar as políticas chinesas, é possível traçarmos uma interrelação entre as propostas teóricas apresentadas nomeadamente por Tingyang e Xuetong e as opções de política externa de Pequim, sobretudo a Faixa e Rota. Pelo que, a Faixa e Rota aparenta servir outros propósitos além de impulsionar o comércio internacional, consistindo também num instrumento para Pequim promover a sua agenda política, da qual faz parte a alteração da Ordem Internacional de forma a permitir a integração plena da China nesta. Isto significa que a China procura alterar as estruturas de poder internacional – não necessariamente assumindo a hegemonia, mas atingindo o topo da hierarquia – e, ao mesmo tempo, as estruturas normativas de forma a introduzir os seus próprios princípios, baseados na lógica confucionista e na visão chinesa das relações internacionais e de onde sobressai a ideia de harmonia.

Para chegarmos a esta conclusão que tornou possível responder à questão de partida proposta, recorreremos, ao longo da nossa investigação, à Análise de Política Externa e à *Role Theory*. Enquanto a primeira nos permitiu atentar a certos elementos da decisão em política externa que, utilizando uma abordagem tradicional seriam ignorados, tais como a importância da conjuntura interna, as pressões do sistema, e as motivações e perceções do decisor; a segunda permitiu-nos, por sua vez, analisar os fenómenos internacionais apresentados, partindo do *status* internacional da China, ou seja, da sua posição na estrutura do Sistema Internacional.

De acordo com a *Role Theory*, o estudo da política externa deve basear-se no papel desempenhado por um qualquer Estado dentro do Sistema Internacional, ou melhor, na conceção acerca deste – numa análise que comporta a conceção do decisor político (*'role conception'*) e a conceção da Sociedade Internacional (*'role prescription'*). Desta forma, a atuação do Estado no âmbito da sua política externa (*'role performance'*) encontra-se diretamente dependente da *'role conception'* e, em menor grau, da *'role prescription'* assim como do seu *status* dentro do Sistema Internacional. Isto significa que na definição da política externa, esta é influenciada, por um lado, pela conceção do decisor político, e, por outro lado, da Sociedade Internacional, acerca do lugar que o Estado ocupa, e que se traduz no seu *status*. Quando o Estado tenta levar a cabo qualquer ação no sentido de assumir o seu lugar, estamos perante um papel, ou *role*.

Assim, e partindo dos termos mencionados, assim como da tipificação de status e roles apresentadas, podemos analisar a política externa da China da seguinte forma: a China é uma ‘grande potência’, em virtude das suas capacidades de poder, encontrando-se, hoje, equiparada aos Estados Unidos da América; partindo disso, e tendo por base a Tabela 1, podemos afirmar que o national role da China é o de ‘*revolutionary leader-imperialist*’, papel que lhe é permitido pelo seu status, isto é, pelas suas capacidades de poder crescentes, e que encontra justificação nas alterações que a mesma tem movido dentro do Sistema e da Ordem Internacional; por fim, e trabalhando os argumentos apresentados ao longo desta investigação, e partindo da Tabela 2, podemos apresentar como national role conception da China, isto é, como conceção dos decisores políticos chineses daquele que deve ser o papel da China, a de ‘*regional leader*’, dado a preponderância que tem, propositadamente, assumido dentro da Ásia-Pacífico, mas também de ‘*anti-imperialist agent*’, o que é corroborado pelas declarações de Xi Jinping em que a China não procura a hegemonia, e pelas críticas constantes às políticas norte-americanas em virtude da sua ingerência nos assuntos internos de outros Estados.

Finda a elaboração da nossa dissertação podemos confirmar a Hipótese 2 – “A Iniciativa Faixa e Rota, apesar de ser um projeto de natureza económica, foi definido, à luz da visão chinesa das relações internacionais, como um instrumento da política externa chinesa que catalise a revisão da Ordem Internacional anfitriã de uma China em ascensão na Ordem Internacional”.

Ao longo desta investigação fomos confrontados com várias questões que serão desenvolvidas em futuros trabalhos académicos, nomeadamente na Tese de Doutoramento.

BIBLIOGRAFIA

Acharya, A. (2017). After Liberal Hegemony: The Advent of a Multiplex World Order. *Ethics & International Affairs*, 31(3), 271-285. <https://doi.org/10.1017/S089267941700020X>

Acharya, A. (2018). *Constructing Global Order: Agency and Change in World Politics*. Cambridge University Press

Acharya, A. (2019). From Heaven to Earth: 'Cultural Idealism' and 'Moral Realism' as Chinese Contributions to Global International Relations. *The Chinese Journal of International Politics*, 12(4), 467-494. DOI: 10.1093/cjip/poz014

Agnew, J. (2010). Emerging China and Critical Geopolitics: Between World Politics and China Particularity. *Eurasian Geography and Economics*, 51(5), 569-582. DOI: 10.2747/1539-7216.51.5.569

Ahmed, F. & Lambert, A. (2022). *The Belt and Road Initiative: geopolitical and geoeconomic aspects*. Routledge

Allison, G. (1971). *Essence of Decision: Explaining the Cuban Missile Crisis*. Little, Brown and Company

Allison, G. (2017, 16 de outubro). Behold the New Emperor of China. *The Wall Street Journal*. <https://www.wsj.com/articles/behold-the-new-emperor-of-china-1508194537>

Alves, A. C. & Mendes, C. A. (Ed.). (2022). *Cultura Chinesa, Uma Perspetiva Ocidental*. Almedina e Centro Científico e Cultural de Macau

An, N., Sharp, J. & Shaw, I. (2021). Towards Confucian geopolitics. *Dialogues in Human Geography*, 11(2), 218-235. DOI: 10.1177/2043820620951354

Aron, R. (2002). *Paz e Guerra entre as Nações*. Imprensa Oficial do Estado, Editora Universidade de Brasília & Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais

Baldwin, D. A. (2016). *Power and International Relations: A Conceptual Approach*. Princeton University Press

Barbosa, P. (2021). O pensamento chinês e a teoria de Relações Internacionais: uma Escola Chinesa de RI?. *Carta Internacional*, 16(2), 1-22. DOI: 10.21530/ci.v16n2.2021.1156

Becard, D. & Filho, P. (2019). Chinese Cultural Diplomacy: instruments in China's strategy for international insertion in the 21st Century. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 62(1), 1-20. <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7329201900105>

Benvenuti, A., Chung, C., Khoo, N. & Tan, A. (2022). *China's Foreign Policy: The Emergence of a Great Power*. Routledge

Blanchard, J. & Flint, C. (2017). The Geopolitics of China's Maritime Silk Road Initiative. *Geopolitics*, 22(2), 223-245. DOI: 10.1080/14650045.2017.1291503

Boulding, K. (1969). National Images and International Systems. In J. Rosenau (Ed.), *International politics and foreign policy: a reader in research and theory* (422-431). The Free Press

Boulding, K. (1989). *Three faces of power*. Sage Publications

Braillard, P. (1990). *Teorias das Relações Internacionais*. Fundação Calouste Gulbenkian

Breuning, M. (2011). Role theory research in international relations: state of the art and blind spots. In S. Harnisch, C. Frank & H. W. Maull, *Role Theory in International Relations: Approaches and analyses* (pp. 16-35). Routledge

Breuning, S. (2011). Role theory research in international relations: state of the art and blind spots. In S. Harnish, C. Frank & H. W. Maull (Eds.), *Role Theory in International Relations: Approaches and analyses* (pp. 16-35). Routledge

Brewster, D. (2017). Silk Roads and String of Pearls: The Strategic Geography of China's New Pathways in the Indian Ocean. *Geopolitics*, 22(2), 269-291. <https://doi.org/10.1080/14650045.2016.1223631>

Brown, C. & Ainley, K. (2012). *Compreender as Relações Internacionais*. Gradiva

Brown, K. (2022). *Xi: Uma História de Poder*. Casa das Letras

Bull, H. (2002). *The Anarchical Society: A Study of Order in World Politics*. Palgrave Macmillan

Cai, K. G. (2022). *China's Foreign Policy since 1949: continuity and change*. Routledge

Carletti, A., Kotz, R. & Correia, G. (2019). A Nova Rota da Seda: implicações geopolíticas dos investimentos da China na América Latina. *Carta Internacional*, 14(3), 216-242. DOI: 10.21530/ci.v14n3.2019.921

Carr, E. H. (1939). Utopia e Realidade. In C. Gaspar (Ed.), *Teoria das Relações Internacionais – Textos Clássicos* (pp.38-46). Livros Horizonte

Carrai, M. A. (2023). China, the BRI, and the New Vocabulary of Global Governance. In P. Duarte, Leandro, F. & E. Galán (Eds.), *The Palgrave Handbook of Globalization with Chinese Characteristics: The Case of The Belt and Road Initiative* (pp.35-53). Palgrave Macmillan

Cariço, A. (2013). Grande estratégia e o ‘sonho da China’ de Xi Jinping. *Relações Internacionais*, 1(38), 23-33.
https://ipri.unl.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/ri38/n38a03.pdf

Casas, J. L. (2023). La visión mundial de China y el XX Congreso del PCCH. In Ministerio de Defensa & Instituto Español de Estudios Estratégicos (Eds.), *Panorama Estratégico 2023* (pp.175-196). Publicaciones de Defensa.
<https://dialnet.unirioja.es/servlet/libro?codigo=924266>

Chang-Liao, N. (2016). China's New Foreign Policy under Xi Jinping. *Asian Security*, 12(2), 82-91. DOI: 10.1080/14799855.2016.1183195

Chang-Liao, N. (2023). The limits of strategic partnerships: Implications for China's role in the Russia-Ukraine war. *Contemporary Security Policy*, 44(2), 226-247. DOI: 10.1080/13523260.2023.2174702

Chih, Y. W. (2021). ‘Provincialising’ the Belt and Road Initiative: Theorising with Chinese narratives of the ‘Digital Silk Road’ (数字丝绸之路). *Asia Pacific Viewpoint*, 62(3), 286-290. DOI: 10.1111/apv.12320

Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma, Ministério dos Negócios Estrangeiros e Ministério do Comércio da República Popular da China. (2015). *Visão e Ações para Promover a Construção Conjunta da Faixa Económica da Rota da Seda e da*

Rota Marítima da Seda do Século XXI. <http://pt.china-embassy.gov.cn/zpgx/201605/P020210630304251531434.pdf>

Costa, C. M. (2023). The Globalization Discourse of the Belt and Road Initiative ce. In P. Duarte, Leandro, F. & E. Galán (Eds.), *The Palgrave Handbook of Globalization with Chinese Characteristics: The Case of The Belt and Road Initiative* (pp.55-66). Palgrave Macmillan

Couto, A. C. (2020). *Elementos de Estratégia: Apontamentos para um Curso* (Vol. 1). LeYa

Cravinho, J. G. (2010). *Visões do Mundo: As Relações Internacionais e o Mundo Contemporâneo* (3rd ed.). Imprensa de Ciências Sociais

Cunha, L. (2013). 18.º Congresso PCC: o fim de uma era. *Anuário Janus 2013*, 12-13. <http://hdl.handle.net/11144/602>

Cunha, L. (2016). China: a Constituição interpretada por Xi Jinping. *Anuário Janus 2015-2016*, 36-37. <http://hdl.handle.net/11144/2923>

Dahl, R. (1957). The Concept of Power. *Behavioral Science: Journal of the Society for General Systems Research*, 2(3), 201-215. DOI: 10.1002/bs.3830020303

Dallmayr, F. (2012). Introduction. In F. Dallmayr & Z. Tingyang (Eds.), *Contemporary Chinese Political Thought: Debates and Perspectives* (pp. 1-13). University Press of Kentucky

Danner, L. K. (2018). *China's Grand Strategy: Contradictory Foreign Policy?*. Palgrave Macmillan

Duarte, P. (2016a). When the Earth is not Enough: China's Race for the Space. *Coleção Meira Mattos: revista das ciências militares*, 10(37), 37-45. <http://ebrevistas.eb.mil.br/RMM/article/view/537>

Duarte, P. (2016b). As incursões da China na América Latina e Atlântico Sul. *Brazilian Journal of International Relations*, 5(1), 97-123. DOI: 10.36311/2237-7743.2016.v5n1.06.p97

Duarte, P. (2016c). O Dragão Lança Fogo no Gelo: o Ártico e a Antártida no Quadro da Nova Rota da Seda Chinesa. *Coleção Meira Mattos: revista das ciências militares*, 9(35), 457-470. <http://ebrevistas.eb.mil.br/RMM/article/view/521>

Duarte, P. (2017a). *Faixa e Rota chinesa: a convergência entre Terra e Mar*. Instituto Internacional de Macau

Duarte, P. (2017b). A Nova Rota da Seda: A Convergência entre a Terra e o Mar na (Re)emergência da China. *Revista Oriente-Occidente*, 34, 44-55. <https://www.anrs.pt/documentation/OrienteOccidentePauloDuarte.pdf>

Duarte, P. (2018). A Faixa e Rota e o caráter cíclico da história. *Anuário Janus 2018-2019*, 56-57. <http://hdl.handle.net/11144/4853>

Duarte, P. (2019). Whose Silk Road? The Chinese, US, European Union and Russian strategic projects for regional integration in Central Asia. In C. A. Mendes (Ed.), *China's New Silk Road: An Emerging World Order* (pp.38-50). Routledge

Duarte, P. (2020). *De Lisboa a Pequim: Portugal na Faixa e Rota chinesa*. Instituto Internacional de Macau

Duarte, P. A. B. & Ferreira-Pereira, L. C. (2022). The Soft Power of China and the European Union in the context of the Belt and Road Initiative and Global Strategy. *Journal of Contemporary European Studies*, 30(4), 593-607, DOI: 10.1080/14782804.2021.1916740

Duarte, P., Leandro, F. & Galán, E. (Eds.). (2023). *The Palgrave Handbook of Globalization with Chinese Characteristics: The Case of The Belt and Road Initiative*. Palgrave Macmillan

Duarte, Paulo. (2012). Soft China: o caráter evolutivo da estratégia de charme chinesa. *Contexto Internacional*, 34(2), 501-529. <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-85292012000200005>

Edney, K., Rosen, S. & Zhu, Y. (2020). *Soft Power with Chinese Characteristics: China's Campaign for Hearts and Minds*. Routledge

Eulau, H. (1963). *The Behavioral Persuasion in Politics*. Random House

Falk, R. (1975). *A Global Approach to National Policy*. Harvard University Press

Feng, Z. (2012a). Debating the “Chinese Theory of International Relations”: Toward a New Stage in China’s International Studies. In F. Dallmayr & Z. Tingyang (Eds.), *Contemporary Chinese Political Thought: Debates and Perspectives* (pp. 67-87). University Press of Kentucky

Feng, Z. (2012b). The Tsinghua Approach and the Inception of Chinese Theories of International Relations. *The Chinese Journal of International Politics*, 5(1), 73-102. DOI: 10.1093/cjip/por015

Ferdinand, P. (2016). Westward ho—the China dream and ‘one belt, one road’: Chinese foreign policy under Xi Jinping. *International Affairs*, 92(4), 941-957. DOI: 10.1111/1468-2346.12660

Fernandes, J. A. (2010). *Introdução à Ciência Política*. Porto Editora

Fernandes, J. A. (2015). *Relações Internacionais: Evolução, Protagonistas e Teorias*. Chiado Editora

Fernandes, J. P. T. (2011). *Teorias das Relações Internacionais: Da Abordagem Clássica ao Debate Pós-Positivista* (2nd ed.). Edições Almedina

Ferreira-Pereira, L. & Duarte, P. (2023). The South Atlantic in China’s Global Policy: Why It Matters?. In P. Duarte, Leandro, F. & E. Galán (Eds.), *The Palgrave Handbook of Globalization with Chinese Characteristics: The Case of The Belt and Road Initiative* (pp.705-722). Palgrave Macmillan

Ferreira-Pereira, L., Duarte, P. & Santos, N. (2023). Why Is China Going Polar? Understanding Engagement and Implications for the Arctic and Antarctica. In P. Duarte, Leandro, F. & E. Galán (Eds.), *The Palgrave Handbook of Globalization with Chinese Characteristics: The Case of The Belt and Road Initiative* (pp.765-782). Palgrave Macmillan

Freire, M. R. & Vinha, L. (2011). Política Externa: Modelos, Actores e Dinâmicas. In M. R. Freire (ed.), *Política externa: as relações internacionais em mudança* (pp. 13-53). Imprensa da Universidade de Coimbra

Gallelli, B. & Heinrich, P. (2019). Building a community of shared Destiny: the Belt and Road Initiative in the political speeches of Xi Jinping. In C. A. Mendes (Ed.), *China’s New Silk Road: An Emerging World Order* (pp.21-37). Routledge

Garlick, J. (2020). *The Impact of China's Belt and Road Initiative: From Asia to Europe*. Routledge

Garrick, J. & Bennett, Y. C. (2018). Xi Jinping Thought: Realisation of the Chinese Dream of National Rejuvenation?. *China Perspectives*, 2018(1-2), 99-105. DOI: 10.4000/chinaperspectives.7872

Gaspar, C. (2021). *Teoria das Relações Internacionais – Textos Clássicos* (1st ed.). Livros Horizonte

Gilpin, R. (1981). *War and Change in World Politics*. Cambridge University Press

Greatrex, R. (2019). The Maritime Silk Road, viewed from the South. In C. A. Mendes (Ed.), *China's New Silk Road: An Emerging World Order* (pp.153-164). Routledge

Greitens, S. C. (2022). China's Response to War in Ukraine. *Asian Survey*, 62(5-6), 751-781. DOI: 10.1525/as.2022.1807273

Hall, T. & Krolikowski, A. (2022). Making Sense of China's Belt and Road Initiative: A Review Essay. *International Studies Review*, 24(3), 1-18. <https://doi.org/10.1093/isr/viac023>

Hall, T. & Xiaoyu, P. (2023, 8 de maio). Dare to Fight or Dare to Struggle? Translation of a Chinese Political Concept. *Interpret: China (Center for Strategic & International Studies)*. <https://interpret.csis.org/dare-to-fight-or-dare-to-struggle-translation-of-a-chinese-political-concept/>

Harnisch, S. (2011). Role theory: Operationalization of key concepts. In S. Harnisch, C. Frank & H. W. Maull, *Role Theory in International Relations: Approaches and analyses* (pp. 7-15). Routledge

Harnish, M. (2011). Role theory: Operationalization of key concepts. In S. Harnish, C. Frank & H. W. Maull (Eds.), *Role Theory in International Relations: Approaches and analyses* (pp. 7-15). Routledge

He, B. (2011). The Dilemmas of China's Political Science in the Context of the Rise of China. *Journal of Chinese Political Science*, 16, 257-277. DOI: 10.1007/s11366-011-9151-5

Hill, C. (2015). *Foreign Policy in the Twenty-First Century*. Red Globe Press

Hobbes, T. (1965). *Leviathan*. Oxford University Press.
https://files.libertyfund.org/files/869/0161_Bk.pdf

Holsti, K. J. (1970). National Role Conceptions in the Study of Foreign Policy. *International Studies Quarterly*, 14(3), 233-309. DOI: 10.2307/3013584

Holsti, K. J. (1970). National Role Conceptions in the Study of Foreign Policy. *International Studies Quarterly*, 14(3), 233-309. <https://doi.org/10.2307/3013584>

Hudson, V. & Vore, C. (1995). Foreign Policy Analysis Yesterday, Today, and Tomorrow. *Mershon International Studies Review*, 39(2), 209-238. DOI: 10.2307/222751

Hudson, V. (2005). Foreign Policy Analysis: Actor-Specific Theory and the Ground of International Relations. *Foreign Policy Analysis*, 1(1), 1-30. <https://doi.org/10.1111/j.1743-8594.2005.00001.x>

Hudson, V. M. (2014). *Foreign Policy Analysis: Classic and Contemporary Theory* (2nd ed.). Rowman & Littlefield

Ikenberry, G. J. (2009). Liberal Internationalism 3.0: America and the Dilemmas of Liberal World Order. *Perspectives on Politics*, 7(1), 71-87. DOI: 10.1017/S1537592709090112

Ikenberry, G. J. (2014). The logic of order: Westphalia, liberalism, and the evolution of international order in the modern era. In G. J. Ikenberry (Ed.), *Power, Order, and Change in World Politics* (pp.83-106). Cambridge University Press

Jiangli, W. & Buzan, B. (2014). The English and Chinese Schools of International Relations: Comparisons and Lessons. *The Chinese Journal of International Politics*, 7(1), 1-46. DOI: 10.1093/cjip/pot017

Jones, L. (2020). Does China's Belt and Road Initiative Challenge the Liberal, Rules-Based Order?. *Fudan Journal of the Humanities and Social Sciences*, 13, 113-133. <https://doi.org/10.1007/s40647-019-00252-8>

Kawashima, S. (2020). China's Foreign Policy Objectives and Views on the International Order: Thoughts Based on Xi Jinping's Speech at the 19th National Congress. *Japan Review*, 3(3-4), 54-63. https://www.jiia-jic.jp/en/japanreview/pdf/07JapanReview_Vol3_No3-4_Shin_Kawashima.pdf

Kim, H. J. (2016). Will IR Theory with Chinese Characteristics be a Powerful Alternative?. *The Chinese Journal of International Politics*, 9(1), 59-79. DOI: 10.1093/cjip/pov014

Kim, Y. (2018). *A History of Chinese Political Thought*. Polity Press

Kissinger, H. (2011). *Da China*. Quetzal Editores

Kissinger, H. (2022). *A Ordem Mundial: Reflexões sobre o Carácter das Nações e o Curso da História* (5th ed.). Dom Quixote

Koboevic, Z., Kurtela, Z. & Vujicic, S. (2018). The Maritime Silk Road and China's Belt and Road Initiative. *Nase More, International Journal of Maritime Science and Technology*, 65(2), 113-122. DOI: 10.17818/NM/2018/2.7

Kumar, S. (2018). Theorising Chinese International Relations and the Rise of China: A Preliminary Investigation. *Relaciones Internacionales*, 27(54), 23-32. <http://www.scielo.org.ar/pdf/relin/v27n54/v27n54a03.pdf>

Lagar, F. J. & Porcelli, E. (2022). Descentrar las Relaciones Internacionales: mitos, centros múltiples y producción de conocimiento. *Relaciones Internacionales*, 1(50), 19-37. DOI: 10.15366/relacionesinternacionales2022.50.001

Lake, D. (2013). Theory is dead, long live theory: The end of the Great Debates and the rise of eclecticism in International Relations. *European Journal of International Relations*, 19(3), 567-587. DOI: 10.1177/1354066113494330

Lanteigne, M. (2020). *Chinese Foreign Policy: An Introduction* (4th ed.). Routledge

Lanxin, X. (2016). Xi's Dreams and China's Future. *Survival*, 58(3), 53-62. DOI: 10.1080/00396338.2016.1186978

Laozi. (2021). *Tao Te Ching – Livro da Via e da Virtude*. Nova Vega

Leahy, J., Hille, K., Lin, A & Pooler, M. (2023, 31 de março). 'Dare to fight': Xi Jinping unveils China's new world order. *Financial Times*. <https://www.ft.com/content/0f0b558b-3ca8-4156-82c8-e1825539ee20>

Leandro, F. (2018). *Steps of Greatness: The Geopolitics of OBOR*. University of Macau

Lebow, R. N. (2019). Durkheim et les Relations internationales. *Études internationales*, 50(2), 221–247. <https://doi.org/10.7202/1071176ar>

Leite, A. C. C. & Máximo, J. C. R. (2013). Através dos Olhos do Dragão: Um Estudo sobre o Campo das Relações Internacionais na China. *Contexto Internacional*, 35(1), 231-259. <https://doi.org/10.1590/S0102-85292013000100008>

Leite, I. C. (2022). Hard Power. In F. Sousa, P. E. Mendes, J. G. Freitas, D. Ferreira, R. Rocha & A. Tavares (Eds.), *Dicionário de Ciência Política e Relações Internacionais* (p. 331). Almedina

Lian, Z. (2012). The Debates in Contemporary Chinese Political Thought. In F. Dallmayr & Z. Tingyang (Eds.), *Contemporary Chinese Political Thought: Debates and Perspectives* (pp. 26-45). University Press of Kentucky

Lin, D. (2022). “One China” and the Cross-Taiwan Strait Commitment Problem. *The China Quarterly*, 252, 1094-1116. DOI: 10.1017/S0305741022001369

Linton, R. (1936). *The Study of Man*. Appleton-Century

Lu, M. (2016). The Bene-Ideal: China’s Cosmopolitan Vision of World Order. *Chinese Political Science Review*, 1(2), 336-352. DOI: 10.1007/s41111-016-0016-0

Magalhães, J. C. (1996). *Diplomacia Pura* (2nd ed.). Bertrand Editora

Man, C. (2018). The Belt and Road Initiative—the New Silk Road: a research agenda. *Journal of Contemporary East Asia Studies*, 7(2), 104-123. DOI: 0.1080/24761028.2019.1580407

Mazuelos, J. A. C. (2022). El sueño chino de rejuvenecimiento nacional y la política exterior bajo Xi Jinping. *Agenda Internacional*, 29(40), 31-55. DOI: 10.18800/agenda.202201.002

Mearsheimer, J. J. (2019). Bound to Fail: The Rise and Fall of the Liberal International Order. *International Security*, 43(4), 7-50. https://doi.org/10.1162/isec_a_00342

Mendes, C. A. & Wang, X. (2023). The Belt and Road Initiative in Global Governance: Impact on the International World Order. In P. A. B. Duarte et al. (eds.), *The*

Palgrave Handbook of Globalization with Chinese Characteristics (pp. 109-123). Palgrave Macmillan

Mendes, C. A. & Xintong, T. (2020). As motivações políticas e económicas da presença chinesa em Angola. *Relações Internacionais*, 65, 57-70. DOI: 10.23906/ri2020.65a05

Mendes, C. A. & Xuheng, W. (2023). The Belt and Road Initiative in Global Governance: Impact on the International World Order. In P. Duarte, Leandro, F. & E. Galán (Eds.), *The Palgrave Handbook of Globalization with Chinese Characteristics: The Case of The Belt and Road Initiative* (pp.109-123). Palgrave Macmillan

Mendes, C. A. (2011). República Popular da China. In M. R. Freire (ed.), *Política externa: as relações internacionais em mudança* (pp. 340-360). Imprensa da Universidade de Coimbra

Mendes, C. A. (2020). *China Contemporânea*. Almedina

Mendes, C. A. (Ed.). (2019). *China's New Silk Road: An Emerging World Order*. Routledge

Mendes, P. E. (2007). A Raiz e o Fruto na Análise da Política Externa dos Estados: uma Perspectiva Eclética. *Relações Internacionais*, 16, 129-144. https://ipri.unl.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/ri16/RI16_10PEMendes.pdf

Mendes, P. E. (2013). A Invenção das Relações Internacionais como ciência social: uma introdução à Ciência e à Política das RI. In *Cepese Working Paper*. <https://www.cepese.pt/portal/pt/publicacoes/colecoes/working-papers/relacoes-externas-de-portugal/a-invencao-das-relacoes-internacionais-como-ciencia-social-uma-introducao-a-ciencia-e-a-politica-das-ri-2217>

Mendes, P. E. (2017). Como compreender e estudar a decisão em política externa: reinterpretando os clássicos. *Brazilian Journal of International Relations*, 6(1), 9-36. <https://doi.org/10.36311/2237-7743.2017.v6n1.03.p8>

Mendes, P. E. (2019). As teorias principais das Relações Internacionais: uma avaliação do progresso da disciplina. *Relações Internacionais*, 61, 95-122. DOI: 10.23906/ri2019.61a08

Mendes, P. E. (2020). R(r)elações I(i)nternacionais, Realismo e Análise da Política Externa (APE): contextualizando a invenção da APE. *Estudos Internacionais*, 8(1), 64-88. <http://hdl.handle.net/10362/97773>

Mendes, P. E. (2022a). Sociedade Internacional. In F. Sousa, P. E. Mendes, J. G. Freitas, D. Ferreira, R. Rocha & A. Tavares (Eds.), *Dicionário de Ciência Política e Relações Internacionais* (p. 582). Almedina

Mendes, P. E. (2022b). Comunidade Internacional. In F. Sousa, P. E. Mendes, J. G. Freitas, D. Ferreira, R. Rocha & A. Tavares (Eds.), *Dicionário de Ciência Política e Relações Internacionais* (p. 162). Almedina

Mendes, P. E. (2022c). Ordem Internacional. In F. Sousa, P. E. Mendes, J. G. Freitas, D. Ferreira, R. Rocha & A. Tavares (Eds.), *Dicionário de Ciência Política e Relações Internacionais* (pp. 441-442). Almedina

Mendes, P. E. (2022d). Anomia Internacional. In F. Sousa, P. E. Mendes, J. G. Freitas, D. Ferreira, R. Rocha & A. Tavares (Eds.), *Dicionário de Ciência Política e Relações Internacionais* (pp. 57-58). Almedina

Ming, C. (2012). Modernity and Confucian Political Philosophy in a Globalized World. In F. Dallmayr & Z. Tingyang (Eds.), *Contemporary Chinese Political Thought: Debates and Perspectives* (pp. 110-130). University Press of Kentucky

Montenegro, R. & Kraychete, E. (2022). Investimentos e presença militar da China na África: considerações a partir da nova Rota da Seda. *Oikos Revista de Economia Política Internacional*, 21(3), 63-87. <https://revistas.ufrj.br/index.php/oikos/issue/view/2424>

Montenegro, R. H. (2015). Debates teóricos no campo das Relações Internacionais na China | Theoretical Debates in the Field of International Relations in China. *Mural Internacional*, 6(2), 231-243. DOI: 10.12957/rmi.2015.18387

Montenegro, R. H. (2019). Uma visão geral da política externa chinesa contemporânea: estratégias, atores e instrumentos. *Brazilian Journal of International Relations*, 8(2), 298-329. 10.36311/2237-7743.2019.v8n2.05.p297

Morgenthau, H. (1954). Uma Teoria Realista da Política Internacional. In C. Gaspar (Ed.), *Teoria das Relações Internacionais – Textos Clássicos* (pp.47-62). Livros Horizonte

Müller, H. (2011). Habermas meets role theory: Communicative action as role playing?. In S. Harnish, C. Frank & H. W. Maull (Eds.), *Role Theory in International Relations: Approaches and analyses* (pp. 55-73). Routledge

Muller-Markus, C. (2016). One Belt, One Road: the Chinese Dream and its Impact on Europe. *CIBOD Notes Internacionais*, 148, 1-6. https://www.cidob.org/en/publications/publication_series/notes_internacionais/n1_148_one_belt_one_road_el_sueno_chino_y_su_impacto_sobre_europa/one_belt_one_road_the_chinese_dream_and_its_impact_on_europe

Nabers, D. (2011). Identity and role change in international politics. In S. Harnish, C. Frank & H. W. Maull (Eds.), *Role Theory in International Relations: Approaches and analyses* (pp. 74-92). Routledge

Nabers, D. (2011). Identity and role change in international politics. In S. Harnish, C. Frank & H. W. Maull, *Role Theory in International Relations: Approaches and analyses* (pp. 74-92). Routledge

Nathan, A. J. & Zhang, B. (2021). ‘A Shared Future for Mankind’: Rhetoric and Reality in Chinese Foreign Policy under Xi Jinping. *Journal of Contemporary China*, 31(133), 57-71. DOI: 10.1080/10670564.2021.1926091

Neibuhr, R. (1932). *Moral Man and Immoral Society: A Study in Ethics and Politics*. Charles Scribner’s Sons

Nkolo Ndjodo, L. M. (2023). Enjeux et défis du XXème Congrès National du Parti Communiste Chinois. *Revue d’Études Sino-Africaines (RÉSA)*, 2(1), 36–51. DOI: 10.56377/jsas.v2n1.3651

Nogueira, I. & Fona, L. E. M. (2022). A transição na política externa da ‘Ascensão Pacífica’ para o ‘Sonho Chinês’ à luz do debate teórico de RI na China. *Cadernos do CEAS: Revista Crítica de Humanidades*, 47(255), 86-108. DOI: 10.25247/2447-861X.2022.n255.p86-108

Nye, J. S. (1990). *Bound to Lead: The Changing Nature of American Power*. Basic Books

Nye, J. S. (2002). Hard and Soft Power in a Global Information Age. In M. Leonard (Ed.), *Re-Ordering the World: The long-term implications of September 11th* (pp. 2-10). The Foreign Policy Centre

Nye, J. S. (2004). *Soft Power: The Means to Success in World Politics*. PublicAffairs

Nye, J. S. (2005). *O Paradoxo do Poder Americano: Porque é que a única superpotência mundial não pode actuar isoladamente* (T. Araújo, Trans.). Gradiva. (Original work published 2002)

Nye, J. S. (2009). *Liderança e Poder* (R. P. Cabral, Trans.). Gradiva. (Original work published 2008)

Nye, J. S. (2014). *Compreender os Conflitos Internacionais: uma Introdução à Teoria e à História* (3rd ed.) (T. Araújo, Trans.). Gradiva. (Original work published 2000)

Nye, J. S. (2021). Soft power: the evolution of a concept. *Journal of Political Power*, 14(1), 1-13. DOI: 10.1080/2158379X.2021.1879572

Partido Comunista Chinês . (2017, 4 de novembro). *Relatório do 19º Congresso Nacional do Partido Comunista Chinês* . <http://br.china-embassy.gov.cn/por/ssht/SJD/>

Partido Comunista Chinês . (2022, 16 de outubro). *Manter Erguida a Grande Bandeira do Socialismo com Características Chinesas e Lutar com União pela Construção Integral de Um País Socialista Moderno: Relatório para o 20º Congresso Nacional do Partido Comunista Chinês* . <http://download.people.com.cn/waiwen/eight16667473801.pdf>

Patapan, H. & Wang, Y. (2018). The Hidden Ruler: Wang Huning and the Making of Contemporary China. *Journal of Contemporary China*, 27(109), 47-60. <https://doi.org/10.1080/10670564.2017.1363018>

Pautasso, D. & Ungaretti, C. (2017). A Nova Rota da Seda e a recriação do sistema sinocêntrico. *Estudos Internacionais*, 4(3), 25-44. DOI: 10.5752/P.2317-773X.2016v4.n3.p25

Pautasso, D. (2017). O papel da África na Nova Rota da Seda Marítima. *Revista Brasileira de Estudos Africanos*, 1(2), 124-136. DOI: 10.22456/2448-3923.67028

Pautasso, D., Nogara, T. S., Sousa, A. P. B. & Doria, G. (2021). A Nova Rota da Seda e o dilema do Xinjiang. *Estudos Internacionais*, 9(4), 25-42. DOI: 10.5752/P.2317-773X.2021v9n4p25-42

Petric, E. (2013). *Foreign Policy: From Conception to Diplomatic Practice*. Martinus Nijhoff Publishers

Pokharna, B. (2022). The impact of chinese assertiveness on global order. *Janus.NET – e-Journal of International Relations*, 13(2), 38-54. <https://doi.org/10.26619/1647-7251.DT22.3>

Prebilič, V. & Jereb, V. (2022). Implications of the war in Ukraine on the Belt and Road Initiative. *Journal of Geography, Politics and Society*, 12(2), 1-7. DOI: 10.26881/jpgs.2022.2.01

Qin, Y. (2007). Why is there no Chinese international relations theory?. *International Relations of the Asia-Pacific*, 7(3), 313-340. DOI: 10.1093/irap/lcm013

Qin, Y. (2012). Culture and global thought: Chinese international theory in the making. *Revista CIDOB d'Afers Internacionals*, 1(100), 67-90. https://www.cidob.org/en/articulos/revista_cidob_d_afers_internacionals/100/culture_and_global_thought_chinese_international_theory_in_the_making

Qin, Y. (2016). A Relational Theory of World Politics. *International Studies Review*, 18(1), 33-47. DOI: 10.1093/isr/viv031

Qin, Y. (2018). A Multiverse of Knowledge: Cultures and IR Theories. *The Chinese Journal of International Politics*, 11(4), 415-434. DOI: 10.1093/cjip/poy015

Rato, V. (2020). *De Mao a Xi: o Ressurgimento da China*. Alêtheia Editores

Ren, X. (2020). Grown from within: Building a Chinese School of International Relations. *The Pacific Review*, 33(3-4), 386-412. <https://doi.org/10.1080/09512748.2020.1728573>

Ribeiro, F. (2020). Geopolítica do século XXI: a perspectiva chinesa do sistema internacional. *Geosul*, 35(77), 621-644. DOI: 10.5007/2177-5230.2020v35n77p621

Rodrigues, B. & Martins, C. (2020). O sistema Tiānxià (天下) como estratégia do Zhōngguó (中国) – reflexões sobre a transição hegemônica mundial no longo século XXI. *Geosul*, 35(77), 166-195. <https://doi.org/10.5007/2177-5230.2020v35n77p166>

Rosenau, J. (1966). Pre-theories and theories of foreign policy. In B. Farrell (Ed.), *Approaches to Comparative and International Politics* (pp.27-92). Northwestern University Press

Rosenau, J. N. (1969). Towards the Study of National-International Linkages. In J. Rosenau (Ed.), *Linkage Politics: Essays on the Convergence of National and International Systems* (pp.44-63). The Free Press

Roszko, E. (2019). Locating China's Maritime Silk Road in the context of the South China Sea disputes. In C. A. Mendes (Ed.), *China's New Silk Road: An Emerging World Order* (pp.165-179). Routledge

Salvagni, J., Silva, M. G., Veronese, M. V. & Avila, R. I. (2022). A ascensão chinesa e a nova rota da seda: mudanças globais, novas hegemonias. *Revista Sociedade e Estado*, 37(2), 673-696. DOI: 10.1590/s0102-6992-202237020013

Santos, N. & Balão, S. (2021). Entre soft power e sharp power: A diplomacia pública da China durante o combate à pandemia de COVID-19. *Daxiyangguo: Portuguese Journal of Asian Studies*, 1(26), 45-87. DOI: 10.33167/1645-4677.DAXIYANGGUO2021.26/pp.45-87

Sarwar, F. (2018). China's One Belt and One Road: Implications of 'New Eurasian Land Bridge' on Global Power Play in the Region. *NUST Journal of International Peace & Stability*, 1(2), 131-144. <http://dx.doi.org/10.37540/njips.v1i2.13>

Schmidt, B. C. (2013). On the History and Historiography of International Relations. In W. Carlsnaes, T. Risse & B. A. Simmons (Eds.), *Handbook of International Relations* (pp.3-24). SAGE Publications

Shambaugh, D. (2011). International relations studies in China: history, trends, and prospects. *International Relations of Asia-Pacific*, 11(3), 339-372. DOI: 10.1093/irap/lcr013

Shih, C. (2012). Assigning Role Characteristics to China: The Role State Versus The Ego State. *Foreign Policy Analysis*, 8(1), 71-91. <https://www.jstor.org/stable/24909854>

Shoude, L. (1997). Constructing an International Relations Theory with 'Chinese Characteristics'. *Political Science*, 49(1), 23-39. DOI: 10.1177/003231879704900103

Shuxian, L. (2012). Contemporary New Confucianism: Background, Varieties, and Significance. In F. Dallmayr & Z. Tingyang (Eds.), *Contemporary Chinese Political Thought: Debates and Perspectives* (pp. 91-109). University Press of Kentucky

Sidaway, J. D. & Chih, Y. W. (2017). Chinese Narratives on 'One Belt, One Road' in Geopolitical and Imperial Contexts. *The Professional Geographer*, 69(4), 591-603. DOI: 10.1080/00330124.2017.1288576

Silva, F. B. (2023). A relevância da APE para o estudo da política externa: o caso da adesão de Portugal à CEE. *Janus.NET – e-Journal of International Relations*, 14(1), 238-256. <https://doi.org/10.26619/1647-7251.14.1.13>

Silva, J. T. (2019). A Consolidação de Poder por Xi Jinping. *Anuário Janus 2018-2019*, 64-65. <http://hdl.handle.net/11144/4857>

Singh, M. (2018). From Smart Power to Sharp Power: How China Promotes her National Interests. *Journal of Defence Studies*, 12(3), 5-25. <https://idsa.in/jds/jds-12-3-2018-from-smart-power-to-sharp-power-msingh>

Snyder, R. C., Bruck, H. W. & Sapin, B. (2002). Decision-Making as an Approach to the Study of International Politics. In R. C. Snyder, H. W. Bruck & B. Sapin (Eds.), *Foreign Policy Decision-Making (Revisited)* (pp.21-152). Palgrave Macmillan

Sousa, F & Ferreira, D. (2022). Sistema Internacional. In F. Sousa, P. E. Mendes, J. G. Freitas, D. Ferreira, R. Rocha & A. Tavares (Eds.), *Dicionário de Ciência Política e Relações Internacionais* (pp. 573-575). Almedina

Sousa, F. (Ed.). (2005). *Dicionário de Relações Internacionais*. CEPESSE; Edições Afrontamento

Sousa, F., Mendes, P. E., Freitas, J. G., Ferreira, D., Rocha, R. & Tavares, A. (Eds.). (2022). *Dicionário de Ciência Política e Relações Internacionais*. Edições Almedina

Sprout, H. & Sprout, M. (1957). Environmental factors in the study of international politics. *Journal of Conflict Resolution* 1(4), 309-328. DOI: 10.1177/002200275700100401

Sprout, H. & Sprout, M. (1969). Environmental Factors in Foreign-Policy Analysis. In J. Rosenau (ed.), *International Politics and Foreign Policy: a reader in research and theory* (pp.48-53). The Free Press

Sullivan, J. & Wang, W. (2022). China's "Wolf Warrior Diplomacy": The Interaction of Formal Diplomacy and Cyber-Nationalism. *Journal of Current Chinese Affairs*, 52(1), 68-88. <https://doi.org/10.1177/18681026221079841>

The State Council Information Office of the People's Republic of China. (2022). *Jointly Build a Community with a Shared Future in Cyberspace*. <https://www.chinadaily.com.cn/a/202211/07/WS63687246a3105ca1f2274748.html>

The State Council Information Office of the People's Republic of China. (2018). *China's Arctic Policy*. http://www.xinhuanet.com/english/2018-01/26/c_136926498.htm

Thies, C. G. & Breuning, M. (2012). Integrating Foreign Policy Analysis and International Relations through Role Theory. *Foreign Policy Analysis*, 8(1), 1-4. DOI: 10.1111/j.1743-8594.2011.00169.x

Thies, C. G. & Breuning, M. (2012). Integrating Foreign Policy Analysis and International Relations through Role Theory. *Foreign Policy Analysis*, 8(1), 1-4. <https://www.jstor.org/stable/24909850>

Tingyang, Z. (2006). Rethinking Empire from a Chinese Concept 'All under heaven' (Tian-xia). *Social Identities*, 12(1), 29-41. DOI: 10.1080/13504630600555559

Tingyang, Z. (2009). A Political World Philosophy in terms of All under heaven (Tian-xia). *Diogenes*, 56(1), 5-18. DOI: 10.1177/0392192109102149

Tingyang, Z. (2012). All under heaven and Methodological Relationism: An Old Story and New World Peace. In F. Dallmayr & Z. Tingyang (Eds.), *Contemporary Chinese Political Thought: Debates and Perspectives* (pp. 46-66). University Press of Kentucky

Tomé, L. (2003). Novo Recorte Geopolítico Mundial: uma ordem uni-multipolar, uma grande guerra e o jogo de "contenções múltiplas". *Nação e Defesa*, (106), 77-119. <http://hdl.handle.net/11144/4512>

Tomé, L. (2021a). A Grande Estratégia da China de Xi Jinping: Objetivos, poder nacional abrangente e políticas. *Relações Internacionais*, 1(71), 105-134. <http://hdl.handle.net/11144/5606>

Tomé, L. (2021b). Construção e Desconstrução da Ordem Internacional Liberal. *Janus.NET – e-Journal of International Relations*, 12(2), 92-124. <http://hdl.handle.net/11144/5292>

Tomé, L. (2023). The BRI in Xi's China "Grand Strategy": An Instrument to Restore Chinese Centrality in a New Era. In P. Duarte, Leandro, F. & E. Galán (Eds.), *The Palgrave Handbook of Globalization with Chinese Characteristics: The Case of The Belt and Road Initiative* (pp.67-90). Palgrave Macmillan

Turner, R. H. (1956). Role-Taking, Role Standpoint, and Reference Group Behavior. *American Journal of Sociology*, 61(4), 316-328. <https://www.jstor.org/stable/2773533>

Wæver, O. (1996). The rise and fall of the inter-paradigm debate. In S. Smith, K. Booth & M. Zalewski (Eds.), *International theory: positivism and beyond* (1st ed., pp. 149-185). Cambridge University Press

Wahlke, J. C., Eulau, H. & Buchanan, W. (1962). *The Legislative System: Explorations in Legislative Behaviour*. John Wiley and Sons

Walker, C. & Ludwig, J. (2017a, 16 de novembro). The Meanings of Sharp Power: How Authoritarian States Project Influence. *Foreign Affairs*. <https://www.foreignaffairs.com/articles/china/2017-11-16/meaning-sharp-power>

Walker, C. & Ludwig, J. (2017b). From 'Soft Power' to 'Sharp Power': Rising Authoritarian Influence in the Democratic World. In NED (Ed.), *Sharp Power: Rising Authoritarian Influence* (pp.8-25). NED. <https://www.ned.org/wp-content/uploads/2017/12/Sharp-Power-Rising-Authoritarian-Influence-Full-Report.pdf>

Walker, C. (2018). O que é 'Sharp Power' e como ele perfuras as instituições democráticas. *Journal of Democracy em Português*, 7(2), 45-68. <https://www.plataformademocratica.org/publicacoes#JournalDemocracy>

Walker, C., Kalathil, S. & Ludwig, J. (2020). The Cutting Edge of Sharp Power. *Journal of Democracy*, 31(1), 124-137. <https://www.journalofdemocracy.org/issue/january-2020/>

Walkowski, M. (2022). Social Credit System in the People's Republic of China. Theoretical Assumption and Implementation. *Polish Political Science Yearbook*, 51(3), 135-153. DOI: 10.15804/ppsy202239

Waltz, K. (1979). *Theory of International Politics*. Addison-Wesley Publishing Company

Wei, L. (2020). Striving for achievement in a new era: China debates its global role. *The Pacific Review*, 33(3-4), 413-437. DOI: 10.1080/09512748.2020.1728572

Weissmann, M. (2015). Chinese Foreign Policy in a Global Perspective: A Responsible Reformer “Striving For Achievement”. *Journal of China and International Relations*, 3(1), 151-166. <http://www.diva-portal.org/smash/get/diva2:817328/fulltext01.pdf>

Wentao, Z. (2019). The ‘Belt & Road’ Initiative and Its Chinese Traditional Philosophical Root. *International Relations and Diplomacy*, 7(3), 110-121. DOI: 10.17265/2328-2134/2019.03.003

Wilson, W. (1918). *Fourteen Points*. https://web.ics.purdue.edu/~wggray/Teaching/His300/Handouts/Fourteen_Points.pdf

Xiang, L. (2016). Xi’s Dream and China’s Future. *Survival*, 58(3), 53-62. <https://doi.org/10.1080/00396338.2016.1186978>

Xinning, S. (2001). Building International Relations Theory with Chinese Characteristics. *Journal of Contemporary China*, 10(26), 61-74. DOI: 10.1080/10670560125339

Xuetong, Y. (2014). From Keeping a Low Profile to Striving for Achievement. *The Chinese Journal of International Politics*, 7(2), 153–184. DOI: 10.1093/cjip/pou027

Zhang, J. (2015). China's new foreign policy under Xi Jinping: towards ‘Peaceful Rise 2.0’?. *Global Change, Peace & Security*, 27(1), 5-19. DOI: 10.1080/14781158.2015.993958

Zhang, Q. (2023). The 20th CPC National Congress and China’s Foreign Policy: implication and reflection. *China International Strategy Review*, 5, 1-23. <https://doi.org/10.1007/s42533-023-00127-4>

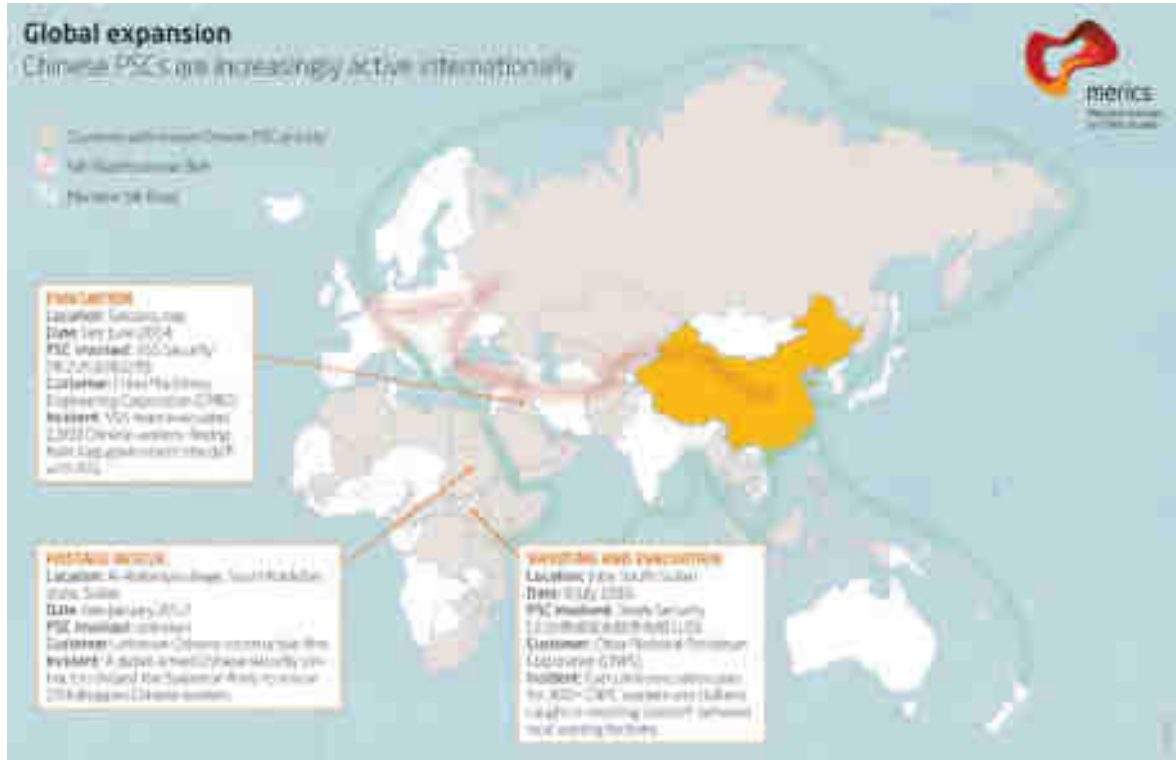
Zhang, Y. (2014). The idea of order in ancient Chinese political thought: a Wightian exploration. *International Affairs*, 90(1), 167-183. DOI: 10.1111/1468-2346.12101

Zhou, W. & Esteban, M. (2018). Beyond Balancing: China's approach towards the Belt and Road Initiative. *Journal of Contemporary China*, 27(2), 487-501. <https://doi.org/10.1080/10670564.2018.1433476>

ANEXOS

ANEXO I

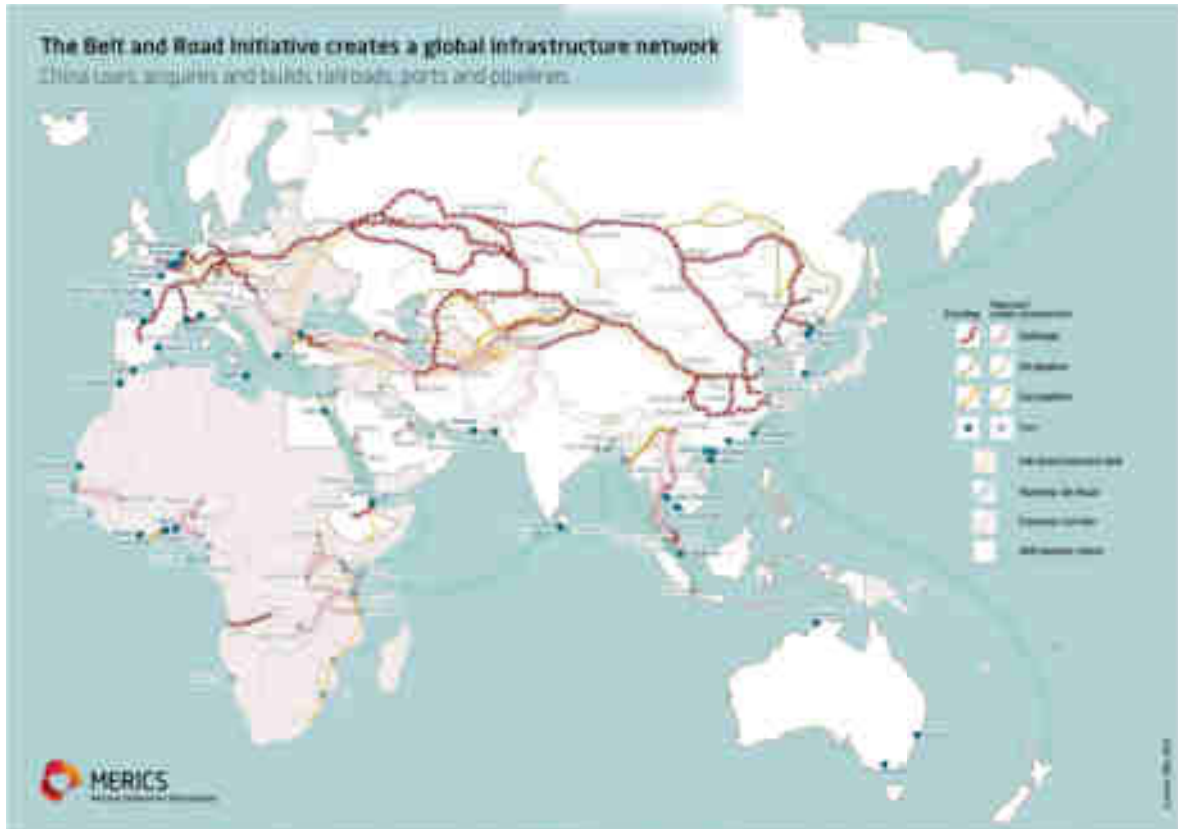
Alcance da Nova Rota da Seda



Fonte: <https://merics.org/en/report/guardians-belt-and-road> [Consultado em 15-05-2023]

ANEXO II

Mapa da extensão e alcance da Silk Road Economic Belt e da 21st Century Maritime Silk Road e respectivos corredores



Fonte: <https://www.merics.org/en/tracker/mapping-belt-and-road-initiative-where-we-stand> [Consultado em 20-06-2023]

Vision and Actions on Energy Cooperation in Jointly Building Silk Road Economic Belt and 21st-Century Maritime Silk Road

When Chinese President Xi Jinping visited Central and Southeast Asia in the second half of 2013, he raised the initiative of jointly building the Silk Road Economic Belt and the 21st-Century Maritime Silk Road (hereinafter referred to as the Belt and Road Initiative). In March 2015, the Chinese government published the "Vision and Actions on Jointly Building Silk Road Economic Belt and 21st-Century Maritime Silk Road" white paper, which stated that the Belt and Road Initiative is open and inclusive. China welcomes all countries and international or regional organizations to join the initiative, which is internationally recognized and has received positive responses.

Energy is indispensable for progress in mankind's development, and is closely related to people's livelihoods in all countries. Strengthening energy cooperation in jointly building the Belt and Road Initiative will stimulate wider and deeper regional cooperation at a higher level for the economic prosperity of the whole world—a goal which China and other countries around the world strive for. The National Development and Reform Commission (NDRC) and the National Energy Administration (NEA) of China have jointly drafted and published this white paper to promote the implementation of the Initiative, instill vigor and vitality into the ancient Silk Road, and promote mutually beneficial collaboration to new highs.

I. Global Energy Development

Complex and profound changes in terms of the global energy market are taking place. The supply and demand balance in the market is generally easing; response to climate change is moving into a new stage; a new round of revolution in energy technology accelerates; a new mechanism for global energy governance is developing; but the goal of "sustainable energy for all" is nonetheless far from reach and all countries face big challenges in their energy development.

The Belt and Road Initiative seeks to foster energy cooperation in order to jointly build up an open, inclusive, and beneficial community of shared interests, responsibility and destiny. The Initiative also aims to improve regional energy safety and to optimize the distribution of energy resources. It will integrate regional energy markets and push forward the green and low-carbon development of regional energy. By doing so, the scheme will meet increasing demand for energy and advance economic development in countries involved in the Initiative.

At the age of globalization, China is closely connected with the rest of the world, and so is its energy sector. China will continue to promote international cooperation on energy and integrate itself even deeper to the world energy system. The Initiative not only underpins China's energy development but also coordinates such development in other countries in the world. China is committed to shouldering more responsibilities and obligations within its capacity, and seeks to make greater contributions to the development of mankind's energy sources.

II. Cooperation Principles

(I) The energy cooperation is open and inclusive. It welcomes the participation of all countries as well as international or regional organizations, and is designed to enhance dialogue between nations. We intend to seek common ground while respecting our differences and jointly discuss, initiate and enjoy the achievements to come which will be spread to an increasing amount of people and a wider range of regions.

(II)The cooperation seeks mutual benefit. It accommodates the interests and concerns of all parties involved, seeks a conjunction of interests and the "largest common denominator" for cooperation, and tap into the full potential and creativity of all parties to achieve common development.

(III)The cooperation is market-oriented. It will abide by market rules and international norms, give play to the decisive role of the market in resource allocation and let the governments perform their functions of coordination and guidance.

(IV)The cooperation will be safe and secure. We will strengthen communication, increase mutual trust with relevant countries, and reduce risks in the energy supply mechanism. We will jointly secure international energy production and transmission pathways and build up a safe and efficient energy security system.

(V)The cooperation will be green and efficient. We will attach great importance to the issue of environmental protection in the process of energy development, and strive to encourage the efficient development and utilization of clean energy. We will strictly control the emission of pollutants and green-house gases, raise energy efficiency and contribute to green and efficient development in all countries.

(VI)The cooperation will be harmonious. We will focus on the balanced development of energy sector and social responsibilities, ensure a satisfactory technological transition, and provide training for local people. We respect the religious beliefs and diverse cultures of different countries, strongly support public welfare causes and help economic development so that all peoples can coexist in peace and prosperity.

III. Cooperation Priorities

We hereby propose the following key areas where we could strengthen our cooperation.

(I)Policy coordination. We stand ready to communicate and coordinate with other countries on our energy development policy and planning. We will jointly create a plan for cooperation as well as its measures for implementation, negotiate to solve issues related to our collaborative efforts and provide policy support for pragmatic cooperation.

(II)Unimpeded trade. We will strive to effectively facilitate the trade of conventional energy resources, reduce trade costs, and enable the optimization of resource allocation in larger scales. In addition, we will strengthen our ability to fend off risks and cultivate an open and stable global energy market.

(III)Energy investment cooperation. We encourage enterprises to adopt various measures including direct investment, merger and acquisitions, and public-private-partnerships (PPP) to deepen energy investment cooperation. We will enhance the involvement of financial institutions in the lifecycle of energy cooperation projects to create sound energy "industry plus finance" cooperation pattern.

(IV)Energy production capacity cooperation. We stand ready to cooperate with other countries in the production of equipment related to this sector and in construction and engineering to jointly improve the energy industry's development for mutual benefit. We will conduct joint research and development of high-end technology and equipment to advance innovation. We will deepen our cooperation in standardization of all energy sectors.

(V)Energy infrastructure connectivity. We will continue to improve and expand the scale of oil and gas pipeline connectivity, and jointly maintain its safety. We will advance cross-border power transmission line construction, upgrade and retrofit the regional power grid, negotiate to

establish the regional power market and continually improve trade levels.

(VI) Sustainable energy for all. We will actively implement the 2030 Sustainable Development Agenda and Paris Agreement on climate change. We will advance affordable, reliable and sustainable modern energy services for all, promote clean energy investment and development in relevant countries, and work together to achieve greater energy efficiency.

(VII) Better global energy governance structure. We will build on the Belt and Road energy cooperation system, synchronize countries' effort to jointly build a green and low-carbon global energy governance structure and push forward global green development together.

IV. China in Action

We will build on the multilateral and bilateral cooperation mechanisms to advance Belt and Road energy cooperation to a higher level.

We will establish and improve a bilateral joint working mechanism, and create a plan for its implementation. We will give full play to the energy cooperation mechanism, and coordinate to push forward its projects.

We will actively participate in multilateral energy cooperation within the framework of the UN, G20, APEC, SCO, BRICS, The Lancang-Mekong Cooperation Mechanism, The Greater Mekong Sub-region, Central Asia Regional Economic Cooperation, ASEAN-China, ASEAN+3, East Asia Summit, Asia Cooperation Dialogue, Cooperation between China and Central and Eastern European Countries, China-League of Arab States, and China-Gulf Cooperation Council and etc.

We will enhance our cooperation with IEA, OPEC, IEF, IRENA, Energy Charter, World Energy Council and other international organizations.

We will actively implement the ASEAN-China Clean Energy Capacity Building Plan, promote the building of China-League of Arab States Clean Energy Center, China and CEEC (Central and Eastern European Countries) Energy Projects Dialogue and Cooperation Center. We will explore international platforms for their constructive roles, including the Global Energy Transition Forum and the East Asia Summit Clean Energy Forum.

We will work with other countries and regions to create the Belt and Road Energy Club, and provide a platform for deeper understanding and wider consensus on energy cooperation for more countries and regions involved in the Belt and Road Initiative. We will work with think tanks from different countries, and advance exchanges of high-caliber personnel and information sharing.

V. Embracing a Brighter Future Together

Though proposed by China, the Belt and Road energy cooperation is in the interests of all countries along the land and sea routes. China is ready to join hands with all countries to seize the opportunity provided by the Initiative, promote energy cooperation in a larger scope, with higher standards and at deeper levels. We welcome the active participation of all countries and international or regional organizations in the Initiative.

China is ready to work with all countries to identify projects that accommodate all relevant parties' interests, and accelerate the launching of projects that are ready for implementation, so as to ensure early harvest.

The Belt and Road energy cooperation features mutual respect and trust, mutual benefit and win-win cooperation. As long as all the countries along the routes make concerted efforts to collaborate, we will build an energy community of shared interests, responsibilities and common destiny featuring openness, inclusiveness and mutual benefit.

**Visão e Ações para Promover a Construção Conjunta
da Faixa Económica da Rota da Seda e da Rota
Marítima da Seda do Século XXI**

Março de 2015

República Popular da China
Comissão Nacional do Desenvolvimento e Reforma
Ministério dos Negócios Estrangeiros
Ministério do Comércio

Índice

Prefácio

I. Enquadramento histórico

II. Princípios da construção conjunta

III. Quadro das estruturas

IV. Prioridades de cooperação

V. Mecanismos de cooperação

VI. Regiões da China no prosseguimento da abertura

VII. China em ação

VIII. Construir em conjunto um futuro melhor

Prefácio

Mais de dois mil anos atrás, os povos diligentes e corajosos da Eurásia exploraram e abriram várias rotas de comércio e de intercâmbio humano e cultural que ligavam as principais civilizações da Ásia, Europa e África. Essas rotas seriam posteriormente denominadas de forma integrada por Rota da Seda. Durante milénios, o espírito da Rota da Seda consistente em "paz e cooperação, abertura e inclusão, aprendizagem mútua, benefício recíproco e ganhos compartilhados" tem sido transmitido de geração em geração, promovendo o progresso da civilização humana e contribuindo muito para a prosperidade e o desenvolvimento dos países ao longo da Rota da Seda. Simbolizando a comunicação e a cooperação entre o Oriente e o Ocidente, o espírito da Rota da Seda é uma herança histórica e cultural compartilhada por todos os países do mundo.

Tendo entrado no século XXI, uma nova era que tem como tema a paz, desenvolvimento, cooperação e benefício mútuo, e perante uma fraca recuperação da economia global e as complexas situações internacionais e regionais, a continuação e o desenvolvimento do espírito da Rota da Seda tornam-se ainda mais importantes e valiosos.

Em setembro e outubro de 2013, o Presidente chinês Xi Jinping, durante as suas visitas à Ásia Central e ao Sudeste Asiático, lançou a importante iniciativa da construção conjunta de uma “Faixa Económica da Rota da Seda” e de uma “Rota Marítima da Seda do Século XXI” (doravante designadas por “Uma Faixa e Uma Rota”), que têm atraído grande atenção do mundo. Na Feira China - Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) em 2013, o Primeiro Ministro chinês Li Keqiang

sublinhou na sua intervenção a necessidade de construir a “Rota Marítima da Seda” projetada para a ASEAN e de criar um ponto de apoio estratégico para promover o desenvolvimento das regiões do interior. A aceleração da construção de “Uma Faixa e Uma Rota” favorece a promoção da prosperidade económica e da cooperação económica regional dos países ao longo da Faixa e Rota da Seda acima mencionada, reforça o intercâmbio e a aprendizagem mútua entre as diferentes civilizações e fomenta a paz e o desenvolvimento mundial, este é um grande empreendimento que beneficiará todos os povos do mundo.

A iniciativa de “Uma Faixa e Uma Rota” é um projeto sistemático que precisa de persistir no princípio de consulta, construção conjunta e partilha e promover ativamente a conexão entre as estratégias de desenvolvimento dos países ao longo da Faixa e Rota da Seda. Com o objetivo de pôr em prática a grande iniciativa de “Uma Faixa e Uma Rota”, revigorar as antigas rotas da seda, unir de uma maneira nova os países asiáticos, europeus e africanos e elevar a cooperação e o benefício mútuo para um patamar mais alto, o Governo chinês elabora e publica especialmente o documento intitulado “Visão e Ações para Promover a Construção Conjunta da Faixa Económica da Rota da Seda e da Rota Marítima da Seda do Século XXI”.

I

Enquadramento histórico

O mundo atual está a atravessar mudanças complexas e profundas. O impacto profundo da crise financeira internacional continua visível, a economia mundial está a recuperar-se lentamente, a desigualdade económica global continua e o cenário de investimento do comércio

internacional e as regras para o comércio e investimento multilaterais aguardam ainda um profundo ajustamento. Os problemas relativos ao desenvolvimento que todos os países enfrentam continuam a ser graves.

A construção conjunta de “Uma Faixa e Uma Rota” corresponde à tendência da multipolarização do mundo, da globalização económica, da diversidade cultural, da informatização social. Deve-se persistir no espírito aberto de cooperação regional para salvaguardar o sistema de livre comércio global e a economia mundial mais aberta.

A construção conjunta de “Uma Faixa e Uma Rota” tem como objetivos fomentar a circulação ordenada e livre dos elementos económicos, a distribuição eficiente dos recursos e a integração profunda dos mercados e, encorajar os países ao longo da Faixa e Rota da Seda a concretizarem a coordenação das políticas económicas e a promoverem uma cooperação regional mais ampla e profunda e com padrões mais elevados, com vista a criar em conjunto um quadro de estruturas da cooperação económica regional aberta, inclusiva, equilibrada que beneficiará todos.

A construção conjunta de “Uma Faixa e Uma Rota” corresponde aos interesses fundamentais da comunidade internacional, reflecte o ideal comum e a aspiração auspiciosa da sociedade humana, constituindo uma positiva exploração de novos modelos de cooperação internacional e governança global, dando uma nova energia positiva à paz e ao desenvolvimento mundial.

A construção conjunta de “Uma Faixa e Uma Rota” visa promover a conectividade entre os continentes asiático, europeu e africano e os seus mares adjacentes, estabelecer e reforçar a parceria conectada entre os

países ao longo da Faixa e Rota da Seda e configurar as redes de interconexão e intercomunicação multidirecional, complexa e em vários níveis, concretizando o desenvolvimento diversificado, independente, equilibrado e sustentável de todos os países. Os projetos de conectividade de “Uma Faixa e Uma Rota” irão promover a intercomunicação e o acoplamento das estratégias de desenvolvimento dos países participantes, explorar potenciais do mercado dentro da região, fomentar o investimento e o consumo, criar a demanda e mais empregos, intensificar o intercâmbio humano e cultural, fomentar a aprendizagem mútua entre os povos dos diversos países para eles se encontrarem, se conhecerem, se confiarem, se respeitarem e se desfrutarem juntos de uma vida harmoniosa, pacífica e abastada.

Atualmente, a economia chinesa e a economia mundial estão fortemente interligadas. A China vai persistir como sempre na política fundamental do Estado de abertura ao exterior, fomentar uma nova configuração de abertura em todas as suas vertentes e integrar-se mais aprofundadamente no sistema económico mundial. A promoção da construção de “Uma Faixa e Uma Rota” é uma necessidade da China para expandir e aprofundar a sua abertura ao exterior e também, a necessidade de reforçar a cooperação baseada no princípio de benefício mútuo com os países da Ásia, Europa e África, assim como com os outros países do mundo. A China tem toda a vontade de assumir mais responsabilidades e deveres dentro do alcance das suas capacidades e dar um maior contributo para o desenvolvimento pacífico da humanidade.

II

Princípios da construção conjunta

Observar escrupulosamente os objetivos e princípios da Carta das Nações Unidas. Respeitar os Cinco Princípios da Coexistência Pacífica, ou seja, respeito pela soberania e integridade territorial de todos os países, não agressão mútua, não ingerência nos assuntos internos de outros países, coexistência pacífica, igualdade e benefício mútuo.

Persistir na abertura e cooperação. A iniciativa de “Uma Faixa e Uma Rota” baseia-se, mas não se limita aos países das antigas rotas da seda e apela à participação de todos os países e de organizações internacionais e regionais para que mais países e regiões possam beneficiar dos frutos da construção conjunta.

Persistir na harmonia e inclusão. Preconizar a tolerância entre as civilizações, respeitar a escolha de todos os países pelo caminho e modo de desenvolvimento e reforçar diálogos entre diferentes civilizações, procurando convergências enquanto reservando divergências e admitir coisas de natureza diversa, em prol da coexistência pacífica e crescimento e prosperidade comuns.

Persistir nas operações do mercado. Seguir a lei do mercado e as normas convencionais internacionais, desempenhar plenamente o papel decisivo do mercado na distribuição de recursos, bem como o papel principal das diversas empresas e o papel de governo dos diversos países.

Persistir no benefício mútuo e ganhos compartilhados. Conciliar os interesses e as preocupações de todas as partes, procurar a convergência de interesses e o máximo divisor comum para a cooperação, realçar a sabedoria e a criatividade de todas as partes, possibilitando-lhes praticarem os seus pontos fortes e atuar cada uma conforme a sua

capacidade com o objetivo de desenvolver as vantagens e potencialidades de todas as partes.

III

Quadro das estruturas

A Iniciativa “Uma Faixa e Uma Rota” proporcionará um caminho de cooperação de ganhos compartilhados que promove a prosperidade conjunta, um caminho de paz e amizade que promove o entendimento, confiança e reforço de intercâmbios em todos os aspectos. O Governo chinês defende a paz e cooperação, abertura e inclusão, aprendizagem mútua, benefício mútuo e ganhos compartilhados, promove a cooperação pragmática em todos os domínios, fazendo esforços para construir uma comunidade de interesses, destino e responsabilidades compartilhadas caracterizada pela confiança política mútua integração económica e inclusão cultural.

“Uma Faixa e Uma Rota” atravessam os continentes asiático, europeu e africano, faz a ligação entre o círculo mais dinâmico da Ásia Oriental e o círculo mais desenvolvido da Europa e abrange vários países com vastos territórios e um enorme potencial para o desenvolvimento económico. A Faixa Económica da Rota da Seda liga principalmente a China à Europa (o Mar Báltico) via a Ásia Central e Rússia , ao Golfo Pérsico e ao Mar Mediterrâneo através da Ásia Central e Ásia Ocidental, e ao Sudeste e o Sul da Ásia e o Oceano Índico. A Rota Marítima da Seda no Século XXI é projetada dos portos do litoral da China via Oceano Índico à Europa através do Mar do Sul da China e ao Pacífico Sul através do Mar do Sul da China.

Segundo a direção projetada da Iniciativa “Uma Faixa e Uma Rota”, em terra firme, aproveitando os corredores internacionais que conectam as importantes cidades ao longo da Faixa e Rota da Seda, que servem como pontos de apoio, e tomando as zonas prioritárias de economia, comércio e indústria como plataformas de cooperação, serão construídos em conjunto uma nova Ponte Terrestre Continental Eurasiática, assim como os corredores económicos de cooperação internacional China - Mongólia - Rússia, China - Ásia Central - Ásia Ocidental e China - Península da Indochina. No mar, os portos prioritários constituem os pontos que permitem a construção conjunta duma grande via de transporte marítimo segura e altamente eficaz. Os Corredores Económicos Sino-Paquistão e Bangladesh - China - Índia - Mianmar estão estreitamente relacionados com a construção de “Uma Faixa e Uma Rota” e, é necessário promover ainda mais a cooperação para obter maiores sucessos.

A Iniciativa “Uma Faixa e Uma Rota” é uma visão económica ambiciosa de abertura e cooperação dos países ao longo da Faixa e Rota da Seda e é necessário que os países participantes se esforcem de mãos dadas por marchar na mesma direção para alcançar as metas de interesses e benefício mútuo e de segurança conjunta, melhorar as infra-estruturas regionais, conseguir a formação básica das redes de vias terrestres, marítimas e aéreas seguras e altamente eficazes, levar a interconexão e a intercomunicação para um novo patamar, elevar o nível de facilitação do investimento e do comércio, estabelecer preliminarmente uma rede de zonas de livre comércio com padrões elevados, estreitar mais contatos económicos e aprofundar a confiança política mútua, ampliar e intensificar o intercâmbio humano e cultural, encorajar as distintas civilizações a aprenderem-se reciprocamente e a prosperarem em conjunto; promover o conhecimento e a compreensão mútuos, a paz e a

amizade entre os povos de todos os países.

IV

Prioridades de Cooperação

Os países ao longo da Faixa e Rota da Seda são diferentes em termos dos recursos que possuem, fortes em complementaridade económica e enormes em potenciais e espaços de cooperação. Tendo como conteúdos principais a coordenação de políticas, a interconetividade das infra-estruturas, ou o livre fluxo de comércio, a circulação de capitais e o entendimento entre os povos, deve-se reforçar a cooperação prioritariamente nos seguintes aspectos:

Comunicação a respeito das políticas

O reforço da comunicação a respeito das políticas constitui uma garantia importante para promover a construção de “Uma Faixa e Uma Rota”. É necessário reforçar a cooperação intergovernamental, implementar ativamente os mecanismos de comunicação e intercâmbio intergovernamentais em todos os níveis no que se refere à macropolítica, aprofundar a integração de interesses, fomentar a confiança política mútua e alcançar novos consensos de cooperação. Os países ao longo da Faixa e Rota da Seda podem realizar de forma plena intercâmbios e conexões em termos das estratégias e medidas do desenvolvimento económico, elaborar planos e medidas destinadas a promover a cooperação regional, resolver através de consultas os problemas surgidos no processo de cooperação e proporcionar conjuntamente apoios de políticas para a cooperação pragmática e a implementação dos projetos em larga escala.

Interconetividade das infra-estruturas

A interconetividade das infra-estruturas constitui uma área prioritária da implementação da Iniciativa “Uma Faixa e Uma Rota”. Com base no respeito pela soberania e pelas preocupações de segurança conjunta dos países ao longo da Faixa e Rota da Seda, é conveniente reforçar a conexão dos países participantes no que diz respeito aos projetos da construção das infra-estruturas e a ligação dos sistemas de normas técnicas, impulsionar em conjunto a construção das estradas principais internacionais, e formar, passo a passo, uma rede de infra-estruturas que liga não só todas as sub-regiões da Ásia, como também os continentes da Ásia, Europa e África. Tendo em consideração os efeitos da alteração climática surgidos no processo da construção, é necessário intensificar a construção e gestão ecológicas e de baixo carbono das infra-estruturas.

Deve-se concentrar na construção das vias-chave, pontos de charneira e obras mais importantes em termos das infra-estruturas de transporte, dando a prioridade à ligação dos traços desconectados de estradas, eliminar os nós de estrangulamento, completar e melhorar as instalações de segurança e proteção de estradas e instalações e equipamentos de administração de tráfego com vista a elevar o nível da fluidez do tráfego rodoviário. Promover o estabelecimento de mecanismos unificados e coordenadores de transporte em todo o seu trajeto, fomentar a conexão orgânica entre as travessias aduaneiras internacionais, o transbordo e múltiplas formas de transporte unido e formar gradualmente regras unificadas e compatíveis de transporte de forma a facilitar o tráfego

internacional. Promover a construção das infra-estruturas portuárias, canalizar o tráfego unido através das vias terrestres e marítimas, fomentar a cooperação na construção de portos, aumentar linhas e frequências de viagens marítimas e reforçar a cooperação no mar em termos da informatização logística. Estabelecer e expandir plataformas e mecanismos de cooperação integral da aviação civil e acelerar o ritmo para melhorar o nível das infra-estruturas da navegação aérea.

Fortalecer a cooperação na interconetividade das infra-estruturas de energias, salvaguardar em conjunto a segurança dos oleodutos e gasodutos e outras vias de tráfego, promover a construção das linhas elétricas e do transporte transfronteiriço de energia elétrica e desenvolver ativamente a cooperação regional em matéria de atualização e transformação das redes de electricidade.

Promover em conjunto a construção de cabos ópticos transfronteiriços e outras redes principais de telecomunicação, elevar o nível de interconexão da comunicação internacional e criar uma Rota da Seda de Informações. Acelerar a construção de cabos ópticos transfronteiriços bilaterais, entre outros, planejar projetos de construção de cabos ópticos submarinos transcontinentais, melhorar as vias espaciais (de satélite) de informação e alargar o intercâmbio e a troca de informações.

Livre fluxo de comércio

A cooperação no domínio do investimento e comércio é o conteúdo prioritário da construção de “Uma Faixa e Uma Rota”. Deve-se estudar e resolver a questão da facilitação do investimento e do comércio, eliminando as barreiras, criar um bom ambiente de comércio dentro da

região e em todos os países. Consultar ativamente os países e regiões ao longo da Faixa e Rota da Seda sobre a construção das zonas de livre comércio, estimular e libertar o potencial de cooperação para fazer um grande e bom “bolo” de cooperação.

Convém que os países ao longo da Faixa e Rota de Seda reforçam a cooperação aduaneira a respeito da troca de informações, o reconhecimento mútuo da supervisão e controlo e da assistência mútua na aplicação de leis, assim como a cooperação bilateral ou multilateral relativamente à inspeção e quarentena, certificação e acreditação, medida padrão, partilha de informações estatísticas, entre outros, fomentar a entrada em vigor e a implementação do Acordo sobre Facilitação do Comércio da Organização Mundial do Comércio (OMC). Melhorar as condições e instalações de desalfandegamento nas travessias fronteiriças, acelerar a construção de "janela única" nos postos fronteiriços, reduzindo as taxas do desembaraço aduaneiro e melhorando a sua capacidade. Reforçar a cooperação no que se refere à segurança e facilitação da cadeia de abastecimento, promover a coordenação dos processos de supervisão transfronteiriça e a verificação *online* dos certificados de inspeção e quarentena, fomentar o reconhecimento mútuo dos Operadores Económicos Autorizados (AEO). Reduzir as barreiras não tarifárias, elevar em conjunto o nível de transparência das medidas tecnológicas do comércio e aumentar o nível da liberalização e facilitação do comércio.

Alargar os setores do comércio, otimizar as estruturas comerciais, descobrir novos pontos de crescimento comercial e fomentar a balança comercial. Inovar formas comerciais e desenvolver, entre outros, o comércio eletrónico transfronteiriço. Estabelecer e aperfeiçoar os

sistemas de promoção de comércio e de serviços, consolidar e ampliar o comércio tradicional e desenvolver o comércio de serviços modernos. Combinar organicamente o investimento com o comércio e promover o desenvolvimento do comércio através de investimento.

Acelerar o processo de facilitação do investimento e eliminar as barreiras ao investimento. Intensificar as consultas sobre acordos bilaterais de protecção de investimentos, de evitação da dupla tributação, protegendo os direitos e interesses legítimos dos investidores.

Alargar as áreas de investimento mútuo, fomentar a cooperação profunda nos setores da agricultura, silvicultura, pecuária, pescaria, maquinaria agrícola, produção e transformação de produtos agrícolas. Promover a cooperação nos setores da aquicultura marítima, pescaria em alto mar, processamento de produtos aquáticos, dessalinização da água do mar, fabricação de medicamentos biológicos marinhos, tecnologia de engenharia do mar, indústria de protecção ambiental, turismo marítimo, entre outros. Aumentar a cooperação na prospeção e exploração dos recursos e energias tradicionais, tais como, carvão, petróleo, gás, minerais metálicos, etc., promover ativamente a cooperação em termos das energias limpas e renováveis, tais como, as energias hidroelétrica, nuclear, eólica e solar, incentivar a cooperação no processamento e transformação dos recursos e energias em localidades de exploração e fomentar a cooperação nas cadeias industriais integradas a montante e a jusante no que diz respeito aos recursos e energias. Reforçar a cooperação quanto às tecnologias de processamento profundo, equipamentos e serviços de engenharia dos recursos e energias.

Impulsionar a cooperação nas indústrias emergentes, estimular os países

ao longo da Faixa e Rota de Seda a reforçar a cooperação profunda nos novos setores das indústrias emergentes, tais como, a tecnologia de informática da nova geração, biotecnologia, novas energias e novos materiais, de acordo com os princípios de complementaridade de vantagens e de benefício mútuo e ganhos compartilhados, e promover o estabelecimento de mecanismos de cooperação de investimento e empreendimento.

Otimizar a divisão do trabalho e distribuição das cadeias industriais, fomentando o desenvolvimento coordenado das cadeias industriais a montante e a jusante e indústrias associadas, estimular o estabelecimento do sistema de investigação e desenvolvimento, produção e comercialização, elevar a capacidade de complementação industrial regional e a capacidade de competitividade integral. Promover a abertura recíproca dos setores de serviços e acelerar o desenvolvimento da indústria de serviços regionais. Procurar novas modalidades de cooperação de investimento, estimular a construção conjunta das zonas de cooperação económica e comercial no exterior e das zonas de cooperação económica transfronteiriça, assim como dos diversos parques industriais, fomentando o desenvolvimento de *clusters* industrial. Destacar o conceito da civilização ecológica na realização de investimento e comércio, aumentar a cooperação na conservação do ambiente ecológico e biodiversidade para combater a alteração climática e construir em conjunto a Faixa e Rota da Seda amigas do ambiente.

A China acolhe de bom grado o investimento das empresas de todos os países na China e incentiva as suas empresas a participarem na construção das infra-estruturas e investirem no setor industrial dos países ao longo da Faixa e Rota da Seda. Fomentar as empresas para

administrarem os seus negócios de acordo com o princípio de territorialidade, ajudar ativamente as localidades a desenvolver a economia, aumentar o emprego, melhorar a vida da população, tomar a iniciativa para assumir a responsabilidade social e proteger rigorosamente a biodiversidade e o ambiente ecológico.

Circulação de capitais

A circulação de capitais é um importante apoio para a construção de “Uma Faixa e Uma Rota”. É preciso aprofundar a cooperação financeira, incentivar a construção de um sistema monetário estável, um sistema de investimento e financiamento e um sistema de crédito no continente asiático. Alargar o âmbito e a escala de conversão e liquidação recíprocas de moedas nacionais dos países ao longo da Faixa e Rota da Seda. Promover a abertura e o desenvolvimento do mercado de títulos de crédito da Ásia. Intensificar conjuntamente os preparativos destinados à instalação do Banco Asiático de Investimento em Infra-estruturas e do Banco de Desenvolvimento do BRICS e desenvolver consultas entre as diversas partes correspondentes sobre o estabelecimento de organismos de financiamento da Organização para Cooperação de Xangai. Acelerar a construção e o funcionamento do Fundo da Rota da Seda. Reforçar a cooperação pragmática não só no Consórcio Bancário China-ASEAN como também no Consórcio Bancário da Organização para Cooperação de Xangai, e promover a cooperação financeira multilateral sob a forma de créditos de consórcios bancários, linhas de crédito bancárias, entre outras. Apoiar os governos dos países ao longo da Faixa e Rota da Seda, as suas empresas e instituições financeiras que gozam de maior credibilidade para a emissão de obrigações em RMB dentro do território chinês. Permitir que as instituições financeiras e as empresas chinesas

qualificadas dentro do território chinês possam, desde que cumpram os requisitos, emitir obrigações em RMB ou em moedas estrangeiras no exterior, encorajando-as a utilizarem os fundos assim captados nos países ao longo da Faixa e Rota da Seda.

Reforçar a cooperação no que se refere à regulação e supervisão financeira, promover a assinatura de memorandos de entendimento sobre a cooperação na regulação e supervisão bilaterais e criar gradualmente mecanismos eficientes para coordenar a supervisão e a regulação dentro da região. Aperfeiçoar os arranjos do sistema de tratamento e resposta aos riscos e crises, construir um sistema regional de alerta prévio sobre riscos financeiros e criar um mecanismo de intercâmbio e cooperação para enfrentar os riscos e as crises transfronteiriças. Aumentar o intercâmbio e a cooperação transterritoriais entre os departamentos de gestão de informação de crédito, as instituições de investigação de crédito e as agências de notação de crédito. Desenvolver de forma plena o papel do Fundo da Rota da Seda e dos fundos soberanos dos diversos países e incentivar os fundos de investimento em ações comerciais e fundos sociais a participarem em conjunto na construção das obras prioritárias de “Uma Faixa e Uma Rota”.

Entendimento entre os povos

O entendimento entre os povos constitui a base social para promover a construção de “Uma Faixa e Uma Rota”. Deve-se herdar e levar adiante o espírito da amizade e cooperação da Rota da Seda, alargar o intercâmbio cultural e académico e a cooperação de intercâmbio de pessoal e promover a cooperação entre os media, os jovens, as mulheres, serviços de voluntários, entre outros, com o objetivo de criar uma base sólida de

apoio popular para aprofundar a cooperação bilateral e multilateral.

Alargar o envio de estudantes entre os países diferentes e promover a cooperação na criação conjunta de estabelecimentos de ensino. A China oferece todos os anos 10.000 bolsas de estudo governamentais aos países ao longo da Faixa e Rota da Seda. Realizar em conjunto com estes países eventos e atividades, tais como, o Ano Cultural, o Festival de Arte e de Cinema, Semanas de Televisão e feiras de livros e outras atividades, fomentar a cooperação na criação e tradução de produtos excelentes de rádio, cinema e telenovelas. Apresentar em conjunto as solicitações de candidaturas a patrimónios culturais mundiais e desenvolver conjuntamente trabalhos de proteção de bens patrimoniais culturais do mundo. Aprofundar o intercâmbio e a cooperação entre talentos dos países ao longo da Faixa e Rota da Seda.

Intensificar a cooperação na área de turismo, expandir a escala de viagens, realizar mutuamente semanas de promoção turística, meses de divulgação turística e outras atividades, criar conjuntamente trajetos de viagens de primeira classe internacionais e produtos turísticos com características da Faixa e Rota da Seda e elevar o nível de facilitação de vistos para os turistas de todos os países ao longo da Faixa e Rota da Seda. Impulsionar a cooperação sobre o turismo de cruzeiros da Rota Marítima da Seda do séc. XXI. Realizar ativamente intercâmbios desportivos e apoiar os países ao longo da Faixa e Rota da Seda para apresentarem solicitações de celebração de importantes eventos desportivos internacionais.

Reforçar a cooperação com os países vizinhos no que diz respeito à troca de informações de epidemias, intercâmbios técnicos de prevenção e tratamento e a formação de pessoal especializado e elevar a cooperação e

a capacidade de tratamento de incidentes repentinos de saúde pública. Fornecer apoio e assistência–médica para dar resposta aos incidentes repentinos aos países relacionados e fomentar a cooperação pragmática em matéria da saúde materno-infantil, reabilitação de deficientes físicos e principais doenças infecciosas, incluindo a SIDA, tuberculose e malária, entre outras. Alargar também a cooperação nos domínios de medicina e farmacologia tradicionais.

Reforçar a cooperação na área da ciência e tecnologia, construir em conjunto laboratórios (ou centros de investigação), centros internacionais de transferência de tecnologias e centros de cooperação marítima, fomentar o intercâmbio de pessoal científico e tecnológico, desenvolver a cooperação na conquista de importantes temas científicos e tecnológicos, e elevar em conjunto a capacidade de inovação científica e tecnológica.

Integrar os recursos existentes, expandir e promover ativamente a cooperação pragmática com os países ao longo da Faixa e Rota da Seda nas áreas do emprego dos jovens, preparação para empreendedorismo, exploração de habilidades profissionais, serviços de gestão da segurança social e administração e função pública, assim como outras áreas de interesse comum.

Desenvolver plenamente o papel de ponte dos partidos políticos e parlamentos e reforçar as relações de amizade entre os órgãos legislativos, principais partidos políticos e organizações políticas dos países ao longo da Faixa e Rota da Seda. Promover o intercâmbio e a cooperação entre cidades diferentes e incentivar as principais cidades desses países a tornarem-se cidades-gêmeas, dando maior importância ao intercâmbio humano e cultural e a cooperação pragmática e configurando mais

exemplos vivos da cooperação. Apoiar os *think tanks* dos países ao longo da Faixa e Rota da Seda, a realizarem juntos trabalhos de investigação e organizarem fóruns, entre outros.

Reforçar o intercâmbio e a cooperação entre as organizações não governamentais dos países ao longo da Faixa e Rota da Seda. Dando especial atenção às populações de base, organizar atividades diversas de benefício público e de caridade relacionadas com a educação, cuidados médicos, redução da pobreza, promoção do desenvolvimento, biodiversidade e proteção ecológica, entre outras, e melhorar as condições da produção e da vida nas zonas pobres ao longo da Faixa e Rota da Seda. Reforçar o intercâmbio e a cooperação internacional nos setores da cultura e media, aproveitar ativamente a plataforma da Internet e utilizar novos instrumentos dos media para criar um ambiente cultural e da opinião pública mais harmonioso e amigável.

V

Mecanismos de cooperação

Atualmente, a integração económica mundial desenvolve-se a um ritmo acelerado e a cooperação regional encontra-se em ascensão. É preciso aproveitar ativamente os mecanismos de cooperação bilaterais e multilaterais existentes para promover a construção de “Uma Faixa e Uma Rota” e o desenvolvimento florescente da cooperação regional.

Reforçar a cooperação bilateral, fomentar a comunicação e consultas em todos os níveis e através dos diversos canais com o fim de promover o desenvolvimento integral das relações bilaterais. Fomentar a assinatura de memorandos ou programas de cooperação e construir um grupo de exemplos de cooperação bilateral. Estabelecer ou aperfeiçoar os

mecanismos de trabalhos conjuntos bilaterais e estudar e executar projetos de construção e roteiros de ação para levar adiante a iniciativa de “Uma Faixa e Uma Rota”. Desenvolver plenamente o papel das comissões conjuntas, comissões mistas, comités coordenadores, comités diretivos, conselhos de administração e outros mecanismos bilaterais existentes, para coordenar e intensificar a implementação dos projetos de cooperação.

Reforçar o papel dos mecanismos de cooperação multilaterais, fazer pleno uso dos mecanismos existentes, tais como a Organização para Cooperação de Xangai (Xangai) (SCO), Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) mais a China (10 + 1), a Cooperação Económica Ásia - Pacífico (APEC), a Reunião Ásia - Europa (ASEM), a Reunião para a Cooperação Asiática (ACD), a Conferência sobre Interação e Medidas de Construção de Confiança na Ásia (CICA), o Fórum de Cooperação China - Estados Árabes (CASCF), o Diálogo Estratégico China - Conselho de Cooperação do Golfo, a Cooperação Económica da Sub-região de Grande Mekong (GMS) e a Cooperação Económica Regional da Ásia Central (CAREC), para reforçar a comunicação com países participantes, incorporando mais países e regiões para participarem na construção de “Uma Faixa e Uma Rota”.

Continuar a desempenhar o papel construtivo das plataformas como fóruns e exposições internacionais a nível regional e sub-regional dos países ao longo da Faixa e Rota da Seda, incluindo o Fórum de Boao para a Ásia, a Expo China-ASEAN, a Expo China-Eurásia, o Fórum Económico da Eurásia, a Feira Internacional de Investimento e Comércio da China, a Expo China - Sul da Ásia, a Expo China - Estados Árabes, a Feira Internacional do Oeste da China, a Expo China - Rússia, e o Fórum

de Cooperação Qianhai, entre outros. Apoiar as autoridades locais e organizações não governamentais dos países participantes para descobrir patrimónios históricos e culturais referentes a “Uma Faixa e Uma Rota”, organizar em conjunto atividades específicas de intercâmbios económico, comercial e cultural, fazer com que a Feira Cultural Internacional da Rota da Seda (Dunhuang), o Festival Internacional de Cinema da Rota da Seda e a Exposição Internacional do Livro da Rota da Seda estejam coroados de sucesso. E propor a criação da Cimeira do Fórum-Internacional sobre a Iniciativa de “Uma Faixa e Uma Rota”.

VI

Regiões da China na prossecução da abertura

Ao promover a construção de “Uma Faixa e Uma Rota”, a China vai fazer pleno uso das vantagens comparativas das suas diversas regiões, implementar uma estratégia de abertura mais ativa, reforçar a interação e cooperação entre as regiões Leste, Central e Oeste e elevar o nível geral da economia aberta.

Regiões Noroeste e Nordeste. Tirar proveito da vantagem geográfica particular e do papel da Região Autónoma Uigur de Xinjiang como uma janela importante para se abrir ao Oeste, aprofundar o intercâmbio e a cooperação com os países da Ásia Central, Ásia Meridional e Ásia Ocidental, formar um importante ponto de conexão para os transportes e comunicações, um centro de comércio, logística, cultura, ciência e educação, criar uma zona económica central na Faixa Económica da Rota da Seda. Desenvolver as vantagens económicas e culturais das províncias de Shaanxi e Gansu e as vantagens étnicas e humanísticas da Região Autónoma da Etnia Hui de Ningxia e da província de Qinghai,

transformar Xi'an num novo modelo de reforma e abertura das zonas do interior, acelerar o desenvolvimento e abertura das cidades de Lanzhou e Xining, impulsionar a construção da zona experimental da economia aberta na zonas do interior de Ningxia, formar corredores, centros de comércio e logística e importantes bases de indústria e de intercâmbio cultural para os países da Ásia Central, Ásia Meridional e Ásia Ocidental. Aproveitar melhor a vantagem geográfica da Região Autónoma da Mongólia Interior para contatos com a Rússia e a Mongólia. Aperfeiçoar os caminhos de ferro que ligam a Província de Heilongjiang com a Rússia e a rede regional dos caminhos de ferro, assim como a cooperação nos transportes terrestres e marítimos entre as províncias de Heilongjiang, Jilin e Liaoning e a Região do Extremo Oriente da Rússia; Impulsionar a estruturação do corredor de transporte eurasiático de alta velocidade entre Pequim e Moscovo para construir uma janela importante de abertura para o Norte.

Região Sudoeste. Aproveitando a vantagem particular da Região Autónoma de Etnia Zhuang de Guangxi na sua ligação por terra e mar com os países membros da ASEAN, acelerar a abertura e desenvolvimento da zona económica do Golfo Beibu e da Faixa Económica Rios das Pérolas e Xi Jiang, construir o corredor internacional para a região da ASEAN e criar novos pontos estratégicos de abertura e desenvolvimento das regiões Sudoeste e Centro-sul da China com o objetivo de formar um portal importante que conecte organicamente a Rota Marítima da Seda do Século XXI com a Faixa Económica da Rota da Seda. Fazer bom uso da vantagem geográfica da província de Yunnan, impulsionar a construção de estradas de transporte internacional que liguem os países vizinhos, dando uma nova força à cooperação económica da Sub-região do Grande Mekong e fazendo desta última um

centro de difusão para o Sul e o Sudeste da Ásia. Promover o comércio fronteiriço e a cooperação turística e cultural da Região Autónoma do Tibete com Nepal e outros países vizinhos.

Zonas costeiras, Hong Kong, Macau e Taiwan. Aproveitar as vantagens das Zonas Económicas do Delta do Rio Yangtze, do Delta do Rio das Pérolas, da Costa Ocidental do Estreito de Taiwan, da Zona Económica Circum-Bohai e outras zonas económicas com o alto grau de abertura, poder económico robusto e grande efeito de difusão e ação, acelerar o estabelecimento da Zona Piloto de Livre Comércio da China (Xangai), e apoiar a província de Fujian na construção da zona central da Rota Marítima da Seda do Século XXI. Tirar pleno proveito das zonas abertas de cooperação, tais como, a de Qianhai (Shenzhen), a de Nansha (Guangzhou), a de Hengqin (Zhuhai) e de Pingtan (Fujian) e aprofundar a colaboração com Hong Kong, Macau e Taiwan e construir a Grande Baía de Guangdong, Hong Kong e Macau. Promover a construção da Zona Piloto do Desenvolvimento da Economia Marítima de Zhejiang, da Zona Piloto da Economia Marítima de Fujian e da Área Nova do Arquipélago de Zhoushan e acelerar o pleno desenvolvimento e abertura da Ilha Hainan como a Ilha de Turismo Internacional. Fortalecer a construção dos portos das cidades costeiras de Xangai, Tianjin, Ningbo-Zhoushan, Guangzhou, Shenzhen, Zhanjiang, Shantou, Qingdao, Yantai, Dalian, Fuzhou, Xiamen, Quanzhou, Haikou, Sanya, entre outros, e reforçar as funções dos aeroportos internacionais de Xangai, Guangzhou e outras cidades. Forçar as reformas estruturais mais profundas viradas para uma maior abertura e inovação do mecanismo e sistema da economia aberta, dar maior impulso à inovação científica e tecnológica e formar novas vantagens no sentido de participar e liderar a cooperação e as concorrências internacionais para se tornar a vanguarda e a força

principal na construção de “Uma Faixa e Uma Rota”, sobretudo, da Rota Marítima da Seda do Século XXI. Aproveitar o papel particular dos chineses do ultramar e das Regiões Administrativas Especiais de Hong Kong e de Macau, para que participem ativamente e ajudem na construção de “Uma Faixa e Uma Rota”. Fazer também arranjos adequados para a participação da região de Taiwan na construção de “Uma Faixa e Uma Rota”.

Regiões do Interior. Aproveitar as vantagens da imensidão terrestre das regiões do interior, dos ricos recursos humanos e das boas bases industriais e focar nas zonas prioritárias, tais como a aglomeração urbana que se situa ao longo do curso médio do Rio Yangtze, a aglomeração das cidades Chengdu-Chongqing, a das cidades que se encontram na Plâncie Central, a das cidades Hohhot- Baotou-Erdos-Yulin e a das cidades Harbin-Changchun, impulsionar a interação e a cooperação regionais e o desenvolvimento da agregação industrial regional, fazer de Chongqing um suporte para o desenvolvimento e a abertura do Oeste e converter Chengdu, Zhengzhou, Wuhan, Changsha, Nanchang e Hefei, em novos modelos da economia aberta nas regiões do interior. Acelerar o impulso à cooperação entre as regiões dos cursos médio e superior do Rio Yangtze e o Distrito Federal ao longo do Rio Volga da Rússia. Criar mecanismos coordenadores em termos do transporte ferroviário e do desalfandegamento nos postos fronteiriços da travessia China-Europa, fomentar o transporte ferroviário de mercadorias direto entre a China e a Europa e construir vias de transporte que conectam o interior com o exterior ligando as regiões este, central e oeste. Apoiar as cidades do interior, tais como Zhengzhou e Xi'an, a construir aeroportos e portos terrestres internacionais, reforçar a cooperação no que diz respeito ao desalfandegamento entre os portos interiores e os portos costeiros e

fronteiriços e desenvolver serviço piloto do comércio electrónico para o comércio transterritorial. Optimizar a distribuição das zonas de vigilância aduaneira especial, inovar modelos do comércio de processamento e aprofundar a cooperação industrial com os países ao longo da Faixa e Rota da Seda.

VII

China em ação

O Governo chinês tem promovido ativamente, desde há mais de um ano, a construção de “Uma Faixa e Uma Rota”, reforçando a comunicação e consultas, impulsionando a cooperação pragmática com os países ao longo da Faixa e Rota da Seda e implementando uma série de políticas e medidas num esforço para alcançar os bons resultados na sua fase inicial.

Orientação e promoção dos dirigentes de alto nível. O Presidente Xi Jinping e o Primeiro Ministro Li Keqiang e outros dirigentes do Estado chinês visitaram mais de 20 países, participaram nos diálogos sobre o reforço das relações de parceria de conectividade e na 6ª Conferência Ministerial do Fórum de Cooperação China-Estados Árabes e realizaram em múltiplas ocasiões encontros com os Chefes de Estado e do Governo dos países relacionados para o debate das relações bilaterais e questões do desenvolvimento regional, com o objetivo de explicarem a conotação profunda e o significado positivo de “Uma Faixa e Uma Rota” para chegar a um amplo consenso em matéria da construção conjunta de “Uma Faixa e Uma Rota”.

Assinatura de acordos sobre as estruturas de cooperação. A China tem assinado com diversos países os memorandos de cooperação sobre a

construção conjunta de “Uma Faixa e Uma Rota”, com relevância dos memorandos com alguns países vizinhos sobre cooperação regional e transfronteiriça e planos de desenvolvimento a médio e longo prazo para a cooperação económica e comercial. Também estudou e elaborou esboços de programas de cooperação regional com alguns países vizinhos.

Impulsionar a construção de projetos. A China tem reforçado a comunicação e consultas com os países ao longo da Faixa e Rota da Seda, impulsionando a construção de uma série de projetos prioritários de cooperação com condições maduras relacionados com a conectividade das infra-estruturas, o investimento no setor industrial, a exploração dos recursos, a cooperação económica, comercial e financeira, o intercâmbio humano e cultural, a protecção ecológica e a cooperação marítima.

Aperfeiçoar as políticas e medidas. O Governo chinês integra os diversos recursos domésticos e fortalece o apoio através de elaboração de políticas. Impulsiona os preparativos para o estabelecimento do Banco Asiático de Investimento em Infra-estruturas e toma a iniciativa para instaurar o Fundo da Rota da Seda e reforça a função de investimento do Fundo da Cooperação Económica China-Eurásia; promove as agências de liquidação de cartão bancário para a prestação de serviços de liquidação transfronteiriços e as instituições de pagamento para realizar as operações de pagamento transfronteiriças; fomenta ativamente a facilitação do investimento e do comércio e a reforma no que se refere à integração do desalfandegamento regional.

Fazer pleno uso do papel das plataformas. Tem-se celebrado com sucesso, em diversos locais, uma série de cimeiras internacionais, fóruns,

seminários e exposições sobre o tema de “Uma Faixa e Uma Rota”. Estas atividades vêm desempenhando um papel importante para o aumento da compreensão, consenso e aprofundamento da cooperação.

VIII

Construir em conjunto um futuro melhor

A construção conjunta de “Uma Faixa e Uma Rota” é a iniciativa da China. É também uma aspiração comum da China e de todos os países ao longo da Faixa e Rota da Seda. A China deseja, num novo ponto de partida e, juntamente com todos os países participantes, aproveitar a construção conjunta de “Uma Faixa e Uma Rota” como uma oportunidade, realizando consultas em pé de igualdade e atendendo aos interesses e às preocupações de todas as partes, ao mesmo tempo, promover de mãos dadas uma maior abertura, uma maior comunicação e uma maior integração em âmbitos maiores e em níveis mais elevados e profundos. A construção de “Uma Faixa e Uma Rota” é aberta e inclusiva e acolhe de bom grado a participação ativa de todos os países e organizações internacionais e regionais.

A construção conjunta de “Uma Faixa e Uma Rota” tem como objetivos principais a coordenar as metas e políticas, não procurando que estas sejam uniformes, mas sim podem ser altamente flexíveis e elásticas, porque se trata de um processo de cooperação de abertura e pluralista. A China deseja, juntamente com todos os países ao longo da Faixa e Rota da Seda, substanciar e aperfeiçoar o conteúdo e o modo de cooperação de construção de “Uma Faixa e Uma Rota”, elaborar em conjunto um calendário e roteiro, conectar ativamente o plano do desenvolvimento e da cooperação regional dos países ao longo da Faixa e Rota da Seda.

A China deseja, juntamente com os países ao longo da Faixa e Rota da Seda, no quadro existente de mecanismo de cooperação sub-regional e regional, bilateral e multilateral, promover uma compreensão e identificação mais profunda dos países ao longo da Faixa e Rota da Seda em relação ao conteúdo, objetivo e tarefa da construção conjunta da Faixa e Rota da Seda, através de investigação conjunta, fóruns e feiras, formação de pessoal, intercâmbios, visitas e outras atividades.

A China deseja, juntamente com os países ao longo da Faixa e Rota da Seda, impulsionar a passos firmes a construção de projetos exemplares, definir em conjunto projetos capazes de atender aos interesses bilaterais e multilaterais e aproveitar bem o tempo para atuar e executar os projetos já acordados pelas diversas partes e com condições maduras, fazendo com que estes projetos floresçam e deem frutos.

“Uma Faixa e Uma Rota” é um caminho de respeito mútuo e confiança recíproca, um caminho de cooperação e ganhos compartilhados e um caminho de aprendizagem mútua entre as diferentes civilizações. Desde que os países ao longo da Faixa e Rota da Seda se esforcem por agir em uníssono, trabalhar juntos e marchar na mesma direção, vão escrever certamente, um novo capítulo de construção da Faixa Económica da Rota da Seda e da Rota Marítima da Seda do Século XXI, possibilitando que todos os países participantes beneficiem dos frutos da construção conjunta desta iniciativa de “Uma Faixa e Uma Rota”.

Building the Belt and Road: Concept, Practice and China's Contribution

Source from Office of the Leading Group for the Belt and Road Initiative

In September 2013, Chinese President Xi Jinping proposed a Silk Road Economic Belt and in October, a 21st-Century Maritime Silk Road, together now referred to as the Belt and Road Initiative. The initiative attracted considerable attention from the international community and won a positive response from the countries involved. It integrates the historical symbolism of the ancient Silk Road with the new requirements of today. The initiative is a Chinese program whose goal is to maintain an open world economic system, and achieve diversified, independent, balanced, and sustainable development, and also a Chinese proposal intended to advance regional cooperation, strengthen communications between civilizations, and safeguard world peace and stability. It showcases the fact that China, as the largest developing country and the world's second largest economy, shoulders its wider responsibilities in promoting international economic governance toward a fair, just and rational system.

On the eve of the International Cooperation Summit Forum on the Belt and Road Initiative, China, as the initiator, is publishing "Building the Belt and Road: Concept, Practice and China's Contribution," hoping to increase understanding of the initiative in the international community, present its fruits, and promote strategic mutual trust, dialogue and cooperation among countries. China will make new, greater contribution to building an intimate community with a shared destiny.

I. Call of the Times: From Concept to Blueprint

Around the world today, economic globalization and regional integration has stimulated strong potential for economic activity, while scientific and technological progress has greatly improved the efficiency of work and daily life. Humanity has reached an unprecedented height in creating material and spiritual wealth. At the same time, with rapid economic and social development, ties of interests between countries are growing closer. But challenges they have to face are also on the increase: world economic growth is sluggish, and traditional engines are becoming weaker in fueling that growth; globalization is facing new difficulties, and ideas of openness and cooperation in line with the interests of all mankind are under threat; the global economic governance system fails to adapt to objective changes, and institutional reform makes slow progress; developed economies have entered the post-industrial stage, while some developing countries have not yet opened their doors to modernization; improvements are needed in the global trade and investment system, and a mutually beneficial global value chain has not taken shape; a considerable number of countries suffer from inadequate infrastructure, and regional and sub-regional development faces numerous constraints. Confronted with such difficulties and challenges, we recognize that stronger cooperation is the fundamental solution. It is for this reason that China has proposed the Belt and Road Initiative.

The Belt and Road Initiative is a Chinese proposal whose aim is to promote peaceful cooperation and common development around the world. Cooperation under the Belt and Road (B&R) framework is something in which all countries, big or small, rich or poor, can participate on an equal footing. This cooperation is public, transparent, and open, and brings positive energy to world peace and development. It carries forward the spirit of the Silk Road, and pursues mutual benefit and complementary gains. Under this framework, the countries concerned adhere to the principle of achieving shared growth through discussion and collaboration, and join hands to build

a new system of global economic governance. Cooperation helps to promote efficiency in the flow of elements and in-depth integration of markets, to achieve diversified, independent, balanced and sustainable development. It aims to promote regional development, prosperity and stability, and expand dialogue and mutual learning between civilizations.

China is willing to combine the experience and foundations of its own development with the development will and comparative strengths of all countries, and use the Belt and Road as an important opportunity and a cooperation platform to promote economic policy coordination among various countries, improve connectivity, foster bilateral and multilateral cooperation with a broader scope and at a higher and deeper level, and build a new cooperation framework that is open, inclusive, balanced and mutually beneficial. The Belt and Road Initiative, characterized by equality and inclusiveness, and grounded in realism, manifests the common interests of countries along the routes, including China, and is a new future-oriented consensus for international cooperation. It showcases a positive vision that the Chinese Dream is interconnected with the world dream and all countries work together to build a human community of shared destiny.

To turn the concept into reality, relevant departments, with the authorization of the Chinese government, issued "Vision and Actions on Jointly Building Silk Road Economic Belt and 21st-Century Maritime Silk Road" in March 2015. In this document, the Chinese government proposes the top-level design and sets out a grand blueprint for building the Belt and Road.

II. Cooperation Framework: From Plan to Practice

China upholds the Silk Road spirit characterized by "peace and cooperation, openness and inclusiveness, mutual learning, mutual benefit and win-win results," adheres to the principle of achieving shared growth through discussion and collaboration, constantly expands cooperation and consensus with countries along the Belt and Road, and works to translate the initiative from plan to cooperative action with the participation of all parties involved.

(1) Reaching a consensus for cooperation

China actively dovetails the Belt and Road Initiative with the national strategies, development visions and general plans of countries along the routes to give the initiative the best possible start. As of the end of 2016, more than 100 countries have expressed their support and willingness to participate in the initiative. China has signed 46 cooperation agreements with 39 countries and international organizations, covering a broad range of fields that include connectivity, production capacity, investment, economy and trade, finance, science and technology, society, humanities, quality of life, and marine issues. On July 10, 2015, the Shanghai Cooperation Organization published the "Ufa Declaration of Heads of Member States of SCO" in support of China's initiative. On November 17, 2016, 193 UN members adopted a resolution by consensus, embracing economic cooperation initiatives including the Belt and Road Initiative while calling on the international community to provide a secure environment for the construction of the Belt and Road. On March 17, 2017, the UN Security Council unanimously adopted Resolution 2344, calling on the international community to strengthen regional economic cooperation through the Belt and Road Initiative. Actively fulfilling its international responsibilities, China has advanced its cooperation with relevant international organizations in the B&R framework. It has signed cooperation documents on joint building of the Belt and Road with the United Nations Development Program, United Nations Economic and Social Commission for Asia and the Pacific, and the World Health Organization.

The Chinese government attaches great importance to the Belt and Road. It has established a

leading group on the initiative, whose office has been set up under the National Development and Reform Commission. To implement those B&R cooperation agreements that have been signed, the office has developed a work program to promote step by step cooperation with the relevant countries. Following the principle of reaching consensus through consultation, China works with the countries with which it has signed MOUs in preparing bilateral cooperation plans. It has formulated and signed the outline of the plan on establishing the China-Mongolia-Russia Economic Corridor, and cooperation documents with Kazakhstan, Belarus, and Czech Republic. China is also working to dovetail the initiative with the plans of Laos, Cambodia, Bangladesh, Tajikistan, Saudi Arabia, Poland, Hungary and other countries.

(2) Building the top-level framework

Based on the proposal from President Xi and the need to promote international cooperation, and taking into consideration the routes of the ancient land and sea Silk Roads, China has determined five routes for the Belt and Road. The Silk Road Economic Belt has three routes: one from Northwest China and Northeast China to Europe and the Baltic Sea via Central Asia and Russia; one from Northwest China to the Persian Gulf and the Mediterranean Sea, passing through Central Asia and West Asia; and one from Southwest China through the Indochina Peninsula to the Indian Ocean. The 21st-Century Maritime Silk Road has two major routes: one starts from coastal ports of China, crosses the South China Sea, passes through the Malacca Strait, and reaches the Indian Ocean, extending to Europe; the other starts from coastal ports of China, crosses the South China Sea, and extends to the South Pacific.

Based on the above five routes, and the focus of cooperation and spatial distribution for building the Belt and Road, China has proposed a framework including six corridors, six means of communication, multiple countries, and multiple ports. The "six corridors" are: the New Eurasian Land Bridge Economic Corridor, the China-Mongolia-Russia Economic Corridor, the China-Central Asia-West Asia Economic Corridor, the China-Indochina Peninsula Economic Corridor, the China-Pakistan Economic Corridor, and the Bangladesh-China-India-Myanmar Economic Corridor. The "six means of communication" are rail, highways, seagoing transport, aviation, pipelines, and aerospace integrated information network, which comprise the main targets of infrastructure connectivity. "Multiple countries" refer to a number of countries along the Belt and Road that first joined the initiative, and China will cooperate with them on the basis of equality and mutual benefit. But pragmatism requires a need to cooperate first with a number of particular countries, and try to achieve results with them that have a demonstrative impact and embody the concept of the Belt and Road, so that more countries will be attracted to participate in the initiative. "Multiple ports" refer to a number of ports that ensure safe and smooth sea passages. By building a number of important ports and key cities with countries along the Belt and Road, China works to promote maritime cooperation. The cooperation framework is the framework for joint building of the Belt and Road, giving a clear direction for countries involved to participate in the initiative.

(3) Jointly building economic corridors

The New Eurasian Land Bridge Economic Corridor, China-Mongolia-Russia Economic Corridor, and China-Central Asia-West Asia Economic Corridor run through central and eastern Eurasia, connecting the economically dynamic East Asian economic circle and the developed European economic circle, while also building a smooth cooperation channel from the Persian Gulf to the Mediterranean and the Baltic Sea. They make it possible for establishing an efficient

and smooth Eurasian market, and create opportunities of development for countries in the hinterland of Eurasia and along the Belt and Road. The China-Indochina Peninsula Economic Corridor, China-Pakistan Economic Corridor, and Bangladesh-China-India-Myanmar Economic Corridor run through eastern and southern parts of Asia, the world's most densely populated areas, connecting major cities and population and industrial clusters along the Belt and Road. The Lancang-Mekong River international sea-lane and regional railways, highways, and oil and gas networks link the Silk Road Economic Belt with the 21st Century Maritime Silk Road, whose economic radiation effects cover South Asia, Southeast Asia, the Indian Ocean, the South Pacific and other regions.

New Eurasian Land Bridge Economic Corridor

This corridor extends westward from the eastern coast of China to Central and Eastern Europe, passing through the northwestern part of China, Central Asia and Russia. Construction of this corridor is based on a modern international logistics system including China-Europe rail services, with focus on economic and trade development and production capacity cooperation, expansion of cooperation in energy and other resources, and establishment of a highly efficient regional market. By the end of 2016, China had opened 39 China-Europe rail routes, entailing the operation of some 3,000 trains to 14 cities in 9 European countries, making the railway an important platform for countries along the Belt and Road to promote connectivity and enhance economic and trade cooperation. The China-Kazakhstan international logistics cooperation project is progressing smoothly, and has become an important window of cooperation for Kazakhstan in trade and cross-border transportation. The China-Kazakhstan Khorgos International Border Cooperation Center project is advancing steadily. The Port of Piraeus project is running smoothly, contributing to the mutual benefit and win-win results of China and Greece.

China-Mongolia-Russia Economic Corridor

At his meeting on September 11, 2014 with the heads of state of Russia and Mongolia, President Xi proposed that the three neighbors should dovetail the Silk Road Economic Belt with the Eurasian Economic Union proposal and Mongolia's Prairie Road program, to build the China Mongolia-Russia Economic Corridor. On July 9, 2015, relevant departments of the three countries signed the "Memorandum of Understanding on Compiling the Outline of the Plan on Establishing the China-Mongolia-Russia Economic Corridor." On June 23, 2016, the three heads of state witnessed the signing of the "Outline of the Plan on Establishing the China-Mongolia-Russia Economic Corridor," the first multilateral cooperation plan under the Belt and Road Initiative. Through the combined efforts of the three countries, the outline has been put into practice.

China-Central Asia-West Asia Economic Corridor

This corridor extends westward from northwestern China via Central Asia to the Persian Gulf, the Arabian Peninsula, and the Mediterranean coast, involving Central Asia, West Asia and North Africa. On June 5, 2014, at the sixth ministerial conference of the China-Arab States Cooperation Forum, President Xi proposed the China-Arab "1+2+3" cooperation network: take energy cooperation as the main axis, and infrastructure and trade and investment as the two wings, to make breakthroughs in the three high-tech areas of nuclear energy, aerospace satellites, and new energy. During the 2016 G20 Hangzhou Summit, the heads of China and Kazakhstan witnessed the signing of the "Cooperation Plan on Dovetailing the Silk Road Economic Belt and Nurlu Zhol (Bright Road)." China also signed cooperation documents on building the Belt with Tajikistan, Kyrgyzstan, Uzbekistan and other countries, and MOUs on building the Belt and Road with

Turkey, Iran, Saudi Arabia, Qatar, Kuwait and other countries. China and Turkey have reached an important consensus on cooperation in the Turkey's east-west high-speed rail project, and have started substantive talks.

China-Indochina Peninsula Economic Corridor

Starting from Southwest China, the corridor connects China with countries on the Indochina Peninsula, thus serving as an important channel for wider and higher-level cooperation between China and ASEAN. On May 26, 2016, the Ninth Pan-Beibu Gulf Economic Cooperation Forum and China-Indochina Peninsula Economic Corridor Development Forum issued the "Initiative of the China-Indochina Peninsula Economic Corridor." China signed MOUs on B&R cooperation with Laos, Cambodia and other countries, launching preparation of bilateral cooperation plans. It has worked to promote cooperation between China and Vietnam on land infrastructure, and started early work on phase-2 renovation of the Lancang-Mekong River channel and construction of the Sino-Laos railway and the Sino-Thai railway. It has also established the Mohan/Boten Economic Cooperation Zone between China and Laos in exploring new models for integrated development of the border economy.

China-Pakistan Economic Corridor

This corridor is a flagship program of the Belt and Road Initiative. The governments of both China and Pakistan attach great importance to it and have actively started preparation of long-term plans. On April 20, 2015, top leaders of the two countries held the groundbreaking ceremony for several China-Pakistan Economic Corridor projects, during which 51 cooperation agreements and MOUs were signed, of which almost 40 involve the corridor construction. Construction has started on KKH Phase-II (Thakot to Havellian Section), also known as the Friendship Highway, and the Peshawar-Karachi Motorway, the largest highway infrastructure project under the China-Pakistan Economic Corridor. Construction of the Gwadar Free Zone has been accelerated, while energy and power projects have been quickly launched along the corridor.

Bangladesh-China-India-Myanmar Economic Corridor

This corridor connects the three sub-regions of East Asia, South Asia and Southeast Asia, and links up the Pacific and Indian oceans. In December 2013, the first meeting of the Joint Working Group for the Bangladesh-China-India-Myanmar Economic Corridor took place in Kunming, China. The parties involved signed the minutes of the meeting and a plan on joint research on the corridor, formally launching intergovernmental cooperation for this program. In December 2014, the second meeting of the Joint Working Group for the Bangladesh-China-India-Myanmar Economic Corridor took place, at which the four countries discussed the prospects, priorities, and development direction for the construction of the corridor.

III. Areas of Cooperation: Economy and Culture

The Belt and Road Initiative calls for policy coordination, connectivity of infrastructure and facilities, unimpeded trade, financial integration, and closer people-to-people ties. In addition to cooperation in such key areas as connectivity, production capacity, and trade and investment, cultural and people-to-people exchanges among the B&R countries are also highlighted for the contribution they can make to the prosperity of both economy and culture.

(1) Promoting connectivity of infrastructure and facilities

Boosting infrastructure development to enhance transnational and cross-regional connectivity is a priority area for cooperation. China will encourage large and credit-worthy enterprises to build rail, highway, port, electricity, information and telecommunications facilities in the B&R countries

so as to enhance regional connectivity and bring benefits to local people.

- Docking project plans. China and relevant countries will dock their infrastructure project plans, and set up bilateral or multilateral mechanisms guided by competent authorities for consultation and dialogue on connectivity policies. They will develop connectivity partnerships, and incorporate infrastructure connectivity into their cooperation agreements under the Belt and Road Initiative. The Chinese government and the European Commission have signed MoU and launched cooperation on the EU-China Connectivity Platform. China, Laos, Myanmar and Thailand have compiled the "Development Plan of International Navigation on the Lancang-Mekong River (2015-2025)." In September 2016, the G20 Leaders' Communiqué of Hangzhou Summit endorsed China's proposal for launching the Global Infrastructure Connectivity Alliance.

- Aligning quality and technological systems. While respecting the sovereignty and interests of the parties involved, China promotes cooperation related to standards, measurement, certification and accreditation among the B&R countries. The Chinese government has released such documents as the "Action Plan on Connecting the Belt and Road by Standards (2015-2017)," "Vision and Actions on Jointly Promoting Cooperation of Certification and Accreditation in Building Silk Road Economic Belt and 21st-Century Maritime Silk Road," and the "Belt and Road Vision and Actions for Cooperation in Metrology," in an effort to accelerate the alignment of relevant standards and work together to formulate international standards or rules of certification and accreditation. China will make concerted efforts with the participating countries to realize "global recognition with one test and one certificate" in measurement standards and "whole-region permit with one standard and one certificate" in terms of certification and accreditation and inspection and quarantine.

- Enhancing transport. China and 15 countries along the Belt and Road have signed 16 bilateral or multilateral agreements on facilitation of transport, including the "Inter-governmental Agreement of the SCO Member States on the Facilitation of International Road Transport" and the "Intergovernmental Agreement on International Road Transport Along the Asian Highway Network," adopted the measures outlined in the "Greater Mekong Sub-region Cross-Border Transport Facilitation Agreement," and opened 356 international transport routes running through 73 land ports.

China has signed 38 bilateral or regional ocean shipment agreements with 47 B&R countries, and bilateral intergovernmental aviation transport agreements with 62 countries. Direct civil flights now reach 43 countries. The Chinese government has issued "Guidelines on the Implementation of Promoting International Road Transport Facilitation in the Context of the Belt and Road Initiative," in an aim to align the connectivity-related regulations and systems of relevant countries for better "soft connectivity."

- Promoting relevant projects. The construction of the China-Laos Railway, the Hungary-Serbia Railway, the China-Russia High-speed Railway, the Jakarta-Bandung High-speed Railway in Indonesia, the Peshawar-Karachi Motorway in Pakistan, KKH Phase-II (Thakot to Havellian Section), the ports of Piraeus, Hambantota and Gwadar and other symbolic projects are well under way. The Addis Ababa-Djibouti Railway, the first transnational electrified railway in Africa, has been completed and come into service. With the reconstruction of the north-south TKU (Taldykorgan-Kalbatay-Ust-Kamenogorsk) Highway in Kazakhstan, the electrification of railways in Belarus, and the railway tunnels built by Chinese enterprises in Uzbekistan and Tajikistan, local

transport capacity will be comprehensively improved. China will work with relevant countries to create a transport infrastructure network connecting the sub-regions in Asia and linking Asia, Africa and Europe as well, enhance connectivity, and boost the efficiency of regional and sub-regional logistics transport.

- Connecting energy facilities. China is active in cooperating with relevant countries to promote their energy connectivity, build oil, gas and power infrastructure, maintain the safe operation of cross-border oil and gas pipelines, and optimize the distribution of energy resources among countries and regions. The China-Russia Oil Pipeline, and China-Central Asia Gas Pipelines A/B/C are all operating soundly, construction has started on the China-Central Asia Gas Pipeline D and the east route of the China-Russia Gas Pipeline, and eight of the 16 priority energy projects rolled out in the China-Pakistan Economic Corridor cooperation plan have begun. China has maintained trade in electricity with Russia, Laos, Myanmar, Vietnam and other neighbors, and concrete progress has been made in regional power cooperation related to the China-Pakistan Economic Corridor and the Greater Mekong Sub-region, with improved mechanisms for cooperation. Chinese enterprises have joined the exploitation of power resources and grid construction and transformation in the B&R countries. For instance, the 100MW Solar Power Project of Appolo Solar Development Pakistan Limited at Quaid-E-Azam Solar Park in Pakistan will become the largest single power project using the photovoltaic technology in the world. The construction of Datka-Kemin 500KV Transmission Line Project in Kyrgyzstan, the Houay Lamphan Gnai Hydropower Project in Laos, and the Karot Hydropower Project in Pakistan will all help alleviate local pressure on power supplies.

- Building an information network. The B&R countries will work to lay cross-border optical cables and build a communications network so as to enhance international telecommunications connectivity. By the end of 2016, China was connected via submarine cables to America, Northeast, Southeast and South Asia, Oceania, the Middle East, North Africa and Europe, and via international land cables with Russia, Mongolia, Kazakhstan, Kyrgyzstan, Tajikistan, Vietnam, Laos, Myanmar, Nepal and India, and beyond that with Central and Southeast Asia and North Europe. Relevant Chinese government agencies have signed "Memorandum of Understanding on Strengthening the Development of Information Silk Road for Information Connectivity" with their counterparts in Turkey, Poland and Saudi Arabia, to increase cooperation in internet and information technology, information economy and other fields.

(2) Enhancing economic and trade cooperation

China has maintained close economic and trade ties with the B&R countries, which has greatly boosted the local economies and industrial development. China attaches importance to furthering such ties to bring benefits to all, and building a more balanced, equal and sustainable trade system.

- Cementing economic and trade ties. China and the B&R countries continue to improve their trade scale and structure, seeing a stable growth in goods trade and breakthroughs in service trade. Against a backdrop of sluggish global trade, in 2016 China's total trade volume with the B&R countries reached US\$947.8 billion, accounting for 25.7 percent of its imports and exports of goods. The volume of service imports and exports with these countries stood at US\$122.2 billion, accounting for 15.2 percent of its total, up 3.4 percentage points from 2015. Driven by industrial transformation and upgrading, increasing domestic demand, and upgrading of consumption, China's huge market offers plenty of economic and trade opportunities for these

countries.

- Building the B&R free trade zone network. China is an advocate of more inclusive free trade, and has conducted talks on trade agreements with the economies along the Belt and Road. The China-ASEAN Free Trade Area has been upgraded, and the China-Georgia free trade talks have been completed. Real progress has been achieved in the talks on the Regional Comprehensive Economic Partnership, and breakthroughs have been made in the talks on the China-Maldives Free Trade Area. Talks on the China-Gulf Cooperation Council Free Trade Area, the China-Israel Free Trade Area, the China-Sri Lanka Free Trade Area, and phase-II of the China-Pakistan Free Trade Area are progressing. Joint research on the feasibility of the China-Nepal Free Trade Area, the China-Bangladesh Free Trade Area and the China-Moldova free trade agreement is making progress as well.

- Facilitating trade. China and the B&R countries will cooperate on their customs clearance systems, and realize exchanges of information, mutual recognition of their respective customs regulations, and mutual help in law enforcement. "Single-window" trials have been launched in international trade, and the introduction of integrated procedures for customs clearance and inspection and quarantine work has been stepped up, which will realize "rapid clearance procedures for import and export." Fast-track customs clearance has been opened at Chinese ports for farm produce imported from Kazakhstan, Kyrgyzstan and Tajikistan. Relevant countries and organizations along the Belt and Road have released such documents as "Joint Statement of Strengthening Cooperation on Animal and Plant Quarantine, Facilitating Economic and Trade Development"(Chongqing Joint Statement), "Joint Statement on the Belt and Road Food Safety Cooperation," and "Joint Statement of the Fifth China-ASEAN Ministerial Meeting on Quality Supervision, Inspection and Quarantine." China has signed 78 documents on cooperation with B&R countries and regions, to promote their work and mechanism alignment, technological standards coordination, mutual recognition of inspection results, and networking of electronic certificates.

(3) Expanding production capacity and investment cooperation

Cooperation in production capacity and equipment manufacturing and mutual investment are two more priority areas of cooperation among the B&R countries. China is a major world manufacturer, and highly competitive in several industries. The Chinese government encourages its strong industries to go global, invest in various ways in the B&R countries, introduce their high technological and environmental protection standards, and foster new growth points for bilateral economic cooperation.

- Expanding cooperation consensus. By the end of 2016, China had signed production capacity cooperation documents with Kazakhstan, Ethiopia and 25 other countries, published the "Joint Statement Between ASEAN and China on Production Capacity Cooperation" with 10 ASEAN member states, and the "Joint Statement on Production Capacity Cooperation Among Lancang-Mekong Countries," with five countries along this river, which would facilitate alignment and cooperation in their planning, policy, information and project management. The China-Russia Investment Cooperation Committee was set up under the mechanism of regular meeting of premiers to coordinate investment in non-energy industries. Based on their consensus, China and its partners have conducted a number of cooperation projects in raw materials, equipment manufacturing, light industry, clean energy, and environment friendly and high-tech industries, following the principles of the market playing the major role and mutual benefits, which have

upgraded the industrial development of the host countries and created jobs and tax revenues.

- Building platforms for cooperation. By the end of 2016, China had set up in its border provinces and autonomous regions seven pilot zones for development and opening up, 17 border economic cooperation zones, and two bilateral border economic cooperation zones. It had conducted in-depth consultations with Nepal, Myanmar, Mongolia, Vietnam and other neighbors in terms of bilateral border economic cooperation zones, leading to positive progress. Chinese enterprises had invested US\$18.5 billion in 56 economic and trade cooperation zones under construction in 20 B&R countries, which are important channels for investment cooperation and transplanting and replicating China's development experience. The China-Belarus Industrial Park, the Thai-Chinese Rayong Industrial Zone and the Egypt Suez Economic and Trade Cooperation Zone have become platforms of overseas cluster investment of Chinese enterprises and symbol of friendly cooperation. Drawing on their own strengths, some local authorities in China have built B&R parks for economic and trade cooperation to serve as modern international trade platforms for European and Asian businesses and neighboring countries as well.

- Facilitating investment. Both a destination country for foreign investment and itself a major investor abroad, China supports cross-border and trans-regional investment. The government has continued to streamline administration, grant more access to foreign capital, and accelerate the development of pilot free-trade zones, in an effort to create a high-standard international business environment and attract investors from around the world. The B&R countries are important destination countries for Chinese investment. In 2016, China invested US\$14.5 billion in these countries, accounting for 8.5 percent of its total investment abroad. It signed new overseas engineering contracts worth US\$126 billion, up 36 percent year on year. The process of talks on bilateral investment protection treaties has been stepped up. By the end of 2016, China had signed bilateral investment treaties with 53 B&R countries, and established mechanisms for promoting economic and trade and investment cooperation with most countries. It had signed double taxation avoidance agreements with 54 B&R countries, so as to create a sound taxation and legal environment to secure fair treatment in taxation and effective solution of disputes.

(4) Expanding financial cooperation

Further cooperation in finance, unimpeded currency circulation, and stronger financing will create a stable financial environment for the Belt and Road Initiative. This will play a positive role in guiding various sources of capital to engage in developing the real economy, in value chain creation, and in promoting the healthy growth of the global economy. China is already carrying out various forms of financial cooperation with the B&R countries and other interested parties. A network of financial institutions and services is spreading out to support the Belt and Road Initiative through innovative financing mechanisms.

- Facilitating the docking of financial cooperation mechanisms. In the financial sector, China has close and growing cooperation with ASEAN, Russia, Central Asia, and the EU. To facilitate the coordination of financial policies, we have brought into play the strengths of such cooperation platforms as ASEAN+China, Japan, the ROK (10+3) Framework, the Shanghai Cooperation Organization (SCO) Finance Ministers and Central Bank Governors Meeting, the SCO Interbank Association, Executives' Meeting of East Asia Pacific Central Banks, the China-ASEAN Interbank Association, and the Central Bank Governors' Club of Central Asia, Black Sea Region and the Balkan Countries. Efforts have been made to promote the Chiang Mai

Initiative Multilateralization and establish a US\$240 billion regional foreign exchange reserve, so as to stabilize regional finance. In January 2016 China officially joined the European Bank for Reconstruction and Development (EBRD), and has been strengthening cooperation with the bank through high-level exchanges, joint financing, cooperation on trade and investment, and policy coordination.

- Building new types of cooperation platform and financing mechanism. On December 25, 2015, the China-proposed Asian Infrastructure Investment Bank (AIIB) was officially launched, with a legal capital of US\$100 billion and focusing on regional connectivity and industrial development. By the end of 2016, the AIIB had provided US\$1.7 billion in loans to nine projects in fields such as energy, transport, and urban development in Indonesia, Tajikistan, Pakistan, and Bangladesh. China also injected US\$40 billion in starting capital in the Silk Road Fund, with an initial registered capital of US\$10 billion, which finances the Belt and Road Initiative through equity stakes and other forms of financing. By the end of 2016, the Fund had signed 15 projects, with an estimated investment value of US\$6 billion. The projects cover such areas as infrastructure, energy utilization, and production capacity and finance cooperation in Russia, Mongolia, Central Asia, South Asia, and Southeast Asia. The Fund also allocated US\$2 billion to start the China-Kazakhstan Production Capacity Cooperation Fund. China proposed the China-CEE Joint Investment and Financing Framework, including a US\$10 billion special loan, the China-CEE Investment Cooperation Fund, and other mechanisms to provide financing support to Central and Eastern Europe. The Industrial and Commercial Bank of China took the lead in founding China-CEE Financial Holdings Ltd., which launched the China-CEE Fund.

- Deeper cooperation between financial institutions and financial markets. The Chinese government encourages development and policy-based finance institutions to take part in B&R financial cooperation activities. Since the Initiative was proposed, the China Development Bank has signed off more than 100 projects in the B&R countries, to a value surpassing US\$40 billion, with US\$30 billion issued in loans. The Export-Import Bank of China has signed 1,100 projects, valued at US\$100 billion, in the B&R countries, issuing US\$80 billion in loans. China Export & Credit Insurance Corporation has insured more than US\$320 billion of export and investment projects in the B&R countries. By the end of 2016, nine Chinese-funded banks had set up 62 primary branches in 26 B&R countries, and 54 banks from 20 B&R countries had opened six subsidiaries, 20 branches, and 40 offices in China. In January 2017, China Financial Futures Exchange and its Pakistani partners bought a 30 percent of stake in the Pakistan Stock Exchange. Shanghai Gold Exchange signed an agreement with Dubai Gold & Commodities Exchange to launch Shanghai gold futures in the international financial market for the first time.

- Expanding the scale of currency swaps and cross-border settlements. China has signed currency swap agreements with 22 B&R countries and regions, with a total value of RMB982.2 billion. Local currency settlement agreements were signed between China and Vietnam, Mongolia, Laos, and Kyrgyzstan in border trade, and agreements on general trade and local currency settlement in investment were signed between China and Russia, Kazakhstan, Belarus, and Nepal. Of the 23 Renminbi clearing banks, six are located along the B&R routes. Through China's interbank foreign exchange market, the Renminbi can be traded directly with 21 currencies other than the U.S. dollar. The Cross-border Interbank Payment System provides Renminbi services to domestic and foreign financial institutions.

- Strengthening cooperation in financial supervision. China promotes memorandums of

understanding to support cooperation on financial supervision, in an effort to establish an efficient supervision and coordination mechanism in the region, improve the framework of financial crisis management and response, and enhance the capacity of jointly addressing financial risks. By the end of 2016, the People's Bank of China has signed MOUs with 42 overseas anti-money laundering institutions; the China Banking Regulatory Commission has signed MOUs or exchanged notes on cooperation with the financial regulators in 29 B&R countries; and the China Insurance Regulatory Commission is negotiating the signing of MOUs with B&R countries, and has founded the Asian Forum of Insurance Regulators.

(5) Strengthening cooperation on ecological and environmental protection

China is committed to building a green Silk Road. It applies a green development philosophy to B&R cooperation activities, shares China's newest ideas, technologies, and practices in the areas of ecological progress, environmental protection, pollution prevention and control, ecological restoration, and circular economy, and actively fulfills its responsibilities on critical issues such as climate change.

- Building cooperation platforms. China strives to build a cooperation platform featuring a green Silk Road. It has organized activities such as the China-Arab Forum on Environmental Cooperation and the Forum on China-ASEAN Environmental Cooperation, and founded the China-ASEAN Environmental Cooperation Center. China signed the "Memorandum of Understanding between the United Nations Environment Programme and Ministry of Environmental Protection of the People's Republic of China on Building a Green 'Belt and Road'." China has established bodies such as the Center for B&R Environmental Technology Exchange and Transfer, to promote international exchange and application of advanced technologies in environmental protection.

- Promoting cooperation on water conservancy. The Chinese government proactively promotes policy coordination, technology sharing and engineering cooperation with neighboring countries in the protection and development of cross-border rivers. It has launched joint studies with the countries concerned on the protection and use of water resources of cross-border rivers, in order to better protect these resources. China encourages the sharing of hydrological data during the flood season, and has established a Sino-Russian mechanism for cooperation in flood prevention and control. The Cooperation between China and Kazakhstan on the Construction of You Yi (Dostyk) Joint Hydro Unit and the Glacial Lake Mud Flow Prevention Project on the Khorgos River is moving forward smoothly. The first stage was completed for the Moragahakanda Development Project, the largest water conservancy works in Sri Lanka, with loans from China. In addition to irrigation, it will provide drinking water for several million people.

- Strengthening cooperation in protecting forests and wildlife. China has signed 35 forestry cooperation agreements with the B&R countries, and founded the China-ASEAN and China-CEE forestry cooperation mechanisms, in an effort to promote the sustainable development of forestry and protect forest resources. It organized the Ministerial-level Meeting on Forestry in Greater Central Asia, the China-ASEAN Forestry Cooperation Forum, and the China-Russia Forestry Investment Policy Forum, and published "The One Belt and One Road Joint Action to Combating Desertification Initiative." In building the China-Mongolia-Russia Economic Corridor, China has been working vigorously to raise awareness of green development. It is cooperating with Russia on the protection and use of forest resources, the prevention of fires in border areas, and the protection of migratory birds; with Mongolia on the protection of wildlife, and the prevention and

control of desertification; with Egypt, Israel, Iran, Sri Lanka, Pakistan, Nepal, Laos, and Myanmar on the prevention and control of desertification, sustainable use of forestry, wildlife protection, sustainable management of the ecological system, and wetland protection, and on addressing climate change regarding forestry.

- Promoting green investment and financing. The Chinese government has issued "The Guidance on Promoting Green Belt and Road," to promote ecological progress in the cooperation with foreign countries. China has put in place an ecological protection system for the Belt and Road Initiative, and developed policies and guidelines for green industrial development, thus providing an institutional guarantee for the Green Silk Road. It is also applying the concept of green financing in building the Belt and Road, by publishing the "Guidelines for Establishing the Green Financial System," in order to direct capital towards environmentally friendly industries.

- Addressing climate change. China is actively contributing its wisdom and plans to global climate governance. It has worked with other participating countries in the final signing of the Paris Agreement, making an important contribution to the early entry into force of this Agreement. It actively promotes South-South cooperation in addressing climate change, by providing energy-efficient, low-carbon and renewable energy materials to the B&R countries, launching cooperation projects on solar energy, wind energy, methane gas, hydroelectric power, and clean cooking stoves, organizing dialogues and exchanges on energy efficiency, energy saving and environmental protection, and offering training to address climate change.

(6) Promoting orderly maritime cooperation

The building of the 21st-Century Maritime Silk Road relies on maritime cooperation – the development of maritime trade, economy and connectivity, the building of a number of ports, and the maintenance of a safe and smooth sea passage. At the same time, China has conducted cooperation with countries along the Belt and Road in other fields including marine science and technology, marine ecological environment protection, marine disaster prevention and reduction, and safety in marine law enforcement.

- Cooperation on connectivity. Following the principles of openness, transparency, and mutual benefit, China has used its own experience and strengths to build key ports with countries concerned, and help them develop port-centered industries and their hinterland economy. The Chinese enterprises have overcome many challenges to restore and improve Gwadar Port's production capacities, built supporting facilities, carried out programs for the public good, and improved local people's lives. The construction of Sri Lanka's Port of Hambantota undertaken by China is making smooth progress. The port will boost the economy and create employment in southern Sri Lanka. Ningbo Shipping Exchange has published "Shipping Index for Maritime Silk Road" to serve the shipping economy along the 21st Century Maritime Silk Road.

- Cooperation on the marine economy. We are speeding up the construction of the Malacca Seafront Industrial Park, and making headway in the comprehensive development of Kyaukpyu Port in Myanmar, which integrates the port, city and industrial parks. We are working with the Netherlands to develop offshore wind power and are carrying out sea water desalination projects with Indonesia, Kazakhstan and Iran. We are cooperating with countries concerned in the development of marine oil and gas, as well as fisheries, with financial support from the China-ASEAN Maritime Cooperation Fund for some of the programs.

- Cooperation on maritime law enforcement safety. China and ASEAN approved the "Guidelines for a Senior Diplomats' Hotline for Maritime Emergencies," and increased cooperation

and mutual trust on maritime affairs. China Coast Guard has signed Memorandums of Understanding and Cooperation with the Vietnam Coast Guard Headquarters and the Philippine Coast Guard, has established law enforcement safety mechanisms such as joint committee of coast guards on maritime cooperation. China has enhanced dialogue with Indian, Bangladeshi and Myanmar coast guards, and carried out institutionalized cooperation with Pakistan Maritime Security Agency in combating maritime crime and safeguarding the 21st-Century Maritime Silk Road.

- Building cooperation mechanisms. China has built marine cooperation mechanisms with countries such as Thailand, Malaysia, Cambodia, India and Pakistan. It has actively participated in the China-Thailand Joint Lab on Climate and Marine Eco-system, the China-Pakistan Joint Marine Scientific Research Center and the China-Malaysia Joint Marine Scientific Research Center, to strengthen cooperation in fields including observation and study of marine and climate change, environmental protection for ocean and coastal zones, development and utilization of marine resources, conservation and restoration of typical marine eco-system, and protection of endangered marine animals. China has participated in founding the Secretariat for China and Central and Eastern European Countries Shipping Cooperation, and set up the International Maritime Organization's Maritime Technology Cooperation Center in China. It has also participated in building the Pan-Beibu Gulf Economic Cooperation Mechanism, China-Southeast Asian Countries Forum on Marine Cooperation, East Asian Marine Cooperation Platform, ASEAN-China Maritime Consultation Mechanism, ASEAN-China Port Development and Cooperation Forum, China-ASEAN Forum on Marine Science and Technology Cooperation, China-ASEAN Marine Cooperation Center and China-Malaysia Port Alliance, and prepares to build such subregional cooperation platforms as Lancang-Mekong Water Resources Cooperation Center and Law Enforcement Safety Cooperation Center.

(7) Strengthening cooperation and exchanges in cultural, social and other fields

The Belt and Road, which would have been impossible without the concerted efforts of people from all participating countries, will bring opportunities for trade, tourism, cultural and educational exchanges, and ensure friendly relationships between the countries. China supports cultural exchanges and cooperation in various fields and at different levels, and dedicates itself to a community of peace and development, where people from different cultures learn from each other, blend with each other, understand each other, and appreciate each other's qualities.

- Educational and cultural cooperation. China follows the "Education Action Plan for Jointly Building the Belt and Road," and has provided government scholarships for 10,000 students from countries along the Belt and Road each year. Since the launch of the Belt and Road Initiative, China has held 20 cultural exchange events - for example "Cultural Years" - with countries along the Belt and Road, and signed 43 action plans on cultural exchanges or other intergovernmental cooperation agreements. By the end of 2016, China had built 30 Chinese culture centers and set up Confucius Institutes in countries along the Belt and Road. China has held important events such as the Silk Road (Dunhuang) International Cultural Expo, Silk Road International Arts Festival and Maritime Silk Road International Arts Festival. China, Kazakhstan and Kyrgyzstan jointly applied and succeeded in listing "Silk Roads: the Routes Network of Chang'an-Tianshan Corridor" on UNESCO's World Cultural Heritage. In foreign aid, China has restored cultural sites such as Ta Keo Temple of Angkor, Cambodia, Itchan Kala, the Ancient City of Khiva, Khorazm in Uzbekistan, and provided aid for post-quake restoration of cultural relics in

Nepal and Myanmar. It has also applied to have the Maritime Silk Road listed as an item of World Cultural Heritage, and promoted the Mazu marine culture.

- Cooperation on science and technology. The Chinese government has signed 46 intergovernmental agreements on scientific and technological cooperation with countries along the Belt and Road, covering various fields such as agriculture, life science, information technology, environmental protection, new energy, aerospace, policies for scientific and technological development, and innovation management. China has built platforms to boost innovation cooperation, including joint laboratories, international technology transfer centers, and science parks. With the aim of facilitating the building of the Belt and Road with science and technology, China has built China-ASEAN Mariculture Technology Joint Research and Promotion Center, China-South Asia Technology Transfer Center, and China-Arab Nations Technology Transfer Center. The country has also improved the mechanism for scientific, technological and cultural exchanges. In 2016 alone, more than 100 researchers from India, Pakistan, Bangladesh, Myanmar, Mongolia, Thailand, Sri Lanka, Nepal, Egypt and Syria conducted scientific research in China through the Talented Young Scientist Program.

- Cooperation on tourism. To scale up tourist cooperation China is holding Tourist Year events with countries along the Belt and Road, and conducting tourist promotion and exchanges. By holding events such as the World Conference on the Development of Tourism, the Tourism Ministerial Meeting of Countries Along the Silk Road Economic Belt, the China-South Asian Countries Tourism Ministerial Meeting, the China-Russia-Mongolia Tourism Ministerial Meeting, and the China-ASEAN Senior Tourist Officials' Meeting, China and the related countries have formed a tourist cooperation mechanism under the Belt and Road Initiative at different levels and in different regions. To promote tourist brands, China has held the Silk Road Tourism Year for the last three years, founded the China Alliance for Silk Road Tourism Promotion, the Maritime Silk Road Tourism Promotion Alliance, and the China-Russia-Mongolia "Tea Road" International Tourism Alliance. Cooperation on sports is also booming.

- Cooperation on health care. Under the Belt and Road Initiative, China attaches importance to promoting cooperation among the related countries in the prevention and control of contagious diseases, medical system and policies, health care capacity building, personnel training and exchange, and traditional medicine. China and the related countries have published the "China-Central and Eastern European (CEE) Countries Prague Declaration on Health Cooperation and Development," the "Suzhou Joint Communiqué on the Second Health Ministers Meeting between China and CEEC," and the "Nanning Declaration on China-ASEAN Health Cooperation and Development," and implemented 41 programs including the China-Africa Cooperation Plan on Public Health, and the China-ASEAN Plan on Training One Hundred Health Professionals. China has promoted exchanges and cooperation on traditional medicine with countries along the Belt and Road, founded 16 overseas Traditional Chinese Medicine centers including one in Czech Republic, and signed Chinese medicine cooperation agreements with 15 countries. The Chinese government signed the "Memorandum of Understanding on Health Sector Cooperation Under the Belt and Road Initiative" with the World Health Organization, so as to build a healthy Silk Road. China has also set up a Medical Center for the Silk Road Economic Belt in Xinjiang Uygur Autonomous Region to provide medical services to surrounding countries in Central Asia.

- Disaster relief, aid and poverty reduction. China has participated in humanitarian operations organized by the UN, the WHO and other organizations in Syria, and over the years has

dispatched medical teams to provide aid to its surrounding countries and countries in Africa. It has actively participated in international disaster prevention and relief actions, sent the national rescue team and medical team to provide earthquake relief in Nepal, and provided emergency relief aid to countries including Maldives, the Federated States of Micronesia, Vanuatu, and Fiji. It has provided emergency food assistance to drought-stricken African countries influenced by El Nino, replenished water for the Mekong River as part of emergency drought relief for countries along the river, and provided technical support for flood prevention to countries such as Thailand and Myanmar. China has also carried out programs such as China-Africa Cooperation Plan for Poverty Reduction and People's Benefit, East Asia Poverty Reduction Pilot to provide aid in the fields of poverty reduction, agriculture, education, health care and environmental protection. China's social organizations have played an active role in various undertakings to improve the lives of populations along the Belt and Road, and carried out many public welfare programs.

- People-to-people exchanges. China has concluded reciprocal visa-free agreements with 55 countries along the Belt and Road, including Pakistan, Russia, the Philippines and Serbia, and concluded 19 agreements (or made arrangements) on simplifying visa procedures with 15 countries including Kazakhstan, Czech Republic and Nepal. Twenty-two countries such as the United Arab Emirates, Iran and Thailand have provided Chinese citizens with the privilege of visa-free entry or visa on arrival.

IV. Diverse Cooperative Mechanisms

Policy communication is of crucial importance to the Belt and Road Initiative. Cooperative mechanisms are effective channels for facilitating policy communication. China has worked together with other countries along the Belt and Road to establish multi-level mechanisms to strengthen policy communication and coordination and enhance political mutual trust, paving the way for further cooperation.

(1) State-level support and promotion

High-level visits between B&R countries have provided a strong political driving force for the initiative. Since the Belt and Road Initiative was put forward in 2013, President Xi Jinping, Premier Li Keqiang and other senior leaders have paid visits to many B&R countries in Central Asia, Southeast Asia, South Asia, and Central and Eastern Europe, with a focus on advancing the initiative. Their efforts have been warmly welcomed by relevant countries and international organizations, significantly contributing to building consensus on cooperation, reaching agreements, implementing key projects, and expanding exchanges and cooperation in all relevant fields.

(2) Coordination of development strategies

China is committed to maximizing win-win cooperation by pushing forward the Belt and Road Initiative and seeking the optimal combination of the initiative with the development strategies of other B&R countries. Kazakhstan's Bright Road economy policy, Saudi Arabia's oil and gas program for its western region, Mongolia's Prairie Road program, the EU's Investment Plan for Europe, ASEAN's Master Plan on ASEAN Connectivity 2025, Poland's Responsible Development Strategy, Indonesia's Global Maritime Fulcrum Strategy, Turkey's Middle Corridor Initiative, Serbia's Reindustrialization Strategy, APEC's Connectivity Blueprint for 2015-2025, the Asia-Europe Connectivity Initiative, and the United Nations' 2030 Agenda for Sustainable Development, are all complementary to China's Belt and Road Initiative. China welcomes cooperation with related countries and international organizations in implementing these

strategies.

(3) Bilateral and multilateral mechanisms

China has established sound cooperative mechanisms with other B&R countries on the basis of mutual respect and trust. Bilateral dialogue is the main channel for policy communication. The role of bilateral mechanisms is continuously reinforced to enhance connectivity, trade and investment, production capacity cooperation, cultural exchanges, and other key fields of the Belt and Road Initiative. The Chinese government will establish cooperation development centers oriented toward individual countries to expedite the implementation of B&R agreements signed with these countries. China also attaches great importance to maintaining and improving the roles of multilateral mechanisms and carries out dialogue through multilateral platforms, such as the Shanghai Cooperation Organization summit, Conference on Interaction and Confidence-Building Measures in Asia summit, Forum on China-Africa Cooperation, China-Pacific Island Countries Economic Development and Cooperation Forum, Pan-Beibu Gulf Economic Cooperation Forum, and Communist Party of China in Dialogue with the World. Furthermore, China holds the China ASEAN Expo, China-Eurasia Expo, China-Arab States Expo, China-South Asia Expo, China-CEEC Investment and Trade Expo and other large international expositions, giving play to the role of economic and trade cooperation as a bridge between countries. In addition, China improves the diplomatic coordination mechanism through consular consultation to facilitate personnel exchanges and ensure their security among B&R countries.

(4) Non-governmental exchanges and cooperation

China and other B&R countries have conducted exchanges and cooperation in diverse forms between political parties, parliaments and localities as well as NGOs to enhance mutual understanding between peoples of different countries and build extensive consensus on B&R cooperation. China has worked to strengthen think tank exchanges and cooperation and initiated the International Silk Road Think Tank Association. The Chinese government set up the Institute of South-South Cooperation and Development at the highly-reputed Peking University as a platform for developing countries to share governance experience and train high-level government officials. The Development Research Center of the State Council and relevant think tanks of other B&R countries launched the Silk Road Think Tank Network, an international network for think tank cooperation. Media cooperation has been expanded through media forum and exchange of visits, in such forms as sharing of reports, joint interviews, cooperative filming, and training programs. Moreover, China has promoted exchanges on issues concerning women, youth, start-ups and employment as well as ideas and experience regarding social justice and progress. Non-governmental exchanges and cooperation activities in various fields are complementary to governmental cooperation, and building up public support for the Belt and Road Initiative.

V. A Future Vision Based on Reality

The Belt and Road Initiative is aimed at sharing with the world opportunities brought by China's development. China welcomes all countries to board its express train of development, where they can achieve common development through win-win cooperation.

We shall join our hands to create a brighter future for all countries as the common interests of humanity are fundamental to every nation and country and depend on the development of a community of shared future. It is a community based on equality and mutual respect and aimed at building a world where all countries participate in regional and international affairs on an equal footing. It is a community pursuing peace on the basis of common, comprehensive, cooperative

and sustainable security and striving for a world where all countries respect each other's core interests and resolve disputes peacefully. It is a community pursuing win-win cooperation and common development toward a world featuring open development and inclusive growth. It is a community of advanced cultural progress toward an inclusive and diverse world where all civilizations draw upon each other through exchanges. It is a community pursuing eco-environmental protection and resource efficiency, and an environment-friendly world featuring low carbon emissions and eternal beauty.

The Belt and Road Initiative gives new impetus to the building of a community of shared future for humanity. The Eurasia Continent is one of the major engines of global economic growth as well as the main region of the Belt and Road Initiative. A high level of connectivity and reinforced pragmatic cooperation on the Eurasia Continent and surrounding oceans will enable all civilizations in the region to further tap the enormous potential of this region, increase the exchange of ideas and mutual learning, and work together to achieve diverse, independent, balanced and sustainable development. The Belt and Road Initiative is open to any country or international organization that has an interest, and all forms of participation and cooperation are welcomed to bring about benefits to more regions and peoples.

- Africa is a key partner in building the Belt and Road. China and Africa have a deep traditional friendship and close bilateral and multilateral relations. Some parts of Africa used to be key hubs along the Maritime Silk Road, which promoted the economic growth, social stability and cultural progress of those areas. China has made longtime contribution to Africa's economic and social development by taking the fundamental interests of African countries as its starting point. The Belt and Road Initiative opens up wider opportunities for win-win cooperation between China and Africa and brings the Eurasia Continent into closer cooperation with Africa for common development.

- China welcomes the participation of Latin America and the Caribbean in the Belt and Road Initiative. Latin America and the Caribbean are important emerging markets as well as major trade partners of China. China is committed to coordinating development strategies with countries in these regions, and advancing pragmatic cooperation with them in all fields and expanding common interests based on the B&R ideas, principles and approaches.

- Oceania is the southward extension of the 21st Century Maritime Silk Road. The governments of China and New Zealand have signed a memorandum of arrangement on strengthening cooperation on the Belt and Road Initiative. Pacific island developing countries have responded positively to the initiative on the 21st-Century Maritime Silk Road, which creates new opportunities for accelerating their own development and tapping the tremendous potential for South-South cooperation with China.

- Third party cooperation is an important component of the Belt and Road Initiative. The initiative is an open, transparent channel for cooperation. China welcomes the participation of developed countries as third parties in win-win cooperation in countries along the Belt and Road. All can play their complementary roles in technology, capital, production capacity and markets, based on the principle of achieving shared growth through discussion and collaboration and applying the law of the market.

Conclusion

China, the initiator of Belt and Road Initiative, has put the initiative into responsible practice. Over the past three years, the Belt and Road Initiative has grown from an em-bryonic proposal

into a network. A cooperation pattern of shared growth through discussion and collaboration has taken shape.

The world is going through a period of complex and profound change and the global economy is slowly recovering, while continuing to undergo far-reaching adjustments. All countries are faced with serious development issues. History, especially the two world wars in the 20th century, has taught us that today's world needs connectivity more than at any time in the past. All countries need to form a closer community to create a shared future-oriented development pattern, maintain the open global economy, and explore new sources for growth.

China welcomes the constructive participation of all countries and international and regional organizations in jointly building the Belt and Road and in enriching the ideas and practice of the Belt and Road Initiative. China is committed to working together with other countries to foster the environment-friendly and sound development of the Belt and Road, featuring peace and the exchange of wisdom, and to build a global economy that is more vibrant, open, inclusive, stable, and sustainable.

**Joint Statement of the High-level Video Conference on Belt and Road
International Cooperation: Combating COVID-19 with Solidarity**

2020-06-19 00:48

1. We, the foreign and other ministers of the Belt and Road cooperation partners*, held a video conference under the theme of "Belt and Road International Cooperation: Combating COVID-19 with Solidarity" on 18 June 2020. We welcome the participation of the Director-General of World Health Organization and the Administrator of the United Nations Development Programme.

2. The COVID-19 pandemic poses a serious threat to human health, safety and well-being as well as the socio-economic development of our countries and the world at large. Our first priority is to contain the spread of the virus, save lives and safeguard global public health. We offer our sincere condolences to the families and societies of the victims of the pandemic. We also express our gratitude and support to all frontline health-care workers, medical professionals, scientists and researchers as well as other essential workers around the world who are working under difficult and challenging conditions to deal with the pandemic.

3. The COVID-19 constitutes a global challenge that calls for global response based on unity, solidarity, mutual support and multilateral cooperation. We recognize the central role of the United Nations system in catalyzing and coordinating the comprehensive global response to control and contain the spread of COVID-19 as well as the efforts of Member States therein, and acknowledge in this regard the key leadership role of the World Health Organization.

4. We agree that there is no place for any form of discrimination, stigmatization, racism and xenophobia in our response to the pandemic.

5. Recalling the spirit and principles reflected in the Joint Communique of the Leaders' Roundtable of the 2nd Belt and Road Forum for International Cooperation, we will continue our efforts in promoting international cooperation, including high-quality Belt and Road cooperation. Such equal cooperation will continue to be open, green and clean, based on extensive consultation, joint efforts, shared and mutual benefits, as well as pursuit of high-standard, people-centered and sustainable development.

Towards a Health Silk Road

6. We support mutual efforts in combating the COVID-19, and will cooperate to address, control and overcome the pandemic through the sharing of timely and necessary information, experiences and best practices for diagnosis and treatment of the COVID-19, strengthening and upgrading the capacity of public health system, promoting joint scientific research and international dialogues among health professionals, and providing assistance to countries in need. We encourage bilateral, regional and international mechanisms to jointly counter the COVID-19, where necessary.

7. We underscore that an equitable access to health products is a global priority. We are committed to enhancing the availability, accessibility and affordability of health products of assured quality, particularly vaccines, medicines and medical

supplies, which are fundamental to tackling the pandemic. Along these lines, we welcome and appreciate mutual support and assistance offered among partner countries. We welcome the United Nations' efforts to strengthen global humanitarian response depots, and welcome relevant countries to explore the possibility to set up regional reserve centers or units for rapid deployment of medical supplies or personnel. We believe that COVID-19 vaccines should be recognized as global public goods.

8. We call for investment in building sound and resilient health related infrastructures, including the development of telemedicine. We will provide necessary healthcare support for each other's citizens affected by COVID-19 in our territories including the frontline health workers and those working for Belt and Road and other programmes within available national capabilities in line with respective national laws and regulations.

Boosting Connectivity

9. We believe that promoting global partnership on connectivity based on openness, transparency, and inclusiveness, provides an opportunity for all and will contribute to combating the COVID-19 pandemic, mitigating its impacts and promoting socio-economic recovery. We support comprehensive and multi-modal infrastructure connectivity and sustainable transport system. We encourage countries to enhance their air, land and sea links through interoperable and multi-modal transport. We recognize the importance of cross-border and trans-regional transport and logistic passages, which include land, air and sea routes as well as transport infrastructure projects, in delivering vital medical supplies, equipment, food, critical agricultural products, and other essential goods, securing supply chains and promoting international trade, and meeting the needs of people's livelihood and economic development. We will cooperate to keep those passages open or resume operation as soon as the situation permits.

10. We reiterate our support to build high-quality, reliable, resilient and sustainable infrastructure, ensuring its viability, affordability, accessibility, inclusiveness and broad benefit over its entire life-cycle, and contributing to sustainable development of partner countries and the industrialization of developing countries.

11. We welcome efforts to resume, in an orderly and step-by-step manner, normal cross-border movement of people while strictly following necessary epidemic prevention and control measures. We support the efforts by countries in need to strengthen bilateral and multilateral cooperation, including through the establishment of relevant networks, such as the voluntary development of express passenger channels for cross-border flow of business personnel, professionals and technical experts involved in international development cooperation projects, and green passages for cross-border trade in goods at the earliest convenience. We encourage relevant measures which include but are not limited to communication and coordination on mutual recognition of health testing results and quarantine arrangements agreed among relevant ministries in respective countries.

Promoting Economic Recovery

12. We support a universal, rules-based, open, transparent and non-discriminatory multilateral trading system with WTO at its core. We call for stabilizing the regional and the global industrial chains and supply chains, ensuring the continued flow of goods, services and personnel, as well as assisting the industries and economies adversely affected by COVID-19. We also highlight the importance of fair competition and the protection of intellectual property.

13. Our measures to promote economic recovery particularly the orderly resumption of productive activities and re-connection of the global value chain, will draw upon the professional advice of the relevant international organizations including WHO, based on our efforts in combating the COVID-19 pandemic. In view of the global economic and social disruption caused by the COVID-19, it is important for countries to enhance cooperation in such areas as digital economy, health care industry and food security, and explore new sources of growth by promoting e-commerce, smart cities and other applications of digital technology, as well as the use of artificial intelligence and big data technology, helping narrow the digital divide while drawing on international good practices.

14. We support dialogues and exchanges in areas of major development strategies, plans and policies, including through the coordination between the Belt and Road Initiative and other national, regional and international development strategies, programmes or initiatives. We encourage and support business friendly policies, particularly for the micro, small and medium enterprises (MSMEs) and the vulnerable economic sectors. We also take note of the efforts of certain countries to gradually restore tourism while ensuring sufficient epidemic prevention and control measures. We emphasize the importance of strengthening cooperation in human resource development, education, vocational and professional training to build up the capacity of our peoples to better adapt to the challenges brought about by the COVID-19 pandemic. We remain committed to the implementation of the 2030 Agenda for Sustainable Development and the Paris Climate Change Agreement while giving due consideration to the special needs and requirements of the LDCs and LLDCs. We welcome the UN system's continued support to the Belt and Road cooperation.

15. We welcome the G20's initiative on suspension of debt service payments for the world's least developed countries for promoting their economic recoveries and sustainable development.

Deepening Practical Cooperation

16. Building on the progress already made, we will move forward with our cooperation on economic and transport corridors, economic and trade cooperation zones and other Belt and Road practical cooperation, in accordance with respective national development agenda, to further boost economic growth, social development and the improvement of people's livelihood.

17. We emphasize the importance of economic, social, fiscal, financial and environmental sustainability of projects. We call on all market players in the Belt and Road cooperation to respect corporate social responsibility and follow the principles of the UN Global Compact.

18. We will continue to implement the consensus reached during the 2nd Belt

and Road Forum for International Cooperation together with other partners, and promote bilateral, trilateral and multilateral cooperation in areas such as development policy synergy, increased infrastructure investment, economic corridors, economic and trade cooperation zones, industrial parks, finance, trade, innovation and technology, maritime cooperation, business-to-business ties, people-to-people and cultural exchange. We encourage all parties to create an enabling business environment for trade and investment promotion and industrial cooperation.

19. We will advance our cooperation in a people-centered approach. We reiterate that promoting peace, development and human rights, mutually-beneficial cooperation, and honoring the purposes and principles of the UN Charter and international law are our common responsibilities; achieving strong, sustainable, balanced and inclusive growth and improving people's quality of life are our common goals; creating a prosperous and peaceful world with shared future is our common aspiration.

* The following countries are represented by their foreign or other ministers at the video conference: the Republic of Belarus, the Kingdom of Cambodia, the Republic of Chile, the People's Republic of China, the Arab Republic of Egypt, the Federal Democratic Republic of Ethiopia, the Hellenic Republic, Hungary, the Republic of Indonesia, the Republic of Kazakhstan, the Republic of Kenya, the Kyrgyz Republic, the Lao People's Democratic Republic, Malaysia, Mongolia, the Republic of the Union of Myanmar, Nepal, the Islamic Republic of Pakistan, the Independent State of Papua New Guinea, the Republic of Serbia, the Republic of Singapore, the Republic of Tajikistan, the Kingdom of Thailand, the United Arab Emirates, the Republic of Uzbekistan. The Foreign Minister of the Russian Federation delivered a written statement.